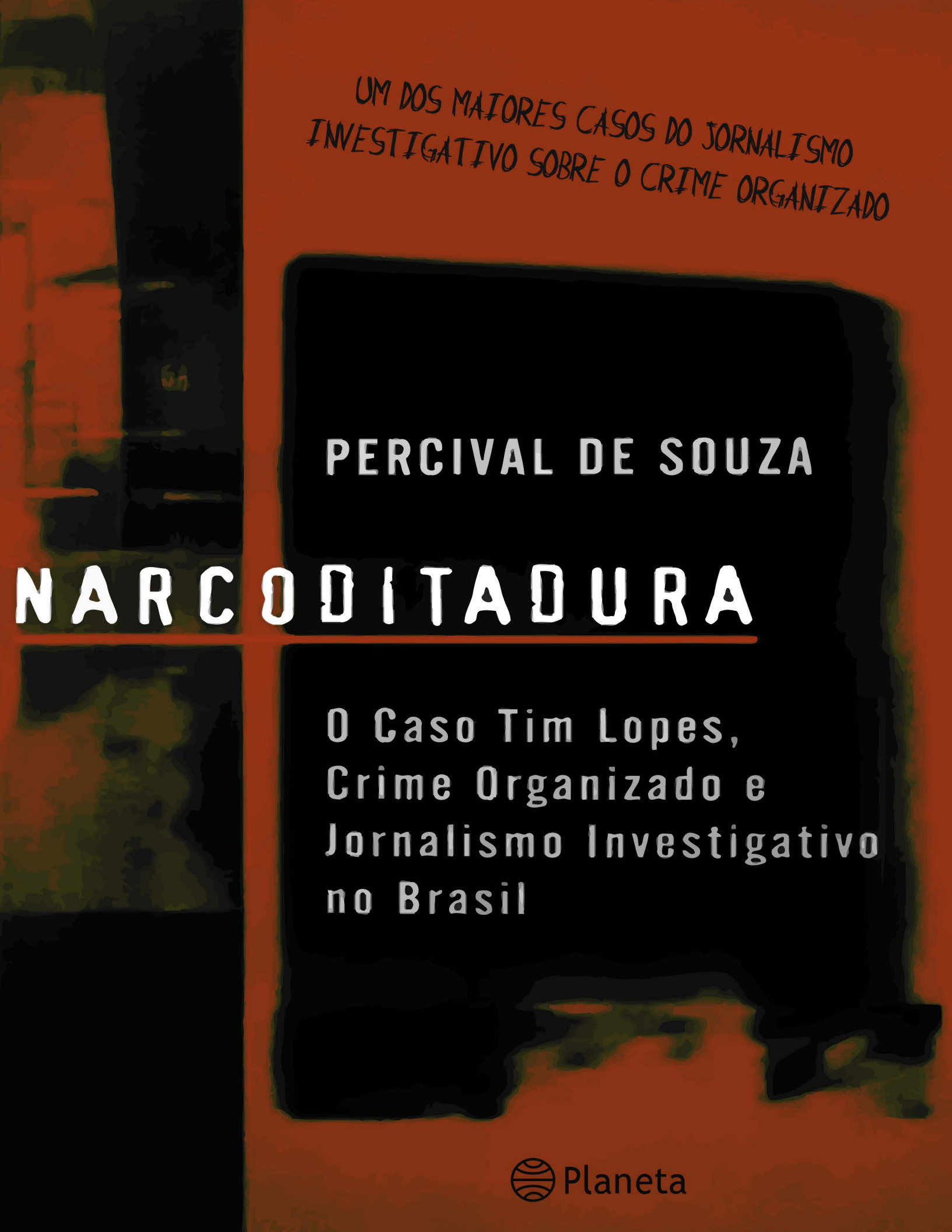


UM DOS MAIORES CASOS DO JORNALISMO INVESTIGATIVO SOBRE O CRIME ORGANIZADO

PERCIVAL DE SOUZA

NARCODITADURA

O Caso Tim Lopes, Crime Organizado e Jornalismo Investigativo no Brasil

Planeta

PERCIVAL DE SOUZA

NARCO DITADURA

Planeta

Copyright © Percival de Souza, 2002
Copyright © Editora Planeta, 2014
Todos os direitos reservados.

Preparação: José Couto
Revisão: Rinaldo Milesi
Diagramação: Maurelio Barbosa
Capa: Compañia
Imagem de capa: Michael Heffernan/Getty Images
Conversão ebook: Hondana

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S717n

Souza, Percival de, 1943-
Narcoditadura / Percival de Souza. - 1. ed. - São Paulo : Planeta, 2014.

ISBN 978-85-422-0386-8

1. Tráfico - Aspectos sociais - Brasil. 2. Favelas - Aspectos sociais - Brasil. I. Título.
14-13389 CDD: 363.450981
CDU: 343.575

2014
Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Padre João Manoel, 100 – 21º andar – conj. 2101/2102
Edifício Horsa II – Cerqueira César
01411-901 – São Paulo-SP
www.editoraplaneta.com.br
atendimento@editoraplaneta.com.br

Para Júlia e Murilo,
netos queridos.

SUMÁRIO

Capítulo 1 O VALE DE OSSOS SECOS

Capítulo 2 ARCANJO REPÓRTER

Capítulo 3 *HABEAS CORPUS* MALUCO

Capítulo 4 NARCODITADURA

Capítulo 5 OS MALACOS

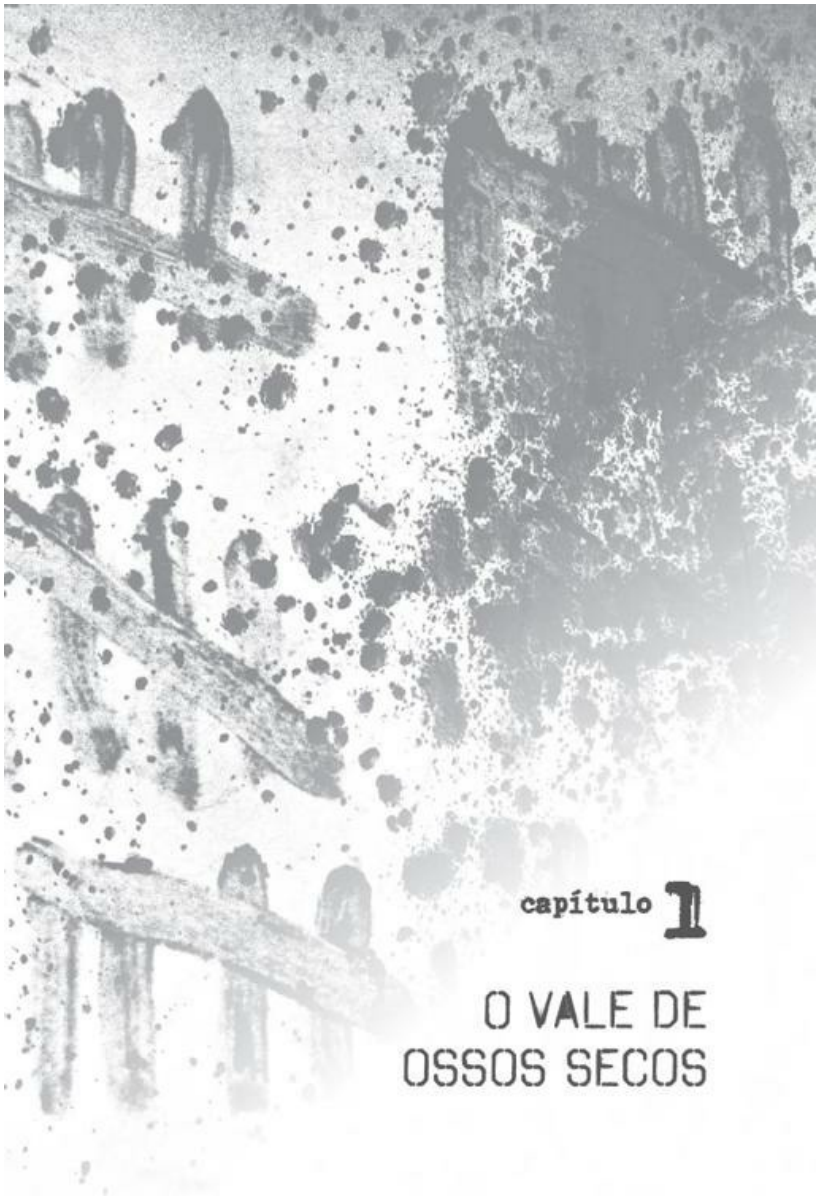
Capítulo 6 O POLVO DE MAU-MAU

Capítulo 7 …AO PÓ VOLTARÁS

Capítulo 8 CAÇADORES DA NOTÍCIA

Capítulo 9 OS ARCANJOS VÃO PARA O CÉU

AGRADECIMENTOS ÀS FONTES



capítulo 1

O VALE DE OSSOS SECOS



Veio sobre mim a mão do Senhor; Ele me levou pelo Espírito do
Senhor e me deixou no meio de um vale que estava cheio de ossos,
e me fez andar ao redor deles; eram mui numerosos
na superfície do vale, e estavam sequíssimos.
Então me perguntou: Filho do homem, acaso poderão
reviver estes ossos? Respondi: Senhor Deus, Tu o sabes.
Disse-me Ele: Profetiza a estes ossos, e dize-lhes:
Ossos secos, ouvi a palavra do Senhor.
Assim diz o Senhor Deus a estes ossos:
Eis que farei entrar o espírito em vós, e vivereis.
Porei tendões sobre vós, farei crescer carne sobre vós,
sobre vós estenderei pele, e porei em vós o espírito, e vivereis.
E sabereis que Eu sou o Senhor.
Então, profetizei segundo me fora ordenado;
enquanto eu profetizava houve um ruído, um barulho de ossos
que batiam contra ossos e se ajuntavam, cada osso ao seu osso.
Olhei, e eis que havia tendões sobre eles, e cresceram as carnes,
e se estendeu a pele sobre eles; mas não havia neles o espírito.
Então Ele me disse: Profetiza ao espírito, profetiza, ó filho do homem,
e dize-lhe: Assim diz o Senhor Deus: Vem dos quatro ventos,
ó espírito, e assopra sobre estes mortos, para que vivam.
Profetizei como Ele me ordenara, e o espírito entrou neles,
e viveram e se puseram em pé, um exército sobremodo numeroso.

Livro de Ezequiel, Antigo Testamento, 37:1-10

Não havia brilho, só as lágrimas tomavam conta dos olhos de amigos e companheiros de Arcanjo.

Eles estavam reunidos, no mais pesado dos silêncios, contemplando um caixão onde havia apenas pedaços de ossos, porque as carnes haviam sido devoradas dentro de um tonel com borracha de pneus e querosene queimando, para apagar de vez qualquer vestígio de sua existência. Um pedaço desses ossos, o que restou de uma costela, levado para exame de DNA na Universidade Federal do Rio de Janeiro, havia permitido, 33 dias após o seu desaparecimento, a angustiante identificação.

Decidido, pertinaz, Arcanjo tinha sido reduzido a ossos porque estava filmando horas antes as proximidades de um baile que começaria às 23 horas, onde, entre músicas funk e muita cocaína, adolescentes seriam incitadas a manter relações sexuais com adultos, numa grande festança coordenada por traficantes de drogas. Identificado como jornalista, Arcanjo foi dominado. Deram-lhe tiros nos pés, para não haver a menor possibilidade de fugir. As mãos estavam amarradas para trás quando Arcanjo foi colocado dentro do porta-malas de um carro pequeno e levado imediatamente à presença do bandido-chefe do bando que controla drogas, armas, munições, tráfico, consumo e prazeres que ignoram leis e códigos. Para ele, Arcanjo era um intruso, um inimigo. O bandido improvisou a composição de um tribunal, em tom solene. A pena de morte foi votada e aprovada. O bandido, chefe e julgador, decidiu também ser o carrasco. Armou-se com um punhal enorme para abrir o tórax de Arcanjo, golpeando-o seguida e furiosamente. O sangue espirrou por todos os lados, tingindo de vermelho a roupa dos fieis seguidores do bandido. Antes, as pernas – as duas pernas – haviam sido cortadas, vagarosamente, para prolongar o sofrimento, e o Arcanjo, amarrado, rolava de dor pelo chão, gritando que nunca mais faria reportagem desse tipo, que sendo libertado deixaria o Brasil para nunca mais voltar.

Depois, o resto do corpo foi sendo cortado. Um dos bandidos presentes sentiu repugnância da fúria dos açougueiros de carne humana, quis afastar-se do inferno onde haviam enfiado o Arcanjo, mas Elias Maluco segurou-o: "Bandido que é bandido tem que olhar!". O grande chefe mandou um dos cúmplices comprar gasolina e óleo diesel. Tirou uma nota de 50 reais do bolso e entregou-a ao escolhido para a compra, recomendando que fosse rápido. O bandido mandou um outro cúmplice comprar querosene. Esquartejado, o que restou de Arcanjo foi transportado para um pequeno buraco entre pedras. Os assassinos já estavam acostumados. Chamavam debochadamente esse buraco de "micro-ondas", referindo-se a ele como se fosse um forno. As partes do corpo arderam nas chamas. Quando estavam calcinadas, fumegantes, um dos bandidos aproximou-se, sorridente e feliz com o poder do bando senhor da vida e da morte, e acendeu um cigarro nas brasas humanas. Tragou prazerosamente.

A fogueira de gente deixou apenas ossadas e a parte interna dos pneus, um friso de aço que não se consome com o fogo porque para desaparecer precisa ser submetido a uma temperatura entre 1 400 °C e 1 600 °C. Só num forno próprio, portanto. Não bastaria um micro-ondas. As chamas de pneu queimado provocaram uma fumaça altamente prejudicial à saúde, como se o Arcanjo, já sem vida, estivesse emitindo a sua última mensagem: a droga que corrói a saúde também aniquila corações, embota raciocínios. A fumaça negra, densa, carregada, não se dissolve por completo. Boa parte retorna à superfície. Por isso não é permitido queimar pneus. Mas os bandidos queimaram. Queimaram muito. Pneus e gente. Pneus e ideais. Pneus e dignidade. Pneus e caráter. Pneus e cidadania. Pneus e ética. Pneus e humanismo. Pneus e humanidade. A fumaceira subiu na noite escura e com poucas estrelas no céu. Depois, quando os assassinos já estavam longe, a fumaça, como que envergonhada de si mesma, foi voltando, voltando. Aquela vergonha não poderia ser totalmente dissolvida. Aquela vergonha tinha que voltar e clamar. E a poluição voltou, como testemunha inconformada que não queria desaparecer, insistindo em deixar vestígios, sinais, provas.

Os ossos eram um sinal de que o forno da morte ardia impiedosamente, numa frequência que ali não espantava mais ninguém. Como se a vida fosse apenas um jogo, ganhar ou perder, e ali apenas se perdia, porque contrariar vontades e decisões do bandido-chefe eram atos que só poderiam acabar assim. O caixão com um pouco do que restou de Arcanjo foi velado no prédio da Assembleia Legislativa, para um enterro no domingo, 7 de julho, no Cemitério Jardim da Saudade. Arcanjo morreu num domingo, 2 de junho. A saudade seria grande demais. E o Arcanjo merecia descansar num jardim.

Quase um mês depois, 2 de agosto, amigos e companheiros de Arcanjo estavam perplexos com a brutalidade. Não sabiam o que pensar, o que dizer, o que fazer, agrupados ali, dentro do auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Centro do Rio de Janeiro, esperando alguma voz de esperança, uma palavra de consolo, um alento. Como se todos também tivessem sido atingidos no peito por aqueles golpes de punhal, pelas chamas implacáveis daqueles pneus que deixavam aros e aros, aqueles círculos que chegaram a ficar avermelhados, aqueles frisos de aço que restaram. Muitos círculos clareados de novo, grandes anéis. Frisos provas da morte do Arcanjo. Frisos provas da cremação de anônimos e anônimos, dezenas e dezenas. Frisos símbolos da morte por atacado e do desaparecimento dos corpos.

Mas logo os olhos teriam ainda menos brilho. Eram cerca de duzentas pessoas. Jornalistas, amigos e parentes. As lágrimas correram mais fortemente, ardentes, incontroláveis, porque agora eram os corações que estavam em chamas, quando a querida companheira de Arcanjo começou a dizer como se sentia, o que gostaria que acontecesse, como se de repente tivesse o poder de, pela palavra, fazer um réquiem, prestando uma homenagem póstuma, mantendo viva a memória de seu amor, expressando ainda o que gostaria de receber dos amigos dele:

> Há um mês Tim[1] me deu um beijo e saiu para trabalhar. Parece que foi ontem, tão forte e viva é a presença dele junto de mim. Parece uma eternidade, tão grande é a saudade. Fica o vazio e fica a serenidade, apesar da dor. Fica o nosso amor imenso impresso dentro do meu peito. Fica o exemplo para os nossos meninos, Diogo e Bruno. Fica tudo que compartilhamos nestes últimos dez anos. Fica a certeza de que este país tem que mudar, de que as pessoas vão mudar este país. Porque nós podemos fazer isso. Somos todos irmãos, filhos do mesmo Pai, humanos com a essência divina, por isso capazes de transformar, sim, o desespero em esperança, a discórdia em união, o caos num mundo melhor.

Alessandra Wagner, a mulher de Tim, falou pausadamente. Parecia inexplicável, naquele ambiente onde se reagia com espanto à ousadia do banditismo, como se a ideia dos executores fosse mesmo causar grande impacto, fazendo calar toda voz de jornalista que ousasse contar o que eles fazem e gostam de fazer. Na última reportagem de sua vida, Arcanjo Tim, como se fosse mesmo um anjo protetor, foi atender ao clamor dos moradores da Vila Cruzeiro, inconformados com o delírio da cocaína pública, o desrespeito de muitos adultos às meninas no baile, transformando o sexo em espetáculo a ser visto e aplaudido, mandando para o inferno as normas previstas nos inúteis códigos e estatutos. Mas onde essa mulher encontrava forças? De onde as tirava para falar essas coisas incríveis, nesse momento perigoso em que a indignação podia se transformar em ódio e rancor, confundindo justiça com vingança, como se essas reações pudessem aplacar tanto o sofrimento? Foi a voz serena da mulher de Tim Arcanjo que ouviu os apelos dos mal-aventurados moradores daquele lugar, que antes de pedir socorro à Rede Globo de Televisão bateram inutilmente às portas de todas as polícias, do Ministério Público, do Poder Judiciário, do Conselho Tutelar? Tim era mesmo um arcanjo? Ou o primeiro na hierarquia dos anjos era Tim? Tim, eco solitário dos berros em tanto deserto?

> Há um mês tentaram levar para longe de nós o Tim. Não conseguiram. Os seus algozes pensaram que poderiam acabar com o Tim. Pensaram que

> poderiam calar o Tim. Eles não sabem nada. A imprensa séria, companheiros de ideais, os amigos verdadeiros vão gritar ainda mais forte agora. Eles quiseram ter certeza de que não sobraria nada do Tim. E dividiram o homem de bem em vários pedacinhos, sem contar que cada um deles viraria semente e frutificaria no alto do morro e, do alto do morro, no coração de cada um de nós. Seus carrascos, numa atitude insana, acabaram por multiplicar Tim Lopes. E, quem sabe, a quinta estrelinha no peito de cada brasileiro hoje não atenda pelo nome de Tim?

Alessandra falava das cinco estrelinhas, no auge da euforia do Brasil pela conquista do título de pentacampeão mundial de futebol. Tim nasceu no ano em que a seleção brasileira perdeu um titulo que já se considerava ganho, jogando contra o Uruguai, no Maracanã. E morreu nos primeiros dias da competição que levaria ao quinto titulo. Falando com a alma, Alessandra estimulou amigos e colegas de Tim a serem multiplicadores de ideais e convicções, de coragem e determinação em ser olhos, ouvidos e bocas da sociedade, que, descrente e decepcionada com as instituições, recorre cada vez mais aos veículos de comunicação, cujas redações passam todos os dias por momentos em que parecem ter sido transformadas em modernos pátios de milagres. Alessandra quer que o marido Arcanjo reproduza o mito de Osíris, no Egito antigo, quando o sol, ao fim do dia, vai se transformando em muitas estrelas.

> Seus torturadores agiram a seu modo, da maneira mais desumana, cruel e implacável. Que a nossa polícia, os nossos governantes e a nossa sociedade reajam, agindo também! Depressa, certeiros. Implacáveis no mais sincero sentimento de justiça. Dando um basta à violência, à omissão, ao descaso. Que cada um de nós abra seu coração para os dramas alheios! Que cada um tome para si a responsabilidade de construir um mundo melhor!

A viúva do Arcanjo não sabia exatamente qual seria o alcance de suas palavras. Nem todos, embora chorassem de tão comovidos, foram solidários como se espera nos atos públicos, em que se conta com muita força e união. Houve dias em que era mais comum outro tipo de gente, como mães de desaparecidos, cuja presença era mais expressiva do que a dos jornalistas. Aos poucos, e gradativamente, as manifestações tinham como eixo os amigos e companheiros de Tim, agrupados em torno do Sindicato dos Jornalistas e da Federação dos Jornalistas.

> Que os 170 milhões de brasileiros que foram às ruas torcer e vibrar com a nossa seleção voltem às ruas! Para cobrar ação de nossas autoridades, a fim de que tenhamos de volta nosso direito a uma vida livre e segura; para exigir justiça; para clamar por paz.
> Só assim teremos verdadeiramente o que comemorar como cidadãos brasileiros. Só assim o martírio de Tim Lopes não terá sido em vão.

A mulher de Tim usou a temível palavra, antes evitada, para retratar a agonia e morte do marido: martírio. Sim, Arcanjo foi martirizado. Baleado nos pés, mãos amarradas, arrastado pelas ruas da favela como se fosse um troféu de caça. Os traficantes transpiravam ódio, furiosos com uma matéria ("Feira das drogas") que ele havia produzido para a TV Globo,[2] mostrando os traficantes vendendo maconha e cocaína como se estivessem anunciando a venda de verduras e frutas numa feira livre. Mas aqui, exatamente aqui, colocam-se os pés em terreno movediço: traficante manda, tem dinheiro e tem poder, compra e corrompe, impõe suas regras – próprias, rígidas, particulares, fatais – em praças, ruas e becos, avenidas e bairros, casas e apartamentos. Quem usa a droga faz o jogo do traficante. O traficante está em toda parte porque encontra consumidores em todo lugar. No círculo vicioso desse mercado com oferta e procura, venda e uso, doses e usuários, transações e dependências, para muitos o traficante é uma figura simpática, invejável, aquele que teve coragem de encarar e desafiar a sociedade, com apoio daqueles que, fumando, cheirandoou injetando uma substância que entorpece o corpo, dizem – conscientemente, inconscientemente – não à razão. Como se não tivessem mesmo nenhuma vontade de ter razão num mundo de regras tão injustas, tão desiguais, que de tão desordenado justifica, dizem, as muletas psicológicas embaladas em pacotinhos, trouxinhas e papelotes no varejo, e em grandes embalagens, com disfarces renovados e enormes carregamentos no atacado.

O sacrifício de Arcanjo Tim Lopes provocou o entrelaçamento das situações e circunstâncias que movem o jornalismo de investigação – no qual Tim era mestre – em direção ao poderoso e triunfante crime organizado e uma de suas vertentes: o tráfico de drogas.

O jornalismo desse tipo é solitário quando se procura entrar nas sendas do crime. Absolutamente solitário, porque muito raramente existe com quem repartir a angústia do caminho percorrido aos poucos, da coleta de documentos, da busca de fontes (muitas das quais não basta localizar, é preciso convencê-las a falar) e dos riscos que se pode correr em determinado momento. O jornalista investigativo administra ele mesmo, e quase sempre sozinho, a sua própria situação.

O crime organizado tem uma classificação que já diz tudo. Possui estrutura, hierarquia, vozes de comando, infiltração nos poderes públicos. São tentáculos fortes e de longo alcance, asfixiantes e corruptores, com fantástico poder de intimidação. O tráfico de drogas é um de seus ramos. Negócio excelente, clientela farta, lucros com a venda do produto, produto que nunca tem qualidade de pureza, vem sempre misturado, mas o consumidor não tem com quem reclamar. Relação vendedor-comprador com critérios rigidos: como não existe cartório de protesto, não se tolera a inadimplência. O devedor é sempre cobrado a tiros e facadas, nem sempre com aviso prévio. Os traficantes fazem de tudo para o negócio se desenrolar sempre de maneira segura.

Policiais do mundo inteiro, ligados à Associação lnternacional dos Chefes de Polícia, reúnem-se todos os anos. Começaram o terceiro milênio com uma constatação fruto de intercâmbios múltiplos: 85% de toda a droga remetida chega ao ponto de destino, é vendida e consumida. Repressão e prevenção costumam detestar a informação porque os dados são atestado do fracasso. A contaminação policial por parte dos traficantes assusta em muitos lugares. Até as melhores organizações policiais

admitem – como se revelou no encontro que realizaram no Canadá, em outubro de 2001 – que já se considera tolerável um índice de corrupção que não passe de 5% do total do efetivo de cada corporação. Não passando disso, acham que está bom demais. Os policiais não são extraterrestres, vêm da própria sociedade, dizem. E se a sociedade é corrupta…

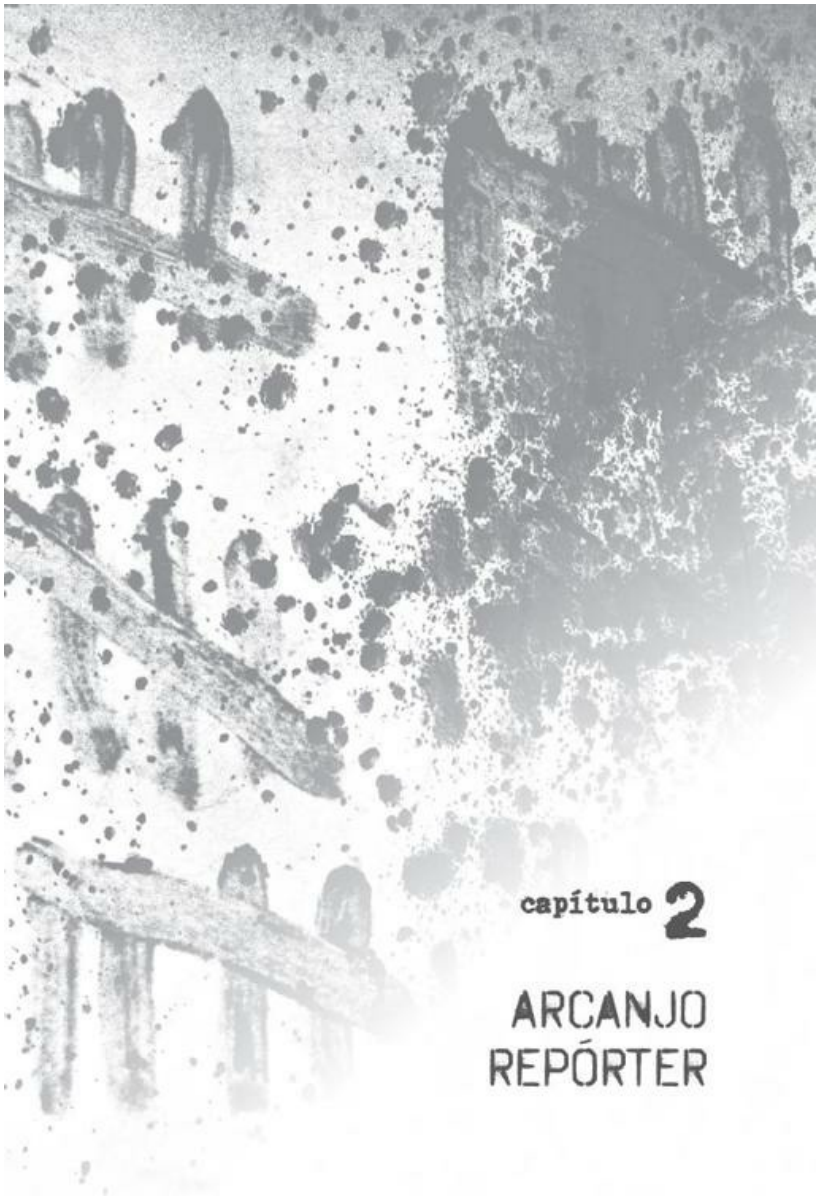
Essa situação levou os traficantes a introduzirem um sistema no Brasil: o seguro informal. Toda remessa de maior porte exige o pagamento de uma indenização automática, caso a carga enviada não seja entregue regularmente. Quando a polícia faz uma grande investigação, os traficantes raciocinam rapidamente: como jamais acreditam na eficiência das investigações, mostram a convicção de que alguém ligado ao próprio grupo forneceu, por algum motivo, a informação. Esse alguém tem que ser identificado, localizado e morto. O mais rapidamente possível.

Com esse tipo de gente é que Tim Lopes deu sua última cartada profissional. Foi à favela filmar com uma microcâmera oculta para mais uma reportagem denúncia. Comentou-se, na polícia, que o piscar de uma pequena luz vermelha teria chamado a atenção dos traficantes. Mas o discreto equipamento que Tim utilizava não tinha esse dispositivo. Cuidadoso, o jornalista foi para o lugar do baile num carro alugado, vestindo uma bermuda jeans e uma camisa de malha, de cor clara. Era noite de domingo, 2 de junho de 2002, e o motorista Rudman Castro deveria apanhá-lo num lugar previamente designado, por volta das 22 horas. Tim não apareceu conforme haviam combinado. No carro alugado, um Fiat Uno, estavam o seu telefone celular e uma agenda eletrônica. O motorista foi embora dez minutos depois da meia-noite. As 11 e meia da manhã, o advogado da TV Globo, Paulo Freitas, registrou oficialmente o desaparecimento do jornalista na 22ª Delegacia, infomando que essa tinha sido a quarta vez que Tim Lopes fora ao local – duas sem microcâmeras e duas com o equipamento. Os traficantes haviam construído um pequeno parque de diversões na entrada da favela, para atrair crianças e assim constranger policiais no caso de invasão do morro.

O que aconteceu foi sendo desvendado aos poucos, mas nunca totalmente. Arcanjo defrontou-se com Capeta, ou seja, um dos bandidos do bando chefiado por seu executor, muito conhecido como Elias Maluco. Foi André da Cruz Barbosa, o André Capeta, quem abordou o jornalista, ajudado por Mauricio de Lima Bastos, o Boizinho. Os dois, com um rádio transmissor-receptor nas mãos, avisaram o chefe Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco. Da Vila Cruzeiro, no bairro da Penha, Tim foi levado para a favela da Grota, no Complexo do Alemão. Ali, os dois traficantes juntaram-se ao chefe e a Renato Souza de Paula, o Ratinho, que tinha sido filmado por Tim limpando um fuzil durante a reportagem sobre a feira de drogas.

A busca ao corpo de Tim mostrou que execuções sumárias e queima de corpos eram comuns no Complexo do Alemão. Dezenas de ossadas e esqueletos foram localizados. Numa contagem superficial, os achados evidenciaram provas de mais de duzentas mortes. A investigação sobre Tim Lopes trazia à tona muitas outras mortes. Ossos secos por toda parte, enterrados, mal sepultados, como se a matança e a incineração fizessem parte do cotidiano dos traficantes.

O DNA identificou Tim Lopes. As outras ossadas continuaram anônimas. Quem seria a fonte, o elo de contato entre o jornalista e as pessoas da favela? Arcanjo não tinha a menor ideia de que corria o sério risco de virar personagem de sua própria tragédia e saiu de casa tranquilo, com um beijo em Alessandra, certo de que estaria de volta antes da madrugada. Não teria como saber, quando tudo se consumou, que muita gente iria preferir ficar no lavabo de Pilatos, lavando convenientemente as mãos. E, muito provavelmente, nessa macabra história de poucas informações definitivas, recebeu um traiçoeiro beijo de Judas. Veremos.



capítulo 2

ARCANJO REPÓRTER



No extinto jornal *O Repórter*, Tim Lopes resolveu vestir o figurino de cidadão de baixa renda disfarçando-se de operário nas obras de construção de um dos trechos do metrô do Rio de Janeiro. Fez como Gay Talese, que em *Aos olhos da multidão*[3] descreveu a vida de operários na construção de uma ponte: eles "unem tudo, exceto as suas vidas". Tim apontou isso, mostrando com talento e competência os detalhes da vida profissional dos operários que dão duro num canteiro de obras em condições desumanas.

Os jornais *O Globo, O Dia* e *Jornal do Brasil*, e as revistas *Veja* e *Placar*, fizeram parte da sua trajetória sempre ascendente. Na TV Globo, conquistou em 2001 o Prêmio Esso de Telejornalismo, o mais importante da imprensa brasileira. Na TV, era o homem atrás das câmeras que permitiu à Globo fazer reportagens de grande repercussão – como a da corrupção no mundo dos cartolas do futebol – e os incríveis encontros, para o programa *Fantástico*, de vitimas com os autores de crimes, com cenas de revolta e inconformismo, mas também de perdão. Os ex-contínuo da Bloch Editores aprendera lentamente como se faz. No jornal *O Dia*, foi olhar os arquivos do Dops e descobriu uma relação completa de informantes. Dali para a frente, sua ascensão no jornalismo, sempre investigativo, foi meteórica.

Meses antes de morrer, conversou longamente com um amigo de São Paulo após a gravação de uma entrevista sobre jornalismo investigativo para o programa *N de Notícia*, da Globo News. Ambos experientes, trocaram confidências, como costumavam fazer na apuração de assuntos graves e delicados, que sempre exigia habilidade e fontes de categoria. A conversa se estendeu por duas horas. O amigo sairia direto do encontro para o Aeroporto Santos Dumont, onde embarcaria na ponte aérea de volta para São Paulo. Desse último encontro, ficaram na memória do amigo os detalhes – inconformismo, apreensão,

decepção e esperança – expressados por Tim Lopes. Revelados aqui, são comentários que podem ajudar jornalistas, editores, professores e estudantes de comunicação a enfrentar e superar situações que travam ou impulsionam o seu trabalho. Afinal, estamos numa fase em que depende fundamentalmente do jornalismo brasileiro mudar o rumo de muita coisa. São segredos e desabafos do Arcanjo, levados para sempre naquele tonel maldito, envolto em pneus, depois que Elias Maluco manejou com destreza sanguinária o enorme punhal, que parecia uma espada, para sangrá-lo até a morte.

Tim Lopes revelou, nessa conversa, que era um homem de esperanças ilimitadas e tinha uma devoção rara às exigências de seu trabalho. Colegas de redação testemunhariam que Tim era mesmo um arcanjo protetor, como o nome. Um anjo da guarda que acreditava ser possível estender, pela poderosa televisão, mãos e asas protetoras para abandonados ou excluídos, vítimas de preconceito e descaso. Sentia um orgulho enorme em "colocar preto e pobre na TV", como escreveu o jornalista Marcelo Moreira, em depoimento para a revista *Lide*, do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro.

Acontece que poucos pensam como ele pensava, preocupam-se como ele se preocupava, trabalham como ele trabalhava. E aí o homem de 51 anos de idade e trinta de profissão descobria uma das características dos tempos modernos: para a geração dele, correr atrás da notícia era tarefa profissionalmente obsessiva. Na virada do século, quando muitos escolhem usar o telefone em vez de pisar o palco dos acontecimentos, alguns profissionais se comportam de tal maneira que é a notícia que tem de correr atrás deles.

Arcanjo, ensina a teologia, é o enviado especial divino para uma determinada missão. Arcanjo, repórter Tim, recebeu aquela missão da sua chefia. Da Vila Cruzeiro, não telefonaram exatamente para ele. A ligação caiu na Redação, alguém ouviu o pedido de socorro, a missão foi passada para Tim. Ele foi ao lugar três vezes seguidas. Conversou, andou, viu, filmou. Voltou pela quarta vez para completar a missão.

Mas no meio do caminho de arcanjo havia um capeta.

Já não bastasse a existência dominante daqueles que sempre preferem lavar as mãos na casa de Pilatos, surgiu ainda um Judas, ligado diretamente a André Capeta. O Judas original traiu por trinta moedas de prata. Não se sabe quanto recebeu esse que se colocou no caminho de Arcanjo. Era mal-encarado, diria o motorista contratado para levar o Arcanjo até a favela, desconfiado, fazendo comentários ignorados pelo repórter: "Esse cara tem um jeito horrível, pode te aprontar". Mas, ora, desde quando boa fonte tem biotipo, cara de bom, cara de mau, que história é essa? E quem associou cara a comportamento criminoso foi Cesare Lombro. Suas teorias receberam a avaliação irônica do criminólogo Gabriel Tarde, no ano de sua morte, em 1909: "Foi como café. Excitou a todos e não nutriu a ninguém".

Mas nesse encontro em que recebeu o abraço da morte, seguido de uma identificação rápida e uma primeira surra a golpes de pau, configurava-se uma aula de jornalismo. Aula prática ministrada pelo Arcanjo professor, mais preocupado com o êxito da matéria, a grande reportagem, do que com a sua segurança pessoal. Claro que era tudo arriscado. Mas valeria a pena. Estava chegando ao fim, bastaria dar as últimas conferidas. O fim antes do fim não estava nos planos. A ousadia nunca prevê que um plano não dê certo. O ousado é solitário. Somente ele avaliou. Não havia com quem repartir, embora fosse evidente o perigo da situação. As imagens das primeiras incursões comprovavam a denúncia aflita. Homens armados apareciam. Entretanto, para Arcanjo era como se tudo aquilo fizesse parte de um mosaico que estava sendo cuidadosamente montado.

Os cuidados, a estratégia, o ensaio de cada passo, o domínio do cenário são técnicas que não foram escritas em lugar nenhum. Não existe, nas faculdades, uma disciplina chamada História da Reportagem. Ela é a alma do jornalismo, mas vive a contradição de não ser tratada com o respeito que dignifique a sua grandiosidade. Os repórteres investigativos se permitem conversar entre si, mesmo trabalhando em veículos concorrentes. Nenhum patrão jamais compreenderá isso. O concorrente é um colega, é um amigo, nunca um inimigo. No momento de entrar para valer em terreno minado, costumam chamar esse aconselhamento secreto de "troca de figurinhas". É a tática para se chegar a um lugar, encontrar uma referência de confiança. Tudo pode dar certo, ou tudo errado – são momentos de aflição e temor, ou de euforia e regozijo, horas de êxtase ou de amargura. Momentos de espanto. Momentos de descoberta. Momentos de contradição.

Ali, na Vila Cruzeiro, Tim, o Arcanjo, vivia de forma intensa a dualidade. "Vai, seu repórter, mostre essa aberração, que nós estamos precisando", diziam, como se estivessem fazendo uma prece para o Arcanjo. Os responsáveis pela aberração, qualquer que seja ela, pensam diferente. Para eles, o repórter é sempre visto como um inimigo, alguém que, mesmo sendo Arcanjo, deve ser perseguido e – por que não? – morto.

E ponto final: inimigo, indesejado, malvisto, o repórter é simplesmente alguém que deve ser eliminado.

Na dualidade vivida intensamente por Arcanjo, o estilo era todo pessoal, no desprendimento de estar onde os fatos acontecem, sabendo olhar, ver e sentir, sincronizando relatos, testemunhos, desabafos e apelos, montando vagarosamente aquilo que, na Redação, irão chamar de "grande história". Tudo se misturava com a necessidade de manter oculta, bem camuflada, a sua própria identidade – para que ele pudesse observar melhor, para conseguir que as pessoas contassem o que sabiam ou haviam experimentado. Sim, na dualidade o repórter é o canal, o elo, a ligação, é aquele que vai deixar, humildemente, que as pessoas construam, elas mesmas, a história que ele conta e pela qual se arrisca.

Arcanjo carregava consigo essa dualidade vivida pelos jornalistas de investigação. Uma dualidade oculta, pois o que importa é a história a ser contada, e não quem a está contando. O jornalismo de investigação é muito sensível, é coração batendo forte, é sangue nas veias, tudo bem mais profundo do que a vulgar definição de "tesão", porque trabalha

concretamente com o primado do real, absorvendo palavras e garimpando imagens. Como ninguém jamais conversou mais profundamente com ele sobre tudo isso, ficaram na caixa da memória, na última conversa com o amigo de São Paulo, as lições sobre o modo de se aproximar das pessoas, sobre a capacidade de ouvi-las, respeitando-as profundamente para não negá-las na hora de escrever o texto, na hora de selecionar as imagens e trancar-se na ilha de edição. A isso poderiam chamar, se houvesse um curso a esse respeito, "como revelar as pessoas e não negá-las", não se esquecendo jamais de que a alma não encontra espaço na memória do computador. Se não, como perguntou Olavo Bilac, "quem há de exprimir, alma impotente e escrava, o que a boca não diz, o que a mão não escreve?".

Foi assim que o Arcanjo Tim ensinou, e ninguém aprendeu, que o jornalista, não só o investigativo, precisa libertar-se da gaiola das aspas. Não pode ser refém das aspas. Escravo delas. Aconteceu, no chamado jornalismo moderno, padronizado e estereotipado, a homologação de uma convenção que determina: sem aspas não existe matéria. Se não aparecer alguém falando, entre aspas, a reportagem está incompleta e, segundo ainda os mais radicais, impublicável. Não, muitas reportagens denúncia dependem fundamentalmente da capacidade de observação do repórter, das imagens incontestáveis, da narrativa sobre a qual ninguém pode sofismar.

Arcanjo também precisava de confessionário. Encontrou-o, naquele dia, no amigo paulista.

O desabafo confidencial teve eco depois de Tim ser executado.

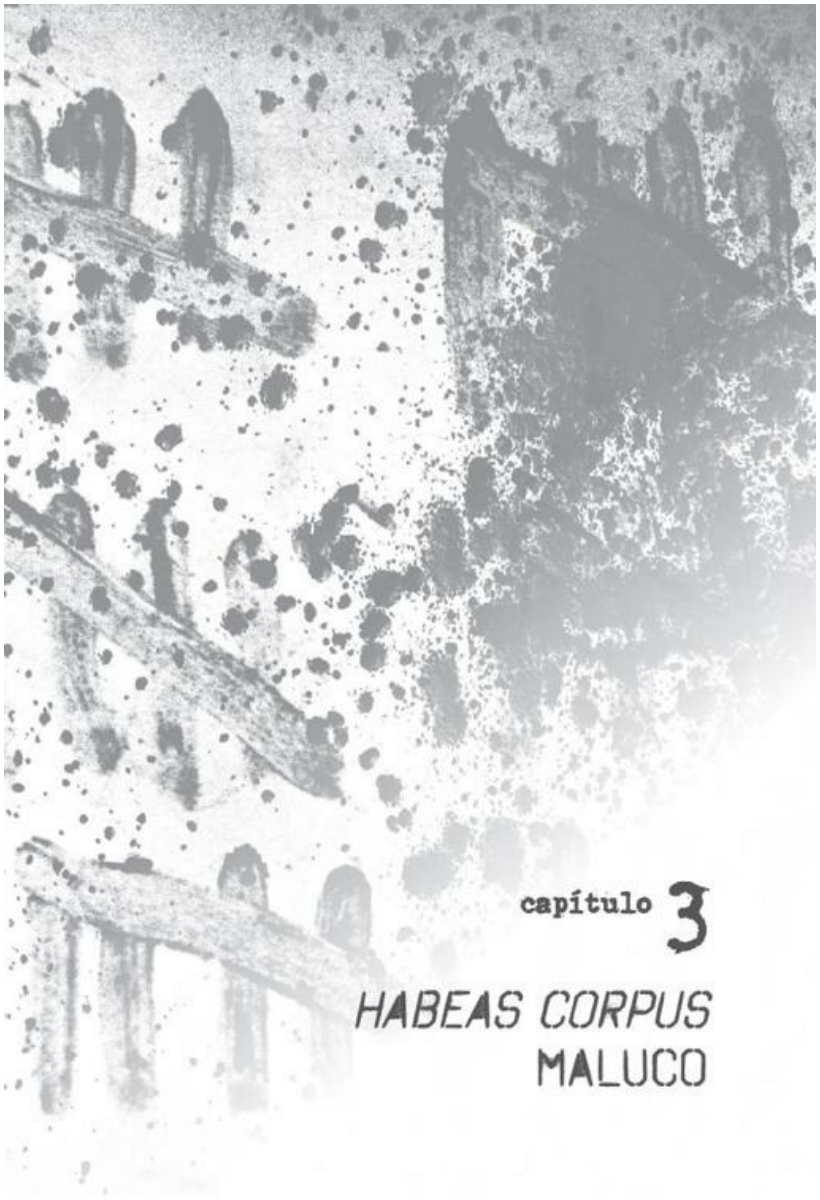
Não é que muitos daqueles que jamais tiraram os pés do asfalto ainda criticaram Arcanjo morto, chamando-o – insulto póstumo – de "irresponsável", por ter mostrado firmeza e coragem ao entrar num lugar dominado por traficantes? Outros quiseram aproveitar o momento para tentar transformar o assassinato numa luta entre chefes e subordinados. A comissão formada por jornalistas para acompanhar as investigações manifestou-se. Perguntou: "Por que Tim estava lá?". Ela mesma respondeu:

> A realidade do tráfico de drogas só é conhecida de todos, e muitas vezes até mesmo da polícia, porque jornalistas vão lá para contar. Ao longo de sua carreira, Tim Lopes fez isso mais de uma centena de vezes. Em muitas delas, como na que resultou em sua morte, foi convocado pelos próprios moradores das favelas, onde a imensa maioria é de gente trabalhadora e honesta.

Arcanjos, presume-se, vão para o céu.

Arcanjo Tim, vítima da brutalidade de Elias Maluco e seus bandidos principais, acabou sendo golpeado também por uma heresia que partiu do secretário da Segurança Pública, o professor aposentado de Filosofia do Direito da Universidade de Brasília, Roberto Aguiar, que trocou o Planalto pela planície cheia de morros para chefiar a polícia do Rio de Janeiro. Cobrado a respeito do andamento das investigações e da necessidade de estancar tanta violência, cujo horror foi sintetizado na execução de Arcanjo, sentenciou: "Só Jesus Cristo é capaz de fazer um milagre para resolver o problema a curto prazo". Para os mais apressados, sugeriu que Cristo fosse nomeado secretário da Segurança.

Arcanjo Lopes do Nascimento, ainda presumindo, não iria gostar dessa forma irônica de sugestão.



capítulo 3

HABEAS CORPUS
MALUCO



H*abeas corpus*, que tenhas teu corpo.

O *h.c.*, iniciais muito conhecidas no mundo forense, é chamado pelos homens e mulheres que apreciam usar becas e togas de "remédio heroico", gongórica expressão para afirmar a garantia constitucional prevista para todo aquele que sofre violência, ou esteja ameaçado de ser atingido por ela, correndo riscos, na forma de constrangimento ilegal para se locomover, tanto indo quanto vindo, por decorrência de atos ilegais ou abuso de poder. Mas, se "o crime está na esquina e a Justiça mora longe", como sentenciou Millôr Fernandes, a frase do humorista encaixa-se com precisão milimétrica no caso de Arcanjo Antônio Lopes do Nascimento.

Tocar no assunto é mexer em caixa de marimbondos.

Mas entre o angelical Arcanjo, trucidado, e um dos carrascos, o facínora Elias Pereira da Silva, existe uma ligação, um nexo causal, uma diferença entre o risco de servir à sociedade com o risco da própria vida e a frieza burocrática dos cartórios. De um lado, Tim. De outro, Elias Maluco. Por ser Arcanjo, Tim deveria estar mesmo onde estava. Quando o secretário da Segurança Pública propôs a nomeação de Jesus Cristo para secretário da Segurança, deixou seu gabinete e foi para as ruas, pôde contemplar aquela estátua, bonita e sem vida, porque de pedra, com os braços abertos, cartão-postal da cidade. Arcanjo era o protetor de sangue, carne e ossos para a comunidade esquecida, desamparada, carente. Por ser bandido maluco, Elias jamais poderia estar onde estava. Não poderia estar solto. Seu lugar era a prisão, bem fechada, bem guarnecida, segurança máxima – como dizem, mas nunca provam.

Tim Lopes, o Arcanjo, estava onde precisava e tinha direito de estar.

Elias, o maluco, estava onde jamais poderia.

Mas por que Elias não podia estar onde estava? Porque deveria estar preso. Elias foi solto por força de um *habeas corpus*, remédio heroico para ele e covarde para Tim. Favorecido pelo polvo e não mais apenas pelos tentáculos do crime organizado, Elias saiu graças às maluquices dos rituais romano-canônicos, que transformam a justiça em corredores da morosidade, esquinas da impunidade, como se não fosse possível proporcionar segurança pública dentro do estado democrático de direito, cuja implantação custou sacrifícios, torturas, desaparecimentos e mortes, numa guerra sanguinária dentro do próprio país.

Elias deveria estar preso simplesmente porque estava sendo processado pelo sequestro de Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira Filho, filho do então presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, a Firjan.

Quatro longos anos não foram suficientes para a sentença de Elias ficar pronta na 31ª Vara Criminal. Advogados fizeram o que bem entenderam para que as etapas do processo não fossem cumpridas. Testemunhas policiais debocharam. Na frieza da lei, que nunca mede temperaturas externas, não é possível alguém ficar preso tanto tempo sem que a sentença seja promulgada. É o que, dizem nos corredores forenses, caracteriza *constrangimento ilegal*.

Mas que bacharel ou doutor pode garantir que essas facetas do direito penal ainda apresentam as respostas para os desafios de hoje? Nenhum. Tanto assim que o constrangido Elias saiu, voltou ao seu império do crime e comandou a execução, com ritos medievais, de Tim.

De quem é a culpa? De ninguém. A morte do Arcanjo não pesou nas consciências a ponto de se fazer um mea-culpa público. O mea-culpa tem o sentido de arrependimento, de alguém reconhecer o seu erro, a *minha culpa* Ninguém se arrependeu de absolutamente nada. Ninguém quis saber de reconhecer erro algum. Todos sabiam que Elias era bandido, participante de crime que nossa lei classifica de "hediondo". Era previsível o que poderia acontecer. A liberdade equivalia a uma licença para matar, traficar, sequestrar e roubar. Elias, entrincheirado na sua fortaleza inexpugnável, usou essa licença como quis. Publique-se e registre-se, portanto, *ad perpetuam rei memoriam*, a escabrosa história de Elias.

Arcanjo, pelo menos num eventual intercâmbio de nomes, poderia dar-se bem com ele. Afinal, Elias é o nome do profeta que mandou descer fogo do céu para consumir o holocausto oferecido a Baal e foi arrebatado da Terra, segundo narrativa bíblica no Antigo Testamento, por um carro de fogo que desapareceu num turbilhão de vento. Por que Elias e Arcanjo foram compatíveis apenas nas Escrituras?

Porque Elias Maluco não tinha carro de fogo e sim uma gruta de fogo, que ele batizou de "micro-ondas". Fogo, para ele, era coisa de tonel, pneus, gasolina e óleo diesel para cremar carne humana, sentindo prazer com o martírio. Elias não profeta atacou ferozmente a obra do Criador – no qual seu homônimo acreditava fervorosamente –, como se, esquartejando o inimigo-repórter, o autor da criatura Arcanjo-Tim também pudesse ser golpeado. Simultaneamente: Criador e criatura, feitura e autor, assassino com nome de profeta, vítima com nome de habitante celeste.

A técnica que explora a burocracia e a possibilidade de procrastinar explorou ao máximo o fato de Elias estar num processo com mais dezesseis réus. Acostumado com o teatro faz de conta que caracteriza processos nos quais o que não está nos autos não está no mundo, segundo uma heresia com roupagem jurídica, Elias só queria saber da liberdade. Em determinado momento, a performance do advogado Nicolino Lagrutta desagradou-lhe. Seria, normalmente, o caso de tornar sem efeito a procuração. Elias optou por uma solução bem a seu modo: mandou matar o advogado. No lugar do finado, assumiu Roberto Pedrini, incumbido de apresentar o que se chama processualmente de "alegações finais". Antes, porém, os advogados Luiz Carlos da Silva Neto e Rafael Tucherman, *impetrantes* do *habeas corpus* 1954/2000, no qual Elias figura como *paciente*, invocavam o *excesso de prazo* para que, considerando-se estar o bandido preso há mais de quatro anos "e ainda não efetivada a prestação jurisdicional, caracterizado se apresenta o constrangimento ilegal, que deve ser sanado com a expedição de alvará de soltura, estendendo-se a ordem ao corréu Odair Larlon Duarte". Tudo bem, é isso mesmo, decidiram em acórdão, por unanimidade, os desembargadores que integram a 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Esse foi o quinto *habeas corpus* impetrado a favor do impaciente Elias Maluco.

Um dos dezesseis réus, Nelson Rodrigues dos Anjos, conseguiu a proeza de constar do processo como "indefeso" até junho de 2001, quando foi nomeado um defensor público. Um advogado, defensor de Ana Cristina Pedro Mendonça, desapareceu. A juíza da 31ª Vara em 2002, Fátima Clemente, publicou um edital de convocação para localizá-lo. Não adiantou. Mandou, então, um oficial de justiça atrás de Bruno Augusto Souza Freitas no endereço fornecido nos autos. Mas ele havia se mudado. Por essa vara, passaram quatro juízes entre 1996 e 2002. Um conluio entre advogados e policiais permitiu que, no curso do processo de Elias Maluco, faltassem às audiências réus e testemunhas. Tudo tão acintoso que o Tribunal de Justiça mandou ofícios informativos para a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio de Janeiro, para a Secretaria da Segurança Pública e para o Departamento do Sistema Penitenciário. Não houve respostas nem providências.

Como nessa história o que está nas leis nem sempre está nas ruas e o que acontece nas ruas não consta obrigatoriamente nas leis, a decisão de libertar Elias Maluco é juridicamente perfeita. Foi o desfecho, último capítulo de uma novela policial escrita com bastante antecedência e atores cuidadosamente escolhidos. Foi tudo armado, articulado, programado, planejado para que os desembargadores ficassem sem opção formal a não ser conceder o *habeas corpus*. Mas permitir essa ofensa ao bom senso e à própria justiça durante longos 48 meses foi demais. Podem tentar todas as explicações possíveis. Não será

possível, contudo, explicar o inexplicável.

São as leis, critérios e políticas em ritmo de descompasso com a realidade. Elias era um perigo, todos sabiam. Dificilmente Elias não voltaria ao crime, todos sabiam. Outras pessoas ficariam indefesas diante de Elias, todos sabiam. Elias era reincidente de alta periculosidade, todos sabiam. E, mesmo sabendo, Elias saiu, vitorioso, para fundar um tribunal do tráfico que ele mesmo iria presidir. Elias virou excelência. Manobrou uma espada, não da justiça, mas uma arma branca parecida com as espadas dos samurais, para aplicar ele mesmo a justiça do modo que considerava eficiente, rápido, irreversível. Para a justiça comum, a lentidão. No tribunal de Elias, o rito sumário. Para a justiça comum, penas limitadas. No tribunal de Elias, a pena de morte, danando-se a disposição em contrário da Constituição Federal.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
SEXTA CÂMARA CRIMINAL

Habeas-Corpus nº 1954/2000

Impetrante .....: DR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO
DR. RAFAEL TUCHERMAN
Paciente.....: ELIAS PEREIRA DA SILVA

RELATOR: JDS – Desembargador VALMIR RIBEIRO

EMENTA

HABEAS-CORPUS- EXCESSO DE PRAZO.- CONSTRANGIMENTO ILEGAL.- Estando o paciente preso há mais de quatro anos e ainda não efetivada a prestação jurisdicional, caracterizado se apresenta o constrangimento ilegal, que deve ser sanado com a expedição de Alvára de soltura, estendendo-se a ordem ao co-réu ODAIR MARLON DUARTE Ordem concedida.-

Visto, Relatados e discutidos estes autos de Habeas-Corpus, em que é paciente ***ELIAS PEREIRA DA SILVA.-***

ACORDAM *os Desembargadores que integram a* ***SEXTA CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por unanimidade, em CONCEDER a ordem,*** *determinando a expedição de Alvará de Soltura, estendendo-se os efeitos da decisão ao co-réu* ***ODAIR MARLON DUARTE.-***

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2.000.-

SALIM JOSÉ CHALUB
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

VALMIR DOS SANTOS RIBEIRO
JDS-Desembargador

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PODER JUDICIÁRIO
SEXTA CÂMARA CRIMINAL

130

Habeas-Corpus nº 1954/2000

Origem..... .....: 31ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
Impetrante.....: DR. LUIZ CARLOS DA SILVA NETO
DR. RAFAEL TUCHERMAN
Paciente.....: ELIAS PEREIRA DA SILVA

RELATOR: JDS – Desembargador VALMIR RIBEIRO

RELATÓRIO

Os impetrantes ***Drs. Luiz Carlos da Silva Neto e Rafael Tucherman****, brasileiros, o primeiro, casado, Advogado, OAB nº 71.111, o segundo, solteiro, Estagiário, devidamente inscrito na OAB/RJ sob o nº 107.820-E, com fulcro nos artigos 5º, LXVII da Constituição Federal e 647 e seguintes do Código de Processo Penal, ingressaram com a presente ordem de Habeas-Corpus em favor do paciente* ***ELIAS PEREIRA DA SILVA****, brasileiro, casado, atualmente preso na penitenciária Bangu III, alegando o seguinte:*

Que o paciente responde a processo junto a 31ª Vara Criminal da Capital por infringência aos artigos 159, parágrafo primeiro, c/c o 157. § 2º, nºs I e II, na forma do 69 e 29, todos do Código Penal, estando preso provisóriamente desde 29 de março de 1.996; que já tendo passado mais de 04 (quatro) anos do início de sua prisão cautelar, ainda não foi prolatada sentença; que já foram impetrados quatro Habeas-Corpus visando sua imediata soltura, em razão de excesso de prazo, que foram denegados; que no último dos remédios, embora denegado, a Câmara recomendou ao juizo que tomasse providências no sentido de agilizar a prestação jurisdicional; que o excesso de prazo é visível.-

Pedem liminarmente a cessação do constrangimento e, no mérito, a concessão da ordem.-

Acostou à inicial os documentos de fls. 07/75.-

A liminar foi indeferida pelo despacho de fls. 77.-

VALMIR DOS SANTOS RIBEIRO
JDS Desembargador

Elias tinha as suas próprias leis na cabeça. Três em uma: Executivo, Legislativo e Judiciário. Montesquieu *já era*, com sua teoria da repartição dos poderes. Antes de ser vencido pelo poder do crime organizado no estado do Espírito Santo, que burlou com sucesso uma tentativa de se decretar intervenção federal, o então ministro da Justiça sintetizou a ação comanda por Elias Maluco: "Houve uma ação estatal. Tim Lopes foi preso, julgado, condenado e executado. O que é isso? Uma ação estatal". E essa forca estatal também queria dizer que o crime organizado em forma de tráfico de drogas não era mais um poder paralelo e sim um poder concreto, real, desafiante, triunfante. Com mais um ingrediente: desse momento em diante, a execução de Tim Lopes, o Arcanjo que ele pretendia mandar para o inferno, queria dizer que suas ordens, suas determinações e seu poder jamais poderiam ser contestados. Sangrar, retalhar e matar eram apenas uma questão de estilo.

Não haveria nenhum status capaz de deter seus passos. Viva o tráfico! Viva o consumo de drogas! Viva o dinheiro que vem das mãos que valorizam objeto e não gente! Viva a definição de traficante como fruto exclusivamente das desigualdades! Viva a igualdade entre os desiguais! Viva a cocaína! Viva quem acha que os traficantes são Robins Hoods dos morros, porque tiram dos ricos e da classe média e dão para os pobres! Viva o vazio da razão! Viva a tortura! Viva o ser humano transformado em picadinho! Viva a morte!

Para merecer tantos vivas e tantos aplausos, Elias Maluco precisava ser rígido, implacável, desconhecedor de qualquer misericórdia, caçar seus opositores e matá-los. Ótimo, também, se entre seus troféus houvesse gente com destaque social. Essas vítimas são as melhores. Se não, seria um esqueleto a mais naquele vale cada vez maior de ossos secos. Jornalista? TV Globo? Aquele maldito que atrapalhou nossos negócios com a denúncia do feirão de drogas, que atraiu a polícia, aumentou a cota dos corruptos e ainda espantou os clientes, os viciados, os tais usuários e dependentes químicos, como falam longe do morro?

Belo corpo! Belo cadáver! Bela vítima!

Capturado, baleado nos pés, recebendo pauladas pelo corpo, manietado e arrastado pela quadrilha ensandecida, Tim Lopes previu o triste fim. Só pôde dizer que estava ali apenas para fazer seu trabalho. Só que Elias Maluco usou do mesmo

argumento. Como, para ele, ser traficante era profissão, vender cocaína era um negócio e alimentar a dependência apenas uma relação de oferta e procura, o que interessava é que suas atividades já haviam sido prejudicadas e, dessa vez, não seriam mais. Arcanjo foi conduzido ao matadouro. Morreria como um cadáver de qualidade, um assassinato de impacto, um crime de repercussão, um sinal, um alerta, uma advertência. Olhem bem o que acontece para quem ousa desafiar o poder de Elias Maluco. Morra! Desapareça! A casa caiu! *Já era, meu!*

Engana-se, porém, quem imagina como ato isolado a selvageria de Elias sendo praticada para vingar os estragos na economia do tráfico pela reportagem "Feira das drogas". Como se o traficante fosse uma versão de nosso tempo de Átila, o bárbaro rei dos hunos. Não, a selvageria foi sendo implantada aos poucos, e as autoridades não quiseram perceber, esquivaram-se de compreender, omitiram-se diante do crescimento avassalador da violência. Preferiram debruçar-se sobre tese e teorias – tão fora do real que, quando aparece um documentário ou um filme que trata do assunto com componentes fortes, reveladores, deliciam-se com perplexidade, aplaudem a constatação daquilo que não quiseram ver.

O *Maluco* de Elias quer dizer louco, doido, alienado mental. Apelido derivado de seu comportamento caracterizado pela violência como marca registrada, a ponto de ser considerado mesmo um perigoso psicopata. Quando foi capturado pela primeira vez, em março de1996, vestia apenas bermuda jeans azul. Um policial obrigou-o a levantar o rosto para ser fotografado pela imprensa. Parecia uma fera acuada, inconformada com a surpresa da prisão.

Mas, indiferentes aos montes de esqueletos do Complexo do AIemão – onde a fumaça que saía dia e noite da gruta micro-ondas queria dizer que o corpo de alguém estava sendo destruído –, as autoridades competentes e incompetentes não se deram conta de um intercâmbio que já vigorava há um bom tempo no mundo do tráfico. Ao contrário dos inaptos em matéria de segurança pública, os traficantes trocam informações, discutem como as crueldades praticadas nos mais variados pontos do país podem ser adaptadas em suas regiões e, naturalmente, planejam a remessa de drogas, armas e munições. A tal ponto que, no domínio dos morros, preferidos pela única razão de que as edificações neles construídas são *bunkers* impenetráveis, decidiu-se que as pedras de *crack*, droga de alta concentração e toxicidade, mistura de cocaína, bicarbonato de sódio etc., jamais seria admitida. Primeiro, porque destrói os usuários muito rapidamente. Atrás deles vêm os ladrões, indesejáveis entre traficantes (na cadeia, os dois grupos gastam muito tempo discutindo quem é bandido de verdade). Além do que, definiram, a entrada das drogas sintéticas seria ameaça grave para os investimentos na cocaína em pó. Já pensaram se as sintéticas ocupassem o lugar do pó branco e o consumo diminuísse? Ai, então, todo aquele armamento – que definições incompatíveis garantem ser de uso exclusivo das Forças Armadas – seria empunhado pelos traficantes para quê? A violência do poder real seria usada para outros empreendimentos, perspectiva aliás nunca pensada pelos que defendem a liberação das drogas como garantia automática de dias mais pacíficos, como se uma simples mudança na lei mudasse hábitos enraizados.

Os traficantes vibraram com a novidade de um lugar distante: Rio Branco, Acre. Depois que, finalmente, foi preso um policial ex-deputado, que empunhou uma motosserra para cortar aos poucos um desafeto, fato por si só suficiente para ensejar macabras imitações, chegou ao comando do tráfico a informação de que algo ainda mais interessante havia sido proporcionado pelo homem que atravessou a fronteira entre a repressão ao crime e o banditismo. Aconteceu numa festa de aniversário. Caixas de isopor chegaram ao lugar da festa, um enorme galpão, carregadas de camarão de primeira qualidade. Garrafas de uísque quinze anos foram generosamente distribuídas. Entre brindes, vivas e parabéns, o anfitrião colocou-se em um ponto estratégico do salão, como se fosse pronunciar um discurso. Mas, em vez disso, abriu lentamente uma das caixas de isopor e, lá de dentro, entre pedras de gelo, retirou uma cabeça humana, segurando-a pelos cabelos, rapidamente identificada como a do assassino de seu irmão. Aí, sim, fez o seu discurso, repleto de frases desconexas, embaladas pelo álcool, tudo em tom ameaçador para quem deixasse de reconhecer nele a figura mais poderosa da região, brandindo a cabeça nas mãos, sob palmas histéricas dos convidados. Depois, a cabeça foi devolvida à caixa, e o anfitrião, sem lavar as mãos, serviu-se de um pedaço de camarão frito, bebeu um longo gole de uísque e, satisfeito, limpou os beiços com a palma direita.

A partir disso, como se os traficantes tivessem serviço de inteligência, outras cabeças começaram a rolar em vários morros do pais. A ideia foi muito apreciada em presídios de São Paulo. Cabeças separadas do corpo a golpes de facas enormes passaram a fazer parte do cotidiano em rebeliões e atos de vingança. Na cidade de Taubaté, uma delas, ensanguentada, foi arremessada sobre uma juíza de direito, chamada ao local – um presídio de segurança máxima – como exigência para uma negociação ser intermediada durante uma rebelião. Menores gostaram da ideia em outra rebelião, esta na Fundação para o *Bem-Estar* do Menor (Febem), e fizeram a mesma coisa com um companheiro de internação. Passaram alguns minutos usando a cabeça como bola de futebol e, depois, jogaram-na sobre os policiais militares da Tropa de Choque da Polícia Militar que cercavam o lugar.

Retirada da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, a juíza precisaria de algum tempo de licença para recuperar-se do impacto traumático. Outras cabeças foram cortadas em pleno pátio – chamando atenção dos atônitos policiais o fato de um prisioneiro caminhar segurando uma cabeça cuidadosamente nas mãos, parando de vez em quando para beijá-la na boca. Ficou esclarecido, dias depois, o porquê do terror. O dono da cabeça cortada estava trancado numa cela especial, que os presos chamam de *seguro*, porque recebia ameaças de um bando rival. A droga era o motivo das desavenças. Negócios mal resolvidos nas ruas são acertados com rigor no cárcere. O protegido recebia olhares enfurecidos do inimigo, que passava de vez em quando pelo corredor de isolamento. Brincando com o perigo, levava as mãos à boca no gesto de mandar beijos de

paz. Quando a rebelião estourou, e todas as celas foram escancaradas, a vingança. A morte a facadas, tantas que o matador precisou usar o ferro das grades para amolar o corte antes dos golpes finais. Era essa a explicação para aqueles estranhos beijos nos lábios da cabeça ensanguentada. Dois meses antes da morte de Tim Lopes, partes de um corpo humano, esquartejado a golpes de machado, foram encontradas em dois lugares diferentes do bairro de Copacabana. Os quadris estavam debaixo de um carrinho de mão, na Rua Raul Pompeia, dentro de um saco. Um varredor de rua fez a descoberta. A parte superior do tronco e os membros, colocados dentro de caixas de papelão – braços e pernas em sacos plásticos –, foram largados na Avenida Atlântica, perto da Rua Bolívar. O esquartejado era o traficante conhecido como Michel da Tonelero. Antes dele, porém, o estilo de execução já havia sido implantado.

No Presídio Bangu III, o traficante Marcos Antônio Pereira Firmino passou a ser chamado de My Thor depois de usar sistematicamente uma machadinha como instrumento de tortura e assassinato. Também esquartejado, identificado apenas pelo DNA, foi encontrado em outubro de 2000, na favela do Dique, o corpo do detetive José Vicente Gomes da Silva, que chefiava o Setor de Investigações da 58ª Delegacia de Polícia. O policial foi aprisionado por cinco homens armados na Rodovia Presidente Dutra, altura de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, e levado para a favela, onde sofreu muito antes de morrer. Oito meses antes da execução do detetive, os traficantes, cumprindo ordens de José Ricardo Rosa Ribeiro, prisioneiro de Bangu I, sumiram com oito moradores do morro do Vidigal. Partes dos corpos foram encontradas em pontos diferentes das praias de lpanema e Leblon.

Com atraso, a polícia, ouvindo gravações de telefonemas, descobriu uma tortura até a morte, em câmara lenta, por determinação do traficante Luiz Fernando da Costa, muito conhecido como Fernandinho Beira-Mar. O traficante não gostou de saber que um rapaz de 20 anos, Michel Anderson Nascimento dos Santos, tinha saído algumas vezes com sua ex-namorada, Joelma Carlos de Oliveira. Foi em agosto de 1999. Seu corpo foi sendo retalhado, e Fernandinho acompanhava tudo pelo telefone. "Já tiraram os dois pés? E os dedinhos?" Já nos estertores, os matadores encostaram um telefone celular no que lhe restava do ouvido direito. Fernandinho perguntou com sarcasmo: "Tudo bem?". Só ouviu gemidos. Completou: "Isso é para você aprender a não sair com mulher de vagabundo". Bandido sente orgulho em ser chamado de bandido. Também fica envaidecido ao ser identificado como vagabundo. Nada ofensivo, pelo contrário.

A pena de morte implantada pelo tráfico criou uma legião de desaparecidos nas favelas do Rio de Janeiro. A polícia possui na Delegacia de Homicídios um setor que diz tudo: Descoberta de Paradeiro. Ali se calcula que, dos seiscentos sumiços em média de cada ano, uma expressiva parte – 150 – pode ser creditada na conta do tráfico.

A ausência de regras e normas conferiu aos traficantes o poder absoluto em muitos lugares, inclusive corredores forenses, delegacias, quartéis e presídios. O envolvente cancro da corrupção deixou pistas que foram ignoradas pela incompetência de plantão ou por envolvimento direto com os traficantes. Para bons entendedores, a execução do advogado Nicolino Lagrutta, em 1997, poderia ser muito mais do que um sinal. Tiros de fuzil, dentro de casa, acabaram com a vida do advogado, que só defendia traficantes, bandidos do porte de Elias Maluco ou Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP.

Há que se distinguir, aqui, os profissionais do direito que exercem o legitimo e sagrado direito de defesa daqueles que na verdade são empregados de traficantes. Nesse caso, limitam-se a cumprir ordens. São emissários do pó, portadores de recados verbais, cartas e bilhetes, ou simplesmente contínuos de luxo. De vez em quando, um deles aparece morto, nunca se descobre o porquê. Mistérios vão para o túmulo, em definitivo. Alguns são medíocres, outros toleráveis e poucos de bom nível. Em toda parte, costuma-se dizer, erroneamente, que bandidos traficantes são colocados em liberdade graças a "bons advogados", como se exercer com competência a profissão fosse um perigo para a sociedade. Não, o perigo se restringe a bandido bem acompanhado por homens e mulheres de anel de bacharel no anular que são indignos de pertencer à categoria.

Essa poderia ser apenas uma imagem de retórica se fatos lamentáveis não viessem comprová-la. O assassinato de uma diretora de presídio no Rio de Janeiro traduz isso da maneira mais didática possível. Sidneya Santos de Jesus era diretora da Penitenciária Bangu I quando foi executada a tiros assim que chegava em casa, num final de tarde de setembro de 2000. Estilo linha-dura, a mulher de 46 anos de idade desagradou a gregos e troianos – presos e advogados – quando impôs uma rígida disciplina dentro do presídio. Era o fim das conversas ao telefone celular, da distribuição de cocaína, visitas fora de horário e outras regalias para presos acostumados a fazer o que bem entendiam e a mandar mais do que os funcionários, como é comum nas prisões onde o poder pertence a quem está cumprindo pena.

Durante quatro meses de 1999, de maio a agosto, 48 presos receberam a visita de 360 advogados, que foram à prisão exatas 3 060 vezes. Não é preciso ser nenhum Sherlock para perceber que esse vaivém era altamente suspeito. A burocracia no tratamento de assuntos de máxima segurança levou a incômoda Sidneya à morte. O assassinato dela poderia ter sido evitado. Morte anunciada, morte consumada.

Com orientação de policiais especializados em ações de inteligência, ligados diretamente à Secretaria da Segurança Pública, o parlatório – lugar do encontro entre presos e advogado – foi equipado com grampos. É a chamada "escuta ambiental", comum em presídios de segurança máxima na Itália, e entre nós considerada ilegal. Nas conversas, o assassinato de Sidneya foi tramado. Advogados conversaram várias vezes e prolongadamente com os traficantes Marcinho VP, Sapinho da Previdência e Charles do Lixão. Dois pistoleiros seriam contratados por 90 mil reais, cotizados entre os traficantes para matar a diretora considerada indesejável e criadora de casos. Assim se planejou, assim se consumou.

As conversas reveladoras não foram utilizadas porque se entendeu que a escuta, clandestina, seria ilegal. Mas, qualquer que seja a explicação absurda, absolutamente nada poderá justificar o fato de um assassinato descoberto em fase de planejamento não ter sido evitado. Pouco importa o discurso ortodoxo. Importa que assim se combinou: "Morra, Sidneya, porque nada podemos fazer para impedir os planos dos bandidos; morra, Sidneya, porque você era honesta demais para conviver na orquestra que em tempos remotos foi banda podre". Homenagem *post-mortem* da socióloga Julita Lemgruber, do Departamento de Sistema Penitenciário:

> Sidneya morreu porque era uma mulher destemida e determinada. Sidneya morreu porque ousou lutar contra a corrupção no sistema penitenciário do Rio de Janeiro, o tráfico que, dentro das cadeias, corrompe agentes penitenciários e, fora dela, corrompe a polícia.

Locus regit actum. A lei do lugar é que rege os atos.

Interessante, não? – pergunta aos doutores.

Requiescat in pacem. Descanse em paz, Sidneya.

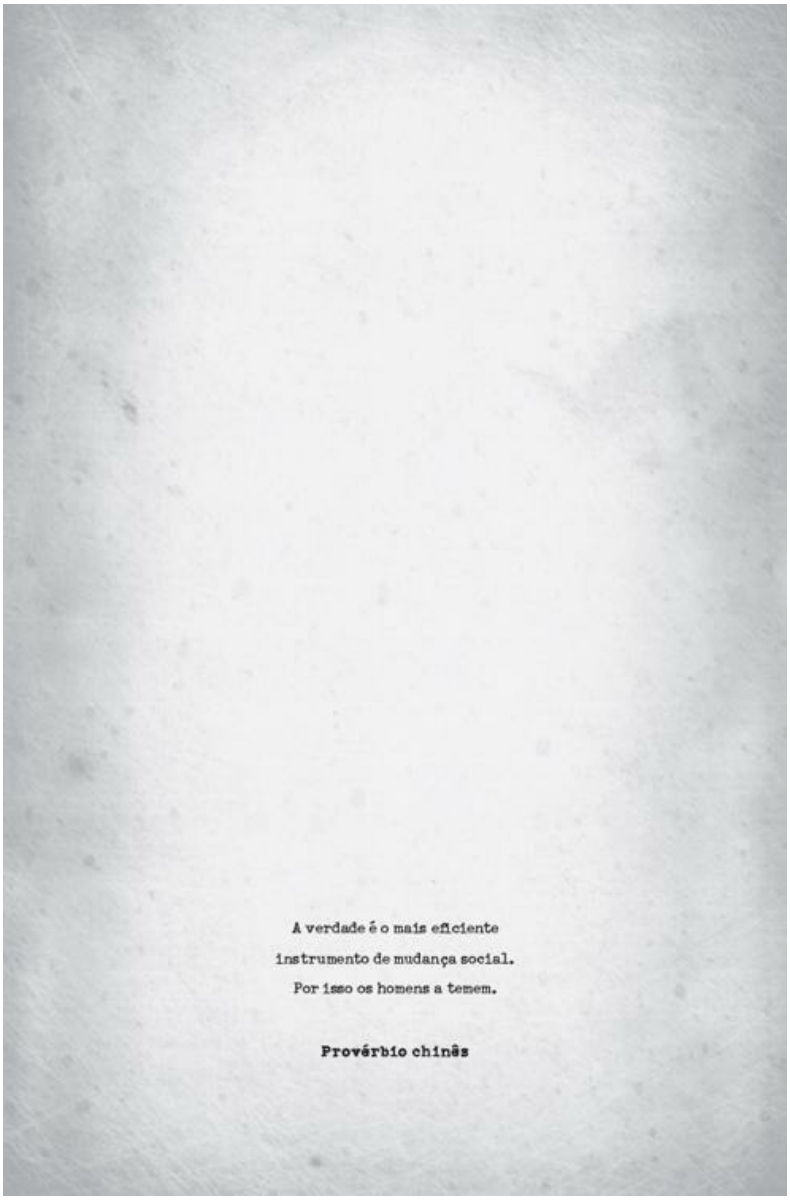
Julita percorre o caminho entre a mulher coragem e o jornalista intrépido.

Sidneya era, como Tim, determinada. Sidneya era, como Tim, corajosa. Não conseguiu, como Tim, finalizar o que havia iniciado.



capítulo 4

NARCODITADURA



Por alguma misteriosa razão, quando se fala em crime organizado e tráfico de drogas, a verdade, ou parte dela, vem à tona em pequenas porções. Nos seminários, congressos e simpósios a esse respeito, as melhores revelações ou comentários surgem nos intervalos, na hora do cafezinho. O velho *iceberg* permanece invisível.

Porque incomoda, perturba, machuca. Institucionalmente. Socialmente. Familiarmente.

O jornalismo investigativo tem sido responsável em grande parte pelo movimento que leva as verdades a não serem escamoteadas. Primeiro, a denúncia pela imprensa. Depois, quem sabe, talvez eventualmente em tese, alguma providência.

Os traficantes perceberam isso muito claramente em relação a Tim. Por isso deram à morte dele um caráter exemplar. Para os jornalistas deixarem de meter o nariz onde não eram chamados, prejudicando a venda da *farinha*, já que, quando a barra fica pesada, a circulação do *bagulho* diminui consideravelmente, prejudicando a *parada*, porque os *aviões* não podem transitar com desembaraço, o que deixa o *patrão* desconfiado.

Após a execução de Arcanjo Antônio Lopes do Nascimento, os traficantes divertiram-se. O assassinato era um sinal emitido. E, assim, quando os jornalistas precisaram subir ao lugar, seguindo policiais fortemente armados, fizeram isso em comboio, um carro de reportagem atrás do outro. Das sombras, dos cantos, dos becos e vielas, dos lugares sem formato ou desfigurados, mas sempre chamados de *ruas*, vinham gritos que penetravam nos ouvidos, atingiam a medula e sangravam o coração:

"Vai ter mais Tim! Vai ter mais Tim! Vai ter mais Tim!"

Era a advertência para o que ainda haveria de vir, dependendo da reação dos jornalistas. "Venham, que morrerão! Venha,

repórter, que o seu fim será igual ao de seu colega! Você é alvo fácil! Sua vida aqui não vale nada! Vai ter mais Tim!"

Três meses depois da morte de Tim, os jornalistas pretendiam fazer uma manifestação na Vila Cruzeiro. Escolheram a data de 7 de setembro. Um sábado. Feitas as consultas de praxe, nas quais são usados canais de comunicação conhecidos sob o eufemismo de Associação de Moradores, a resposta foi negativa, sem direito a qualquer apelação ou reconsideração.

Pretendiam, portanto.

Os noventa dias de morte de Arcanjo foram selados com outro tipo de ato, uma concentração em frente à Igreja da Penha. No domingo, 8, porque na véspera os céus clamaram e um temporal desabou sobre o Rio de Janeiro. A escadaria da igreja, esculpida em pedra em 1819, tem 365 degraus. Um religiosa mandou fazê-la para pagar uma promessa. Amigos e companheiros de Tim prometiam, de novo, que sua memória não seria esquecida. A fiel da promessa conseguiu ficar grávida. Os amigos de Tim queriam gerar consciência.

No final de agosto, jornalistas selecionados pelos veículos onde trabalhavam passaram um sábado inteiro num seminário internacional organizado pelo Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, da Universidade do Texas, dirigido pelo professor brasileiro Rosental Calmon Alves. O tema era jornalismo investigativo: ética, técnicas e perigos. Revelou-se que, naquele momento, toda a equipe de reportagem encarregada de fazer a cobertura de determinados assuntos precisava definir antes normas de segurança. O que antes era feito automaticamente passou a exigir cuidados especiais. E, para certos casos de imagens fortes, flagrantes de confronto entre bandidos e policiais, um repórter da TV Globo revelou que havia deixado de creditar, por segurança, o nome do cinegrafista. Ali Kamel, diretor da Central Globo de Jornalismo, mencionou a adoção de indispensáveis esquemas de proteção armados para proteger jornalistas ameaçados. O diretor da sucursal da *Folha de S. Paulo* no Rio de Janeiro, Marcelo Beraba, revelou que, após o desaparecimento de Tim (por algum tempo os jornalistas quiseram acreditar que o pior não tivesse acontecido), um motoqueiro residente na favela Cruzeiro comentou na portaria do jornal que o tal repórter desaparecido havia sido morto e queimado. Eram os comentários que se podiam ouvir com naturalidade na favela. Estavam corretos, e com bastante antecedência em relação às investigações oficiais.

No dia seguinte, chuvoso, um repórter que faz jornalismo investigativo para uma revista nos Estados Unidos quis fazer uma visita à favela da Rocinha. Esse passeio, feito com naturalidade no Rio de Janeiro, é muito apreciado por turistas estrangeiros. Costumam chamá-lo de Favela Tour. Num ponto da favela, o jornalista afastou-se alguns metros do grupo de turistas para fazer uma foto com *flash*. Um menino aproximou-se e perguntou para que a fotografia. Ele respondeu que era turista. Foi quando o repórter percebeu que o menino havia sido mandado por um rapaz ostensivamente armado com um fuzil AR-15, que berrava ameaçador: "Aqui é área de tráfico! Aqui é área de tráfico!". O menino completou a mensagem: Aqui é área de tráfico. Passe o filme. Já".

O filme foi entregue. Na cabeça do repórter, estavam dissipadas todas as dúvidas sobre o cotidiano do pó. Sem retoques. Sem exageros. Sem maquiagem. Para quem quisesse ver.

Tudo normal naquele ambiente. Tão normal que uma pesquisa da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (órgão da ONU) –, realizada em 2002 no Rio de Janeiro e em outras treze capitais brasileiras, descobriu que o traficante é o modelo de realização para adolescentes, assim como a violência é causa determinante de evasão escolar. Ser professor em morros do Rio é um ato quase heroico, porque a guerra permanente entre bandidos rivais atinge em cheio as escolas. Traficantes seduzem alunos com propostas irrecusáveis para o padrão social do lugar. Professores são coagidos por alunos que não gostam de observações críticas e reprovação de suas atitudes.

Uma professora percebeu claramente que estava em outro mundo, numa terra sem lei, numa terra de ninguém, num outro planeta, quando achou que seria demais ela preparar uma aula com esmero e capricho e um menino ficar dormindo na primeira fileira de carteiras da sala de aula. Sacudido para acordar e ouvir o sermão de indignação docente, o menino apenas desculpou-se e justificou os olhos fechados, a cabeça balançando. Naquela noite, os bandidos haviam trocado muitos tiros entre si. O bangue-bangue varou a madrugada. Não deu para dormir.

A frase valeu por mil palavras. Estava explicado. A professora sentiu vergonha da situação que não havia provocado e que inviabilizava irreversivelmente qualquer projeto pedagógico, toda dedicação em ensinar, toda vontade de tornar o magistério sacerdócio transformador e libertador.

Há mais, porém. Existem escolas, como no Complexo da Maré, onde tiro é rotina, morte faz parte do dia a dia, perigo e riscos estão no cotidiano. Em lugares onde matar, morrer ou ficar ferido parecem um simples jogo, proteger minimamente crianças, estudantes, vira questão de consciência. Treinam, então, como se estivessem numa área conflagrada, de guerra mesmo. As crianças precisam tirar notas altas no quesito violência para aprenderem a continuar vivas. Ouvir barulho incessante de tiros – em rajadas ou intermitentes, querer saber os calibres já é pretender demais – é como estar buscando um sinônimo de sobrevivência, já que esses sons requerem reações imediatas, instintivas até. Ouviu os tiros, tem que se proteger. Ouviu os tiros, precisa abrigar-se sem nenhum tempo a perder. Ouviu os tiros, salve-se.

Mas os professores, ouvindo os tiros e querendo proteger as suas crianças (coisa de professor carinhoso e protetor, ou das tias, que tomam conta delas como se fossem mães), precisam ensinar como se caminha pela linha divisória entre vida e morte de uma forma que não se esqueça. A receita fundamental é jogar-se ao chão e não levantar a cabeça de jeito nenhum. Aprende-se isso de uma vez por todas com gritos didáticos e de advertência: "Arraste-se como cobra no chão. Como cobra! Igualzinho

a cobra! Não levante a cabeça! Cabeça abaixada".

Algumas crianças se divertem brincando de ser cobras, indiferentes ao serpentário humano, lá fora, onde outro tipo de cobra – a *criada*, como dizem os bandidos – levanta bem a cabeça, para mirar ou dar tiros a esmo, como se os seres humanos moldassem personalidades por meio da degradação. No mercado do pó, a vida é sempre o artigo mais barato. Pouco importam as cobras venenosas que se movem com pernas se estiverem provocando a fuga da escola, contribuindo para que não se tenha mais vontade de ir à escola, para que se prefira faltar por causa do medo. Complicado, num lugar desses, pensar em qualidade de ensino, inclusão social e educação como criadoras de cidadania e ética. Cobras de pé, cobras atirando, cobras pequenas se arrastando, cobra de cabeça erguida, cobras treinadas para não levantar a cabeça jamais.

Os teóricos que ignoram a realidade nem perceberam a exigência da lei: presença obrigatória do réu para um processo ter andamento. Imagine o oficial de justiça passando rotineiramente pelo cartório, apanhando uma pilha de mandados de intimação e subindo aos morros, para cientificar o traficante de que ele tem audiência com data e hora marcadas. Imagine apenas, porque qualquer estranho ao lugar precisa receber autorização prévia para subir. O oficial de justiça tem de se submeter ao poder que não é judiciário. A resposta é: não pode entrar. E ele não entra.

Mas os oficiais não estão sozinhos na lista dos que não podem chegar a determinados lugares, pouco importa que sejam funcionários da justiça. Hilária a definição de constrangimento ilegal para permitir libertação de facínora, quando moradores, estudantes e funcionários são constrangidos todos os dias a cumprir ordens de bandoleiros que pisam e ateiam fogo diariamente nos Códigos e na Constituição. Para os outros, a lei. Para eles, apenas as regras dos códigos particulares, a lei do cão, a *firma* que transforma o tráfico em empreendimento com rentabilidade à prova de qualquer crise.

Quando Tim Lopes foi esquartejado, a própria Polícia Militar encarregou-se, por meio de seu comando, de fazer uma lista imensa de favelas – mais de seiscentas cadastradas no Rio de Janeiro – nas quais em hipótese alguma seus homens poderiam entrar à noite, para assim evitar tiros, balas perdidas, mortes e ferimentos de inocentes. Numa relação à parte, ficaram quinze favelas, nas quais toda entrada de policiais somente poderia ser feita com apoio maciço de unidades de choque, como o Batalhão de Operações Especiais, da Polícia Militar, e a Coordenadoria de Recursos Especiais, da Polícia Civil. A favela do Cruzeiro, onde Tim Lopes foi capturado, estava nessa relação. Um mês antes de sua morte, até o Fórum de Niterói recebeu ordens para fechar. O Tribunal de Justiça admitiu o abuso e as ameaças endereçadas a juízes criminais. Os policiais militares não se esquecem da proibição: o cabo Marco Antônio Balduíno de Oliveira foi surpreendido, mesmo à paisana, no morro do Chapadão. Revistado, descobriu-se que era policial, o suficiente para os traficantes decretarem a sua morte. Primeiro, a tortura. Depois, a cabeça decepada e exposta. No morro do Dendê, em 2001, não adiantou a PM formar um grupo bem armado para combater os traficantes. Muito bem armados, eles sustentaram um tiroteio cerrado durante cinco horas, matando um policial e ferindo quatro.

Com esse poder de fogo, organizam *bondes*, verdadeiros comboios de traficantes, para atacar e eliminar concorrentes. Não há limites: em agosto de 2001, um desses comboios recuperou o território ocupado na Vila da Penha por um grupo de rivais que festejava a vitória com um churrasco no Conjunto Habitacional de Quitongo. Como uma tropa militar de assalto, os traficantes que haviam sido expulsos interromperam o churrasco e fuzilaram treze adversários de uma só vez. Os *bondes* espalharam-se pelas ruas do Rio de Janeiro em ações variadas, como roubos de automóveis, tiros em viaturas e cabines da Polícia Militar, e um atentado – tiros de fuzil e granadas – contra o prédio onde ficam a Secretaria de Direitos Humanos e a sede do Departamento do Sistema Penitenciário. Perto dali, foi largado um cartaz escrito à mão: "Chega de opressão. Daqui para frente a qualquer ação arbitrária com nossos irmãos na cadeia será dada resposta à altura".

Na Vara da Infância e da Juventude, onde o Poder Judiciário cuida de todas as questões relativas a adolescentes, as estatísticas feitas no ano da morte de Tim Lopes indicaram que, de todos os menores pegos em situações de flagrante, cerca de 70% estavam envolvidos de alguma forma com drogas. Muitos deles são da classe média, cometendo crimes para arranjar dinheiro – os traficantes não conhecem a palavra inadimplência – e comprar o objeto do vício. Muitos dependentes tornam-se agressivos e, sem identidade, integram-se em turbas como a dos *pit-boys* e a dos *talibãs da Barra*.

O lado jurista dos traficantes descobriu a vulnerabilidade da lei para as crianças de até 12 anos. Muitas são contratadas como *fogueteiras*, cuja função é soltar fogos de artifício para avisar quando policiais ou estranhos estão se aproximando de pontos considerados estratégicos. Uma pesquisa de 2002 do Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social (Ibiss) revelou que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1 060 crianças com idade entre 8 e 12 anos, das quais 251 armadas, estavam a serviço do tráfico. Até a idade de 18 anos, o número subiu para 6 735 em 377 pontos ostensivos de venda de drogas. A corrupção de menores levantou a suspeita de que os traficantes chegaram ao cúmulo de patrocinar a eleição de alguns membros de conselhos tutelares – previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, órgãos que têm a função de decidir o destino de crianças de até 12 anos, independentemente do que pensassem juízes e promotores.

Entrando precocemente para a senda do tráfico, os meninos aprendem que precisam obedecer rigorosamente às ordens dos chefes. Roubar nas imediações dos pontos de tráfico, por exemplo, é proibido. Quem passar por cima dessa determinação é punido com tiros nas mãos, que também podem ser perfuradas a golpes de punhal. Os traficantes procuram se beneficiar das regalias concedidas para os menores de 18 anos, mas no mundo do tráfico crianças e adolescentes são punidos com o mesmo rigor feroz que regula todas as relações entre vendedores e consumidores de drogas. Um caso exemplar foi o de Naldinho,

adolescente de São Paulo autor de várias mortes e assaltos. Fugiu armado da Febem e foi para o Rio de Janeiro com status de bandido famoso. Hospedou-se na casa de um cantor homossexual e não demorou para incomodar os chefões do comércio do pó. Naldinho, que imaginava uma chegada triunfal, foi morto com muitos tiros. Ficou parecendo uma peneira humana, corpo espremido dentro do porta-malas de um carro, onde foi encontrado.

A narcoditadura se mexe assim, nas sombras e na luz.

A militar escondia o rosto. Usava capuzes e porões, nomes trocados e artifícios para justificar mortes e tortura, esconderijos, em quartéis e delegacias, sítios e fazendas. A ditadura do tráfico não é explicita. Tem seus *soldados* e sabe recrutar soldados de verdade quando eles dão baixa nas Forças Armadas. De profissionais de tropas terrestres e navais são transformados em *cabeças*, obedientes à nova hierarquia, às novas patentes, aos novos graduados. Os mais fiéis fazem questão de ser *vacinados*, ostentando orgulhosamente, nos braços, no peito e nas costas as marcas de tatuagem que vão identificar bandos, quadrilhas e origens, empunhando com destemor *vassouras*, as armas de grosso calibre que sempre impressionam por causa do comprimento dos canos.

A sociedade organizada mostrou repulsa pela ditadura militar, não quer que ela volte nunca mais. Mas tolera, explica e até justifica a ditadura do tráfico. Que mata. Que tortura. Que sequestra. Que faz desaparecer. Que não deixa marcas nem vestígios. Que nem sempre permite aos familiares chorar os mortos. Os anos de chumbo, os anos de trevas, são relembrados, e os algozes, quando identificados, implacavelmente cobrados. A sociedade não se cansa de buscar novas informações, tentar novas descobertas; imagina-se que algum dia vai se abrir um arquivo revelador dos segredos e das atrocidades da comunidade de informações agrupadas na polícia política e nas unidades operacionais das Forças Armadas. Anistia não é borracha que apaga tudo: não consegue cicatrizar feridas, não consegue fotografar a dor, consolar ou confortar parentes e amigos daqueles que se foram por causa de um ideal. A narcoditadura impõe explicitamente o seu estilo, não se preocupa com as repercussões, e "abertura" não é palavra que conste do seu dicionário político. O objetivo é um só: dinheiro e poder.

Quem duvidar, pelo menos não brigue inutilmente com os fatos. No Complexo do Alemão os traficantes permitiram, em caráter excepcional, que os moradores não precisassem tomar o rumo de suas casas às 18 horas. O toque de recolher foi suspenso para comemorações no dia da conquista do pentacampeonato mundial de futebol. Logo em seguida, a narcoditadura mostrou a sua força, a sua inconsequência, a sua desumanização. Um bando invadiu a casa de José Reinaldo Faria da Cruz, no Jardim Novo (Realengo), condenado à morte por motivos que somente os traficantes sabiam. Como José não estava em casa, os bandidos decidiram levar Jaqueline, a mulher dele, grávida. Seria sacrificada no lugar do marido. A irmã do escolhido para morrer ofereceu-se em lugar da cunhada. Era Andresa Faria da Cruz, 17 anos. O bando, no começo reticente, concordou. A menina foi arrastada para fora. Foi encontrada morta, com sinais bastante visíveis de tortura. A família inteira e os vizinhos mudaram-se do lugar, desiludidos da vida e descrentes da justiça. José Reinaldo descobriu que não existem boas histórias em torno da droga.

A narcoditadura promove seus bailes, suas festas. Quando Tim Lopes foi trucidado, descobriu-se que os bandidos estavam obrigando as empresas de ônibus a fornecer gratuitamente cinquenta veículos, em todos os finais de semana, para transportar gratuitamente os frequentadores, tendo de ficar à disposição do tráfico das 22 horas às 5 da manhã. Os ônibus da empresa que não cumprisse a exigência eram sequestrados, usados à força e queimados em seguida. Os traficantes adoram atear fogo em gente, carros, ônibus e objetos. Os moradores do morro precisam manter abertas as portas de sua casa quando eventualmente a polícia aparece. A casa precisa estar à disposição para servir como esconderijo. A polícia, muitas vezes pensando estreitamente – *nós* contra *eles* –, esquece que no morro não tem só bandido; aliás, tem muito menos bandido do que gente decente.

O fascínio pela droga, a experimentação e a dependência fazem parte de um conjunto. O assunto é obrigatório na polícia, que reprime uma parte insignificante; na justiça, que inclui o tráfico na categoria dos crimes hediondos, mas não conseguiu intimidá-lo; e entre os responsáveis por tratamento em clínicas, consultórios, terapias alternativas. Curiosamente, alguns dos olhares mais interessantes vêm de fora desse circuito técnico-profissional, com seus jargões de prevenção primária, secundária e terciária, e a implantação de políticas de redução de danos. No domingo anterior ao desaparecimento de Tim Lopes, a antropóloga Alba Zaluar publicava, no jornal *O Globo*, um artigo que abria a página de opinião e era endereçado especificamente "Aos jovens do Rio de Janeiro". Para que eles compreendessem muito bem o que estava se passando, com análise direta, sem nebulosidades, um abc, uma radiografia:

> O negócio ilegal, baseado em intimidação, extorsão e terror, em redes. São múltiplas as fraturas em comandos, quadrilhas, bondes, justiceiros e pistoleiros. Por detrás, pouco investigado e punido, o capitalismo das sombras que opera no mercado das armas e das drogas, misturando o legal e o ilegal, a polícia e o bandido. Ele é transnacional, como o terror que o preside. Diante disso, é prioritário impedir que se destrua o estado de direito. Qualquer intervenção deve ser feita dentro da lei, de modo a evitar um de seus efeitos mais perversos: a confusão entre polícia e bandido. Por isso, escrevi para os jovens, apostando que a razão pode impedir que, no desespero, se afundem mais na barbárie.

Armas de grosso calibre não são fabricadas no Brasil, e as grandes remessas de cocaína vêm de fora. As fronteiras são abertas, expostas, maravilha para traficantes e contrabandistas. Delas tudo sai, em quantidades maiores ou menores, por terra, por ar e pelos rios. Drogas, armas e munições. Se o combate contra tudo isso não for feito dentro das balizas da lei, os

bandidos passam a ser o grande exemplo, e os agentes da repressão, meros imitadores de estilo. No mesmo Rio de Janeiro, o maior assaltante de banco dos anos 1970, Lúcio Flávio Vilar Lírio, que tinha sociedade com o policial Mariel Mariscot de Matos, procurava definir de uma vez por todas: "Polícia é polícia, bandido é bandido. Como água e azeite, não podem se misturar". Mas eles gostam de se misturar. Sem a polícia, que se saiba também de uma vez por todas, não existe crime organizado.

> Um dos argumentos mais repetidos para os jovens pobres é o de que vender drogas é um bom negócio, pois paga melhor que o emprego, e dá para sair da pobreza. Dizem que o otário é quem trabalha por salário. O que não se diz é que esse negócio deixa a vida no fio; que o dinheiro que entra fácil sai fácil; que o vício pode pegar; que a guerra entre comandos se torna interminável e as armas, caras; que são grandes os prejuízos para todos. Quando um jovem começa a se envolver com as quadrilhas, adota o modo de viver delas. Tem que gastar mais com roupas, festas, mulheres, drogas para mostrar que está com o bolso cheio. Assim ele pretende ser aceito entre os outros homens que agem igual. Impressiona e mete medo. Por pouco tempo. Tem que comprar armas e munições; pagar propinas a policiais corruptos que podem prendê-lo mais facilmente; pagar advogados para defendê-lo. Acaba duro, preso ou morto.

Aqui está a síntese do que está no imaginário quando se sonha ser traficante. É preciso manter aparências, fazer de conta que é poderoso, mesmo não sendo. Em São Paulo, vivendo a *mise-en-scène* no bairro da Cantareira, o jovem apenas intermediário chegou à encruzilhada da verdade. Acabou atraindo bandido para dentro da própria casa, onde a mulher que o adotou, menino abandonado, pagou com a vida seu sinal de protesto contra a boçalidade daqueles estranhos visitantes. Outro caso: um jovem prisioneiro fez encenação semelhante na Casa de Detenção. De tanto inventar histórias de grande traficante, foi obrigado a *fazer presença*, ser generoso com a droga para os colegas. Apavorado, pediu à mãe para levá-la. Inventou que dependia daquilo para continuar vivo. A pobre mulher escondeu-a nas partes íntimas. Foi descoberta na revista e detida. Avisaram o filho secamente de que não teria mais visita. Desesperado, enforcou-se nas grades.

No mundo da droga também existe o advogado que só defende traficante. Ganha bem, honorários acima da média, cobranças maiores de eficiência. Quem acha que dinheiro é abre te sésamo não quer saber de tramitação de processos. Só fala em liberdade e acabou-se. Por que o advogado Marcos Alexander, que conseguiu no Supremo Tribunal Federal uma espantosa absolvição do traficante preso com 80 quilos de cocaína, suicidou-se em São Paulo? (Tese: a escuta telefônica que deu origem à investigação era ilegal; o tribunal, que segundo Rui Barbosa tem o direito de errar por último, endossou a teoria pela qual uma prova ilegal contamina as demais, inclusive os quilos de pó apreendidos.) Alexandre levou para o túmulo os segredos da pressão insuportável feita pelos chefões do tráfico.

> Jovens se aproximam da boca procurando "consideração"; porque acham bacana usar drogas ilegais; porque os colegas chamaram. Pensam que nunca serão prisioneiros nem das drogas nem das quadrilhas. Mas a cocaína pode viciar de 30% a 40% dos que a usam. A sensação de estarem ligados que ela traz é seguida pela fossa depois que o efeito some. Sentem a fissura de usar para ficar "a mil" de novo. Caem num círculo vicioso. Uns começam a repassar drogas para pagar o vício; outros, a usá-las quando viram traficantes. Se vendem sem permissão, podem ser mortos. Se ganharem muito, mesmo com permissão, atraem a desconfiança e a cobiça dos poderosos. A cocaína pode fazê-los paranoicos, cercados de inimigos imaginários. Depois que se envolver, têm que obedecer às ordens dos chefes. Sair fica cada vez mais difícil.

A chave essencial de toda terapia é romper o círculo de onde fica difícil sair para quem entrou, e entrar não é nada fácil para quem está de fora. A chave tem que girar e romper, em prazo mais ou menos longo, a procura da dependência. O que chamamos de recuperação só pode ser concebido como uma etapa em direção à independência. Em toda conversa com usuários e dependentes, surge a noção de incerteza angustiante em relação às verdadeiras finalidades e estruturas futuras da sociedade. É difícil em qualquer idade aderir a um sistema cujos valores e conceitos de base não parecem definidos. A indignação é, sem dúvida, mais fácil do que o esforço de entender, e mais fácil ainda é punir do que tratar. É preciso educar sobre o que pode acontecer com quem se droga. Não simplesmente "falar mal das drogas ", mas ensinar sobre o que elas são. É preciso aclarar as ideias. Por que destruir o próprio corpo contra uma outra destruição? Por que "justificar" a droga por causa das estruturas? As drogas têm uma função de alterar a razão, bloquear a lucidez, desprestigiar a razão. É o domínio da vontade de não ter razão.

> Quando é considerado e entra para a quadrilha, o jovem vira inimigo dos inimigos da quadrilha e tem que andar armado. Por ser jovem, e se recebeu tratamento militar, é obrigado a fazer parte do "bonde" para defender "a boca" ou o morro do "comando". Os comandos estão sempre em guerra, que parece não ter fim. A probabilidade de morrer é enorme, mas a guerra também atinge quem não tem nada a ver, mesmo quando policiais invadem favelas para prender bandidos. Como a menina que chega ao portão quando eles trocam tiros. Os amigos e colegas desaparecem. Todas as mães choram. Todos têm medo. O lugar fica sinistro. A vida da comunidade pobre, mais dura ainda. A guerra está destruindo comunidades e bairros da cidade. Quando as pessoas têm medo, elas se trancam em casa e não querem mais participar das diversões, das reuniões, das festas. As armas vão parar nas mãos de quem nunca as viu antes, de meninos que começaram a usá-las para fazer "onda" e acabam assassinando gente grande. As ruas ficam vazias. Muitos vão embora dos locais onde nasceram e viveram a maior parte da vida. Os que não conseguem, vivem aterrorizados. Nas favelas, famílias inteiras tentam se proteger dos tiroteios embaixo da cama, dentro de casa. As paredes são finas demais para os tiros. Como a violência e a cobiça são contagiosas, pessoas inocentes são roubadas, espancadas, torturadas e assassinadas. O empregado da loja que vai entregar a mercadoria em favela de comando diferente da sua é morto se for reconhecido. Escolas, postos de saúde, quadras de esporte e vilas olímpicas têm que ser fechados por causa da guerra. Professores, médicos, enfermeiros, treinadores são ameaçados em seu trabalho. Jovens armados querem dar ordens a eles. Crianças e jovens ficam sem escola e sem lazer. Doentes, sem médico. Com tanto estresse, doenças cardíacas crescem muito entre moradores e funcionários desses centros, construídos e mantidos com os impostos pagos por todos.

"Favela", hoje atração turística para turistas endinheirados, era um morro na parte sul de Canudos, assim descrito em *Os sertões* por Euclides da Cunha. Quando os soldados da República, vitoriosos na Quarta Expedição Militar contra o reduto organizado por Antônio Conselheiro no sertão da Bahia, voltaram à então capital, Rio de Janeiro, em 1897, estavam em

situação quase miserável. Também foram morar nos morros, em barracos toscos, e os conjuntos passaram a ser chamados de "favelas".

Para os traficantes, as favelas transformaram-se numa nova República, cuja massa de manobra são os tais "considerados", escravos dos narcoditadores. Quem não é considerado, logicamente é sangue ruim. As relações no morro exigem diplomacia. Na glória do poder conquistado a sangue, não se respeita nada. O fato de alguém ser pobre não é circunstância atenuante na ética do traficante. Ele quer apenas mandar, usurpar, aterrorizar, impor-se. Iguais tornam-se desiguais, e não por luta de classes.

> Muitas das vítimas da guerra e do estresse terminam em hospitais. Os custos hospitalares aumentaram várias vezes desde que a guerra de quadrilhas começou no final dos anos 1970. Os custos no sistema de justiça, idem. Mais verbas foram dadas às polícias, mais prisões construídas, mais vagas para promotores. No final, todos – pobres, remediados e ricos – pagam a conta da ambição desmensurada de poucos. A guerra apenas serve para fazer mais ricos os "donos" dos morros, mas sobremodo os traficantes e lavadores de dinheiro sujo que moram longe, gozando do lucro obtido nessa guerra. Otário é o jovem que se arrisca repassando as drogas, pegando em armas para formar o "bonde", enriquecendo quem ele nunca viu. Esperto é quem se une para melhorar a vida e defende os equipamentos públicos que dão aos jovens pobres melhores oportunidade de trabalho. Sem ter a vida no fio.

A lavagem de dinheiro, comum no tráfico, é uma expressão que vem dos tempos de Al Capone, quando seu contador, na Chicago que se aproximava dos anos 1930, Meyer Lansky, teve a ideia de montar uma rede de máquinas automáticas de lavar roupa. Foi a forma de dar uma aparência legal às atividades de roubos a banco e exploração de mulheres. Assim, o dinheiro tido como sujo poderia ficar embranquecido, limpo. No caso do tráfico de drogas, não é diferente. Existem investimentos em várias áreas. As duas prisões do mafioso Tommaso Buscetta no Brasil – em Santa Catarina e São Paulo – demonstraram essa gerência de negócios muito claramente. O investimento pesado envolve variados tipos sociais, como no caso do cantor flagrado em conversas telefônicas das mais amigáveis com um traficante. Ao recuperar a liberdade, o cantor deu ao seu primeiro show o nome *De Primeira Qualidade*, considerando assim, publicamente, que vender cocaína é algo que não deve provocar o menor tipo de constrangimento. Uma variante do traficante envolvido diretamente no assassinato de um coronel da Polícia Militar, em Guarulhos, no mesmo dia e hora em que o corredor Ayrton Senna sofria o acidente fatal em Imola, na Itália. O traficante, que tem apelido de uma goma de mascar, abriu um supermercado com o nome de Ouro Branco, senha pouco sutil para um material que, com grau de pureza acentuado, pode custar mais do que o ouro. Os chefões não moram em área conflagrada ou desprovida de conforto. Usam esses lugares apenas como fortalezas. A participação deles é mais sofisticada. Como a do o traficante retirado da Penitenciária do Estado, em São Paulo, graças a um falso pedido judicial de remoção apresentado por um falso delegado, conduzido à prisão numa falsa viatura da Polícia Civil. O delegado tinha carteira falsa de autoridade policial e a fuga foi espetacular. Apesar do investimento, o traficante liberado foi morto pelo próprio bando, por motivos que somente os companheiros de crime sabiam. Além de fuzilado, suas nádegas foram pintadas com tinta vermelha. O traficante foi contemplado com uma fuga cinematográfica e teve uma morte de traidor. Segredos do tráfico, cujos expoentes raramente mostram o rosto – tendo gente hierarquicamente subordinada para qualquer tipo de *serviço*.

No quarto domingo de junho de 2002, foi a vez do poeta Affonso Romano de Sant'Anna. No mesmo *O Globo*, ele identificou de maneira contundente os assassinos de Tim Lopes, dizendo que não se tratava apenas de Elias Maluco e sua corja. Que a lista era muito maior. O título do ensaio era intrigante: "Nós, os que matamos Tim Lopes". Começava assim:

> Você que, numa festa, vai ao banheiro cheirar uma carreirinha de pó, você matou Tim Lopes. Você que dá festas elegantes servindo êxtase em bandejas para seus sorridentes convidados, você matou Tim Lopes.
>
> Você que se encontra com sua turma no bar, fica ali pela calçada com um copinho na mão, mas dá suas cafungadas, porque isto faz parte da "nite", você matou Tim Lopes.
>
> Você, ator de teatro e televisão, que manda ver nas drogas, você matou Tim Lopes. Você, artista e intelectual que curte seu pozinho e faz elogio de um equivocado conceito de marginalidade estética, você matou Tim Lopes. Você, jornalista, que curte sua droguinha de vez em quando, você matou Tim Lopes. Você, músico, que para embalar seus shows entra no barato, você matou Tim Lopes.
>
> Você, policial, que pactua com o crime, que faz vista grossa e que recebe propinas do tráfico, você matou Tim Lopes.
>
> Você, advogado, que defende traficantes, que faz de tudo para tirá-los de trás das grades, você matou Tim Lopes.
>
> Você, juiz relapso, que negligencia processos de traficantes, você matou Tim Lopes.
>
> Você, político demagogo e clientelista, que só se aproxima da favela para tirar votos, você matou Tim Lopes.
>
> Vocês que fizeram essa política recessiva, que abre empregos no tráfico, vocês mataram Tim Lopes.
>
> Enfim, Tim Lopes todos nós que de maneira direta e indireta pactuamos com o crime. Porque chegamos a um tempo em que a participação indireta tornou-se tão infamante quanto a prática direta do próprio crime.
>
> E não se trata de um exército do famoso complexo de culpa judaico-cristão. Trata-se, isto sim, de fazer uma autocritica pessoal e do sistema que engendramos.

Dizer tudo isso equivale a mexer numa caixa de marimbondos prontos para ferroar. Ainda mais que o poeta insistiu: "Numa guerra não há meio-termo. Quem fornece munição ao inimigo está ajudando o outro lado a vencer. Quem dá o seu 'tapinha' eventual está não só fortalecendo o traficante como também ajudando outras vítimas – os drogados". Porque, argumentava Affonso, "do mesmo modo que se há de traçar novas estratégias bélicas associadas a maciças ações sociais, temos também que rever nossas posturas éticas e até estéticas".

Os marimbondos saíram voando, iracundos. O poeta, de formação religiosa metodista, se notabilizou pelos profundos ensaios que escrevia para uma revista da juventude, *Cruz de Malta*, irmão da jornalista Cláudia e marido da escritora Marina Colasanti, viveria uma situação descrita no livro *Atos dos apóstolos*, sétimo capítulo. Quando Estêvão foi acusado pelo Sinédrio de blasfemar e, mesmo explicando de maneira convincente fundamentos cristãos, atraiu ira profunda. Versículo 54:

“Ouvindo eles isto, enfureciam-se nos seus corações e rilhavam os dentes contra ele”. E que a droga é cultuada em vários círculos. O poeta acertou em cheio.

Teve traficante que foi preso em São Paulo com 100 quilos de cocaína e misteriosamente transferido para o Tocantins, onde de modo igualmente misterioso foi autorizado a passar alguns dias numa praia do litoral norte de São Paulo. O traficante foi preso de novo, com outra carga pesada de pó. Consultada sua ficha, a surpresa: o homem preso já estava preso. Melhor dizendo: já deveria estar preso. O caso foi parar numa Comissão Parlamentar de Inquérito. Também na CPI estava o caso do juiz de Direito do Mato Grosso assassinado em Pedro Juan Caballero, no Paraguai, depois de ter denunciado ligações perigosas entre colegas da magistratura e traficantes.

O poder mais forte do que se imagina instalou-se em São Paulo num órgão que deveria ser de prevenção contra o uso de drogas e se transformou num colegiado em luta desesperada para aplaudir as drogas. Para atingir um ex-membro do órgão que, pelo contrário, lutava contra o tráfico e traficantes, recorreram a dois policiais que haviam sido da polícia política (Dops) para acusá-lo de apropriar-se de um veículo do qual era depositário por determinação judicial. Não importavam os fatos, apenas investir contra o homem antidrogas, contando com a ingenuidade de promotores que denunciaram primeiro para verificar o que aconteceu depois, mesmo sabendo que a acusação era estapafúrdia. Os procedimentos que engendraram foram todos para a lata de lixo da justiça.

Depois, ainda no mesmo órgão, um dirigente foi sumariamente afastado quando, em comum acordo com seus parceiros de delírios, imaginou a droga legalizada e propôs que fosse concedida liberdade para todos os traficantes do país. Em seminários, esse tipo de cínico fala sobre o eufemismo da “redução de danos”, como se essa pudesse ser uma política redentora para os consumidores de drogas. Curiosamente, um pró-droga, advogado, costumava falar muito em ética quando tentava demonstrar a quadratura do círculo. Coincidentemente, os traficantes sempre foram destaque no rol de seus clientes. A ética do advogado, bem particular, não o alijou da defesa de um ladrão que dilapidou cofres públicos em escândalo nacional. Sem contar que sua posição era de baluarte da democracia para injuriar e difamar, não hesitou em recorrer a expoentes dos porões do Dops para atacar quem não se conforma com a triste perspectiva de divisão da sociedade em drogados e não drogados.

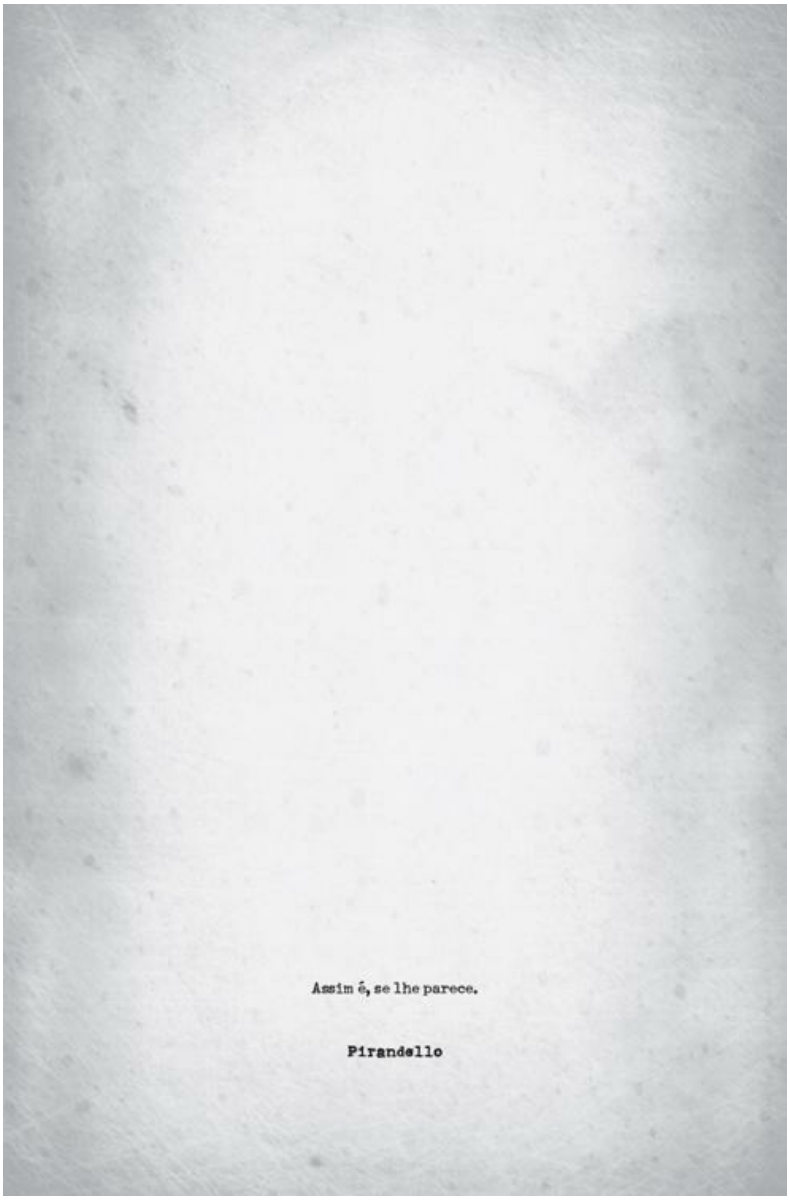
À semelhança da reação de ranger os dentes contra as palavras do primeiro mártir do cristianismo, teve gente que não gostou de se ver no epicentro da questão levantada pelo poeta Affonso Romano de Sant’Anna. Sempre é muito mais cômodo debitar aos outros a culpa do que acontece. No assassinato do Arcanjo Tim, não foi diferente. Mesmo tendo acontecido na mesma cidade onde o tráfico deixa marcas muito fortes. Assim foi que, no mesmo dia em que se publicou o texto de Affonso Romano de Sant’Anna, o escritor João Ubaldo Ribeiro escreveu que o caso Tim, “como tudo mais que de criminoso se faz no Brasil, nunca vai ser satisfatoriamente apurado”. Cáustico, falou sobre a morte do jornalista investigativo: “Lá se foi mais um herói, movido por vocação e ideal. Porque por fama e dinheiro ele não era”. Mas o escritor, relembrando as mortes de jornalistas pelo planeta, concluiu que para elas “ninguém liga”, como “ninguém praticamente ligou para ir na passeata em memória de Tim Lopes, um bando de gatos-pingados passeando comoventemente pela orla do Leblon. E nisso mesmo vai ficar, posso apostar”.

João Ubaldo, se tivesse mesmo apostado, perderia. Pelo menos, parcialmente. Porque os jornalistas decidiram que aquilo não seria esquecido, que haveria manifestações por toda parte, que a história do jornalismo investigativo seria a.T. e d.T., antes de Tim e depois de Tim. Não eram muitos, e isso o escritor tinha razão em observar. Mas não eram apenas meia dúzia de gatos-pingados e tampouco estavam “passeando comoventemente”. Não era esse o ritmo dos passos de quem havia decidido trocar o solitário pelo solidário. De modo algum, porque de certa forma carregavam no peito o coração de todos os jornalistas investigativos do mundo. Atraíram outras vitimas da violência, entre elas os familiares e amigos dos que desapareceram nas mãos dos narcoditadores, mães inconformadas, parentes chocados, cartazes e fotografias suplicando pela mais vaga das informações. Nasceu ali a passeata-reportagem. Amigos de Tim caminhando e entrevistando vítimas da violência. Vítima entende melhor vítima. As vítimas são sempre esquecidas, sempre ignoradas, e ali a da TV Globo permitia a outras vítimas que se juntassem, como se o sofrimento pudesse irmaná-las. Gente com dor que não tem espaço nos jornais, nas rádios, nas tevês. E são tantas! Gente ignorada, porque vem de classe social obscura, sem expressão econômica e precisa de ajuda até para se expressar, porque sofrendo muito não é capaz de contar o que sente. É preciso que o ombro amigo seja o mensageiro. Todos sabiam muito bem que o Arcanjo havia se transformado em sua própria notícia. Tombou durante o trabalho, em pleno combate. Quando desaparece um jornalista como Tim – é o que eles diziam de lábios cerrados, cabisbaixos e atônitos, olhos umedecidos, passos lentos cadenciando uma marcha que era fúnebre e de protesto –, nós morremos um pouco, não só porque os sinos estavam dobrando por todos, mas pelo significado da sua perda: menos liberdade, menos razão. A liberdade permite ao ser humano, antes de tudo, o uso da razão. Uma das coisas mais necessárias na sociedade é a razão. A razão que as drogas querem sufocar. O último trabalho de Tim, realizado com a entrega de sua própria vida, encerrava em si o espírito que deveria ser o de todos os jornalistas do mundo.



capítulo 5

OS MALACOS



No mundo do crime, nada é só vertical ou horizontal! Regras próprias de um comportamento diferenciado, conscientemente imitado ou não, levam a definições e modo de vida restritos ao grupo, ao bando, à quadrilha, à gangue, ao clã. Somente fora desse círculo se fala em crime organizado. Dentro dele, onde o acesso é restrito, de jeito nenhum.

Para definir um criminoso que se considera diferenciado, exatamente porque soube *evoluir* no crime, seus pares usam outras expressões. São capazes de conversar de um modo tal que um leigo no assunto não compreenderá uma única palavra. Grande criminoso, motivo de repúdio na sociedade, motivo de orgulho entre seus pares e nas prisões, é o que os policiais adoram chamar de *malaco*. Esse é o bandidão. A palavra, que vem do grego "*malakós"*, quer dizer "mole". Dai a malacologia significar estudo sobre moluscos. Nada a ver com o *malaco* do crime, que nos interessa aqui, corruptela de *mala*, palavra cuja origem perdeu-se no tempo.

Malaco que se preza não chama seus companheiros de bando. Prefere falar *pá*. Seus expoentes são *tremendos malas*. A especialidade de cada um é definida pelos artigos das leis que confundem atos com autos de processo, como se *autos* fossem a síntese de todos os *atos* – e mesmo assim ainda ousam dizer, nos círculos jurídicos, onde se prefere usar muito mais o latim do que esse tipo de linguagem, que aquilo que está nos autos não está no mundo, embora o conteúdo da maioria deles demonstre exatamente o contrário. Nos autos consta, no máximo, a definição de autoria do crime. Nos atos, a história de cada personagem, raramente exposta por inteiro. Atrás das provas, desperdiça-se o conteúdo da história e se ignora a existência de um grande laboratório de comportamento humano. Assalto é 157; assassinato, 121; sequestro, 159; estupro, 213; latrocínio é só *latrô*; e tráfico, simplesmente 12. Quem está fora do mundo?

Fora dos autos, nasceu e foi se estruturando, aos poucos, o crime organizado. Parecia apenas uma tese acadêmica sobre criminologia. E também algo muito longe, ainda distante da nossa realidade. De perceptível, havia o detalhe de que antes existia o bandido que agia isoladamente, individualidade que se perdeu no turbilhão da violência, diluindo-se no grupo, priorizando a fama para os grandes chefes.

Quando se falou sobre isso pela primeira vez em São Paulo, um juiz corregedor e um secretário da Justiça romperam relações pessoais e deram início a um embate sobre a existência ou não de um embrião do crime organizado. Eram os anos 1980, governo estadual de Franco Montoro. O juiz Haroldo Pinto da Luz Sobrinho dizia existir na Casa de Detenção uma organização com o nome de Serpentes Negras. O secretário José Carlos Dias dizia que isso não passava de ficção. Os malacos ficaram indiferentes.

Nos anos 1990, a dose se repetiu. Surgiram os sintomas, com denúncias pelos meios de comunicação, do nascimento de uma vertente do crime organizado chamada Primeiro Comando da Capital. O PCC. O governo Mário Covas, por meio de seus responsáveis pelos presídios, negou incisivamente. Os malacos apreciaram. No Rio de Janeiro, já se falava muito em Comando Vermelho, a entidade formada por presidiários para proteger os malacos e seus irmãos, dentro e fora, e para planejar e executar crimes.

Até então, era comum se dizer que o poder interno dentro das prisões não valia nada. De repente, o conceito foi pulverizado por ácidos criminais modernos. Algumas citações até então obrigatórias foram aos poucos sendo deixadas de lado: "A sociedade perverte o homem bom, saído puro das mãos da natureza" (Rousseau), "A miséria é importante fator de criminalidade" (Aristóteles), "A falta de educação do cidadão e a má organização do Estado levam à prática de crimes, o criminoso é vitima de uma engrenagem que o devora" (Sartre). O problema é que a criminalidade começava a avançar, conquistar espaços, ocupar vazios, havendo para enfrentá-la apenas uma retórica fora do mundo, embora eventualmente dentro dos autos. Os governos foram se sucedendo, preferindo burlar formações, camuflar estatísticas, ocultar a realidade – sempre expressada pelas armas e pelos tiros, cada vez mais frequentes, cada vez mais de grosso calibre, cada vez mais matando, ferindo e imobilizando: 121 e 129, assassinatos e ferimentos graves, permanentes; 157 e 12, roubos à mão armada e tráfico de drogas, entrelaçados, formando juntos, ao lado dos matadores, os três primeiros lugares da classificação criminal em todos os presídios brasileiros. Autos e atos, separados. Desunidos, sem prevenção social. Sociedade desestruturada, desinformada, *versus* os integrantes do crime que preferiu se organizar, unificando os malacos, que foram percebendo a indiferença e a incompetência. E se tornaram senhores.

Tarde demais para não perceber. O traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, chegou ao Rio como se fosse o homem mais perigoso do país. Preso e levado para Brasília, prestou um cândido depoimento para a CPI do narcotráfico. Os deputados esperavam, com incrível ingenuidade, que ele confessasse a sua condição de *capo* das drogas. Orientado por assessores misteriosos, Fernando apresentou-se como alguém que defende fracos e oprimidos e declarou-se vitima da sociedade desigual e injusta. Depois, a Polícia Federal desistiu de mantê-lo em sua carceragem e levou-o para o Rio, onde as autoridades fizeram de tudo para não recebê-lo, numa inacreditável declaração pública de incompetência e medo do traficante. Fernandinho ficou no Presídio Bangu I, fazendo o que bem entendia. Promotores estaduais conseguiram fazer uma escuta telefônica, com ajuda da Polícia Federal, mas precipitaram tudo resolvendo fazer eles mesmos, sozinhos, uma investida dentro da prisão. Para protegê-los, levaram apenas políciais federais e militares. Não avisaram a ninguém e, num clima de confusão e hostilidade das autoridades locais, proibiram: a entrada do diretor do Departamento do Sistema Penitenciário, Edson de Oliveira da Rocha Júnior, e até do atônito secretário da Justiça, Paulo Saboya.

Algum dia, talvez, as autoridades brasileiras compreenderão que sempre que brigarem entre si os malacos estarão se deliciando. As apreensões feitas na prisão restringiram-se a aparelhos de telefone celular e um aparelho de fax. De qualquer modo, a escuta telefônica revelava uma vez mais a extensão do poder dos traficantes. Teria sido melhor um pouco mais de paciência e uma investigação melhor. Porque um dos traficantes liderados por Fernandinho, conhecido como Chapolim, foi identificado falando pelo telefone de uma central clandestina, montada em Minas Gerais – ele havia encomendado um míssil antiaéreo Stinger, que pode ser disparado do ombro e atingir eficientemente alvos a até 3 quilômetros de distância. Na época da conversa, cada Stinger poderia ser comprado por 40 mil dólares no mercado ilegal de armas. Ao telefone, outro bandido, Rubinho, comentava que arma desse tipo "só terrorista do Líbano é que tem". As conversas também gravadas mostram ameaças endereçadas a um empresário traficante. Ele deveria saldar uma dívida com o intermediário Mandacaru "e por isso tem que cumprir o que deve, senão pode usar o dinheiro para comprar caixão"; "nós vamos matar todo mundo, só vamos deixar as crianças". A seguir, Rubinho indica um número de telefone para o qual o empresário traficante deve ligar, acertando tudo com um advogado, "doutor Hélio".

São assim os malacos organizados. Dentro de uma prisão "de segurança máxima", segundo o governo, provam que lá dentro não existe segurança nenhuma. Montam uma central telefônica. Estruturam uma equipe de advogados. Fazem negócios com empresários, traficantes que costumam apresentar-se como respeitáveis senhores. Corrompem funcionários, e tudo o que é proibido entra na prisão. E, cumprindo pena, comandam seus negócios criminosos normalmente, agenciam assassinatos e planejam vinganças. Pelo telefone, Fernandinho ouviu o barulho dos tiros que matavam cinco concorrentes de uma só vez. Também se deliciou – como já vimos no Capítulo 3 – com a tortura lenta de um rapaz que havia saído com sua ex-namorada.

Portanto, para um malaco que se considera dos bons, *ser vagabundo* não é ser vadio e sim homem que deve ser respeitado por todos, criminosos ou não. Gostar de uma ex-namorada de malaco se torna extremamente perigoso porque o romance pode ser considerado uma ofensa ao *vagabundo*. Explicado ao condenado o critério da pena de morte (e pouco importa aos malacos a pena capital ser inconstitucional), Fernandinho deu a ordem para os carrascos terminarem com aquilo de uma vez. Antes de desligar o telefone, ouviu os tiros, que, naquelas circunstâncias, pareciam misericordiosos.

Os malacos do grupo de Fernandinho usaram os telefones sem nenhuma preocupação com discrição. Vinte horas de gravações de conversas feitas durante duas semanas mostraram que Bangu I – presídio onde havia uma diretora disposta a fazer profilaxia moral e foi morta, lembra-se? (Capítulo 3) – tinha se transformado num escritório de malas de grande porte de *business* à margem da lei. O Crime S. A. Despudorado (cotidianos sem limites). Atrevido (Fernandinho reclamou ao telefone: malacos de São Paulo não tinham à disposição tantos celulares como ele e sua quadrilha). Infame (desfrutando de uma cumplicidade total e bem paga, o traficante usava o aparelho de fax do presídio para mandar e receber mensagens). Impune (armas e drogas comercializadas no sistema *delivery*).

As conversas ao telefone de Fernandinho e outros traficantes presos em Bangu I provocaram uma reação que trouxe ainda mais receio, porque partiu do presidente da República. Fernando Henrique Cardoso disse, no vigésimo dia do mês em que o jornalista Tim Lopes foi morto, que a violência já havia atingido o grau de "inimigo número 1 do país". Admitiu:

> O inimigo hoje é o crime […] Os bandidos hoje funcionam em rede – ou nós utilizamos esses meios e recursos ou perdemos a guerra […] O desafio à lei, à tranquilidade das famílias e à segurança individual assumiu tal proporção que isso passa a ser prioridade número 1 na agenda nacional […] Ou conseguimos controlar o crescimento dessas forças e o Estado restabelece sua autoridade ou teremos um problema que vai minando nossa capacidade de Estado-Nação, a crença na democracia […] Não é possível aceitar a lassidão no cumprimento da lei.

O detalhe dessa manifestação presidencial: o descontrole estava desenhado no horizonte; nos estados, mesmo naqueles onde a força dos malacos era cada vez mais explícita, as autoridades locais insistiam em dizer que a situação não era tão feia como alguns pintavam. Para elas, o problema era a janela e não a paisagem, a árvore e não a floresta. As pessoas estariam vendo o que não existia. Somente elas, as autoridades, conheceriam a dimensão real dos fatos. Um secretário da Segurança chegou a dizer que havia apenas uma "sensação de insegurança". Na Brasília onde falou o presidente, o desfile de secretários da Segurança, periodicamente reunidos no Ministério da Justiça, é uma confissão de que a maioria deles não conhece nada do assunto que devem administrar. Os moradores de seus estados se tornam, à revelia, cobaias de experimentação gerenciada por amadores e inaptos. É inacreditável a diferença entre, de um lado, o aprendizado, a evolução, a adaptação e o caráter sempre mutante dos malacos e, de outro, o comportamento daqueles que deveriam formar e manter uma estrutura forte. Mas não: os malacos engolem, estão sempre à frente, e o sistema obsoleto contra eles emite sinais cada vez mais claros de fraqueza e derrota, procurando compensar isso com espetáculos pirotécnicos, como se o primado do real fosse apenas aquilo que se exibe.

O Arcanjo tem que parecer maluco aos olhos dos omissos e covardes. O Arcanjo é Tim, o maluco é Elias, quando se disse - e como! - que ele, Tim, não deveria fazer o que fazia. Arriscar-se, para quê? Valeria a pena? O que ele ganharia em troca? Mas sem Tim Lopes, ou outros como ele, que abraçam o jornalismo investigativo como uma causa, uma bandeira social, um engajamento político, uma ação concreta sem bandeirolas partidárias, um trabalho não submetido a totens ideológicos, não seria possível saber quase nada do real camuflado sob o embuste do "tudo bem".

Corruptos e traficantes são os maiores assassinos de jornalistas em todo o mundo. O Comitê de Proteção aos Jornalistas, que tem sede em Nova York, revelou que, no ano de 2007, 37 jornalistas foram assassinados em circunstâncias violentas em todo o mundo. Na última década do século XX, 389 jornalistas perderam a vida. Em Washington, foi erguido um Freedom Forum Journalists Memorial, espiral de aço e vidro que avança em direção ao céu. São tantos… É dedicado aos jornalistas que foram eliminados pela violência, por catástrofes ou como correspondentes de guerra. Desde o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa de 3 de maio de 2003, o nome de Tim Lopes, Arcanjo jornalista brasileiro, está esculpido nesse memorial construído no Museu da Notícia, tornando-se o 22° jornalista que no exercício da profissão sacrificou a própria vida durante o ano de 2002. Como se trabalhar como repórter investigativo exigisse, peremptoriamente, um juramento de sangue.

Aí está a diferença entre o repórter investigativo e o jornalista burocrático, conformado. Este, diante dos fatos criminais, prefere pautar-se pelos órgãos do Estado. Partem deles, os informantes oficiais, sugestões, abordagens e enfoques. É como, na educação, confundir educar com amestrar. O repórter investigativo é tantas vezes o seu próprio pauteiro, o senhor de suas fontes, o avaliador do interesse social, o Quixote das causas perdidas, aquele que consegue ver o que a maioria não consegue. Existem os repórteres vulgares, que choramingam diante das fontes, colocando-se de quatro com a frase feita: "Me ajude, senão eu perco o meu emprego". Existem os acomodados, que apenas telefonam para os lugares que habitualmente geram notícias e perguntam: "Tem algo de bom para a imprensa?". Analisar o que é "bom", no caso, vai depender muito de quem atender ao telefone. Existem os pré-direcionados, para os quais os fatos precisam se ajustar obrigatoriamente ao que foi previsto na pauta. Existem os que professam o credo de só existir relato se houver previsão na pauta. Existem os pauteiros que não sabem pautar. Existem os editores que não sabem editar. A alma não cabe na memória do computador. O repórter investigativo, repita-se, é quase sempre um solitário. São poucos esses seres. São raros. E se ficarem atemorizados com o fim do Arcanjo Tim, que sempre queria contar tudo tintim por tintim, brevemente serão os últimos exemplares de uma espécie em

extinção. Precisam ser preservados, é claro. Que consciências se interessarão por esses seres humanos com a mesma intensidade de amor dedicada à proteção das baleias, das tartarugas, do mico-leão-dourado, da arara-azul?

Também existe a pressa sempre inimiga, o *deadline*, a hora de fechar a edição, a matéria que não pode esperar e esbarra naquele que pode aguardar pelo menos o dia seguinte para ficar melhor. O repórter investigativo precisa de tempo, mais tempo, e nem sempre é compreendido. O repórter investigativo impõe a si mesmo o sacrifício de, se preciso for, conduzir uma reportagem especial fazendo outras no dia a dia. Seu prazer é o dever cumprido, a sensação de felicidade do malabarismo das matérias simultâneas, engolindo em seco o sabor amargo da incompreensão que tantas vezes lhe lançam ao rosto.

O aprisionamento às aspas do jornalismo feito só de declarações fez com que um *malaco-mor*, nada mais nada menos do que o fundador de uma das maiores organizações criminosas que proliferaram no Brasil, nunca merecesse um perfil na imprensa. O PCC, simulacro do Comando Vermelho, portanto o primeiro comando (nascerão outros?) criado na capital de São Paulo, teve como criador o prisioneiro conhecido como Sombra. Mas quem foi esse Sombra? Sabe-se que tinha uma ascendência fora do comum sobre a massa carcerária. Tinha, tatuada nas costas, uma águia enorme. Quando fazia musculação, a galera dos malacos admirava-se de ver a ave de rapina movendo-se como se estivesse batendo as asas. Era chefe, juiz e líder carismático. Falava, era acatado. Foi um dos artífices de uma megarrebelião simultânea em 29 presídios de todo o estado de São Paulo em fevereiro de 2001. No auge da fama e do poder, constrangeu o secretário da Administração Penitenciária a suplicar por um encontro com ele no pavilhão da Casa de Detenção conhecido como Divineia. Como se um preso esperasse a oportunidade e conveniência de conceder uma audiência ao secretário de Estado, juiz Nagashi Furukawa. Era dezembro de 2000. O secretário pretendia obter um acordo de paz, nada de rebeliões durante os festejos de Natal e Ano-Novo. O PCC delirou com a humildade do secretário. Idemir Carlos Ambrósio, o Sombra, tornou-se dono de um poder ainda mais inquestionável. O diálogo, inimaginável, foi motivo de denúncia pelo ex-juiz corregedor dos Presídios, Octávio Augusto Machado de Barros Filho, em depoimento prestado na Assembleia Legislativa de São Paulo em agosto de 2002. Ratificava, assim, o que outro magistrado, o desembargador Renato Laércio Talli, já havia denunciado quando desistiu do cargo de corregedor-administrativo da secretaria que toma conta dos presídios paulistas.

Mas Sombra, eliminado em julho de 2001 a golpes de faca na prisão, era um tipo singular. Movia-se compassadamente e tinha o hábito de manter um cobertor sobre o corpo, como se fosse uma manta. Silencioso, de poucas palavras, monossílabos e frases curtas, secas, aparentemente desprovidas de emoção, decidia destinos, vidas, mortes, conciliações, ruptura, acordo entre quadrilhas, salvo-condutos. Reinava no cárcere, regulando relações, punições, compromissos e exigências. Como, de fato, uma sombra com ascendência sobre todos, capaz de surgir do nada para implantar a sua forma de justiça particular.

Esse tipo de poder na mãe-prisão (mãe porque gera filhos e adeptos) só pode terminar com a morte. E uma tensão permanente, como escreveria para outro preso o condenado Jurandir Marques da Silva: "Hoje vivo em guerra com aqueles facínoras do PCC, portanto um olho no defunto e outro no coveiro. É assim que funciona". E assim Sombra terminou seus dias, sem merecer uma história, um arremedo de biografia. Ficou a sigla PCC. A organização foi estruturada com a criação de um estatuto, pactos firmados, catequização de adeptos e compromissos irreversíveis de união. A ideia, contagiante, era de que cada preso abraçasse a situação dos outros, ligados ao PCC, e essa relação continuaria valendo mesmo quando fossem colocados em liberdade. A tal ponto que a organização decidiu financiar cursos de direito para jovens adeptos, sob o juramento de que, no futuro, eles seriam os sempre disponíveis advogados do grupo. Composto por 16 artigos, o estatuto previa "uma guerra sem fronteiras, até a vitória final" e garantia:

> O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todo o sistema penitenciário do Estado e conseguimos nos estruturar também pelo lado de fora, com muitos sacrifícios e perdas irreparáveis. Mas nos consolidamos ao nível estadual e ao médio e longo prazo nos consolidaremos ao nível nacional.

Na parte final do estatuto, exclamações de "liberdade!", "justiça!" e "paz!".

Fazer parte do PCC ou desfrutar do prestígio do bando em rebeliões, resgates de presos e invasões de cadeias, tornou-se comum. Empolgados, outros presos, de quadrilhas rivais, foram anunciando a criação de organizações concorrentes, entre elas um Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade, uma Comando Democrático da Liberdade, a Seita Satânica (cheia de rituais, como a adesão mediante corte no dedo polegar) e o Comando Jovem Vermelho da Criminalidade. Um competente serviço de marketing providenciava para que dossiês com planos, objetivos e estatutos, além de uma lista de pessoas condenadas à morte, chegassem às redações. Entrevistas poderiam ser feitas, como foram, com personagens encapuzados e bem armados. O marketing tem como artífices inimigos do sistema penitenciário. Querem destruí-lo, como se ele já não fosse decadente. Começaram imaginando a democratização das prisões, sem saber que o alicerce delas, a segurança e a disciplina, é implacavelmente totalitário. Não se democratiza o autoritarismo. Tudo que existia de bem articulado, por mestres do sistema, como Flamínio Fávero, Noé de Azevedo e Manoel Pedro Pimentel, foi sendo cuidadosamente pulverizado. Os marqueteiros dos malacos agem nas sombras, sentindo profunda admiração por aqueles que, embora sem causa, ousaram desafiar e romper as regras da vida em sociedade. Profissionais como advogadas, assistentes sociais, psicólogas, visitas dos mais variados tipos, inclusive surpreendentes personagens acima de suspeitas, costumam apaixonar-se por eles. São muitos e variados os romances. Alguns efêmeros, outros duradouros, mas romances – belos romances. Homens que preferem ver nos réus os

verdadeiros e legítimos representantes da sociedade completam o time. Normalmente, costumam fracassar em suas ideias. Aí, contraditoriamente, chama-se a Tropa de Choque da Polícia Militar. Assim que os policiais entram, acaba para sempre a autoridade dos admiradores daquele presídio. Dentro das prisões, entretanto, os marqueteiros são vistos como *laranjas* pela linha de frente dos malacos, ou seja, inocentes úteis que devem ser espremidos até se tirar o bagaço para ser jogado fora, simplesmente descartado.

Eufóricos com a repercussão do nascimento do PCC, os marqueteiros do crime redigiram uma nota à imprensa, deixada nas portarias de emissoras de rádio e televisão. Abertura da nota:

> O braço armado do Primeiro Comando da Capital é longo e implacável. Estamos decididos e determinados a combater de forma radical aquele campo de concentração e extermínio lento e automático, que é usado como instrumento de vingança da sociedade, visando a desintegração moral e física do preso.

Advertência:

> A nossa vingança também será dura e cruel, mas justa contra os verdadeiros culpados daquele massacre histórico contra 111 presos da Casa de Detenção e também contra aqueles que dão respaldo financeiro, militar e político a esse sistema policial, judicial e penitenciário falido, arcaico, injusto, corrupto, incompetente, cruel e desumano.

Alvo ambicioso: a desativação da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, a primeira e única do gênero no país, onde o regime disciplinar sempre foi severo, ao contrário dos outros estabelecimentos penais. Justamente para lá foram transferidos, em fevereiro de 2001, os principais cabeças do PCC. Daí a megarrebelião simultânea e o trecho seguinte da nota à imprensa:

> Em vista da degradação total e opressão constante que imperam naquele maldito campo de concentração, nós, do comitê externo de decisões do PCC, condenamos à morte as seguintes pessoas: […]

A lista tinha 45 nomes, – e dela faziam parte o ex-governador Luiz Antônio Fleury Filho, o coronel Ubiratan Guimarães (que comandava a Tropa de Choque que invadiu a Casa de Detenção, no dia das 111 mortes, em outubro de 1992), vários juízes e promotores, os políticos Erasmo Dias, Afanásio Jazadji, Conte Lopes, Paulo Maluf, Romeu Tuma, Celso Pitta, José Sarney, Esperidião Amin e Antônio Carlos Magalhaes; policiais estaduais, militares e federais; funcionários do sistema penitenciário, o empresário Roberto Marinho, das Organizações Globo, e o apresentador de TV Cid Moreira. A imensa lista caracterizava, pelos nomes apontados, a bazófia pura. Fim da nota:

> A agenda da morte já está montada e os soldados do PCC, em conexão com os soldados do Comando Vermelho, já estão preparados para entrarem em ação em vários estados do pais, numa missão de retaliação aos poderosos e a todos os agentes servidores do poder iníquo, opressor, corrupto e podre.

Segundo a nota, assinada pelo Primeiro Comando da Capital, em conexão com o Comando Vermelho, essa operação seria chamada "Caça aos tubarões do poder".

O que se passa por trás das muralhas das prisões é coisa que pouquíssimos conhecem. Um relatório com revelações contundentes, enviado pela Corregedoria Administrativa da Secretaria de Administração Penitenciária à CPI do Sistema Penitenciário e à Procuradoria Geral de Justiça em São Paulo, serve para dar uma ideia das dezenas de *laranjas* utilizadas como massa de manobra. Está escrito:

> As fugas do regime prisional, com a participação de funcionários, seus principais articuladores, passaram a acontecer com frequência. Todas com algum rastro a apontá-los como presos endinheirados, por força da participação em crimes que renderam muito […] O valor pago pela fuga é variável, em média 130 mil reais (tabela do ano 2000), dependendo do *quantum* obtido pelo preso em suas andanças no mundo do crime (roubos, latrocínios, sequestros e tráfico de entorpecentes, dentre outros).

Existe, portanto, uma bolsa de valores especial para malacos, com investimentos em autoria de crimes que, dependendo da gravidade e da pena, recebem uma cotação. Se tiver dinheiro em caixa, fora da prisão, contatam-se advogados que de direito muito pouco sabem. São os pombos-correios, entregadores de mensagens, pagadores de corruptos no meio policial e penitenciário. Os presos criaram um provérbio na Casa de Detenção: nesse mundo de mentiras, "para dizer somente a verdade ninguém precisa de advogado". Repita-se: não se fala aqui dos advogados de verdade, os sacerdotes do direito, os eternos defensores da liberdade, os paladinos do sagrado direito de defesa. Não: as informações são sobre rábulas-crápulas que ajudam a alimentar a poderosa indústria do crime. Um deles apresentou-se tranquilamente como advogado do PCC. Pretendia candidatar-se a deputado com alardeado apoio dos malacos. Foi preso em flagrante antes, numa ofensiva da polícia contra a bandidagem descarada.

- Consta que a morte de um dos líderes do PCC, Gildemar Agripino da Silva, vulgo Sequestro, na terceira semana de novembro de 2000, foi motivada por um preso da cidade de Marília, que pagou pela fuga e morreu na tentativa, o que não deveria acontecer. Por isso, foi julgado e morto pelos colegas de cela.
- Está acontecendo muito no sistema o "sequestro de presos". EIes são isolados e ameaçados. Se os familiares não pagarem o preço exigido, o preso acaba morto. Quem comanda é o PCC.

• O preso W. I. K., matrícula 143 847, teria comprado por 1,5 milhão de reais a transferência para o regime semiaberto, embora não tivesse nenhuma condição de receber o benefício. Fugiu sete meses depois. Um juiz de direito teria ganhado nessa transação um veículo da marca BMW. Existe um traficante do sul, de nome Wanderlei, que vinha para São Paulo com a família e ficava hospedado na casa de um diretor penitenciário, enquanto fazia os acertos de drogas.

• Existem presos condenados por crimes hediondos, com penas que variam até quinze anos de reclusão, que saem do presídio nos finais de semana, segundo dizem, "graças a ordens de alguém importante na concessão de benefícios".

• Existe agente penitenciário com parentesco próximo de diretor que bate no peito na frente de qualquer pessoa para dizer que é do PCC.

• Certo diretor e esposa viajaram para Miami, tudo gentilmente pago pelo preso e traficante foragido M. A. F., que também deu de presente um veículo Alfa Romeo para agentes penitenciários, um com cargo de diretor.

• O PCC ensina a seguidores como manusear armas exclusivas das Forças Armadas, como atacar um carro-forte, como realizar um grande assalto a banco e a ávido-pagador, e como resgatar presos. Faz desenhos de armamentos e explica como se mexe com as armas de grosso calibre. Em folhas de papel sulfite, apreendidas por funcionários da Penitenciária do Estado, estavam desenhados um revólver calibre 38, um fuzil automático leve (FAL), uma espingarda calibre 12, pistolas, granadas de mão, lança-granadas, um fuzil AR-15, metralhadoras, submetralhadoras e um lança-rojão tipo bazuca.

• As lideranças extrapolaram os limites, passaram a exercer poder paralelo em algumas penitenciárias, corromperam funcionários e exercem o domínio entre a maioria dos detentos. Planejam as lanças (assaltos mais difíceis), como o ataque ao prédio do Banespa, no Centro de São Paulo, de onde foram roubados 32,5 milhões de reais em julho de 1999, assaltos a blindados, postos de pedágio, condomínios de alto luxo, além do comércio de entorpecentes por toda a cidade. São inúmeras as denúncias no sentido de que o preso com participação em roubo lucrativo ou envolvido no tráfico de entorpecentes seja procurado por funcionários corruptos com propostas de fuga. Os preços variam.

Detalhe do caso de roubo ao Banespa: dois investigadores de polícia, trabalhando num distrito da Zona Sul de São Paulo, obtiveram nas nuvens que envolvem o mundo dos malacos informações preciosas sobre a casa onde moravam familiares de um dos assaltantes. Os policiais invadiram a casa, imobilizaram todas as pessoas em cárcere privado, algemando-as a móveis e camas. Ficaram à espreita, pacientemente, com familiares do bandido subjugados. Como tinham certeza, ele apareceu. Foi preso e torturado para revelar onde estava a sua parte do dinheiro, quase 5 milhões de reais. O bandido levou os policiais a um lugar onde sua cota no assalto estava enterrada dentro de um saco. De posse do dinheiro, bandido e familiares foram libertados. Alguns dias depois, um advogado foi à corregedoria da Polícia Civil denunciar os ladrões que roubaram o ladrão. Não passou muito tempo e o advogado foi encontrado morto. Misteriosamente. O filho dele, igualmente advogado, entrou no caso. Teve o mesmo fim que o pai. Caso encerrado.

O prisioneiro Edinho colaborou contando como funcionavam alguns esquemas do PCC. "Se não morri tomando 22 facadas na Penitenciária do Estado, é porque nosso Deus tem uma missão para mim, e quem sabe não seja esta. Vou ajudar da melhor forma para acabar com os comandos dentro das prisões." Outro condenado, Paulo Perereca, matrícula 38 338, prestando uma declaração no Serviço de Vigilância da Penitenciária do Estado, já falava em 1996 sobre o início do PCC, sobre os presos se organizando para matar, liderados por Misael, Cesinha, Trinta e Sete, Geleião, Paixão, Nego Edu e Terra Seca. As primeiras vítimas foram Caloi, Araquém e Baianinho. Perereca contou que de nada adiantava os jurados de morte tentarem escapar conseguindo transferência para outro presídio:

PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COESPE
Av. Gal. Ataliba Leonel, 656 - São Paulo - Cep 02088-900 - Fone 299.2911
CAIXA POSTAL, 8198 - TELEX 1115091 - PENA -SP.
1170137 - GOSP - BR.

RELATÓRIO

Solicitante: Sr. Coordenador
Assunto: "Grupo P.C.C."

Em atenção a solicitação de Vossa Senhoria, informamos à respeito de um suposto grupo de sentenciados, que estariam tentando desestabilizar o Sistema Penitenciário.

Realmente, possuímos dados que talvez sejam do interesse dessa Coordenadoria, pois, tratando-se esta Penitenciária de uma Unidade de convergência de sentenciados oriundos de outras Unidades da Rede COESPE, Cadeias Públicas e Distritos Policiais, em virtude das transferências entre Unidades, apresentações em juízo, avaliações médicas visando internações no hospital e sanatório, e ainda, desinternações do Centro de Readaptação Penitenciária anexo a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, constantemente surgem fatos que corroboram e nos fazem crer na existência do grupo e suas articulações.

Inicialmente, em meados de 1993 rumores começaram a surgir, e com o passar dos dias uma sigla veio a tona "PCC", significando "PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL". Tais rumores transformaram-se em cartas e afirmações por parte de sentenciados, até que em 23.07.95 um fato lamentável ocorreu na unidade: Era domingo de visitas, 15 sentenciados intitulando-se membros de tal grupo, armados de estiletes improvisados, não respeitando sequer os seus próprios visitantes, provocaram um tulmutuo no 3° pavilhão assassinando os sentenciados 34.053-Walter Pinto de Magalhães, 44.061-Adólio Luis Salício, e 37.323-Edivaldo Rodrigues da Silva.

Mediante o fato, Autos de infrações foram lavrados, e também solicitadas providências junto ao 9° Distrito Policial.

Em acareações posteriores, assumiram os sentenciados os crimes praticados, onde ficou destacada a liderança dos sentenciados 50.218-Cesar Augusto Roris da Silva (Cesinha) e 74.923-José Ivanilson Mello da Silva (37), sendo que, juntamente com outros seguidores foram transferidos para o C.R.P. anexo a C.C.T. Taubaté.

É de conhecimento da população carcerária, que todos daquele grupo, sem exceção, intitulam-se membros do "PCC".

Ficou ainda esclarecido, que o sentenciado 38.338-Edson Luis da Silva Gomes (membro do grupo isto segundo suas próprias palavras), estava incumbido de assassinar companheiros no 1° pavilhão, porém, devido sua desistência, o mesmo passou a ser hostilizado na Unidade, vendo-se obrigado a simular uma "tomada" do 1° pavilhão, objetivando sua transferência para o C.R.P. e ficando desta forma com sua reputação normalizada.

PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COESPE
Av. Gal. Ataliba Leonel, 656 - São Paulo - Cep 02088-900 - Fone 299.2911
CAIXA POSTAL, 8198 - TELEX 1115091 - PENA -SP.
1170137 - GOSP - BR.

Todavia, ao ingressar ao C.R.P., o mesmo foi vítima de tentativa de morte por parte de seus companheiros, sendo obrigado a pedir segurança em relação a sua integridade física.

O sentenciado, após desinternação e em passagem nesta Penitenciária, relatou em termo de declarações com pormenores a atuação dos "Líderes e soldados" do P.C.C.

Recentemente, novo fato surgiu, em 08.11.96 deram entrada na Unidade 16 sentenciados procedentes do C.R.P., que estavam em trânsito para sumário nas comarcas de Bauru, Campinas e ABC. Logo em seguida, fomos alertados por sentenciados cuja identidade temos de resguardar, que este grupo tencionava na segunda-feira seguinte a "tomada" da Unidade, iniciada pelos Agentes responsáveis pela vigilância do andar de trânsito, em seguida demais funcionários e Diretoria, exigiram a presença dos Srs. Coordenador, Secretário, Juiz Corregedor, e ainda a Imprensa, para solicitarem a desativação do C.R.P., caso houvesse a negativa, os mesmos iriam assassinar um funcionário a cada 15 minutos até reverterem a decisão. Consta ainda, que tal fato deveria ocorrer nesta Unidade por estar localizada junto ao Complexo Carandiru, o que com certeza proporcionaria grande repercussão.

Sendo-nos informados em tempo hábil, conseguimos evitar a concretização do plano, isolando os sentenciados em celas da Administração, e em seguida efetuando rigorosa revista no 3º pavilhão, onde foram apreendidas 15 facas (estiletes improvisados) que estavam destinadas para a utilização do grupo.

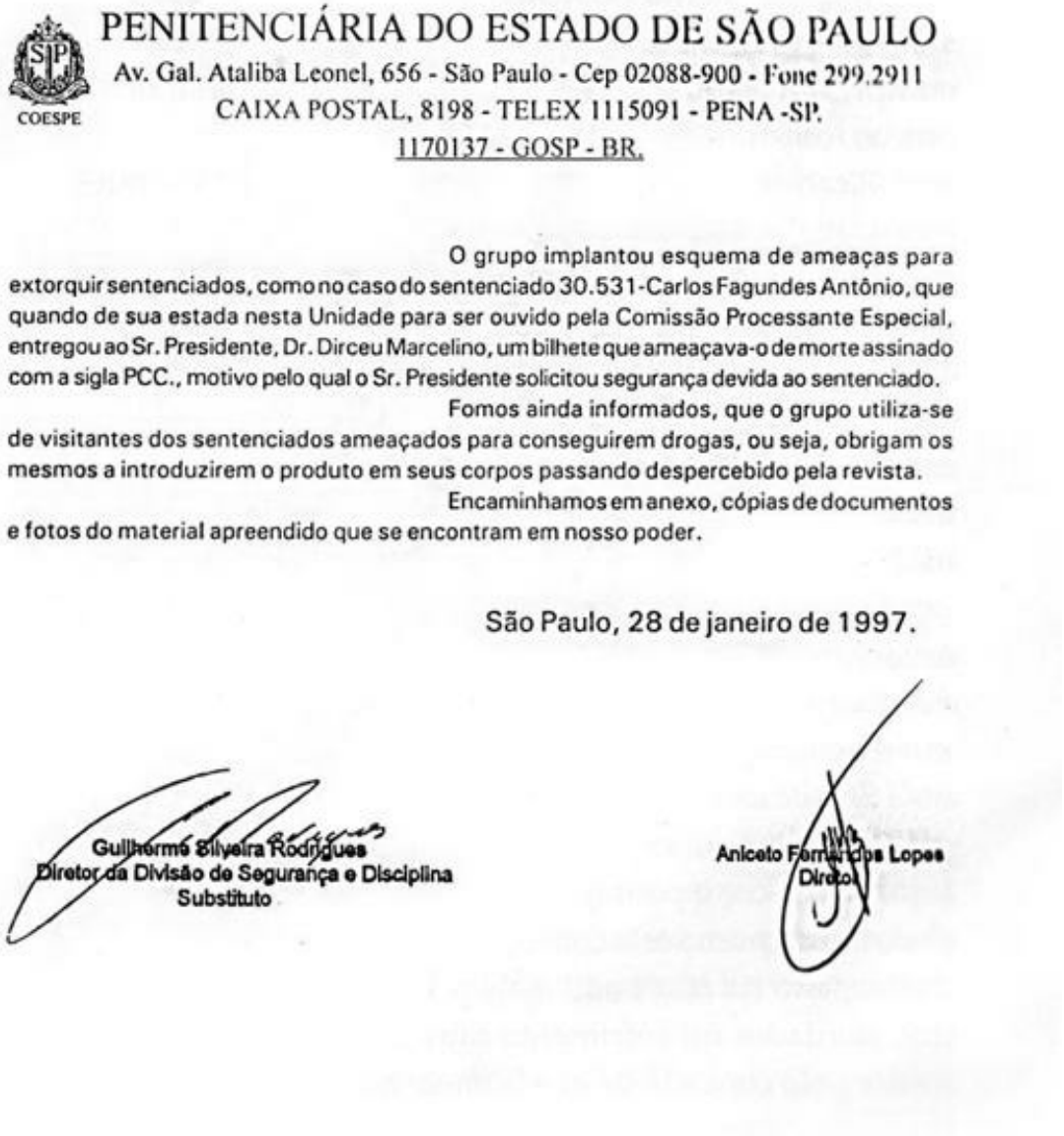
Ainda no dia 27.12.96, alertados por sentenciados que desejam cumprir suas penas com tranqüilidade, procedemos revista no 3º pavilhão cujo o resultado foi a apreensão de 72 estiletes, que seriam utilizados por sentenciados comandados por elementos "soldados" do P.C.C. para tumultuar o Estabelecimento.

Cumpre-nos ainda esclarecer, que desde que passamos a receber informações sobre o grupo, sempre nos foram apontados como líderes os sentenciados abaixo relacionados, cujas as ordens não podem de forma alguma ser discutidas, principalmente as de sentenças de morte por eles ditadas:

33.726	-	Misael Aparecido da Silva	
38.048	-	José Eduardo Moura da Silva	"Nego Edu, Bandeijão"
50.218	-	Cesar Augusto Roris da Silva	"Cesinha"
52.163	-	José Mário Felício	"Zinho, Geleião"
74.923	-	José Evanilson Mello da Silva	"Trinta e Sete"

Posteriormente, outros elementos foram aderindo ao grupo, a exemplo dos que aqui cometeram o tríplice homicídio, formando um segundo escalão que recebem as ordens e as transmitem aos executantes nas diversas Unidades.

Informaram-nos ainda, sobre a existência de sentenciados que agem em liberdade, principalmente em assaltos à bancos, proporcionando o envio de somas consideráveis aos líderes do grupo, como o caso do sentenciado 83.698-Rinaldo José Pereira, de que quando evadido efetuava essa prática, e atualmente está preso da Casa de Detenção. Consta ainda, a informação sobre a participação de advogados que estariam compactuando com os elementos do P.C.C.



PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Gal. Ataliba Leonel, 656 - São Paulo - Cep 02088-900 - Fone 299.2911
CAIXA POSTAL, 8198 - TELEX 1115091 - PENA -SP.
1170137 - GOSP - BR.
COESPE

O grupo implantou esquema de ameaças para extorquir sentenciados, como no caso do sentenciado 30.531-Carlos Fagundes Antônio, que quando de sua estada nesta Unidade para ser ouvido pela Comissão Processante Especial, entregou ao Sr. Presidente, Dr. Dirceu Marcelino, um bilhete que ameaçava-o de morte assinado com a sigla PCC., motivo pelo qual o Sr. Presidente solicitou segurança devida ao sentenciado.

Fomos ainda informados, que o grupo utiliza-se de visitantes dos sentenciados ameaçados para conseguirem drogas, ou seja, obrigam os mesmos a introduzirem o produto em seus corpos passando despercebido pela revista.

Encaminhamos em anexo, cópias de documentos e fotos do material apreendido que se encontram em nosso poder.

São Paulo, 28 de janeiro de 1997.

Guilherme Silveira Rodrigues
Diretor da Divisão de Segurança e Disciplina
Substituto

Aniceto Fernandes Lopes
Diretor

Em todo o sistema existem *robôs*, sentenciados que prestam serviços ao Comando. São os executores das mortes. E se não cumprirem as ordens do Comando, os *robôs* são mortos por outros *robôs*.

Ficamos sabendo, por meio desses documentos, que existem os malacos que matam como se fossem autômatos do crime. Suas únicas reações humanas são o prazer, quase êxtase, pela matança em série, a carnificina. Em muitos dos casos, precisam interromper a sessão de facadas para afiar o punhal – este sobe e desce nas grades de ferro das próprias celas. Quem estiver passando pelo local na hora precisa parar, esperar, fazer de conta que não está vendo e depois sair, sem comentários. No poder conquistado a sangue, banalizou-se cortar cabeças. Dizem os matadores que desse jeito o sangue do corpo se esvai quase todo. É por isso: é preciso restar o mínimo possível do que os matadores chamam de *sangue de boceta*, sinônimo de *sangue ruim*.

Só que esse comportamento não é decodificado. Tudo na prisão possui um significado – desde o preso novo, primário, tomando socos e pontapés, porque ainda não sabia que não se pode entrar numa cela com os sapatos, atitude considerada um desrespeito na *casa* onde mais presos *moram*. Que chorar de dor, saudades ou sofrimento, nunca é permitido. Não exatamente pelo conceito de que homem não chora, mas porque as lágrimas deprimem outros presos. Quem quiser chorar, que chore bem escondido. Se não, vai apanhar.

Se nem isso as autoridades sabem, mesmo aquelas que mandam os presos para os presídios, não chega a ser surpreendente que a organização dos malacos em torno do crime seja muito superior à que o Estado montou em termos de segurança pública, distribuição da justiça e cumprimento de penas. Todo esse aparato, chamado em direito de *persecutio criminis*, persecução do crime, acaba se concentrando, ao final, nas mãos de um carcereiro, guarda de presídio ou, para sofisticar mais o nome do cargo, agente penitenciário. Ele fica com a parte que ninguém quer: o contato direto com o preso. A prisão é um lugar que cheira a mofo, e aquele ar carregado deixa as pessoas impregnadas. Como possui regras próprias, o funcionário precisa se adaptar. Corromper-se é fácil num lugar onde, em tese, praticamente tudo é proibido. O Estado vira o carcereiro. O carcereiro

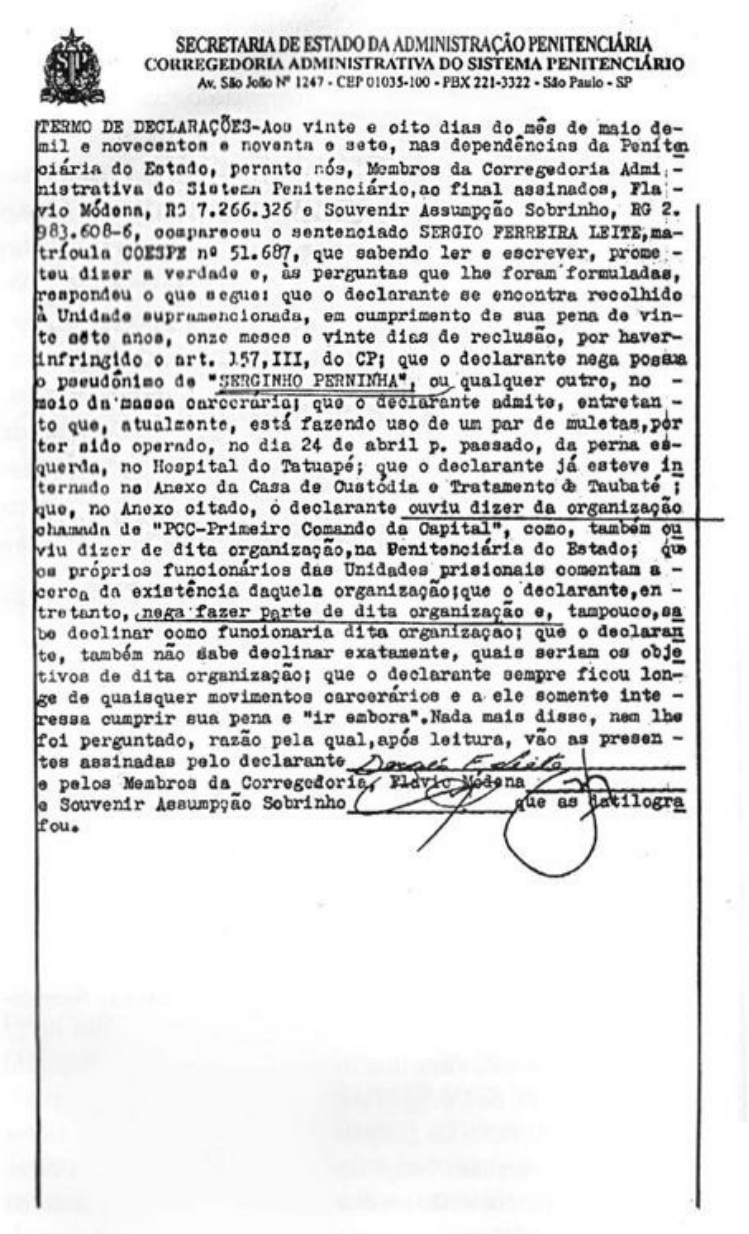
vira representante do Estado. A rigor, todo presídio deveria receber periodicamente visitas correcionais do Judiciário e do Ministério Público. Deveria. Os burocratas do direito enfiaram na cabeça, e vai ser difícil tirar, a noção de que *investigar* é um ato que se resume a intimar alguém a prestar depoimento e, nessa mecânica de fazer perguntas e ouvir respostas, obter as informações tão desejadas. Não é nada disso. "Não sei", "não fui eu", "nada vi", "não tomei conhecimento", "só contei na polícia porque fui torturado" são respostas de praxe. Ou "só falo em juízo", quando as perguntas são feitas na polícia. Foi o que aconteceu quando se procurou descobrir as raízes do PCC por critérios sabidamente inúteis. Dois funcionários da Corregedoria Administrativa do Sistema Penitenciário, Flávio Módena e Souvenir Assumpção Sobrinho, foram à penitenciária para fazer perguntas, na esperança de obter respostas reveladoras de alguns presos ligados ao bando. Pura perda de tempo:

Sergio Ferreira Leite, matrícula 51 687:

Nego que o meu apelido seja Serginho Perninha ou qualquer outro na massa carcerária. Admito que atualmente estou usando um par de muletas, mas é porque fui operado recentemente no Hospital do Tatuapé. Estou cumprindo pena de 27 anos, onze meses e vinte dias de reclusão por haver infringido o artigo 157, III, do Código Penal. Ouvi falar sobre a organização chamada PCC. Os próprios funcionários das unidades prisionais comentam. Nego fazer parte do PCC, não sei dizer como ele funciona e não sei dizer quais seriam, exatamente, os objetivos do PCC.

Marco Luiz Cruz Felício, matrícula 106 298:

Meu apelido é Bandite. Cumpro pena de reclusão, por infração ao artigo 157, III do Código Penal. Nas várias unidades onde estive internado, sempre ouvi falar do PCC. Mas só conheço por ouvir dizer. Desconheço quais seriam os líderes da organização. Nego que faça parte dela.



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
Av. São João Nº 1247 - CEP 01035-100 - PBX 221-3322 - São Paulo - SP

TERMO DE DECLARAÇÕES-Aos vinte e oito dias do mês de maio de-
mil e novecentos e noventa e sete, nas dependências da Peniten
ciária do Estado, perante nós, Membros da Corregedoria Admi -
nistrativa do Sistema Penitenciário,ao final assinados, Fla -
vio Módena, RG 7.266.326 e Souvenir Assumpção Sobrinho, RG 2.
983.608-6, compareceu o sentenciado SERGIO FERREIRA LEITE,ma-
trícula COESPE nº 51.687, que sabendo ler e escrever, prome -
teu dizer a verdade e, às perguntas que lhe foram formuladas,
respondeu o que segue: que o declarante se encontra recolhido
à Unidade supramencionada, em cumprimento de sua pena de vin-
te ôito anos, onze meses e vinte dias de reclusão, por haver-
infringido o art. 157,III, do CP; que o declarante nega possua
o pseudônimo de "SERGINHO PERNINHA", ou qualquer outro, no -
meio da massa carcerária; que o declarante admite, entretan -
to que, atualmente, está fazendo uso de um par de muletas,por
ter sido operado, no dia 24 de abril p. passado, da perna es-
querda, no Hospital do Tatuapé; que o declarante já esteve in
ternado no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté ;
que, no Anexo citado, o declarante ouviu dizer da organização
chamada de "PCC-Primeiro Comando da Capital", como, também ou
viu dizer de dita organização,na Penitenciária do Estado; que
os próprios funcionários das Unidades prisionais comentam a -
cerca da existência daquela organização;que o declarante,en -
tretanto, nega fazer parte de dita organização e, tampouco,sa
be declinar como funcionaria dita organização; que o declaran
te, também não sabe declinar exatamente, quais seriam os obje
tivos de dita organização; que o declarante sempre ficou lon-
ge de quaisquer movimentos carcerários e a ele somente inte -
ressa cumprir sua pena e "ir embora".Nada mais disse, nem lhe
foi perguntado, razão pela qual,após leitura, vão as presen -
tes assinadas pelo declarante
e pelos Membros da Corregedoria, Flávio Módena
e Souvenir Assumpção Sobrinho que as datilogra
fou.

Joel Rodrigues dos Santos, matrícula 77 197:

> Estou cumprindo minha pena de 40 anos de reclusão por haver infringido o artigo 159 do Código Penal. Nego possuir o apelido de Joel Gordão. Reservo-me ao direito de nada mais declarar.

Joaquim Filho Marques Nogueira, matrícula 70 100:

> Cumpro minha pena de 25 anos e oito meses de reclusão. Artigos 157 e 121 do Código Penal. Confirmo que meu apelido na cadeia é Baianinho Pompom. Tenho o direito de nada mais declarar.

Julio César de Andrade e Souza, matrícula 86 725:

> Estou recolhido cumprindo pena de 13 anos e nove meses, artigos 157, 121 e 14 do Código Penal. Nego ter o apelido de César Preto, mas admito que meu apelido é Cesinha. Já ouvi falar no PCC, mas a esse respeito nada quero declarar, a não ser deixar claro que PCC é apenas paz.

Eduardo Renato Nassif Jaber, matrícula 23 503, dezenove meses após ter dado algumas pistas para os dois mesmos membros da Corregedoria Administrativa do Sistema Penitenciário:

> Minha pena é de 42 anos de reclusão. Me reservo ao direito de nada declarar.

Em seu relatório (confidencial), os membros da Corregedoria informaram que o preso "informalmente" mostrou-se disposto a "contar tudo" a respeito do PCC, desde que fora das dependências da Penitenciária do Estado.

O coordenador dos estabelecimentos penitenciários em fevereiro de 1997, Lourival Gomes, admitiu que "uma sigla veio à tona, qual seja, PCC", e

> […] fatos foram acontecendo dando a entender que efetivamente existe uma "organização" disposta a tumultuar a ordem, segurança e disciplina nas prisões, como os havidos na própria Penitenciária do Estado – homicídios cometidos contra detentos e tentativa de tomar de assalto aquela instituição.

Ele se baseava em relatório do diretor da penitenciária, Aniceto Fernandes Lopes, e do diretor da divisão de Segurança e Disciplina, Guilherme Silveira Rodrigues, no qual se informava:

> Quinze sentenciados, intitulando-se membros do PCC, provocaram tumulto no terceiro pavilhão num domingo, dia de visita, armados de estiletes improvisados, não respeitando sequer os seus próprios visitantes, assassinando os sentenciados 34 053, 44 081, 37 323. É de conhecimento da população carcerária que todos daquele grupo, sem exceção, intitulam-se membros do PCC.

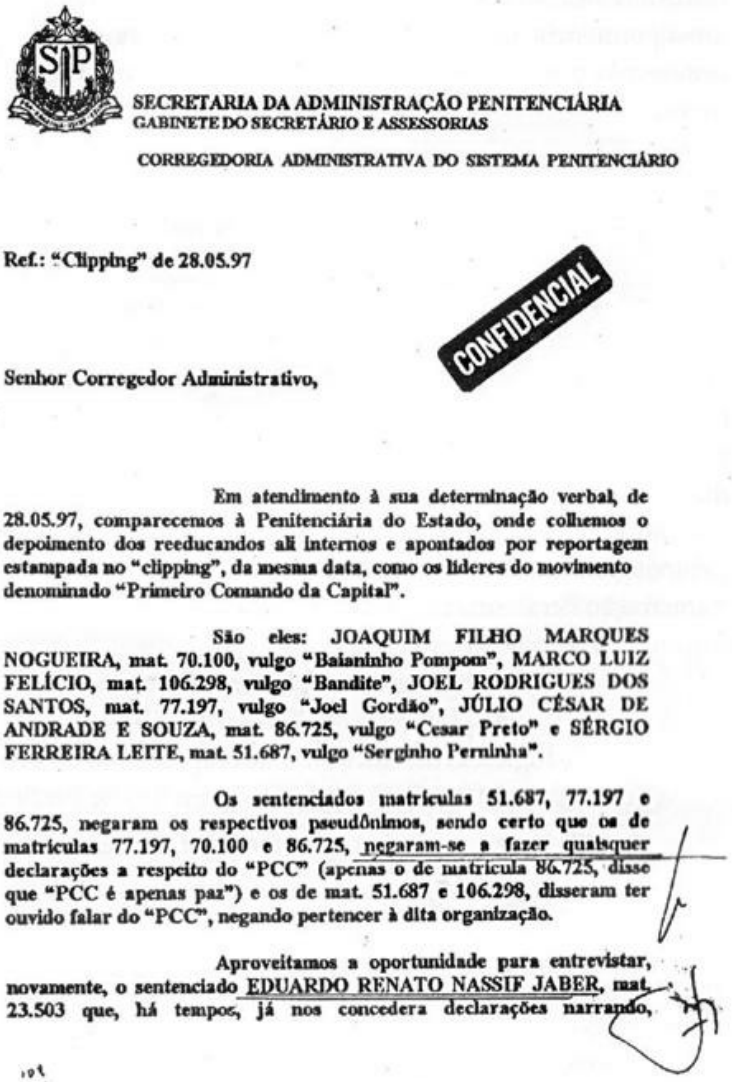
O relatório da direção da Penitenciária do Estado informava, ainda, ter conseguido abortar o plano de tomar setores do presídio, exigir a presença de autoridades e pressionar para a desativação do estabelecimento de segurança máxima na cidade de Taubaté. "Caso houvesse a negativa, iriam assassinar um funcionário a cada 15 minutos, até reverterem a decisão." O lugar escolhido para executar o plano tinha sido a Penitenciária do Estado, "por estar localizada junto ao Complexo do Carandiru, o que com certeza proporcionaria grande repercussão". Informava-se, ainda, o nome e o número de matrícula no sistema penitenciário de um grupo inicial de cinco presos, "cujas ordens, não podem de forma alguma ser discutidas, principalmente as sentenças de morte por eles ditadas". Sem revelar as fontes, a direção da penitenciária relatava oficialmente "a existência d e sentenciados que agem em liberdade", principalmente em assaltos a bancos, proporcionando o envio de somas consideráveis aos líderes do grupo. Destacava-se "a informação sobre a participação de advogados que estariam compactuando com os elementos do PCC". Ainda segundo esse relato, "o PCC implantou esquema de ameaças para extorquir sentenciados", além de obrigar os visitantes dos presos pressionados a levar drogas escondidas no corpo nos dias de visita.

Apesar de todas essas informações, o assessor técnico de gabinete, Albino Rodrigues Costa Netto, da Secretaria da Administração Penitenciária, preferiu considerar – em documento dirigido ao secretário – sua "descrença na efetiva existência do PCC". Em parágrafos nomeados de *a* a *f*, dizia que "as notícias referentes ao Comando são esparsas e não obedecem a nenhuma sequência lógica". Mesmo assim, teve o cuidado de proteger-se diante do chefe da secretaria, criada em fins de1992 para atenuar o impacto das 111 mortes acontecidas na Casa de Detenção após a invasão da Tropa de Choque da Polícia Militar: "Malgrado o que foi acima relatado, ainda em cumprimento à determinação de Vossa Excelência, continuaremos atentos e vigilantes, para que seja abortado, tempestivamente, qualquer fato novo que indique a real existência do Comando".

Na papelada que entope armários, arquivos e gavetas, não se prestou atenção ao caso de um funcionário, Célio Moreira Leite, acusado de espancar presos num dia de rebelião no odiado presídio de Taubaté. O advogado dele, Valdemirson do Amaral, apresentando defesa prévia, dizia:

> Atualmente notamos que no sistema penitenciário existe um grupo formado por diversos detentos, denominado Primeiro Comando da Capital, que podemos comparar com o Comando Vermelho e a Falange Vermelha, existentes no Rio de Janeiro, que está tentando a desestabilização do sistema penitenciário do estado de São Paulo.

A presidente da sindicância, Maria Alice dos Reis Candelária, observou que durante as apurações "vêm surgindo, com frequência, alusões ao PCC" e que o advogado de Celio Leite (e outros agentes penitenciários) tinha sido "o primeiro a levantar a tese da existência do citado comando".



SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
GABINETE DO SECRETÁRIO E ASSESSORIAS

CORREGEDORIA ADMINISTRATIVA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Ref.: "Clipping" de 28.05.97

CONFIDENCIAL

Senhor Corregedor Administrativo,

Em atendimento à sua determinação verbal, de 28.05.97, comparecemos à Penitenciária do Estado, onde colhemos o depoimento dos reeducandos ali internos e apontados por reportagem estampada no "clipping", da mesma data, como os líderes do movimento denominado "Primeiro Comando da Capital".

São eles: JOAQUIM FILHO MARQUES NOGUEIRA, mat. 70.100, vulgo "Baianinho Pompom", MARCO LUIZ FELÍCIO, mat. 106.298, vulgo "Bandite", JOEL RODRIGUES DOS SANTOS, mat. 77.197, vulgo "Joel Gordão", JÚLIO CÉSAR DE ANDRADE E SOUZA, mat. 86.725, vulgo "Cesar Preto" e SÉRGIO FERREIRA LEITE, mat. 51.687, vulgo "Serginho Perninha".

Os sentenciados matrículas 51.687, 77.197 e 86.725, negaram os respectivos pseudônimos, sendo certo que os de matrículas 77.197, 70.100 e 86.725, negaram-se a fazer quaisquer declarações a respeito do "PCC" (apenas o de matrícula 86.725, disse que "PCC é apenas paz") e os de mat. 51.687 e 106.298, disseram ter ouvido falar do "PCC", negando pertencer à dita organização.

Aproveitamos a oportunidade para entrevistar, novamente, o sentenciado EDUARDO RENATO NASSIF JABER, mat. 23.503 que, há tempos, já nos concedera declarações narrando,

Não se conseguiu descobrir por que os escalões superiores da Secretaria da Administração Penitenciária e do governo preferiram fazer de conta que o PCC não existia. É certo que nos presídios não se soube investigar a fundo. Mas os indícios disponíveis eram tão fortes que ignorar o PCC foi mesmo uma atitude intencional. Teve um preço alto: o poder dos presos foi crescendo, seus aliados fora das muralhas, aparecendo e o crime organizado, se estabelecendo. Incompetência? Desinteresse? Omissão?

Os policiais sabem fazer interrogatórios informais quando lhes interessa. No caso de mortes e rebeliões, a apuração é feita por meio de inquérito na Delegacia de Polícia mais próxima. Em São Paulo, é o 9° Distrito Policial, no Carandiru, onde as salas sempre estão repletas de facas, punhais, espadas e celulares apreendidos. São as histórias dos crimes dentro da prisão, os criminosos se tornando ainda mais criminosos, chegando ao ponto de nada perder quando são condenados a penas fantasmagóricas, sem vida suficiente para pagar.

No cenário polícia *versus* malacos, ou malacos enjaulados, a luta é permanente. Como gatos e ratos, vivem à espreita um do outro. Ir a fundo, punição ou vingança, depende de uma série de fatores. De qualquer modo, policiais ou agentes do sistema penitenciário sabem espremer o preso sem deixar marcas ou vestígios de qualquer lesão. E ainda mandar fazer um exame cautelar de corpo de delito. O sistema é responsável pelo grande número de casos insolúveis, de autoria cada vez mais desconhecida em crimes como homicídio, roubo e furto. Os jornalistas que não investigam e apenas reproduzem, não se interessando pela eliminação das aspas, costumam informar, diante de episódios mais relevantes, que a apuração decorreu de "meses de investigação". O curso de um inquérito pode demorar meses, sim, e o de um processo também, mas numa investigação tão raramente acontece. Além de não investigarem mais como antigamente, os policiais de hoje são mais impacientes. Poucos são capazes de ficar à espreita, seguir, acompanhar, observar detalhes aparentemente irrelevantes, e muito menos encarar, com receio de ficar em notória inferioridade, o bandido capaz de atirar. As sindicâncias são sempre chamadas de "rigorosas". Jamais de inúteis. Mas é o que são na sua maioria.

Os malacos organizados são exatamente o contrário. Por isso levam grande vantagem. São bandidos de verdade contra

policiais que parecem estar brincando de Sherlocks, chefiados, em última instância – nas Secretarias de Segurança –, por amadores delirantes, que se esmeram em improvisar e demonstram pouca capacidade de exigir dedicação e formação profissionais. Ou diretores e funcionários de prisões que pouco conhecem do sistema e nem estão dispostos a conhecê-lo. Preferem falar em "ressocialização" e outras fantasias. Sofre o preso que gostaria de cumprir a sua pena em paz, sem ser importunado ou perseguido, pois o sofrimento de perder a liberdade já é mais do que suficiente. Para ser considerado de "bom comportamento", é preciso não se envolver em brigas nem discussões, obedecer sem restrições às exigências de funcionários vingativos. Antes de sonhar com a liberdade, ele precisa aprender a continuar vivo.

Os *malacos-chefes* administram reações e sentimentos, tornam-se donos dos atos e dos passos, a todos controlam. Quanto mais o sistema cede, mais eles exigem. A ponto de, numa rebelião em Santo André, exigir-se a presença do juiz. Cumprindo a exigência, um juiz jovem, pouco tempo de magistratura, foi à cadeia. Chamava os presos de "senhores". Estes dirigiram-se ao juiz como "fraldinha", recém-saído das fraldas. O juiz conseguiu não se considerar ofendido. Um preso achou que ele deveria mostrar sua carteira funcional. O juiz atendeu. O preso olhou e a devolveu rispidamente: "Não serve, nós queremos o juiz corregedor!".

Acostumados a serem acatados ao fazer suas escolhas, podem proporcionar uma cena como essa – sob a indiferença dos escalões superiores da magistratura, acostumados a ver e saber que os juízes de primeira instância costumam penar com esse tipo de situação. Somente quando uma bomba explodiu dentro de um carro, no pátio do Fórum da Barra Funda, em 2002, é que a cúpula resolveu tomar conhecimento da precariedade dos sistemas de segurança em todos os fóruns. Como sempre, é nessas horas que se corre para tocar tranca na porta já arrombada. A bomba foi colocada no Fórum pelo PCC. Junto dela, outra estourou no prédio do Fórum Cível, na Praça João Mendes, centro da cidade, forçando sua interdição e provocando uma reação de medo. A essa altura, o governo viu-se na obrigação moral de dar uma resposta. O PCC esticava faixa nos prédios, identificava-se também pelos números 1533 – ou seja, P, a décima quinta letra do alfabeto, e C, a terceira, duas vezes – para deixar claro quem mandava mesmo dentro das prisões, com ramificações externas cada vez mais profundas.

Época de eleições é um tempo em que se procura mudar o figurino da polícia, nem que seja por um ciclo meteórico. De repente, as viaturas passam a ser vistas onde jamais costumam estacionar; mesmo sob sol a pino, as lâmpadas da capota ficam piscando sem parar, num estranho sinal de presença; os carros policiais se deslocam com sirenes abertas, sem nenhuma necessidade, para dar a falsa impressão de trabalho. Era urgente, portanto, emitir um sinal de reação, indicando sem sombra de dúvida que a polícia não ficaria mais de quatro diante do crime organizado. Não se ajoelharia mais. Não engoliria mais casos como o do carro de transporte de presos interceptado à saída da penitenciária da cidade de Sorocaba, quando foi morto um sargento da Polícia Militar. Ou o resgate sensacional, em plena Rodovia Castelo Branco, com presos arrebatados após carros policiais serem metralhados. Os policiais começaram a mostrar que sentiam medo. E a população, ao detectar essa situação, mais medo ainda.

Seria preciso diminuir essa "sensação de insegurança", mais do que propriamente a "falta de segurança", como tentava explicar o responsável pelas Polícias Civil e Militar, numa ginástica verbal de impossível compreensão. Armou-se um esquema, cheio de segredos e atos confidenciais, com camuflagens, para golpear o PCC. Atingindo-o no coração, em pleno ninho das serpentes. Vamos vê-lo, sem camuflagens.

A grande cena aconteceu em março de 2002, no posto de pedágio da Castelinho, uma pequena estrada que liga a Rodovia Castelo Branco a Sorocaba. Ali, sem testemunhas a não ser os próprios policiais que participariam da ação, doze homens foram fuzilados dentro de um ônibus. Estavam fortemente armados, disseram os policiais, contando que os bandidos do PCC haviam formado um comboio, que saiu da cidade de Itaquaquecetuba, escoltado por uma motocicleta e uma perua Parati. O prefixo do ônibus, coincidentemente, era 157 – o número do Código Penal que tipifica o crime de roubo à mão armada. Diziam que os bandidos tinham planejado assaltar um avião que transportava malotes com dinheiro e iria aterrissar no aeroporto da cidade, a mesma onde nasceu Saponga. Este, de pequeno engraxate tornou-se ladrão, matou um investigador de polícia em São Paulo, foi caçado até a morte como um bicho feroz em 1968, dando inicio assim as atividades de um bando vingador autodenominado Esquadrão da Morte.

A questão é que, para começo de conversa, não haveria avião pagador algum descendo em Sorocaba. O detalhe levantou suspeitas; dessas suspeitas surgiram dúvidas, e pouco a pouco a certeza de que a história tinha sido mal contada. Valeu a promoção de um tenente-coronel da Polícia Rodoviária a coronel, por assumir o papel de ventríloquo do grupo que havia participado da ação. Aos poucos, a história armada foi ruindo. Os malacos diriam, se fosse com eles, que "a casa caiu". Mas a questão não era de linguagem e sim de estilo; detalhes obscuros do caso começaram a ser revelados a partir de carta de um preso. Há controvérsias, mas um fato ficou evidente, indiscutível: a polícia havia infiltrado presos entre quadrilhas de bandidos, retirando-os de vários presídios exclusivamente para isso. Esse comportamento entre os presos é imperdoável. Cabeças haveriam de rolar. Antes disso, porém, seria preciso responder a uma pergunta simples, direta, incisiva: é possível, dentro da lei, fazer esse tipo de coisa? Antes de ser respondida essa pergunta, a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo denunciava o fato como aberrante desrespeito à lei. O Tribunal de Justiça quis saber dos juízes corregedores, dos presídios e da polícia como justificar esse procedimento à luz da Constituição, onde se diz claramente que quem investiga é a Polícia Civil e quem faz o policiamento ostensivo é a Militar. Não foi possível conciliar a

Constituição, considerada cidadã, com a infiltração de presos. Os dois juízes foram afastados do cargo.

Os policiais militares que montaram a operação que resultou em doze mortos na Castelinho, além de nada terem, formalmente, com investigação alguma, eram ligados diretamente ao gabinete do secretário da Segurança Pública. Atendiam pelo estranho nome de Gradi, que – acredite – quer dizer Grupo de Repressão e Análise dos Delitos de Intolerância. O órgão a que pertenciam deveria, portanto, fazer outro tipo de coisa, como acompanhar casos de preconceito racial e desrespeito a idosos, e seu ponto de partida estaria sempre em fatos noticiados pela imprensa. A polícia adora queixar-se da imprensa e nunca percebe que a maioria das notícias é favorável a ela. Não tem cabimento reclamar de noticiário sobre corrupção, arbitrariedades e violências. No caso do Gradi, a inversão de papéis não causou nenhum problema interno, porque isso é muito comum: policiais civis sentem prazer em andar uniformizados com macacões, coletes e bonés com a identificação da polícia, e policiais militares apreciam esconder a farda e sair investigando. As previsões do artigo 144 da Constituição Federal definindo atribuições de ambas vira letra morta. Até porque carro caracterizado da Polícia Civil é obviamente polícia ostensiva. E os descaracterizados, *frios*, da Polícia Militar, traduzem ações de investigação. A lei, ora, a lei.

Na Penitenciária de Avaré, também no interior paulista, havia um prisioneiro conhecido como Chacal. Nada a ver com o personagem central do livro de Frederick Forsyth. Mas também teve o seu dia quando, em julho de 2001, saiu da cadeia com a missão de ser o espião que iria monitorar policiais num cerco a uma casa na Zona Norte de São Paulo, onde estariam reunidos importantes integrantes do PCC. Sem ter por onde escapar, quatro bandidos forçaram a saída e foram mortos. Dois, Marcelo Vieira, o Capetinha, e Gilson Barros Paes, conseguiram entregar-se. Na troca de tiros, sobrou para o Chacal, atingido mortalmente.

Os estrategistas do Gradi, chefiados por um tenente da Polícia Militar, haviam lido um livro sobre infiltração pelos órgãos de informação da ditadura militar em núcleos da esquerda armada, que lutava para derrubar o regime. A leitura entusiasmou cabeças, que transformariam a repressão a detidos por intolerância em repressão secreta ao crime organizado. Como nos anos de chumbo, o tenente tinha mais poderes do que um oficial superior no topo da carreira. Aliás, a não ser o comandante-geral da PM, ninguém mais sabia o que estava acontecendo. A Polícia Civil, então, foi completamente alijada do esquema. Ficou sendo, literalmente, a última a saber. O tenente, entusiasmado, procurou uma alta autoridade do governo federal para ajudá-lo na retirada de traficantes condenados dos presídios para agir como colaboradores. A autoridade disse que esse tipo de coisa somente seria possível com autorização de juiz corregedor estadual competente. Assim se procurou fazer. E assim se fez.

Para compor o grupo que pelo nome cuidaria de casos de intolerância, adotou-se um critério igualmente secreto: a seleção recaiu sobre policiais militares com vários processos relativos à autoria de homicídios. Estrito cumprimento do dever legal ou não; legítima defesa, própria ou de terceiros, ou não –, os limites entre culposo, involuntário, e doloso, intencional, não entravam em conta. Importava ser condição *sine qua non*, ser alguém que "encarasse", que "derrubasse", que "fritasse" sempre que necessário. Em linguagem de leigo, para tentar entender essa intransponível questão de vestibular: tinha de ser matador. Quanto mais mortes, melhor.

Quando se soube que era esse o critério para seleção, ficou claro por que a grande maioria dos secretários de Segurança nada sabem sobre os mecanismos intestinos da polícia. Na época em que os militares transformaram o Brasil num gigantesco quartel, um consagrado professor de Direito Administrativo, sendo secretário, tornou-se – à sua revelia – fundador do Esquadrão da Morte. Também foi ao coquetel de inauguração da Operação Bandeirante, o embrião do temível Doi-Codi, o Destacamento de Operações e lnformações do Centro de Operações de Defesa Interna.

Na versão contemporânea contra o crime organizado não foi diferente. As mortes na casa da Zona Norte abalaram um dos setores do PCC, que planejava o resgate de três de seus principais líderes. Lá dentro, os homens do Gradi apreenderam uma metralhadora, quatro pistolas, seis revólveres, um rádio retransmissor e seis telefones celulares. Como ninguém se mostrou disposto a contar o que aconteceu, ficaram definitivamente nebulosas as circunstâncias que levaram o Chacal, apelido de Fernando Henrique Rodrigues Batista, à morte. Ele tinha 22 anos de idade. Ao se transformar em dedo-duro, alcaguete, ganso, informante, sonhava com o desconto de alguns de seus muitos anos de prisão para cumprir e sair mais depressa. A sua única e definitiva recompensa foi chumbo. Por que Chacal, em vez de ser premiado, foi assassinado? Por que o traidor foi traído? Por que aquela foi a noite do Chacal?

Porque os matadores tinham algum tipo de acordo adicional.

Porque Chacal era, de repente, um homem que sabia demais.

Porque Chacal se tornou incômodo e, após o planejamento meticuloso da emboscada, era um bandido considerado inteiramente descartável. E em mortes necessárias… uma a mais, uma a menos – tanto faz.

O currículo do Gradi não era desprezível. Combatendo no terreno minado do inimigo, tinha saído a campo para procurar dar um jeito no PCC. Tinha nascido logo após a megarrebelião de fevereiro de 2001, quando o PCC deu uma demonstração de força articulando um levante simultâneo em 29 presídios, conseguira, até desmoronar, prender 45 malacos de grande porte; apreender muitas armas – que iam de poderosas metralhadoras calibre ponto 30, capazes de abater aviões, a fuzis AR-15 e pistolas; invadir cativeiros – o cárcere privado onde as vítimas de sequestro são aniquiladas física, psicológica e moralmente até seus familiares conseguirem o dinheiro do resgate –, resgatando sete reféns; impedir a consumação de quinze sequestros já planejados, entre eles os dos jogadores de futebol Axel e Robert, do Santos. Na política de segurança do estado, uma inversão

de papéis, do mesmo modo como se dava a troca de papéis entre Polícia Civil e Militar: já que a Secretaria da Administração Penitenciária se mostrava absolutamente incapaz de criar qualquer obstáculo para o avanço sistemático do PCC, a Secretaria da Segurança entraria em campo. Que fossem para a vala comum, derretendo sistematicamente as pretensões de se usar cada vez mais a cabeça e cada vez menos a força, as competências legais de uma e outra.

A ação de *inteligência* teve momentos de força quando alguns dos informantes selecionados aproveitaram a chance e tentaram escapar. Como se houvesse entre eles um pacto de vida e morte, os policiais do Gradi reagiram fisicamente. Dois prisioneiros tiveram fraturas no fêmur e nas costelas, além de ficarem com manchas roxas por todo o corpo. Disseram que ambos se feriram tentando fugir pelo telhado. É comum preso com esse tipo de hematoma resolver *pagar o sapo*, engolir a agressão sofrida de um policial, dizendo que apenas "caiu da escada". Qualquer acerto de contas fica para mais tarde – e se algum policial paga com a vida por isso, ou por qualquer outro motivo, o prisioneiro ostenta orgulhoso, no presídio, a tatuagem de um punhal enterrado numa caveira. Quer dizer: "Eu matei um policial".

A primeira denúncia sobre as atividades clandestinas do Gradi partiu do preso arrependido Ronny Clay Chaves. Todos esses fatos parecem coisa de cinema, mas fazem parte dos segredos da polícia, que quando quer descobre tudo que seja considerado impossível de se desvendar. Nesse roteiro, as informações oficiais são vagas, predominando os contatos verbais, à imagem e semelhança de todos os estilos do Doi-Codi. Assim é que o tenente responsável pelo combate aos delitos de intolerância (*sic*) informa ao magistrado que autorizou a retirada de dois presos:

> Informo a V. Exa. que referente à retirada dos presos (nesse documento são mencionados dois, um deles Ronny), atualmente recolhidos no Centro de Observações Criminológicas, na data de quatro de fevereiro de dois mil e dois, foram efetuados contatos pessoais com meliantes, pela Avenida Francisco Morato x Avenida João Saad, que planejavam roubar um banco, sendo que esses dados foram retransmitidos para esse coordenador […] Ao tentar efetuar a abordagem, fomos recebidos a tiros, sendo que, em defesa à injusta agressão, foram atingidos, desarmados e socorridos ao Pronto-Socorro Bandeirantes os meliantes Silvio Daguano dos Santos e Claudivam Lourenço, onde entraram em óbito.

A linguagem dos policiais que pensam ser juristas (tantos!) é interessante. Numa descrição de fatos, já fazem a tipificação legal diante do que aconteceu ("injusta agressão") para justificar todo e qualquer revide, e, nos casos de resistência e morte, escrevem horrorosamente "*entrou em óbito*" para contar que alguém morreu. Já os juristas que pensam ser policiais (tantos!) engolem qualquer versão, acreditam em qualquer história e tantas vezes acabam se arrependendo, amargamente até, algum tempo depois. Aliás, nos *entreveros*, melhor dizendo, nos confrontos, ninguém, jamais, morre no local. É o aparente mistério da morte jamais imediata, porque somente se *entra em óbito* a caminho de um pronto-socorro ou hospital. Pode parecer humanitário, pressa de socorrer. Mas não: quer dizer apenas evitar perícias, exames mais reveladores. Cadáver longe do local é sempre melhor se o local do crime também é palco de *teatrinhos montados*, como eles mesmos dizem reservadamente. Portanto, PS sempre, pronto-socorro, e acabou-se.

Nesse teatrinho com *script*, direção e atores do Gradi, o principal coadjuvante, o preso Ronny, conta uma versão das mais estranhas. Se mente, superdimensiona ou minimiza os fatos não sabemos, porque ele foi cuidadosamente escolhido pelo Gradi, que confiou inteiramente nas suas informações. Diz ele que precisava se vingar desses dois malacos que acabariam *entrando em óbito*. Porque, conta Ronny, ambos eram do PCC, tinham relação com aquele vultoso assalto ao Banespa e, treta de bandido, disputa ou problemas entre quadrilhas – que os juristas insistem em chamar de *societas sceleris* –, ainda tinham invadido a sua casa para uma congesta intimidação.

O informante Ronny diz que não queria ser tão radical. Prender os dois desafetos já estaria de bom tamanho. Mas o chefe do Gradi, segundo o informante, não quis saber de prender ninguém, explicando da maneira mais didática possível: "Aqui ninguém vem preso, é só deitado. Não quero endereço, quero o sangue e a mídia". Se verdadeira, a afirmação quer dizer que o grupo pretendia mesmo obter impacto em suas ações, repercussão pirotécnica na mídia e, assim, ajudar o governo do estado a reabilitar-se de uma desastrada política de segurança promovendo uma súbita metamorfose de atitudes, enfoques e ações. Segundo o informante traidor e vingador, os dois "foram fuzilados dentro de um Santana". E mais, por escrito: "Eu pensei que eles seriam presos na hora do encontro e não foram. Preferiram fuzilar os dois".

Mas por que um preso concordaria em sair da prisão por algum tempo só para ajudar a polícia? É evidente que precisa haver algum tipo de recompensa, alguma vantagem interessante. Foi assim com o ex-marinheiro cabo Anselmo, informante do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do Departamento de Ordem Politica e Social, o Dops, polícia política que foi um dos sustentáculos do regime militar. Recebia um salário, e, quando as guerrilhas urbana e rural terminaram, teve direito a uma cirurgia plástica para mudar completamente o rosto e nunca mais ser reconhecido por ninguém. No caso da seleção carcerária do Gradi, era possível passear, andar de carro, possuir telefone celular, visitar familiares e amigos. Para quem deveria ficar sempre preso, uma mordomia razoável. Tanto que um dos informantes ficou 115 dias seguidos fora da prisão.

Pode? Não pode? É uma questão de interpretar a lei por critérios dogmáticos, ortodoxos ou bizantinos. A surpresa, na hora de tudo ser apurado, ficou por conta dos documentos descobertos. O então coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público, Antônio Alberto de Oliveira, foi convidado a participar de uma reunião no gabinete do juiz corregedor dos presídios, Octávio Augusto Machado de Barros Filho. Ficou sabendo desse modo, no primeiro semestre de 2001, que o Gradi havia feito contato com um preso aparentemente disposto a ajudar a

desmontar a estrutura do PCC. Depois, no dia 11 de maio, foi feita uma ata onde se mencionava que o juiz havia se reunido com dois promotores, uma procuradora do Estado, o corregedor administrativo da Secretaria de Administração Penitenciária e o juiz corregedor do Departamento de Inquéritos Policiais (Dipo). O nome do tenente chefe do Gradi veio então à tona: Henguel Ricardo Pereira.

Estava feito o imbróglio: representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público sabiam, desde o começo, que o Gradi retirava presos de suas celas para ajudá-los em investigação anti-PCC. O Tribunal de Justiça afastou os dois juízes e deu início a uma apuração para definição de responsabilidades. A essa altura, o vice-prefeito de São Paulo, Hélio Bicudo, comparava a morte dos doze presos em Sorocaba a um "míni-Carandiru", e entidades de direitos humanos diziam que aquela tinha sido uma execução sumária. Geraldo Alckmin, governador, dizia que a polícia simplesmente havia se antecipado a uma ação criminosa, "emudecendo o PCC".

A temperatura subiu quando o juiz Octávio foi à Assembleia Legislativa para depor numa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Penitenciário. Disse, então, que o secretário da Administração Penitenciária havia feito um "acordo" com o PCC, referindo-se ao encontro na Casa de Detenção entre Nagashi Furukawa e um grupo de presos comandados por Sombra, um dos fundadores da organização. O secretário admitiu o encontro com presos, mas afirmou ter ido só para ouvir o que eles teriam a reivindicar.

No empurra-empurra, ficou a constatação do que não foi dito nem escrito em lugar algum. Agora, as linhas de verdade:

> • Sendo o PCC capaz de infiltrar-se, corromper, torturar, matar, tornando-se o poder principal dentro das prisões e aliciando bandidos de fora das muralhas, instituindo formas de colaboração como contribuições compulsórias no estilo de uma irmandade do crime que se autoprotege, as autoridades decidiram enfrentá-lo usando do próprio veneno da organização. Retirar preso da cadeia para que ele ajude numa "diligência" (a palavra do jargão jurídico para definir uma investigação prática), pode. Para infiltrar o preso em quadrilhas, não existe previsão legal. Teoricamente, tudo isso poderia ser visto como uma forma de montar uma seleção de condenados pela prática de crimes, exclusivamente para ajudar a investigar criminosos. Como não existe previsão dentro da lei para espionagem, infiltração ou delações não se sabe o que foi prometido aos colaboradores, a não ser as regalias de desfrutar as benesses da "rua", forma como os presos se referem à desfrutar da liberdade sem restrições. Aí, sim, existem limites para a concessão de benefícios. De qualquer modo, como já vimos, não se desmonta o PCC perguntando ingenuamente para os militantes do crime se eles, de fato, mantêm vínculos com a organização. A ingenuidade está no fato de supor que tais malacos respondessem afirmativamente, quando a lei – omissa de um lado – lhes concede o direito de ficar calados, de nada dizer que possa prejudicá-los e até mesmo de mentir. Isso mesmo, *dura lex sed lex*, a lei é dura mas é lei. É a confissão da não condição de enfrentar igualmente os desiguais. Da não condição de o direito penal administrar todos os desafios da criminalidade moderna, organizada ou não. Como se no combate ao crime fosse necessariamente obrigatória alguma violação da lei para a repressão funcionar. O malaco pode tudo, nada pode ser feito para que seus passos sejam obstruídos ou seus planos se frustrem. Faz-se de conta que não é bem isso. Mas é rigorosamente assim. O estado democrático de direito pouco pode diante do crime organizado. Em relatório sobre propostas para reformulação do sistema de segurança pública, um grupo de estudos da Academia de Polícia Civil de São Paulo afirmava, em julho de 2000, ser "notório que em todas as ocorrências de crimes violentos (roubos e homicídios) há pelo menos a participação de um fugitivo, quer seja da cadeia, quer seja de estabelecimento educacional de adolescentes". Informação dos delegados que assinaram o relatório: "Há de se considerar, ainda, que todos os grandes traficantes, assaltantes de bancos e ladrões de cargas não ficam presos: ou fogem ou são arrebatados". Os delegados admitiram: "A população está insegura e ultrajada, assistindo ao criminoso desfilando em sua calçada, chegando a desacreditar na polícia e na justiça". Disseram que muitos só pensam em "proteger quem viola a lei", para completar em tom de denúncia: "Por que as leis devem ser feitas com o objetivo de beneficiar o infrator? Por que, entre a palavra de um criminoso e a de um policial, há que prevalecer a do primeiro? Enquanto isso, o povo fica à mercê dos facínoras, que roubam, sequestram e matam sem pejo…". Os nove delegados de polícia que assinam esse relatório advertem:

> Voltaire é autor da célebre frase: "Prefiro me apresentar nu a falar sobre assunto que não domino!". Sobre segurança pública, poucos seguem os ensinamentos de Voltaire. Muitos falam, poucos entendem. […] A pergunta que deve ser feita é se o Estado está propiciando efetiva segurança ao povo. A resposta é óbvia: NÃO.

São conclusões assustadoras, levando-se em consideração de quem partiram.

> • Antes da audiência com o secretário, Sombra comemorou seu aniversário na Casa de Detenção. Seu poder era tão grande que a festança se arrastou madrugada adentro, com churrasco (80 quilos de carne), muita cerveja e cachaça, muita cocaína, pedras de *crack* e maconha. Às 11 horas da noite, Sombra atendeu ao celular. Era um

companheiro do PCC, telefonando da cidade de Araraquara, de onde a organização havia arrebatado quatro condenados. O bando havia ido à casa do diretor, onde o imobilizou e ameaçou a família. O diretor foi ao presídio, mandou retirar os presos das celas e deixou-os fugir. Somente avisou a polícia e seus chefes no sistema penitenciário quando eles já estavam bem longe. Tratou os presos como se fossem sua propriedade particular e ele pudesse decidir o destino de cada um. Sombra ficou radiante com a informação. Um motivo a mais para prolongar o churrasco, grande festa na cadeia – "muitas felicidades, muitos anos de vida" (foi o que cantaram, batendo palmas, mas nem Sombra poderia imaginar que aquele seria o seu último aniversário a comemorar) – e, "queridos irmãos, tudo de bom para quem fizer parte do PCC" (votos com muitos brindes). Como os ingredientes da festa entraram na Casa de Detenção? Ninguém perguntou – não foi preciso dar nenhuma explicação. Festa é festa!

• No auge das muitas acusações e poucas respostas, o coordenador da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP, João José Sady, ficava em contraste com o secretário da Segurança, o promotor público Saulo Abreu. A OAB divulgou o conteúdo da carta-denúncia do preso Ronny Clay Nunes em entrevista coletiva. Os superiores do Poder Judiciário queriam pegar os juízes afastados. Outros promotores queriam chegar ao colega Saulo, que se queixava amargamente de ser acusado assim, "por um latrocida, sem que antes da denúncia eu fosse consultado, embora tenha sido sempre transparente". A Associação dos Advogados Criminalistas preferiu considerar "precipitada" a decisão de afastamento dos dois juízes.

Fora dos autos, os malacos ficaram com sede de vingança ao saber que a polícia foi capaz de montar um esquema de infiltração no seio do até então inexpugnável PCC. Se depender deles, não sobrará um delator vivo. Para eles, uma consolação inicial é ver a confusão em que se meteram os agentes da lei que, a pretexto de combatê-los, infringiram normas da lei que são obrigados a respeitar. Nessa questão, olhares interessados e interessantes estão surgindo mais de *fora* das instituições jurídicas do que de *dentro*. Parece uma contradição, mas é um fato.

Não é possível negociar com a norma. Analisou, num olhar de *fora*, mas muito mais interessante do que a maioria dos olhares de *dentro*, o professor José Arthur Giannotti, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que fica bem perto da Academia de Polícia Civil. Escrevendo para o suplemento "Mais!" (número 547) da *Folha de S. Paulo*, ele analisa que deixar de cumprir regras da instituição a que se pertence é destruir o próprio sentido de uma investigação:

> Convenhamos, as instituições da justiça são defeituosas, muitas vezes, ineficazes, se não corruptas. Mas sem elas não há justiça, a não ser um sentimento, um saber ajuizado que só pode valer entre pessoas conhecidas. Por isso é preciso, como sempre, redesenhar os limites entre os quais os resultados da aplicação da norma se encaixam: o preço da justiça é a constante reforma das instituições judiciárias.

O professor, no ensaio "Negociando com a norma", evita o vocabulário dos juristas porque "suas práticas são acompanhadas, em geral, de numa prosa eivada de pressupostos filosóficos". Então, se pergunta: é possível uma justiça não institucionalizada? Até que ponto é possível negociar com a norma que define uma instituição a que uma pessoa presta serviços?

Questões pertinentes à odisseia do confronto nos subterrâneos entre policiais e oponentes do PCC. Mais uma constatação do embuste da pseudogarantia, *fora dos autos, fora do mundo*. Os autos nada registram sobre o detalhamento dos acordos, a condescendência com prisioneiros em forma de prêmio, a morte sob encomenda, engano ou *injusta provocação*, os corpos inertes assumindo a condição de cadáveres somente depois de se escrever, em alguma folha de papel, que eles "entraram em óbito". Como servir a um sistema no qual não mais se acredita? Como conquistar a confiança da sociedade se, para servi-la, é considerado absolutamente necessário ocultar a verdade?

Fora dos autos, dentro do mundo.

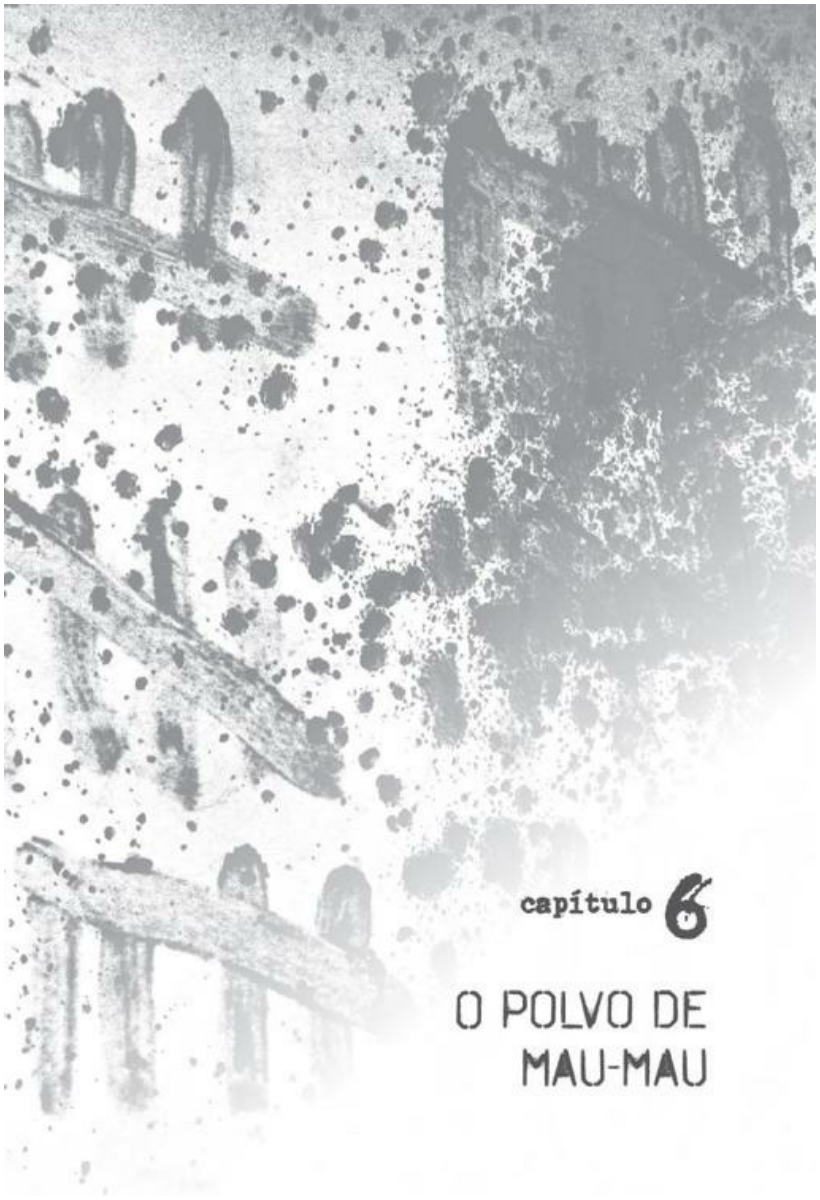
Dentro do mundo, fora dos autos.

Fora dos autos, a grande história.

Dentro dos autos, a versão tida como verdadeira.

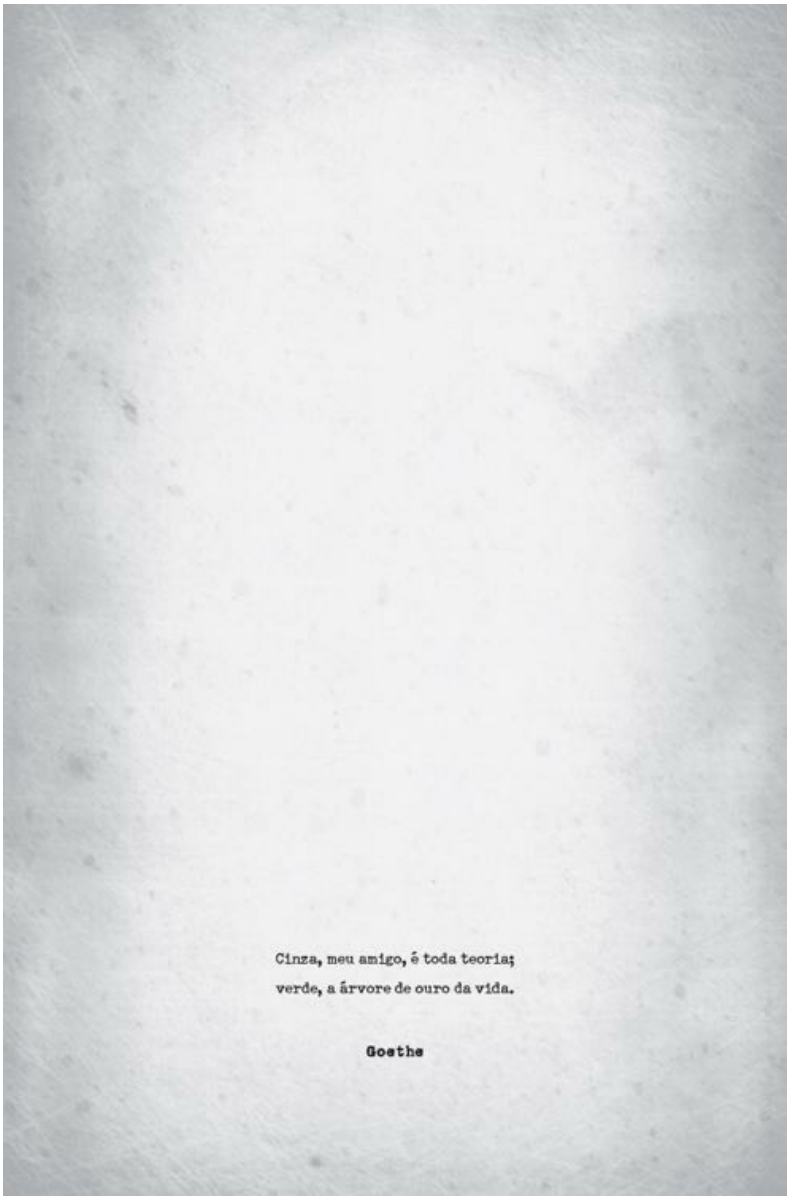
Cui prodest? Quem aproveita?

Pergunta para gente de fora. As de dentro estão preferindo, conscientemente, não responder.



capítulo 6

O POLVO DE MAU-MAU



Na primeira semana de agosto de 1975, o tema "crime organizado" surgia no Brasil pela primeira vez, durante a V Semana Internacional de Criminologia, promovida pelo Centro de Estudos do Instituto Oscar Freire, ligado à Universidade de São Paulo. Parecia um assunto do outro mundo, sofisticado demais para a polícia, que na etapa final do regime militar ainda prendia primeiro para investigar depois.

Era como se essa história de "organizado" fosse uma etapa à qual nunca chegaríamos, porque jamais se permitiria aos criminosos essa possibilidade de evolução no crime. Subestimou-se o adversário, e o tempo demonstrou que o erro de avaliação na projeção do futuro seria fatal.

Timidamente, pensou-se em enfrentar esse novo inimigo quando a polícia saiu da fase que ela mesma chamava de "romântica". Aquela havia sido a fase dos ladrões que batiam carteiras, dos estelionatários contando histórias mirabolantes para convencer a vítima de que ela estava levando vantagem, a fase das técnicas de levar o automóvel na ausência do dono, a fase dos furtos – conseguir pegar o que é dos outros sem utilizar recursos violentos. Essas eram as ocorrências absolutamente predominantes nas estatísticas criminais.

Sinal dos tempos: os destaques do crime eram sempre individualizados, jamais em bandos, como nos casos de Gino Meneghetti, o ladrão que caminhava pelos telhados, e João Acácio Pereira da Costa, o Bandido da Luz Vermelha, o ladrão levado à loucura nos presídios, a ponto de a liberdade tão sonhada converter-se num irreversível abraço da morte.

Nos anos 1980, a Polícia Civil de São Paulo criou um órgão, natimorto, chamado Cerco. Seria uma fragmentação de suas unidades operacionais; o Corpo Especial de Repressão ao Crime Organizado seria montado em cada uma das delegacias

seccionais. Em tese, cada conjunto de grandes bairros teria essa espécie de administração policial para, atentamente, acompanhar a estrutura do crime nas variadas formas, cadastrando nomes, endereços, fotografias, retratos-falados, modos de agir –, tudo para facilitar as investigações. O Cerco nunca conseguiu deixar de ser embrião. Depois, quando os bandidos foram preenchendo ininterruptamente os espaços vazios, essa mudança de estrutura da notícia foi ocorrendo de forma apenas setorizada. A Polícia Federal, no mesmo estilo, criou a sua delegacia para cuidar especificamente do crime organizado.

No caso do tráfico de drogas, o que antes era um Setor de Entorpecentes foi mudando rapidamente para Delegacia de Entorpecentes, Divisão de Entorpecentes, até deixar de lado a palavra "entorpecente" e tornar-se o atual Departamento de Investigações sobre Narcóticos. Na mesma escala de mudança estrutural, caminhou o combate aos ladrões: Setor de Assaltos, o principal da Delegacia de Roubos, mudou para Divisão de Crimes contra o Patrimônio, chegando a ser um Departamento com esse mesmo nome, que subitamente voltou às origens – Deic, Departamento Estadual de Investigações Criminais. Só que o antigo Deic abrangia sozinho todas as investigações sobre drogas, roubos e furtos, e também os homicídios.

Um pouco inconscientemente, a polícia de São Paulo procurava ampliar a estrutura de seus órgãos principais, lutando por mais espaço e mais funcionários. Mas a realidade era: esse crescimento era uma necessidade, uma obrigação, porque os roubos e furtos, o tráfico e os assassinatos passaram a crescer em grande proporção. Os ladrões deixaram de ser os de sempre, e o estilo do negro Deodato, implacável chefe dos investigadores da Delegacia de Roubos, foi se tornando obsoleto. Mas no seu tempo ele foi o melhor: tinha um arquivo pessoal, que não repartia com ninguém, onde estava anotado o *modus operandi* de cada tipo de ladrão – arrombador, abridor imperceptível de janelas ou o habilidoso "marmota", que deslizava dos telhados para o interior das casas. Além disso, Deodato era bem informado e tinha um estilo próprio, secreto: com dinheiro do próprio bolso, comprava mantimentos e presentes para os familiares dos ladrões que ele mesmo havia prendido e, rotina de trabalho, arrebentava com choques no pau de arara. Naquele tempo, não havia essa história de "só falar em juízo", embora ainda hoje exista a fórmula de falar dependurado e nada declarar para efeito de inquérito. Nos dias de visita, na cadeia, os condenados eram informados da súbita e comovente bondade de seu Deodato. Ele mesmo não abria a boca. Nem precisava. E a retribuição para sua generosidade planejada, maquiavélica e eficiente vinha em forma de informações, sem as quais nenhuma polícia do mundo sobrevive.

E o grande macete: informações, pessoal eficiente e recursos para se comunicar e locomover. Ligados umbilicalmente um ao outro, esses recursos são indispensáveis. Mas a informação exige mais: é preciso saber ir buscá-la, para que o alicerce da investigação permita a descoberta do assassino, do ladrão e do traficante.

Na Delegacia de Homicídios, entretanto, havia Kurt, bem diferente de seu colega Deodato. Careca reluzente, olhos verdes, arguto e observador, ele era um *tira* vocacionado para esse trabalho, a investigação de uma morte, partindo do nada, usando toda a cabeça e nenhuma força bruta para que aquele caso não continuasse por muito tempo sob autoria desconhecida. É verdade que nesses anos dourados da criminalidade juntavam-se multidões para ver um ladrão preso. Dia de julgamento por homicídio no Tribunal do Júri parecia sessão de cinema, tal o espanto que causava na sociedade alguém ter a coragem de matar um semelhante. Atraía a atenção a tal ponto que só o fato de a justiça decidir que alguém seria julgado por isso – "pronunciado", na linguagem do fórum – era suficiente para mantê-lo preso até o dia da decisão dos jurados.

Hoje, com o direito de acompanhar o processo em liberdade, é teoricamente possível matar alguém, ser preso em flagrante e obter a concessão de liberdade provisória a tempo de, se quiser, assistir ao enterro da vítima.

Deodato e Kurt construíram suas histórias, praticamente perdidas na memória de seus contemporâneos. Alguns amigos policiais têm o hábito de se reunir de vez em quando, beber quando ainda podem, distrair-se jogando cartas, e lembrar, com saudades, esses tempos que não voltarão. Hoje, os ladrões são presos às centenas, e isso nunca é suficiente. Os traficantes ditam as regras, e os assassinos são tantos que as concorridas sessões do júri do passado são encontros solitários numa máquina de produzir julgamentos, onde – a não ser um ou outro caso de maior repercussão – estão presentes apenas os personagens obrigatórios: juiz, promotor, advogado, jurados e réu. Assistentes compulsórios, estudantes de direito, veem seus professores acusando ou defendendo, acostumados a torcer pela performance de cada um. O réu, motivo principal do processo, não tem importância nenhuma.

De qualquer modo, alguns estudiosos compartimentados percebiam ser inevitáveis as adaptações diante do que se mostrava mais desafiador no horizonte. Entre eles, o delegado regional de polícia na região de Marília, interior de São Paulo, Maurício Henrique Guimarães Pereira – que no futuro viria a ser delegado-geral. Ele fez um estudo, na metade dos anos 1970, em que definia os conceitos de crime organizado para encaixá-lo no mundo do tráfico de drogas. Dizia ele: é crime organizado porque:

> […] dele participam duas ou mais pessoas com relação de subordinação, em virtude da multiplicidade de ações de que se necessita e para resguardar os escalões superiores da quadrilha; sua prática é continuada, porque suas vítimas e, concomitantemente, alimentadores a ele se prendem, pela dependência física, ou psíquica, ou ambas; têm ânimo de lucro; implica a prática de outros crimes para o seu acobertamento – corrupção – e exclusividade do mercado – homicídio.[4]

No ano em que Maurício, conhecido na polícia como Mau-Mau, escrevia essa definição, o jornalista Vladimir Herzog era assassinado num dos porões do Doi-Codi, fato que traumatizou os jornalistas e a sociedade, tornando-se a grande alavanca para o processo de redemocratização; o assaltante de bancos Lúcio Flávio Vilar Lírio era morto a golpes de punhal na prisão,

na condição de principal testemunha contra o Esquadrão da Morte, em investigações que resultaram na exoneração do policial Mariel Mariscot de Matos; o livro *Feliz ano novo*, de Rubem Fonseca, após vender 30 mil exemplares, foi proibido pelo ministro da Justiça, Armando Falcão ("é atentatório à moral e aos bons costumes"), fiel jurista fardado do governo do general Ernesto Geisel; nascia o movimento punk, na Inglaterra, como se o rock tivesse gerado um inesperado filho de roupas extravagantes, cortes de cabelo no estilo índio moicano e gestos agressivos.

No mesmo ano, também, Jack Nicholson fazia um sucesso estrondoso com o filme *Um estranho no ninho*, vivendo o papel de Randle Patrick McMurphy, o condenado que se faz de louco para escapar dos trabalhos forçados, e que ainda hoje convida o PCC e o Comando Vermelho a refletir se seria possível, de alguma forma, mudar o sistema penitenciário por dentro. Ele tenta. Mas percebe que não dá. É nesse contexto que Mau-Mau estrutura a sua teoria sobre o crime organizado em forma de tráfico, escalonado em:

> • chefe, ou fonte da droga – elemento abastado, de prestígio no local de residência e que nunca é viciado;
> • intermediários – entre os quais a mercadoria é negociada, da fonte ao passador;
> • passadores – revendem o entorpecente diretamente aos viciados, o que, em regra, também são.

O delegado dedica um capítulo, o terceiro de seu ensaio, aos informantes. Percebe-se, quase três décadas completas depois, que a infiltração nunca foi coisa nascida no presente, mas tem profundas raízes no passado. A polícia política do Doi-Codi criou os "cachorros", informantes que já haviam pertencido às organizações clandestinas de contestação ao regime e que produziram, com a traição, um resultado devastador entre os antigos companheiros, atocaiados e emboscados. O *know-how* da infiltração. Dói muito essa face oculta do Doi-Codi. Os informantes têm o perfil desenhado pelo policial: "São pessoas que retransmitem ao policial fatos do interesse do serviço deste, pelo que, em geral, todas podem ser informantes". Mas, ressalva, nas investigações sobre drogas são melhores para recrutar:

> • aquelas pessoas que já possuem relações com o submundo, como ex-traficantes, viciados e criminosos em geral;
> • aquelas que trabalham com público, como garçons de estabelecimentos de diversão noturna, motoristas, porteiros, prostitutas etc.

Ensinava o policial:

> O conhecimento de fatos pode chegar ao informante ocasionalmente, e, nesse caso, costuma-se chamá-lo "sem compromisso", ou por provocação dele, donde a sua grande utilidade, posto poder ser empregado como auxiliar em campanas difíceis, na infiltração de policiais, na condução de compra de tóxicos etc.

Mas por que alguém resolve ser informante? Por que correr o risco de ser execrado, odiado, perseguido, alvo de vingança e desprezo dos antigos companheiros, receber cusparada no rosto ao primeiro reencontro? Diagnóstico de Mau-Mau nos anos 1970:

> • espírito público – de comum, policiais e militares aposentados, professores, parentes de viciados ou ex-viciados, e as pessoas que em geral tiveram uma boa experiência com a polícia, como vítimas de furto que lograram a restituição de seus haveres etc.;
> • dinheiro – no mais das vezes, ex-criminosos, candidatos reprovados em concurso para policial, preenchem as condições para submeter-se a novas provas, portadores de certificado de conclusão de curso de detetive particular que não encontram mercado de trabalho e vadios.

Aqui, por cautela, o autor do DNA do informante não menciona qual seria a origem do dinheiro para alimentá-lo, já que o Estado jamais ofereceu verbas específicas para isso. Paga-se do próprio bolso. Por que e com qual interesse? Nos Estados Unidos, bem ao contrário, a Drug Enforcement Administration (DEA) possui verba especial, aprovada pelo Congresso, para negociar com informantes. Aqui, até as verbas para diligências – ainda estamos nos tempos das diligências para contar que isso quer dizer gastos com transporte, alimentação, hospedagem – são ridículas ou inexistentes. E com "vadio" o delegado se refere a uma figura de seu tempo, que deliberadamente não queria trabalhar, fazendo o número 59 ser bastante aplicado, como artigo da Lei de Contravenções Penais. Era a chamada "vadiagem". Para testar se um suspeito era ou não vadio, o policial de rua normalmente o mandava esticar as mãos, para verificar se as palmas, símbolo de trabalho, estavam calejadas. Nada a ver com os tempos modernos, da recessão e desemprego globalizados. O vadio de ontem é a cruel vítima do desemprego de hoje:

> • vingança – para eliminar competidores no crime ou desforrar-se de desinteligência com suspeitos […] se convenientemente trabalhados, podem continuar a informar sobre outros que nada tenham contra;
> • para garantir irnpunidade – são delinquentes de pequena importância em outros setores da criminalidade.

Cooptar o informante seria, também, estabelecer a cizânia em áreas de criminalidade em confronto e, ainda, fechar os olhos para coisas menores – exatamente o contrário do que se implantaria, duas décadas depois, em Nova York, quando o programa Tolerância Zero teve como filosofia principal ser implacável com a prática dos pequenos delitos para, assim, evitar os de maior gravidade. No caso da antiga polícia, isso ficava a critério exclusivo dos policiais, sem depender em nenhum momento da concordância dos juízes. Mas a prática, extra-autos, vale até hoje: de repente, no curso de um inquérito, surge do nada uma testemunha relevante, fruto de "denúncia anônima" e "meses de investigação", embustes apresentados, divulgados pela mídia e jamais contestados.

Havia mais nos ensinos de Mau-Mau, como o tratamento a ser dispensado a seu informante: "A partir do momento em que uma pessoa presta uma informação, ela pode se tornar permanentemente informante, dependendo da habilidade com que o policial a trate". Recomendava:

> • dispense-lhe tratamento compatível com a sua educação, não obstante seja até criminoso, para que ele sinta que não se diminui informando; que é conceito da maioria de qualquer coletividade jamais chamá-lo por depreciativos como alcagueta etc., que devem ser substituídos por colaborador e assemelhados;
> • domine o informante pela retidão de conduta, pois o policial a quem ele informa é, em última análise, a projeção de quem o informante gostaria de ser;
> • cumpra sempre o que lhe prometer, notadamente aos mercenários, quanto ao dia e quantidade a pagar.

Essa técnica de valorização do informante seria adotada no futuro. No Dops, a não ser o Serviço Secreto, ninguém sabia quem era o cabo Anselmo, o ex-guerrilheiro treinado em Cuba, que ali trabalhava como se fosse um escrivão da polícia. Enquanto analisava os documentos apreendidos com antigos parceiros, ajudava na localização de aparelhos, os esconderijos, e na captura ou morte dos militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), do ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, e da Aliança Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella. Anselmo ganhou cirurgia plástica no Hospital Albert Einstein, documentos com outro nome e emprego para iniciar vida nova, esquecendo o passado e perdendo para sempre a própria identidade.

Mau-Mau enfatizava ainda a ética desse submundo na proteção ao informante.

> Não obstante o informante costume, sem malícia, exagerar os riscos que corre, como consequência do juízo negativo que lhe é feito pela comunidade, o policial deve, no seu próprio interesse – para que ele não venha a desistir de colaborar – e no interesse do próprio informante, com o qual é assumida responsabilidade quando se o induz a buscar informações:
>
> • nunca revelar sua identidade, a ninguém;
> • jamais lhe expedir qualquer papel que o ligue à polícia, pois como ele o protege também o descobre;
> • conforme o local da informação a tentar obter, dar-lhe cobertura discreta e, sendo obrigado a agir, tratá-lo como aos demais da área.

As recomendações de Mau-Mau nunca foram totalmente acatadas. O item b, por exemplo: a polícia chegou a criar uma carteira de identificação, com timbre oficial, para identificar o *agente reservado*, que era justamente o informante. Numa *blitz* policial na Boca do Lixo, o imenso quadrilátero onde os bairros de Campos Elísios e Santa Ifigênia se misturam, o delegado do 3° Distrito, Rubens Liberatore, deparou com um suspeito portador desse tipo de carteirinha. Depois de examinar atentamente o documento, que não apreciava, o delegado condicionou a liberdade do informante a uma faxina completa nos "reservados da delegacia", os banheiros da casa alugada para a polícia.

O delegado analista das relações polícia-informantes detalhou como se comportar em cada tipo de situação e, por fim, deu instruções sobre o momento certo de dispensar o elemento com os pés em duas canoas:

> Certos tipos de informante, notadamente os mercenários, tornam-se indesejáveis, depois de certo tempo, por vários motivos: mentiras para justificar o ganho, aumento do preço das informações, uso indevido do nome do policial para o qual trabalha, prática de crime etc. Impõe-se a sua dispensa.

Com cautela, como necessidade de preservá-lo ("há notícia de ele estar correndo grande risco"). E se for preciso prender o informante,

> […] que o seja por outra delegacia ou, ao menos, outra equipe da mesma delegacia, para que não corra a notícia de que o policial para o qual informava é dos que prendem os que o ajudaram, e, em consequência, perder todos os colaboradores.

Mau-Mau apresentou um cálculo para mostrar como a polícia agia como se tivesse olhos por toda parte:

> A cada policial não especializado incumbe a fiscalização, no mínimo, de mil pessoas. Isso nas boas polícias. E ele fica sempre conhecido de boa parcela dos delinquentes em cujo setor já efetuou prisões. O que dizer, então, do policial especificamente de entorpecente? Ter informantes é ver e ouvir sem estar presente. Por isso, em todos os contatos, veja um informante em potencial, mas, antes de se decidir a recrutá-lo, conheça bem sua vida pregressa e o faça informante de informante, para que o trate como mereça, não só por justiça, mas para não perdê-lo nunca.

Por que essa preocupação de não perder o informante jamais? Porque, segundo Mau-Mau, ele desempenha a "mais complexa das missões". Exige-se do infiltrado:

> […] coragem acima do normal, agilidade mental para manter permanentemente seu disfarce; expressão oral fácil, para convencimento dos suspeitos; boa memória, para guardar nomes, apelidos e rosto dos suspeitos, números de telefones e placas de carro, endereços etc., como numa "campana", mas com muito menos oportunidade para escrever; conhecimento perfeito do linguajar desses criminosos e da vida de algum deles, para comprovar ser quem afirma ser; conhecimento do *modus operandi* do tráfico, para governar seus passos.

Recomendação final do professor Mau-Mau: "Ex-artistas, ainda que amadores, se prestam excelentemente a esse serviço. Com um alerta: no palco, o preço por mau desempenho é vaia e aqui, outro". Certo: o preço é a morte. Bandido não admite ser monitorado. É sentença de morte.

Todos esses conceitos mostram que a polícia restrita a gabinetes não funciona. Quem queria enfrentar o crime de frente devia rezar por essa cartilha. Quem quiser minar o crime organizado de frente precisa ser muito bem organizado, profissionalizado, um cagador de informações, destemido e paciente, para esperar a hora certa de dar o bote. Sem pressa.

Elias Maluco ainda estava foragido, após o assassinato de Tim Lopes, e o secretário da Segurança Pública do Rio de Janeiro deu um prazo para capturá-lo: um mês. Como se uma investigação tivesse data marcada para terminar. Como se houvesse prazo para prender um bandido. Como se localizar alguém perigoso, ou não, fosse só marcar um dia no calendário. Como se investigar fosse só mandar intimações e tomar depoimentos. Nunca foi assim. Não é assim. Não será assim.

Alguns bandidos conseguem ficar ocultos durante dias, semanas e até meses. Mas não suportam o sufoco de não aparecer para visitar a velha querida no Dia das Mães. Chegam sorrateiros, arma na cintura e o presente debaixo do braço. É o grande momento em que o policial paciente, observador, e não preso a cartão de ponto, vai efetuar a prisão. E se for perigoso, existem técnicas e artimanhas: o bandido vai a um lugar, estaciona o carro e entra. Ao sair, percebe que um dos pneus está murcho. Contrariado, abre o porta-malas, retira o macaco, coloca a arma sobre a capota do carro e mãos à obra. O policial chega e encosta a arma na cabeça. "Eu deveria ter desconfiado!" Tarde demais: não foi preciso dar socos, pontapés, trocar tiros, colocar a vida de outras pessoas em risco, nada disso. É a chamada cana na moral. Sem espalhafato. Discreta. Eficiente. Pode-se até negociar o benefício de ninguém vê-lo algemado. Sem constrangimentos, naturalmente em troca de uma boa informação adicional.

No caso de Elias Maluco, o traficante procurou mudar o visual e não se mexeu muito, escondendo-se no mesmo Complexo do Alemão. Quando todos o imaginavam bem longe dali, o traficante estava muito mais perto do que se poderia supor. Dia 18 de setembro, uma semana após uma rebelião com matanças em Bangu I, a Polícia Civil montou uma operação espetacular no Complexo do Alemão. Já se desconfiava, antes, que o traficante tivesse a proteção de alguns policiais militares, mas isso nunca se comprovou.

Depois se saberia que ele não comprou ninguém, embora estivesse habituado a comprar. Havia se tornado indesejável e perigoso para a turba do tráfico. Foi ficando só, irremediavelmente só. Sua prisão era questão de honra, a polícia não conseguia suportar a pressão, desmoralizando-se mais a cada dia em que Elias Maluco continuava solto. Arranjou-se um informante nas condições delineadas por Mau-Mau, ocupou-se o Complexo do Alemão, aparentemente na busca de uma agulha no palheiro. Arrancou-se uma cruz de madeira do alto do morro, como se a cruz algum dia tivesse sido símbolo de traficantes e seu poder. Depois, como se tudo fosse consequência de um cerco implacável, Elias Maluco foi "localizado" e preso. Era um jogo de cartas marcadas, e ele perdeu. Recitou a ladainha: "Perdi, chefe. Só não esculacha, não".

Esculachar seria bater, socar, dar tapa, uns tiros. O matador de Tim Lopes estava com medo de morrer. Elias Maluco, o homem da espada da morte, queria continuar vivo. Elias Maluco, o presidente do tribunal do tráfico, não queria ser julgado pelos mesmos critérios que adotou. Elias Maluco, o valente assassino do jornalista indefeso, naquele instante era apenas um covarde. A brutalidade em grau máximo da espécie humana tornou-se convenientemente dócil para sobreviver. Elias, em bando, brutalidade sem limites. Elias, só, queria apenas salvar a pele. A informação vital para prendê-lo partiu de fonte que será preservada até o fato ser esquecido. Tudo foi combinado na delegacia que investiga tráfico e traficantes, ocupando o prédio do antigo Dops do Rio de Janeiro. Ali, QG dos informantes antes devassados por Tim Lopes, a fonte que negociaria a prisão de Elias Maluco fecharia o acordo secreto: o lobo traficante se travestiria de cordeiro. O preço para continuar vivo. O troféu foi exposto de modo triunfal em frente a um cartaz rabiscado às pressas: "Aqui está Elias Maluco. Polícia Civil – RJ".

Normas de segurança que deveriam ter sido adotadas antes entraram em vigor. Isolamento no Batalhão de Choque. Proibição de visitas. Rigor. Segurança verdadeira e não segurança-piada. Em época de eleições, Elias Maluco foi assunto de campanha para o governo do estado e para a presidência da República, para deputados e senadores. Eficiência da polícia ou permissão para o monstro se desenvolver. "A minha polícia pegou a fera." "A polícia que nos deixaram gerou esse caos." "Vote em mim!" Elias, já promovido à condição de excelente cabo eleitoral, foi interrogado na Justiça, 1° Tribunal do Júri. Disse que era inocente, nada tinha a ver com a morte de Tim Lopes, não conhecia os outros assassinos e, "inclusive, estava viajando para fora do Rio nesse dia", tanto que somente soube do assassinato lendo jornal. Claro, disse também que jamais foi traficante e, a propósito, trabalha honestamente como pintor de carros. Tentou ser pouco maluco e bastante esperto, assim como aqueles que o exploraram em campanha próxima das eleições. Ator principal, coadjuvantes, cagadores de câmeras e holofotes. Ópera bufa.

Não se pense, sob pena de enganar-se terrivelmente, que Mau-Mau era um teórico nessa especialidade, a infiltração e os informantes, que garante a sobrevivência da polícia. Quando um caso é particularmente grave, ou de grande repercussão – como Elias Maluco solto –, todos querem resolvê-lo o mais depressa possível. A cobrança é terrível. As teorias vão para o espaço. Exigem-se resultados.

Anos depois de diagnosticar informantes e monitores, Mau-Mau, chefe da Polícia Civil, engendrou um plano fantástico. Com carta branca do governo Franco Montoro, decidiu com antecedência que o delegado Romeu Tuma, até ali diretor do Departamento de Ordem Política e Social, não teria vez na polícia que se desenhava e pretendia ser nova. Expressão sugada da chamada Nova República, sucessora do regime militar. Tão nova que a expressão fora tirada dos tempos de Epitácio Pessoa presidente.

Só que Tuma tinha cacife no governo, nos estertores do militarismo, e para não ficar de escanteio surpreendeu Mau-Mau e sua equipe: conseguiu ser nomeado superintendente da Polícia Federal em São Paulo, levando consigo muitos dos seus principais colaboradores na polícia política e também todo o conteúdo dos arquivos que muita gente supõe, até hoje, que um dia conseguirá examinar.

Mau-Mau não se conformava com o fato de Tuma conseguir escapar assim de suas mãos, como um sabonete na hora do banho. De tanto matutar, lembrou-se dos velhos tempos em Marília, cidade então infectada por contrabandistas e traficantes de grande porte, que, embora fossem tentáculos do grande polvo criminal, eram bem-vistos, recebidos e aceitos na sociedade. A ponto de, após a gestão Mau-Mau, um diretor de grande escola mostrar-se arrasado quando seu jovem filho morreu, vítima de overdose, e ele então cedeu um recanto para a polícia da capital rastrear telefones, investigar com discrição e chegar aos bandidos. Queria colaborar na luta contra o tráfico. Queria afastar a cidade dos traficantes. Queria fazer um bem para a cidade. Queria.

O conteúdo dos *grampos* logo assustou: revelava amizades mais comprometedoras do que próximas vítimas, em vários níveis de autoridade. Nessas horas, é fácil ligar o ventilador e espalhar muito pó, tumultuando e, assim, trocando o significado de investigar por bisbilhotar. Então, em nome da intimidade devassada de cidadãos nada íntegros, mas influentes, os policiais que investigavam o que não se queria que fosse investigado foram, não polidamente, convidados a retirar-se da cidade, para que se pudesse continuar a contrabandear e a traficar.

Mau-Mau engendrou um plano que ele mesmo considerou mais diabólico do que maquiavélico: plantar um informante categorizado e acima de qualquer suspeita dentro do nicho federal de Romeu Tuma. Teria que ser um delegado de polícia, deduziu, que, com a pecha de indesejável na *nova polícia*, como havia tantos, fosse transferido para a Federal, não como estranho no ninho, mas com confiabilidade. Um homem de Mau-Mau, o delegado-geral, para contar todos os grandes passos de Tuma e sua equipe na Polícia Federal. Seria simplesmente fantástico plantar uma cobra no ninho do homem que havia trabalhado tanto tempo com informações sigilosas, confidenciais e secretas.

O delegado escolhido, um *bon-vivant*, achou a ideia ótima, maravilhosa, coisa de gênio. Elogiou muito o chefe antes de dizer que refugava. "Vai desconfiar, nunca fiz isso, não é o gênero" e outras frases escapistas foram usadas para a recusa da proposta. Mau-Mau insistiu. Acenou com a possibilidade de uma bela promoção. Mas foi inútil. O plano brilhante não saiu do papel. E dele apenas quatro pessoas ficaram sabendo.

De coisas assim, os neófitos, os amadores, os ingênuos jamais ficam sabendo. O crime foi se organizando mais e mais em função dessas deficiências. O embate se trava nas sombras. A realidade é dura quando se confunde combater a criminalidade com combater a polícia. Quando promotores desconfiam da polícia. Quando juízes também desconfiam e ficam desconfiados dos promotores. Este tripé Polícia-Ministério Público-Poder Judiciário ainda não aprendeu o denominador comum em termos de interesses coletivos. Discordância gera inimizades, pedir investigações complementares gera irritação e decretar prisão parece ser um favor em algumas comarcas.

No passado de truculência, havia pavor diante da possibilidade de se atirar primeiro e perguntar depois. No presente, há pavor quando se acusa primeiro, com grande alarido, com luzes e câmeras, para correr atrás de alguma eventual prova depois. Antes, a ditadura militar. Hoje, a ditadura do medíocre. *Democradura*?

É verdade que muitos casos provocam esse clima de desconfiança, no qual um joga a culpa sobre o outro. Claro, todos se apresentam como vestais, os únicos que trabalham com perspicácia e dedicação, muitas vezes em regime de estafa para manter a pauta de trabalho razoavelmente em dia e… pode ser que tenhamos muitos exemplos de que as coisas sejam assim mesmo, lamentáveis. Mas o que importa é que desconfiança, ou falta de condições para ter a indispensável confiança, provoca desarticulação nas relações. E o crime organizado, antítese dessa política, vai se tornando vencedor.

Podem falar o que quiserem, contar histórias dramáticas. Nada será convincente para a população, que não aceita a falta de sintonia institucional, pelos mais variados motivos, para *explicar* por que de um lado prima a desorganização e de outro, a organização. Claro que nada disso é generalizado. Boas relações conduzem ao enfrentamento do verdadeiro inimigo, e o inimigo é evidentemente outro. Mas existem picuinhas grotescas, lamentáveis e tão insuportáveis que enchem até a boca o profundo poço das vaidades.

Possuir uma informação, saber trabalhar com ela é indispensável no combate ao crime organizado. Mas não se pense que o compasso de espera sinistro aconteceu somente no caso do plano de assassinato da diretora do Presídio Bangu I, que

descobriu o planejamento de sua própria morte ouvindo as conversas entre rábulas e traficantes no parlatório. Em São Paulo, o então juiz corregedor da polícia, Valter Maierovitch, permitiu a escuta telefônica de um homem que, embora advogado, era o padrinho de um bandido que havia executado com um tiro na nuca o empresário sequestrado Osório Bachin, diretor de uma concessionária de veículos. Com a escuta, chegou-se ao bandido, preso no Paraná e recambiado para São Paulo. Curiosamente, a Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo começou a fazer uma campanha contra o juiz, acusando-o de ter "violado a Constituição e o Código Penal", como se a escuta não fosse previsível e aceitável em hipótese alguma. Quer dizer: preso o bandido sequestrador e latrocida, o que se lamentava era o gesto do juiz que agiu para ajudar a capturá-lo e foi afastado do cargo, por pusilanimidade do Tribunal de Justiça.

No Demacro, o Departamento de Polícia Judiciária da Macro São Paulo, foi feita uma escuta no aparelho de um advogado ligado à quadrilha de roubo de cargas. Ele só recebia as ligações. Eram os clientes bandidos, fazendo consultas e pedindo orientação. O montante que seria preciso pagar numa delegacia para, em troca, a carga ser "revendida" ao próprio dono. Parece absurdo, mas não é: o dono da carga, fazendo as contas do prejuízo, acaba achando interessante reavê-la por um "bom preço" em vez de perdê-la em definitivo. Mas não era só: em dois casos, os bandidos informavam ao advogado que precisaram *fritar*, matar friamente, o motorista do caminhão e queriam a indicação de um galpão para esconder a carreta. Portanto, eram as chaves para o esclarecimento de dois latrocínios e inúmeros roubos.

É crime organizado, mas a burocracia organizada foi mais forte: o *grampo* era formalmente ilegal. "Não existe escuta com efeito retroativo", sentenciou o jurista de plantão, quando se cogitou a hipótese de um juiz, a partir das graves constatações, legitimar a escuta. Negativo. E os policiais passaram a ter o desprazer, daquele dia em diante, de encontrar-se com o advogado em delegacias onde são capturados ladrões e traficantes, e ouvir o cínico cumprimento do rábula: "Como vai, tudo bem?".

Nada pode ir bem quando se usa política de cartório para apurar as ações de bandidos organizados em torno do crime.

Mas até isso pode ser relativo quando o crime, mesmo tendo esses ingredientes infames, chega ao epicentro do poder. Aí, ele se instala completamente, e aquilo que em outra situação seria a expansão dos tentáculos vai dando formato ao polvo. Não mais extensão de poder, mas o próprio poder. Não mais o braço extensivo do crime, mas a *cabeça* do crime, o núcleo central, o epicentro. Mau-Mau jamais poderia imaginar que chegássemos a esse ponto. Chegamos.

Lenta, gradativa mas sistematicamente, o polvo chegou à Grande Vitória, a capital do estado do Espírito Santo. Foi se instalando e consolidando seu poder. A princípio, os tentáculos afagavam; depois foram se esticando, envolvendo, aprisionando, asfixiando, dominando ao entrar pelas portas e janelas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com mais tentáculos sobre empresários, comerciantes, investidores, advogados e setores da imprensa. Portanto, estrutura completa, plena, difícil de ser abalada. lntocável.

Uma história ainda não contada, no todo. Cheira mal, porque de cada tentáculo sai um cheio ruim e forte. A cabeça do polvo parece ter conseguido ficar em várias partes, uma Hidra organizada. Quando você corta uma cabeça nasce outra, como se a mitologia pudesse ser factual. Não, porque teríamos que dispor de um Hércules para matar a Hidra. Na ausência de Hércules, surgiu um Sérpico. Mas cortaram-lhe a cabeça.

Frank Sérpico era um policial honesto de Nova York. Certinho demais, passou a ser visto como um estorvo, principalmente quando não permitia que criminosos e policiais se misturassem, dando conhecimento de tudo que conseguia descobrir à Corregedoria da Polícia, por lá chamada de Assuntos Internos. Os corruptos decidiram livrar-se do estorvo. Onde já se viu um colega achar que não se pode ganhar um dinheirinho extra, fazer de conta que não se está vendo aquele traficante vender seus produtos ali na esquina? Por que não conviver com a gente do submundo, que sempre rende uns trocados tranquilamente? Não, o bom policial Sérpico não era um bom colega, pior: parecia ser irrecuperável em matéria de honestidade. Portanto, a única saída seria matá-lo. Assim se pensou, assim foi feito: Sérpico, num dia de serviço, foi chamado para atender a uma emergência no Brooklyn. Quando chegou ao local indicado para salvar alguém de uma situação de perigo, foi recebido pelo clarão de pólvora de um tiro no rosto. Gravemente ferido, mas ainda com vida, ficou estirado no chão. Os ponteiros dos relógios girando, o sangue correndo, mas a morte não chegava. Não foi possível arrastar o pedido de socorro além de alguns minutos. Chamou-se, sem muita pressa, uma ambulância. Ela chegou e partiu com a sirene gemendo, como Sérpico gemia de dor.

Queriam que ele morresse, mas Sérpico não morreu. Fisicamente. A alma ficou dilacerada, com cicatrizes profundas, não dava mais nem para ver Nova York. Quis distância de tudo. Refugiou-se na Suíça.

As chagas purulentas e o odor nauseabundo do Espírito Santo, onde a *banda*, antes só tentáculo, virou *orquestra* podre, sob os aplausos de setores influentes e dominantes, deixaram encastelado o polvo, despreocupado com qualquer disfarce. Tudo escancarado. O Espírito Santo teve um Sérpico. Seu nome é menos pomposo: Francisco Badenes. Vive quase escondido em Brasília, como se o Planalto, curvado diante do polvo, não tivesse capacidade, competência e coragem de chegar a uma parte da planície. Foi esse homem, delegado de polícia no Espírito Santo, quem começou a dissecar uma série de crimes, extorsões, dilapidações, improbidades administrativas, assassinatos e tráfico de influência para montar um cronograma, como nunca se viu antes, das atividades do crime organizado no estado.

Foram exatamente essas investigações que levaram a CPI do Narcotráfico e a OAB local a pleitear, junto ao Conselho

Federal da entidade de classe dos advogados brasileiros, uma saneadora intervenção federal no estado. Estava tudo praticamente acertado a esse respeito: OK do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado ao Ministério da Justiça; OK do ministro; OK de uma comissão de três juristas com parecer favorável à intervenção. Subitamente, o pedido foi abortado. Teria que ser encaminhado formalmente pelo procurador-geral da República, o chefe do Ministério Público Federal. Mas Geraldo Brindeiro achou que não havia nem base nem sustentação legal para justificar a pretensão. Engavetou-a.

A frustração foi geral. Decepção total. Badenes, o perdigueiro fuçador, viu-se alçado rapidamente à condição de inimigo número 1. Ué, não deveria ser o contrário? Deveria, mas não foi. Indesejável: num macroinquérito, mencionava policiais em conluio com criminosos; denunciava estratagemas jurídicos para impedir que qualquer procedimento investigativo alcançasse êxito; fazia a pedagogia da lama pegajosa que batia às portas da Justiça, da Promotoria, das Polícias Civil e Militar, de advogados, de prefeitos, de vereadores, de Câmaras Municipais e da Assembleia Legislativa, de meios de comunicação, todos mancomunados, interligados. Alguns dos mencionados por Badenes, que agiu assim por dever de ofício, deram ensejo a representações por crimes contra a honra, provocando uma enxurrada de ações criminais. O clima tornou-se insuportável. A saída foi ele inscrever-se num programa de proteção a testemunhas do Ministério da Justiça. Ou seja: um delegado de polícia, no estrito cumprimento do dever legal, precisou retirar-se de Vitória e esconder-se em Brasília.

Os crápulas de Vitória fizeram de tudo para atingi-lo moralmente. À semelhança do que aconteceu em São Paulo – onde defensores de drogas e traficantes, incrustados numa entidade que deveria empenhar-se em sentido contrário, a prevenção, inventaram histórias, oriundas de servidores da polícia política na ditadura, sobre um carro velho que jamais foi usado indevidamente –, repetiu-se a dose em Vitória: Badenes foi acusado de usar uma placa ilegal em seu carro, destinado apenas para investigações, como se placas reservadas fossem absurdas. Sempre existiram, sempre existirão. Os idiotas capixabas pretendiam que o crime organizado fosse investigado por alguém que transitasse num carro pintado em preto e branco e com a inscrição "Polícia".

Quando um advogado que confundia direito com caminhos tortos, Carlos Batista de Freitas, o CB, foi assassinado, Badenes deixou a sua marca na investigação. Descobriu em CE a mesma atitude em relação a esquemas de tomada de assalto aos cofres públicos em várias prefeituras; o inacreditável caso de um cadáver roubado do necrotério do Instituto Médico-Legal; o crime organizado com sede própria, chamada de Scuderie, para difamar postumamente o nome do detetive Le Cocq, do Rio de Janeiro, honrado policial que morreu ao tentar prender o bandido conhecido como Cara de Cavalo.

Mas o auge da resistência ao crime organizado no Espírito Santo foi o pedido de intervenção federal. O pedido surgiu quando a situação foi considerada insuportável com o assassinato do advogado Joaquim Marcelo Denadai, com quatro tiros, em Vila Velha, Região Metropolitana de Vitória.

Há um detalhe aqui, vinculando essa execução a uma reportagem divulgada pelo programa *Fantástico*, da Rede Globo. Um repórter, autorizado pela Prefeitura de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, passou vários dias dando expediente como se fosse o chefe de gabinete. Imagens e sons documentaram, de forma insofismável, o assédio sofrido: corruptos de vários níveis e procedências propunham maracutaias, trambiques, ilegalidades, caixinhas, corrupção ativa e passiva, e conversão da coisa pública em coisa nossa para obter vantagens em concorrências públicas, prestação de serviços e venda de produtos. Um dos corruptos apresentava-se em nome de uma empresa, que possuía representação no Espírito Santo. Era o que o advogado Denadai iria revelar por meio de uma notícia-crime, envolvendo, como havia comentado com poucas pessoas, "empresários ricos e poderosos". Mataram-no na véspera. De seu escritório, desapareceu um disco rígido do computador. Crime bem organizado, planejado, articulado, que pensa no alvo, nos detalhes e nas repercussões. O presidente da OAB no estado, Agesandro da Costa Pereira, 72 anos de idade e 50 de advocacia, reagiu. Ameaçado, teve que passar dia e noite em companhia de agentes da Polícia Federal.

Para inteirar-se desses detalhes, é obrigatório examinar vários documentos, entre eles a representação com pedido de intervenção. Quase nada se viu na mídia a esse respeito. Os meios de comunicação tendem a considerar "chato" esse tipo de aprofundamento. Querem ver tudo mastigado, relatórios sintéticos, descrições razoavelmente bem escritas. A grande imprensa torna-se pequena diante da gravidade dos acontecimentos. A sociedade espera a informação correta, abrangente, sem depender apenas de lances espetaculares. O documento da Ordem dos Advogados do Brasil lembra ambiguidades das redações, onde se encontram quem apura bem e escreve mal, e quem escreve muito bem mas apura muito mal. Há, até mesmo, casos em que a boa matéria prescinde de uma boa entrevista.

A representação informa que:

> […] é de conhecimento notório a existência de um clima de insegurança e incerteza no estado do Espírito Santo. Sua população está assustada e receosa em face da disseminação da violência, oriunda, sobretudo, de integrantes da estrutura do crime organizado, sem a contrapartida do enfrentamento por parte das autoridades estaduais responsáveis pela segurança pública.

Os fatos não são descritos em forma de literatura, o espetáculo das palavras, mas são os fatos. Os críticos que nos perdoem. Façamos as concessões, pois:

> Nos últimos três anos, 1999, 2000 e 2001, o estado do Espírito Santo liderou as estatísticas de ocorrência de crimes dolosos contra a vida. As investigações de tais crimes não evoluem, não indicam seus autores e a impunidade acaba prevalecendo, na maioria dos casos.

O fim do advogado é contado com consternação, porque Marcelo Denadai:

> […] não resistiu a quatro tiros disparados contra o seu corpo, à queima-roupa, em pleno passeio público, quando retornava à sua residência após habitual caminhada noturna. O homicídio ocorreu por volta de 23 horas, em uma rua de Vila Velha.

Não se importe com parágrafos não bem esculpidos. Esforce-se para captar a dramaticidade do conteúdo das revelações:

> Como pano de fundo desta cena macabra, avulta a entidade denominada Scuderie Detetive Le Cocq, cujo pedido de dissolução está em curso perante a Justiça Federal daquele estado desde 1996, em ação proposta pelo Ministério Público Federal.

Tornemos a leitura menos árida. Afirma-se que o crime organizado teria uma espécie de sede própria, com nome de detetive francês, e a evidência dessa existência fora da lei seria tamanha que os promotores federais estudaram e decidiram pedir a extinção da entidade, novela que – ao tempo do relatório – se arrastava em tantos capítulos que o curso da ação já demorava seis anos, colocando em dúvida a afirmação que costuma garantir que a Justiça pode tardar, mas falhar, nunca. Se é tudo tão evidente, a lentidão torna-se extremamente perigosa para a sociedade. Se nada disso for uma ficção, as responsabilidades precisam ser definidas. Se tudo for verdade, a demora é imperdoável. Há mais, porém:

> O fato é que Denadai, ligado à defesa dos direitos humanos, integrou Comissão que, entre 1992 e 1994, apurou as ações da criminalidade organizada do estado do Espírito Santo, quando denunciou o envolvimento da indigitada Scuderie Detetive Le Cocq na prática de ações criminosas, inclusive de homicídios no estilo "esquadrão da morte". Tal Comissão, composta por Denadai, pelo delegado da Polícia Civil Francisco Vicente Badenes Júnior e pelo promotor de Justiça Luiz Renato Silveira, acabou sendo dissolvida pelo então governador do estado, sob protestos.

Se essas palavras não forem consideradas suficientes para dimensionar o poder do polvo organizado, vamos rememorar: existem assassinatos, para todos os efeitos misteriosos. Aliás, o advogado CB não teve direito nem a ser cadáver. Foi derretido, segundo consta. Matadores agrupados em forma de "esquadrão" quer dizer que existe uma indústria da morte, com mandantes, pistoleiros. Regulamentou-se a profissão de assassino, portanto. A OAB conta à sua maneira. Fica embutido: o delegado mencionado teve que desaparecer de Vitória, o advogado foi assassinado; um promotor, afastado, porque os três faziam parte de uma comissão que apurava as atividades do crime organizado. E o chefe do Executivo acabou com a Comissão. Vai tudo ficando muito claro:

> Não obstante a sua dissolução, os trabalhos até então desenvolvidos pela Comissão foram encaminhados, em 1994, ao Ministério da Justiça e ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH. No âmbito do CDDPH, tais denúncias e informações foram objeto de mobilização de uma comissão especialmente constituída e de uma subcomissão formada no estado do Espírito Santo. Desses trabalhos, resultou um relatório fundamentado e conclusivo, com quarenta recomendações às autoridades do estado (Executivo, Judiciário, Ministério Público etc.) e uma volumosa documentação das numerosas denúncias de fatos criminosos, que passaram a ser examinadas pelo Ministério Público daquele estado, por meio de um grupo de trabalho constituído por promotores de justiça. Atendendo à recomendação do citado relatório, foi proposta a dissolução judicial da entidade Scuderie Le Cocq.

Talvez fosse essa a fumaça do bom direito – *fumus boni juris* –, da qual tanto se fala nos processos, sem perceber que o correto seria desejar-se que dos fatos exalasse sempre o suave aroma do direito. De qualquer forma, a fumaça, em forma de densa nuvem, tomou conta de todas as quarenta recomendações sobre o que se deveria fazer para atingir em cheio a cabeça do polvo. A descrença no provérbio popular que garante haver fogo em toda fumaça garantiu que o polvo não fosse perturbado. Mesmo assim:

> […] após a dissolução da comissão estadual e das ações do CDDPH, por diversas vezes foram feitas solicitações de mobilização do Ministério da Justiça, para garantir a integridade física dos ex-comissionados, inclusive com registro de uma medida cautelar, solicitada pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA – Organização dos Estados Americanos. Assim, por diversos períodos, o advogado Joaquim Marcelo Denadai e o promotor de justiça Luiz Renato Silveira tiveram proteção policial federal ostensiva, e mais recentemente o delegado Francisco Badenes foi incluído em situação especial no Programa Federal de Proteção a Vitimas e Testemunhas Ameaçadas.

Então, é isto: se santo de casa não faz milagre, como se costuma dizer, recorreu-se a um socorro de fora do país, a OEA, para garantir a vida de quem ousou investigar os assassinos, traficantes e corruptos. Pressentia-se a confecção de uma pizza monumental, de vários sabores. Brasileiro costuma dizer que acaba em pizza tudo aquilo que, embora exigindo providências rápidas e urgentes, vai para a gaveta da impunidade. No caso, um novo tipo de pizza, à capixaba. Das três pessoas mencionadas, uma foi assassinada, outra passou a depender da proteção da Polícia Federal, e um delegado – autoridade policial! – foi totalmente despido de suas atribuições para ser protegido, em Brasília, como testemunha ameaçada. Faltou pudor, porque:

> […] passados vários anos do relatório do CDDPH, a criminalidade no Espírito Santo continua preocupante. Persistem os crimes de homicídio, muitos deles com todas as características de "assassinato de aluguel", de crime de mando… Recentemente, a ONG Centro de Justiça Global, cuja finalidade é a promoção da justiça social e dos direitos humanos no Brasil, apresentou relatório calcado em rigorosa documentação, em que detalha a situação da violência no estado do Espírito Santo.

Mas como? Seria preciso mais o quê? Se o governador do estado acaba com a comissão que investiga polvo e tentáculo, e tudo fica por isso mesmo, a quem recorrer? Por que se briga contra os fatos? Por que se faz de conta que o polvo é libélula? Os tentáculos, segundo o Centro de Justiça Global, haviam chegado bem antes ao jornalista Mário Eugênio, em Brasília, e à

investigadora da Comissão de Orçamento, Ana Elisabeth dos Santos, "ambos oponentes da Scuderie Le Cocq". É tudo pior do que se supõe. O policial que virou testemunha ameaçada, "enquadrado numa modalidade especial", descreveu, num inquérito que presidiu, um modelo de *sistema de acobertamento* com cabeça, tronco e membros:

> No Poder Judiciário, há a protelação de depoimentos relevantes quando se trata de pessoas influentes… No Ministério Público, não são acompanhados os inquéritos… Na Polícia Civil, as provas colhidas pelo perito desaparecem ou são manipuladas. Há confissões forjadas para desviar os verdadeiros culpados. Há álibis forjados.

Segundo a ONG, diante desse quadro trágico, o delegado Badenes "escreveu em 13 de fevereiro de 2002 para o professor Paulo Sérgio Pinheiro, secretário nacional de Direitos Humanos, resumindo as intimidações perpetradas e requisitando 'providências cabíveis' para combatê-las". Seria enfadonho mencionar os nomes de todas as pessoas investidas de algum tipo de autoridade que tomaram conhecimento de toda a situação. Algumas são conhecidas como vigorosas defensoras dos direitos humanos. Mas, ao que parece, o vigor se evapora quando estão ocupando algum tipo de cargo oficial. Estabelecem com o poder uma simbiose anormal. Pior: agem como se preocupar-se com direitos humanos e com a agressão a esses direitos no Espírito Santo fossem coisas distintas. São, como afirma a representação pela intervenção federal como única forma de reverter esse quadro, "todos graves os fatos e acontecimentos aqui descritos, de flagrante violação aos direitos humanos".

Como voz clamando no deserto, o advogado Agesandro foi articuladamente ameaçado. Uma pedra com carta amarrada foi jogada contra a OAB. O destinatário abriu e leu:

> Quantos policiais federais estariam disponíveis para proteger você, seus quatro filhos (inclusive a filha que você tem fora do casamento), seus netos (principalmente aqueles que moram com seu filho no interior de Minas Gerais), sua mulher e seus amigos? Também estariam estes policiais disponíveis para proteger qualquer um de seus amigos? Esses mesmos policiais estariam, por exemplo, disponíveis para proteger a vice-presidente da OAB, que anda normalmente em seu carro pelas noites de Vitória? E os filhos dela, que estudam em uma faculdade da cidade e também andam sozinhos? E o seu secretário-geral, que tem uma casa em Nova Almeida e costuma pescar sozinho? E os filhos dele? E o seu tesoureiro, que tem uma casa em Jacaraípe e anda muito exposto, fácil de ser assaltado e morto? E os filhos dele? E a sua secretária, que anda a pé no centro da cidade e anda de noite para casa em Vila Velha e também pode ser assaltada? É bom pensar nisto. O ministro e o presidente da OAB não fariam mais do que lamentar durante alguns dias seu sumiço. Você já está no lucro. Deveria prestar mais atenção nas suas ações. Falar muito já levou o Denadai. Pode levar outras pessoas de seu relacionamento. A violência neste estado é muito grande. Qualquer um pode ser assaltado e resistir ao assalto. Daí… Você não está lidando com gente pequena, pode saber. Seus passos e suas conversas são conhecidos mesmo antes de você pensar. Não adianta achar que a Justiça vai fazer qualquer coisa porque tem muita gente grande, de ponta, no negócio. É melhor cuidar dos problemas da OAB. Ou você acha que sua casa é protegida? Bicicleta tem aos montes, Agesandro, ninguém precisava roubar a sua. Quantas pessoas você aguentaria enterrar nesta altura da vida? Ou você acha que tem algum besta que te mataria? Quantos conselheiros a PF poderia proteger? Você iria colocar todos eles protegidos? Lembra da secretária da OAB que morreu no Rio? Você sabe que tem gente dentro da OAB para vigiar os seus passos e os de seus amigos? Você desagrada muita gente, mas não sabe quem, nem quando. Tem muita gente que gostaria de ver a OAB cuidando de seus problemas? Você acha que vai resolver o quê, falando sempre a mesma coisa? Quanto é que você acha que valem os negócios que você denuncia? O mundo é assim. Na sua idade, a sabedoria deveria falar mais alto. Você não está sendo sábio, Agesandro. Pense nisso.

Pensemos nisso, sim senhor. A carta tem um estilo que poderá ser comparado, se alguém tiver interesse, com o que se escreve em autos, ofícios e petições. O autor demonstrou conhecer o ameaçado de perto, indicando uma série de detalhes, familiares e pessoais, para deixar claro que chegar até ele, de alguma forma, não seria tarefa difícil. Menciona uma bicicleta furtada na casa do advogado para mostrar que já se aproximaram e poderiam, se quisessem, chegar mais perto ainda. Se advogado, ou policial, foi ignorante ao trocar furto por roubo, o que em matéria de direito é imperdoável. O escritor das ameaças, cujos erros gramaticais aqui foram relevados, parece ser rábula do tipo porta de cadeia. Porque, ao mencionar que o ameaçado deveria lembrar-se da secretária da OAB que morreu no Rio de Janeiro, referiu-se a um episódio de 1980, quando, no dia 27 de agosto, uma carta-bomba explodiu às 14 horas na sede da OAB-RJ, matando a secretária Lyda Monteiro da Silva aos 59 anos de idade. A carta, entretanto, era endereçada ao presidente da entidade, Eduardo Seabra Fagundes. Foi um "ato de sabotagem ou terrorismo", como o caso foi registrado na polícia. Na OAB-ES, quando se discutia muito a intervenção federal, também explodiu uma bomba no banheiro masculino do quarto andar do prédio, no exato momento da cerimônia de entrega de carteiras a novos advogados. Na carta ameaçadora da OAB-ES, o autor se posiciona ao não considerar o advogado Agesandro "sábio". Como se detentor da sabedoria fosse alguém como ele, criminoso e corrupto, pulha anônimo. O presidente do Conselho Federal da OAB, Rubens Approbato Machado, na representação entregue ao presidente do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, disse que o Espírito Santo vivia na "completa subversão da ordem pública, que intranquiliza e ameaça a segurança das pessoas, comprometendo a prevalência dos direitos humanos, um dos princípios fundamentais que formam o estado democrático de direito". O estado, "inteiramente dominado pelo crime organizado, vive sob o signo da insegurança e da incerteza e, nesse palco, a ordem jurídica é reconhecidamente precária".

Seria mais cômodo reduzir a carga pesada dessa denúncia a uma retórica, a um ensaio, a um texto mais ameno. Não é o caso, porque, não se tendo divulgado isso antes em lugar nenhum, chegou a hora. É preciso conhecê-lo em toda a sua extensão. Para memória. Para vergonha. Para catarse. Porque está escrito:

> Neste quadro, os princípios legais se apresentam inconsistentes, destituídos de firmeza e de força, ante o poder politico e econômico dos barões do crime organizado que dominam o Executivo e o Legislativo e têm influência marcante no Poder Judiciário e no Ministério Público Estadual.
>
> Assistimos, como consequência direta, fatal e dolorosa desta crise lamentável, o triunfo do arbítrio, da prepotência, da violência e da corrupção, ajudado pela astúcia inescrupulosa, pelos interesses subalternos e pela covardia dos que deveriam enfrentar, resistir e

> combater estes terríveis desatinos. Os direitos fundamentais da pessoa humana, nesta quadra, são afrontados sem consequências, as violências ficam impunes ante as desalentadoras capitulações das autoridades locais e os lamentáveis colapsos da Justiça.

Quer mais? Tem:

> A impunidade desta temível plêiade de malfeitores está plenamente assegurada pela influência que exercem sobre as autoridades, com seu poderio político e econômico… As investigações até então feitas deram ensejo a que a CPI do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, viesse a aprofundar o conhecimento dos fatos ilícitos e confirmasse todas as evidências até então coligidas, em relatório pormenorizado quanto a fatos e agentes de crimes.
>
> Trata-se do comprometimento definitivo do regular funcionamento das instituições públicas encarregadas de promover a administração da justiça no Espírito Santo – malgrado o esforço heroico e isolado de valorosos integrantes destas instituições – vez que a ação da Scuderie Detetive Le Cocq, apesar de uma década sob intensa investigação, ainda não foi inibida, paralisada ou responsabilizada. Seus integrantes não só praticam o crime da associação criminosa, mas prosseguem na prática de inúmeros outros crimes bárbaros, nos quais seguem o de homicídio, como queima de arquivo para garantia da impunidade, como ocorreu nos episódios dos assassinatos do prefeito de Serra, José Maria Feu Rosa, e do seu motorista; do advogado Carlos Batista de Freitas e do prefeito de Cariacica, Dejair "Cabo" Camata, todos engendrados na mesma trama criminosa.

O ex-cabo da Polícia Militar Dejair Camata tinha sido preso pelo delegado Badenes ao ser surpreendido com um lote de armas de grosso calibre, roubadas e importadas. Já havia adquirido 9 milhões de reais em terrenos, todos registrados em nomes de parentes.

Al Capone? Dillinger? Baby Face? Vito Corleone? Tommaso Buscetta? Não, bandidos capixabas, intocáveis faces reversas de Eliot Ness. Na CPI do Narcotráfico, do mesmo modo que foi detectada a segurança máxima a favor dos prisioneiros e não a segurança máxima imposta pelo Estado, na Penitenciária de Bangu I, consta também do relatório final, a quem possa algum dia, talvez, quem sabe interessar, sobre esse cinematográfico poder do crime organizado:

> […] utilizam-se de meios e recursos próprios das milícias e contribuições empresariais. Incorpora, em seu quadro de associados, centenas de policiais (civis, militares e federais), serventuários da Justiça, delegados, advogados (que normalmente ocupam a presidência da Scuderie Le Cocq), funcionários da administração pública, promotores de justiça e juízes de direito, desembargadores, políticos, empresários, comerciantes e banqueiros do jogo do bicho.

E é a CPI que revela, escrito e assinado pelos seus integrantes, que a entidade surgiu como "meio operacional de apoio à criminalidade organizada do estado do Espírito Santo, compondo-se basicamente dos seguintes serviços":

> Intermediação dos assassinatos de mando; execução desses assassinatos; acobertamento e desvirtuação nas investigações policiais pertinentes a esses assassinatos; garantia da total impunidade na esfera judiciária.

Se os deputados da CPI não estavam alucinados, ensandecidos, delirantes, irresponsáveis, levianos e inconsequentes, todas essas circunstâncias teriam que ser obrigatoriamente explicitadas se houvesse uma reação minimamente séria diante da gravidade das acusações. No relatório, eles mencionaram ainda a "clientela" da Scuderie, "composta por empresários e políticos que se interligam ao crime organizado":

> Essa clientela articulou esquemas de violência com o escopo de controlar o poder politico das administrações municipais do Espírito Santo. Já detêm o poder político em diversas prefeituras municipais, com o objetivo de se coligarem para se apoderarem da administração pública estadual.

Controle o espanto: apesar disso tudo, a Procuradoria-Geral de Justiça refugou na hora H. O destinatário dos apelos, do SOS, o ministro Miguel Reale Júnior, acreditou que não houvesse alternativa possível que não fosse a intervenção. Mesmo assim, resolveu calçar-se juridicamente, para não haver nenhuma margem de erro. Formou uma comissão encarregada de dar um parecer técnico, formada pelo advogado Belisário dos Santos Júnior, ex-secretário da Justiça de São Paulo, o professor de Direito Constitucional, Luís Roberto Barroso, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e a professora, também de Direito Constitucional na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Flávia Piovesan.

Quando o procurador-geral da República enfiou a representação na culatra, o ministro decidiu cair fora imediatamente do Palácio do Planalto. Reale Júnior foi o oitavo ministro da Justiça do governo Fernando Henrique Cardoso. O presidente da República disse que não tinha como discutir a decisão do procurador-geral, "e nem poderia ser diferente", em razão da "independência do Ministério Público". O procurador tentou demonstrar que não havia base jurídica para ele encaminhar o pedido de intervenção ao Supremo Tribunal Federal. A equipe do ministro foi embora junto com ele, menos o secretário nacional de Direitos Humanos, que preferiu concordar com o procurador. O ministro saiu falando tecnicamente: "Não posso ser agente de patrocínio infiel, defender uma ideia e, ao mesmo tempo, sua anteposição". Os juristas da Comissão explicaram por que tinham sido favoráveis à intervenção:

> A quase totalidade das pessoas contatadas pelo CDDPH, protegidas pela informalidade e pelo sigilo, revelaram medo intenso e descontrole pela situação de desamparo ante a prevalência do crime, da impunidade, da impotência ou acobertamento por parte das autoridades competentes.
>
> […] há o consenso, a despeito do temor de manifestá-lo abertamente, de que o chefe do Executivo perdeu a capacidade de liderar o estado e de que o crime organizado está infiltrado no Legislativo.
>
> […] a população do Espírito Santo é vítima de um pacto de medo, silêncio e cumplicidade, que favorece a criminalidade organizada e violenta, oprimindo os que tentam enfrentá-la.

O arremate dessas considerações sobre o que deveria acontecer e não aconteceu extrapola a análise jurídica encomendada pelo ministro da Justiça:

> O CDDPH ouviu um pedido de socorro vindo de múltiplas direções. Entidades, organizações e pessoas dos mais variados credos, anseios, ideologias e interesses, que vão da Arquidiocese à própria Procuradoria da República no estado, compartilham do sentimento de que as instituições estaduais perderam a capacidade de reagir. Nossa recomendação pela intervenção federal se deu com base na estrita legalidade constitucional. Uma intervenção a favor, e não contra o estado.

A negativa ao pedido de intervenção ensejou comemorações. O presidente da Assembleia Legislativa, José Carlos Gratz, desafiou o ministro, antes de ele retirar-se, vencido, a apresentar um só processo contra ele. Verborragia agressiva, destilou veneno contra Reale Júnior, chamando-o de "ministro de merda". Como consolação, o secretário nacional de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro, que preferiu continuar no governo enquanto todo o *staff* do ministro debandava em solidariedade, disse que Gratz, confesso ex-banqueiro do jogo do bicho e personagem forte no relatório da CPI do Narcotráfico, "não perderia por esperar". O governador do estado, José Ignácio Ferreira, foi a Brasília especialmente para agradecer ao procurador-geral o não encaminhamento do pedido de intervenção.

Antes de ser transferido para o Rio Grande do Sul, o procurador da República, Ronaldo Meira de Vasconcelos Albo, recebeu em seu gabinete um jornalista de São Paulo interessado em revelar a fisionomia do polvo do crime que havia tomado conta do estado. Os cuidados para essa entrevista foram incomuns. Policiais federais foram esperá-lo no aeroporto, para conduzi-lo diretamente ao chefe do Ministério Público Federal no estado. Enquanto conversavam e examinavam documentos, os agentes, armados de metralhadoras, vigiavam a porta e a garagem do prédio. No hotel, proteção ostensiva no corredor e na porta do apartamento. Na volta, escolta até o avião decolar.

O procurador tinha muita coisa para contar. Que os fatos que se desenrolaram configuravam um verdadeiro crime contra a ordem democrática e que, dadas as circunstâncias, se poderia pensar até em invocar a adormecida Lei de Segurança Nacional. Que, metáfora, Gratz era o sol de um sistema. Que as providências não prosperavam. Que o crime se desenhava no rosto de várias pessoas, com maior ou menor grau de influência, que chegavam a debochar das tentativas, sempre infrutíferas, de barrar seus passos. Que, convidado para passar o final de semana na casa de um empresário, na praia, teve de retirar-se abruptamente quando percebeu que Gratz era um convidado surpresa, tentando de forma nada sutil uma aproximação com o procurador intransigente, achando que desse modo a convivência com os promotores federais seria mais pacífica. Que, anos atrás, a bandidagem local havia assassinado uma dentista, em seu consultório, para vingar-se do pai, o promotor estadual Keil Nascimento, que investigava crimes praticados por policiais, e mereceu homenagem, em dedicatória, no livro *A chancela do crime*, do advogado Ewerton Montenegro Guimarães, que lutou até a morte contra o polvo sempre vencedor. Que uma jornalista de Vitória, Maria Nilce, dando uma pequena notícia sobre falcatruas, foi aguardada por pistoleiro à saída de uma academia de ginástica, onde fora apanhar a filha. Tentando escapar, a mulher correu pela rua, sempre perseguida, e entrou num ônibus de passageiros, imaginando que assim teria uma chance. Não teve: sem se importar com os passageiros, o pistoleiro fuzilou-a dentro do ônibus.

O procurador contou que essas histórias tinham raízes antigas, desde os tempos de um caso famoso, o da menina Aracelli Cabrera Crespo, 9 anos de idade, estuprada e morta por um bando de rapazes da mais influente sociedade local, alucinados pelo consumo de cocaína. O esquadrão da morte local, inspirado nos grupos de extermínio de São Paulo e Rio de Janeiro, despejava suas vítimas na Barra de Jucu. Contou também que na Assembleia Legislativa havia uma ridícula CPI para investigar o crime organizado, e assim abafar denúncias, tendo um cuidado: colocar na comissão alguns dos próprios acusados da construção genética do polvo. Que tinha ido ao Distrito Federal pedir uma ajuda, um reforço, uma força-tarefa, qualquer coisa, para ajudá-lo nessa verdadeira cruzada, na qual ele tinha ao seu lado apenas o delegado Francisco Badenes, que por sua vez contava apenas com o procurador para apoiá-lo. Que…

Amargo, o procurador. Amargo, o delegado, convidado para fazer palestras sobre ele mesmo na Organização das Nações Unidas, num encontro na Suíça, e ser preletor de um curso na Inglaterra e outro na Irlanda. Aqui, odiado, perseguido e abandonado. Lá fora, requisitado e respeitado. Bem à Franz Kafka, o autor que procurou retratar o homem impotente tentando vencer a organização social. O Frank Sérpico impotente tentando vencer o polvo do Espírito Santo. Contemplando de longe, os burocratas de plantão acham que Badenes ("pessoalmente sinto-me bem, institucionalmente muito mal") está bem protegido. Assim são tratadas as testemunhas ameaçadas: retiradas de casa, do convívio, da sua cidade, e condenadas à clausura em algum canto. Depois, ainda pretendem que as testemunhas de crimes graves estejam todas dispostas a contar o que sabem, o que viram, e não entendem como é difícil conseguir que alguém seja testemunha desse tipo em processos em que será obrigado a ficar de frente com os acusados, que lançam olhares fuzilantes e rilham os dentes, ameaçadores. "Bater de frente com a banda podre, quando ela é maioria, potencializa riscos. Claro que correr riscos é inerente à profissão. Mas investigar crimes dentro da própria instituição é outra coisa." Que coisa? "Não existe policial bandido e sim bandido infiltrado na polícia. Não os considero policiais." Que vida o senhor tem que levar agora? "Minha situação ficou exposta. Com superiores partícipes diretos do crime, tomando medidas exclusivas para me prejudicar, fica inviável." Mas como forçar situações com base legal? "Inventaram um inquérito contra mim a partir de uma falsa denúncia pela prática de tortura. Disseram que eu tinha vazado o olho de um preso. Não havia base para nada, mas mesmo assim fui denunciado pelo promotor do caso. Quando o preso foi

interrogado, disse que eu era um homem barbudo. Nunca usei barba na minha vida. O juiz ficou estarrecido. Fui absolvido." Isso foi divulgado? "A imprensa local não se interessou em contar."

A radiografia do crime organizado capixaba teria uma fonte acima de qualquer suspeita, que também desistiu de Vitória e bateu às portas do Ministério Público Federal, em Brasília. Aos 29 dias do mês de agosto de 2002, Marco Antônio de Souza Basílio, juiz de direito, declarou, compromissado e advertido sobre as penas previstas pelo artigo 342 do Código Penal Brasileiro (falso testemunho):

> Tenho sido perseguido em função de uma ação que corre no Supremo Tribunal Federal, onde comprovo que a atual composição do Tribunal de Justiça se deu de forma ilegal e criminosa; que esse colegiado atende a interesses do crime organizado local por temor reverencial a alguns desembargadores, um deles denunciado no STF [todos com nomes revelados no depoimento]; que estou sofrendo perseguições terríveis, particular e profissionalmente, por parte dessas pessoas; a minha situação se agravou de tal maneira que não posso mais sair de casa, pois sou perseguido pela PM do estado, a mando dos chefes dos Três Poderes; que Edinho, um funcionário do Banco do Brasil, me pediu um dossiê sobre esse assunto e o entregou a membros do grupo de um deputado [nominado no depoimento]. Depois, ele pediu que eu fosse ao Banco do Brasil e, com fisionomia estranha, me disse em tom ameaçador: "Eles não gostaram disso. Esse negócio seu vai prejudicar muita gente. Você não tem medo de morrer, Basílio?"' Em outra ocasião, ao encontrá-lo na praia, ele voltou a me ameaçar dizendo: "Rapaz, cuidado, você está lidando com o crime organizado"; entendo que o Tribunal de Justiça do estado, pelas razões explicitadas, perdeu a sua finalidade institucional, o que fica evidente na sua passividade diante das sucessivas tentativas de assassinato contra mim e o extremo sofrimento que está sendo imposto à minha família, nessa *via crucis* que estarrece a sociedade capixaba.

E nada mais disse nem lhe foi perguntado, em oito folhas de papel, embora haja tanta coisa mais a se dizer e tanta coisa ainda a se perguntar e, principalmente, investigar, descobrir, identificar e punir.

É o caso de se perguntar como Badenes foi denunciado com tanta fragilidade na acusação. Uma verdadeira denúncia vazia daqueles que já se sabe antecipadamente serem inconsistentes. Mas se denuncia. Alguns promotores têm a coragem de dizer a esse respeito que "esta é uma oportunidade para o acusado se defender". Como se denunciar criminalmente alguém fosse um grande favor. Essa é a desagradável explicação para a irritação popular quando se desabafa dizendo que "A polícia prende e a Justiça solta".

Não é bem assim, embora o cotidiano apresente também decisões absurdas, como esta no interior de São Paulo, em 2002: sequestradores de um empresário foram presos com as cédulas de dólar, numeradas e copiadas pela polícia, usadas para o pagamento do resgate. Um dos bandidos tinha um carro importado, comprado com parte desse dinheiro. Tudo demonstrado, carro apreendido. O promotor entendeu que havia falta de provas. E os dólares?! "Isso é problema da Receita Federal." A juíza mandou soltar os bandidos, atendendo parecer do promotor. Não se trata de um teste à base do "acredite, se quiser".

Nas decisões, tudo bem, juízes e promotores devem pautar-se pelo bom senso e obedecer fundamentalmente às suas consciências. Não são autômatos, são seres humanos. Se não, bastaria confeccionar planilhas e colocar um robô para resolver tudo fazendo contas. Distribuir justiça requer algo mais. E alguns processos, tão normais para quem os provoca e decide, são uma humilhação moral para pessoas dignas e honradas, à mercê do messianismo extraterrestre de algumas engrenagens dessa gigantesca máquina chamada Justiça. Onde, ainda bem, muitos e muitos se debruçam sobre os autos só para decidir humanamente. Julgar o semelhante, com tais critérios, não é fácil.

Pronto, acabou-se: o crime organizado venceu mais essa etapa. Vitória fica a 527 quilômetros do Rio de Janeiro e a 1 238 de Brasília. Badenes saiu do Rio para entrar na polícia em Vitória. Estava com onze anos de carreira quando se viu obrigado a ser apenas um foragido solitário, ou "testemunha especial" para quem cinicamente preferir, em Brasília. Evidentemente, existem muitas outras coisas além do crime no Espírito Santo. Nenhum lugar gosta de ser estigmatizado como foco de bandoleiros.

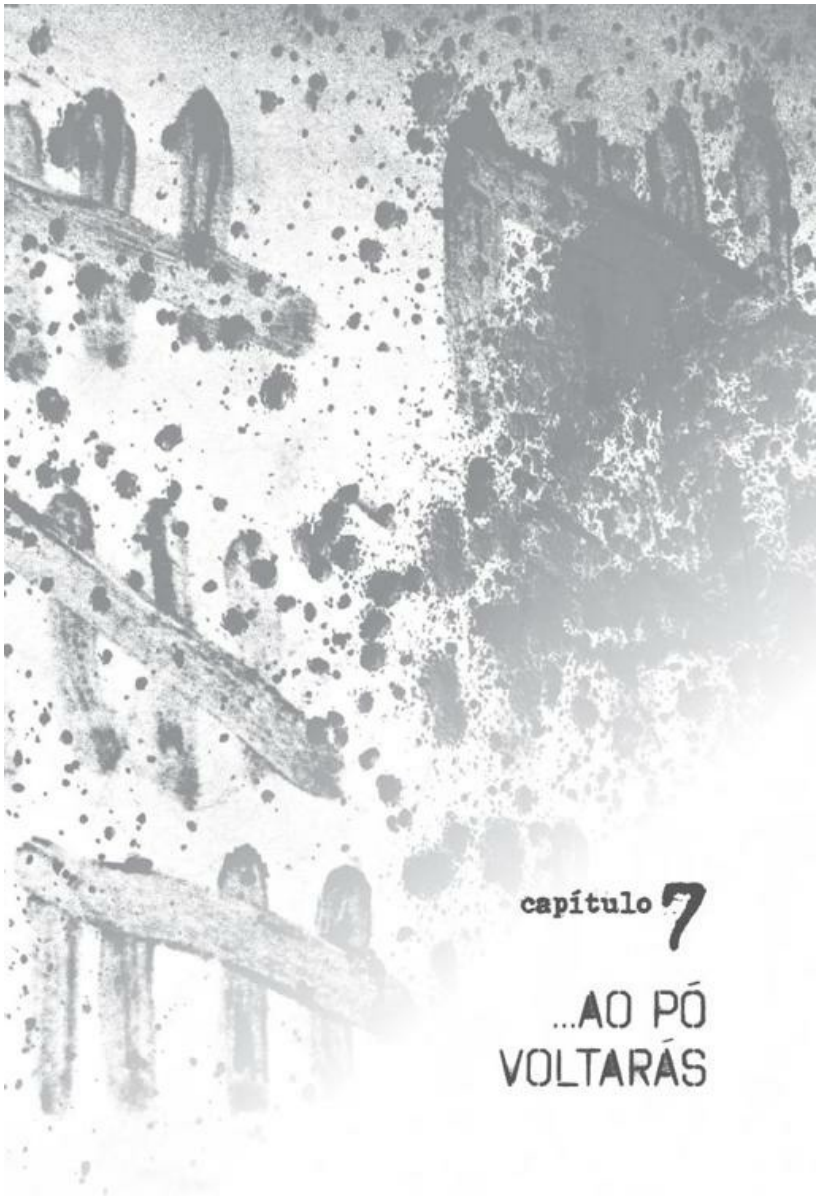
Nos seus últimos dias como ministro da Justiça, Reale Júnior esteve em Corumbá para uma grande incineração de drogas num forno de grande potência. Errou o alvo quando arremessou um pacote de cocaína, que não caiu nas chamas e sim na parte superior do forno. Um sinal, talvez, de que não conseguiria acertar no alvo da dignidade e da decência, e em nome delas, embora devoto do partido político do governo, só restaria ir embora.

É verdade que, tempos antes, a delegacia de Corumbá havia ficado quase vazia, com quase todos os policiais civis fugindo, prisão preventiva decretada, pelo envolvimento direto com o tráfico de cocaína – ali é fácil, corredor aberto até Puerto Suárez, onde os traficantes são donos da situação. Só não é assim se você não quiser ver.

O polvo concebido por Mau-Mau foi crescendo, agigantando-se. Dos oito tentáculos do molusco original, foi se expandindo, aprisionando, metamorfose acelerada para senhor que manda e é sempre obedecido.

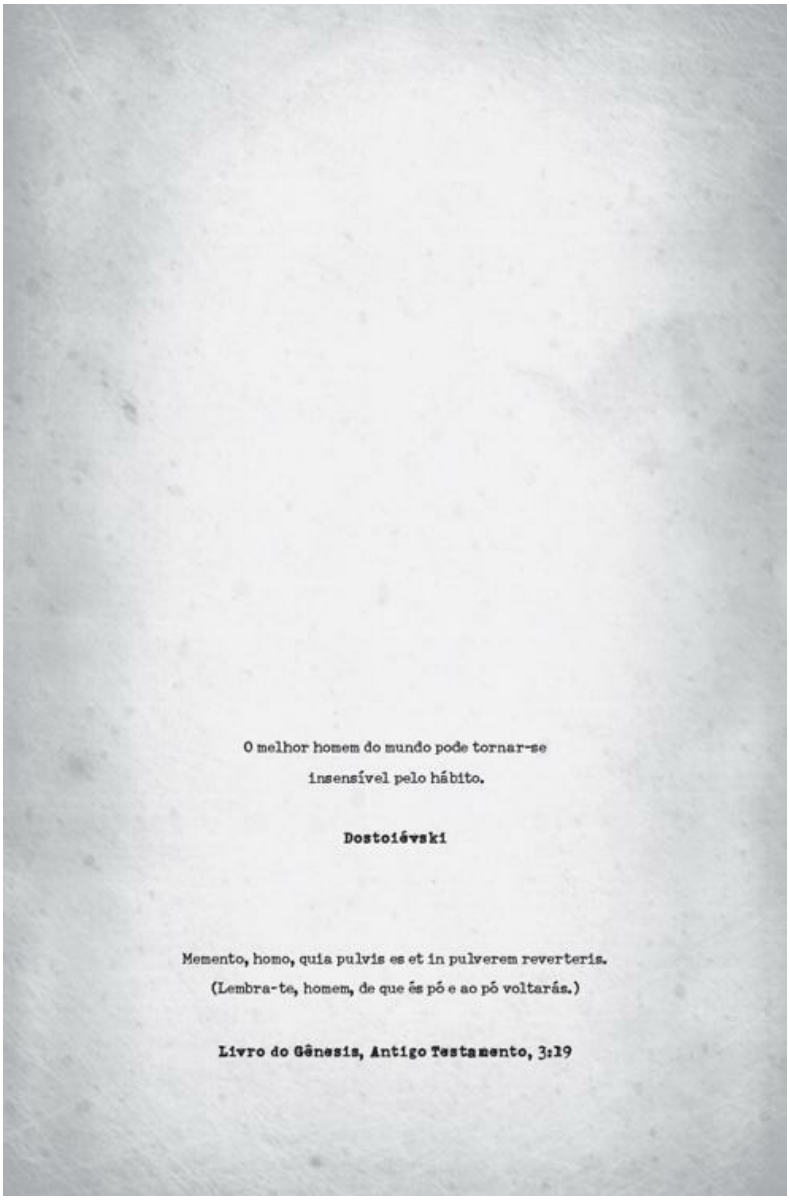
Esqueça-se a intervenção federal no Espírito Santo, sem que isso queira dizer, absolutamente, que seja esse o único lugar do país onde a bandidagem organizada deita e rola.

Resta, talvez, a remota possibilidade de a Igreja pensar na intervenção que, nas consultas, referendou. Não é heresia continuar chamando o estado de Espírito Santo?



capítulo 7

...AO PÓ VOLTARÁS



A citação do *livro das origens* (Gênesis) é uma referência à queda do ser humano do Paraíso.

O Presídio Bangu I, no Rio de Janeiro, é uma caixa de concreto. Em quatro alas de doze celas cada uma podem ficar 48 presos. A arquitetura é de segurança máxima. Mas o dinheiro pode abrir portas e fechaduras, trazer armas e munição. Usando essa forma de poder, com variantes entre reais e dólares, o traficante Luiz Fernando da Costa, ou Fernandinho Beira-Mar – Beira-Mar é o nome de uma favela em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, onde nasceu e cresceu –, conseguiu inverter a concepção arquitetônica prisional. Aproveitou o *know-how* do traficante colombiano Pablo Escobar, que construiu um presídio para ele mesmo ficar.

Bangu era de segurança máxima para Beira-Mar enquanto não mudaram as regras do jogo condescendente que imperou até o dia 11 de setembro de 2002, quando se completou um ano da derrubada das torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York. Nesse mesmo dia, data escolhida para que o impacto fosse muito maior, Beira-Mar, numa ação programada, conseguiu comprar um agente penitenciário e obter todas as chaves de acesso à Galeria D, onde estava o arqui-inimigo Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê, e mais quatro desafetos do Comando Vermelho. Um comando da morte fez o trajeto que separa as galerias, tomou quatro agentes penitenciários como reféns e apoderou-se das armas do presídio. Funcionários foram algemados, suprema humilhação, às grades de celas, junto a botijões de gás.

Primeiro sinal: "Se houver invasão, explodiremos tudo". Valeu: quando a tropa de choque da Polícia Militar se preparava para entrar, os funcionários fizeram um cordão de isolamento na entrada do presídio. A hierarquia e a disciplina, que já tinham ido para o buraco, ficaram sepultadas de vez. Os assassinatos foram consumados a tiros e golpes de punhal.

Os escolhidos para a morte pressentem, sabem que chegou a hora quando os matadores vão se aproximando, armados, ódio escrito nos olhos. Pode-se xingar no máximo, recebendo golpes e golpes, tiros e tiros, urrando com a dor, que faz o prazer dos assassinos. O corpo de Uê, propositadamente deixado com um resto de vida, foi envolto em colchões e cobertores, e logo

consumido pelas chamas. Deixou no ar e nas paredes, por longa distância, o cheiro da carne humana. Os traficantes mais perigosos do Rio de Janeiro gostam de matar, cremar, calcinar, reduzir a cinzas, transformar em pó escuro o concorrente na venda do pó branco. O corpo de Uê ficou assim: um monte disforme de cinzas.

Segundo sinal: "É isso que acontece com quem tem a petulância de desafiar as determinações do Comando". Comando que, quando as execuções foram todas consumadas, estendeu uma bandeira vermelha, com sua inscrição, na parte superior do presídio. Mais um sinal: "Aqui mandamos nós". Tudo consumado, Beira-Mar falou com alguém não identificado pelo telefone celular, usando o refrão de uma música funk para descrever a situação naquele momento: "Tá dominado, tá tudo dominado". Duas cabeças decepadas foram colocadas lado a lado numa cadeira. Numa das celas, a cena sinistra: o preso com as mãos amarradas e esticadas para cima, as pernas imobilizadas. De pé, assim, foi sendo esfaqueado até morrer – olhos vazados, pescoço perfurado, braços e pernas retalhados.

Durante alguns dias, autoridades estaduais e federais discutiram o que fazer. Cogitaram, sem constrangimentos, até mandar Elias Maluco para os Estados Unidos. O governo do Rio de janeiro, que já não queria tê-lo recebido, queria livrar-se dele. Era como se um preso, sozinho, acuasse todo o sistema. A proximidade das eleições deu à rebelião um toque de palanque onde, como numa ópera bufa, todos fugiam das responsabilidades e apontavam culpados. O sanguinário Beira-Mar saiu rindo do presídio, em parte destruído, quando tudo terminou.

Nada a dever para os cartéis colombianos, a Máfia Russa, a Cosa Nostra siciliana e americana, a napolitana Camorra, a calabresa Ndrangheta, as Tríades chinesas e a japonesa Yakuzá.

Enquanto o poder do tráfico mostrava toda a sua força, o governo, pelo contrário, perdia precioso tempo em escaramuças, rivalidades, discussões e construção de teses sobre o vácuo.

Um dos oito ministros da Justiça do governo Fernando Henrique, Nelson Jobim, percebeu claramente o aumento da oferta a da demanda. Uma lei de mercado. Venda e compra. Traficante-usuário-dependente. Finalmente, alguém do governo teve olhos para ver. Mediante a DEA, os americanos preocupavam-se em interceptar em território brasileiro a droga endereçada aos Estados Unidos por meio das mais variadas rotas, todas elas alternadas periodicamente. Os traficantes não apreciam ferir normas de segurança com a rotina, a complacente mesmice dos governantes.

O governo FHC iniciou seu mandato extinguindo a Secretaria Nacional da Entorpecentes. Depois, percebendo o fiasco e a pressão das Nações Unidas, ressuscitou o que havia matado logo no início do mandato como se estivesse criando um órgão novo, a Secretaria Nacional Antidrogas – sob o comando de um general do Exército: Alberto Mendes Cardoso, a militarização (discutível) da polícia antidrogas –, subordinada à Casa Militar da Presidência da República, que mudaria de nome para Gabinete Institucional da Presidência.

Até aqui, no Brasil continental, a Polícia Federal não tinha mais do que quinhentos agentes para repressão ao tráfico em todo o país. Mesmo assim, o inerte governo mantinha na lei a absurda determinação de que a Polícia de Lilipute – a terra criada pela imaginação do escritor Jonathan Swift nas *Viagens de Gulliver*, onde as pessoas tinham seis polegadas de altura – na luta desproporcional contra Golias – o gigante filisteu dos tempos do Antigo Testamento, com seis côvados e um palmo, aproximadamente 2,80 metros – deveria ter exclusividade na busca aos traficantes. E ainda com garantia constitucional (artigo 144, inciso primeiro, II).

Os traficantes aplaudem: pelas leis brasileiras, para encontrar um Davi armado com apenas cinco pedras que se preste a ficar frente a frente com o grandalhão – segundo o Primeiro Livro de Samuel, ainda da Bíblia –, cada estado da Federação precisa fazer um convênio com a União. As autoridades amarram-se em suas próprias leis. Os traficantes não respeitam lei alguma e criam a sua própria legislação, que não costuma tardar nem falhar. Seria lícito pensar, com legitimidade, que isso é brincar de enfrentar traficante, brincar de ser policial, brincar de ser juiz, brincar de ser promotor, brincar de ser legislador, brincar de ser senador, brincar de ser deputado federal, brincar como se esta República de Bacharéis tivesse sozinha todos os remédios para conter surtos, endemia, psicoses, depressões, vazios existenciais.

O que temos como armas legais é sofrível. Mas é o que temos. Os traficantes continuam aplaudindo a trava nos olhos. Ótima, para eles.

O ministro foi percebendo aos poucos a realidade embutida: os agentes americanos estavam no Brasil, detinham algumas das melhores informações, faziam apreensões de remessas e carregamentos e, para isso, contavam com a ajuda de policiais federais previamente selecionados. Tudo no mundo da droga gira em torno de uma recompensa, psicológica ou material, e mais uma vez não seria diferente nessa relação, factual e sem diplomacia oficial. Os agentes brasileiros ganhavam cursos nos Estados Unidos, podiam viajar acompanhados das mulheres e ainda recebiam um robusto pró-labore depositado na conta bancária pessoal.

O governo, por sua vez, mantinha um Conselho de Entorpecentes, a quem competia, em tese, definir políticas sobre o assunto. Na verdade, gastou a maior parte de seu tempo empenhado em propor a liberação das drogas. Essa posição, endossada por correntes, pensamentos e convicções, era uma antítese do que se esperava do Conselho. Porque as pessoas, de modo geral, querem ações eficazes contra os traficantes, bons programas de prevenção e políticas de tratamento para dependentes.

Verdade impossível de silenciar: não existe nenhuma boa história de vida que tenha a droga como plano de fundo. Verdade

que se recusa a fechar a boca: quem disser o contrário está mentindo. Conscientemente.

Portanto, quando diante de toda essa expectativa aparece um grupo que tem a atribuição de agir, mas prefere lutar para que as drogas sejam comercializadas à vontade, sem restrições, todos aqueles que esperam alguma orientação ou perspectiva concreta para dramas individuais, familiares e sociais ficam sem entender absolutamente nada. Mas como tamanha ambiguidade pôde ser dominante?

A postura obcecada pró-droga era capitaneada por um advogado com ascendência sobre o grupo. A explicação é humanamente compreensível, mas dramas pessoais não podem sobrepujar interesses públicos, e a questão da droga é exatamente isto: questão de saúde pública.

Aconteceu que o filho de um dos membros do Conselho, esse advogado, foi preso com drogas. Dependente químico e ligado a traficantes, provocou uma tragédia familiar. O pai dele, conselheiro que deveria ser contra as drogas, por uma questão de princípio, passou a considerar o filho vítima de uma engrenagem e preferiu canalizar todas as suas forcas para procurar demonstrar a inocência da droga. Lutando a favor da droga, imaginava que defenderia o filho. O Conselho Federal de Entorpecentes, o órgão do governo brasileiro criado para definir em todas as áreas o que fazer diante do desafio das drogas, fez a sua opção: pela droga e contra os inimigos da droga. E ratificou isso num encontro realizado em Canela, no Rio Grande do Sul, quando um emissário do Ministério da Justiça foi à cidade com a única missão de colocar um fim nos delírios contraditórios. A intervenção foi cirúrgica, exigiu amputações.

Algum tempo depois, o emissário, advogado de expressão meiga e voz suave, foi assassinado em Brasília, próximo ao estacionamento onde estava seu carro. O caso nada teve a ver com essa intervenção no Conselho, embora não tenham faltado acusações – precipitadas, genéricas, inconsistentes e comprovadamente improcedentes – de infiltração de traficantes no órgão do governo federal.

Na nova fase, o Conselho procurou ser mais discreto, embora ainda tivesse gente disposta a aplaudir as drogas em vez de vaiá-las. Novamente, em vez de agir, a maior atividade estava concentrada nas viagens internacionais para participação em seminários representando o Brasil. Claro, não se poderia contar como as coisas realmente eram, e são, e as viagens tinham mais milhagem turística do que uma verdadeira contribuição na troca de informações. Troca óbvia quando a preocupação em torno de algum tema é comum.

O ministro, gaúcho, resolveu – afinidade regional – colocar um delegado gaúcho, Vicente Chelotti, na direção da Polícia Federal. Este não demorou para descobrir que os policiais que faziam outra escolha, e não lhe davam apoio, eram do grupo ligado à DEA e preferiam cultivar laços estreitos com o senador Romeu Tuma, ex-diretor do Dops de São Paulo e diretor-geral da Polícia Federal.

Chelotti, sem maiores opções internas para percorrer esse caminho, cheio de atalhos e armadilhas, conseguiu aproximar-se habilidosamente da CIA, a Agência Central de Informações dos Estados Unidos. DEA por CIA, o poder desta é infinitamente maior, além do que o pretexto das drogas sempre se insere num espectro muito mais abrangente, permitindo espionar qualquer tipo de pessoa, político ou governante, empresário ou comerciante, jornalista ou economista, professor ou diretor de ensino, advogado ou diretor de presídio, ou…

Não escapa ninguém. A ponto de, após o assassinato do prefeito de Santo André, Celso Daniel, a Polícia Federal ter instalado um sistema de escuta na prefeitura, sob o pretexto de investigar "tráfico de entorpecentes". Como tudo era obscuro, a autorização judicial foi dada por um juiz estadual, e não federal, como seria correto. O Ministério Público Federal também não sabia de nada. Para quê? Era tudo uma mentira mesmo, e o que interessava aprofundar realmente ficou na superfície – o amigo do prefeito, Sombra (que não é o do PCC), e sua história em que ninguém acreditava sobre a abordagem que resultou no sequestro. A pílula, contudo, foi engolida, e somente a formulação de uma série de perguntas até então sem nenhuma resposta provocou a reabertura das investigações.

Voltando. Com o respaldo da CIA, Chelotti permitiu-se desencadear a montagem de uma escuta telefônica clandestina em plena chefia de gabinete da presidência da República, ocupada por um diplomata. O grampo foi instalado por um irmão do delegado, e o episódio ficou conhecido como "O escândalo da pasta cor-de-rosa", pasta essa onde teriam ficado os registros de conversações suspeitas. Essa história iria conferir ao delegado, durante bom tempo, um poder antidesafios políticos. Ninguém sabia o que ele sabia. Melhor, então, não arriscar.

O ministro da Justiça, desenvolvendo a arte de perceber os detalhes, viu que não teria como exercer qualquer tipo de controle sobre os agentes da CIA ou da DEA, todos – formalmente – funcionários da Embaixada dos Estados Unidos. Deu uma cartada que não surtiu efeito ao devolver o modesto valor de uma oferta, a título de cooperação, que os norte-americanos ofereceram ao Brasil na *luta contra as drogas*.

Os agentes da DEA estavam havia tempo no Brasil, país de posição estratégica na rota do pó, fronteira com produtores e com países que não têm pudor algum em servir como entreposto. Conseguiram, o que não foi difícil, fazer tudo exatamente como pretendiam, desde a época do governo militar. Na Polícia Federal sob nova administração, os atritos logo surgiram no tabuleiro – vivendo escondida atrás da torre, a rainha tem sempre poderes imensuráveis e o cavalo precisa ser discreto. O xeque-mate consistiria em neutralizar o policial responsável pela Divisão de Entorpecentes, ligado a Romeu Tuma. Este, recordemos, delegado de carreira da Polícia Civil de São Paulo, foi o escolhido pelos tanques – que não existem no tabuleiro

– para chefiar a Polícia Federal. E os federais, que durante muitos anos amargaram o dissabor de serem chefiados por um coronel do Exército, viram-se comandados por um policial paulista. Queriam tornar o jugo uma coisa do passado, página definitivamente virada, e para isso consideravam como política interna imprescindível neutralizar todas as antigas áreas de influência de Tuma. Para diminuir o poder do chefe da Divisão de Entorpecentes, o novo diretor-geral criou um sistema novo para repressão, que chamava de *descentralizado* por não ser subordinado a nenhuma coordenação. A estratégia policial interna era esvaziar o poder do delegado divisionário por um simples fato: os policiais das superintendências – cada estado tem uma – não precisavam mais subordinar-se nem manter contatos permanentes com o delegado de Brasília.

Essa mudança operacional provocou atritos, brigas, discussões e, como dizem os policiais quando registram ocorrências desse tipo, *vias de fato*. Dois delegados, ao se encontrarem na garagem do prédio da Polícia Federal, trocaram socos e pontapés, um querendo – era isso que berravam – "quebrar a cara" do outro. A intervenção da *turma do deixa disso* relevou as escoriações leves, e goles de uma droga lícita, uísque, foram sorvidos para reduzir a temperatura dos ânimos exaltados.

Descrições da cena de pugilato correram a polícia. Os agentes divertiram-se ao saber que duas autoridades policias, seus superiores, haviam trocado porradas. Anos depois, o túnel do tempo conduziu um deles a um refúgio no gabinete do senador Tuma, e o outro para a chefia de uma das superintendências regionais.

Não deu mais para segurar Chelotti. As más línguas disseram que os delegados, esvaziados em suas funções, haviam passado à imprensa as informações, de grande repercussão, sobre escuta clandestina na presidência da República. Essa não dava para *segurar* ninguém. E como os policiais resumem ao classificar certas atitudes: existem gestos que tornam impossível qualquer sustentação política.

Enquanto tudo isso acontecia, os traficantes trabalhavam em harmonia, consolidando o Brasil como um dos principais pontos de passagem de cocaína destinada aos Estados Unidos. Não era preciso ser nenhum perito em informações para saber que a DEA não se preocupava com isso, pois lhe interessava, fundamentalmente, que a droga não chegasse aos Estados Unidos. Se isso era perfeito para os norte-americanos, não havia nenhuma vantagem para o fato de o Brasil tornar-se oficialmente um corredor de passagem quase que oficial da droga. Como sempre acontece entre os chamados *países de trânsito*, droga que passa também acaba ficando. Se existe mercado fora, existe demanda dentro.

O Brasil acabou se tornando país de elevadíssimo nível de consumo – e ter uma noção exata dessa dimensão é impossível, apesar dos palpites (grotescas suposições). Porque não existe cadastro de usuários. Porque não existe relação de dependentes. Porque muito dificilmente alguém que cheira, fuma ou injeta alguma substância em seu corpo admite que seja um Popeye real, não o marinheiro das histórias em quadrinhos e desenhos animados, mas aquele que se convenceu de que necessita sempre de uma substância, o espinafre imaginário, para então adquirir a força que irá habilitá-lo a enfrentar as turbulências da vida.

Na perigosa fase de transição, governo incompetente e traficantes competentes, a DEA olhava com atenção especial para a Venezuela, por onde começou a escoar a cocaína da Colômbia. A Venezuela é favorecida geograficamente pela proximidade com as ilhas do Caribe, onde estavam instalados outros corredores em condições de despachar o pó para os Estados Unidos, criando assim novos laços com cartéis emergentes do México.

Os traficantes, atentos e criativos – ao contrário das autoridades alienadas e sem imaginação –, passaram a inovar plantando papoula na Colômbia e no México, obtendo pleno sucesso com a experiência e dispondo assim de grandes espaços para a produção da heroína tão consumida nos Estados Unidos. Conseguiram, com essa audaciosa expansão de mercado, desbancar o domínio do Afeganistão sobre o tráfico da heroína para os Estados Unidos. Os afegãos perderam assim o monopólio da exploração da planta, que, antes de ser refinada, é vermelha por fora e branca por dentro. Vermelha como a vida e branca como a morte (é muito difícil um dependente da heroína continuar vivo depois dos 35 anos de idade).

A DEA deixou de lado os talibãs e ignorou o serviço secreto do governo paquistanês, ambos querendo reprisar a Guerra do Ópio que a Inglaterra deflagrou contra a China em meados do século XIX. Pelo contrário, a agência antidrogas dos Estados Unidos, lançando olhares para os portos venezuelanos, descobriu que não adiantaria mais interditar esses portos, onde o movimento de petróleo se confundia com o de drogas. A vigilância sobre os portos levou os traficantes a escoar em outras direções os carregamentos de cocaína e, via Orenoco, o Brasil virou passagem da droga, despachada pelo Suriname.

No Brasil, a fiscalização inerte não deu atenção aos insumos químicos que, saídos de São Paulo e Rio de Janeiro, passaram a abastecer os laboratórios colombianos de refino. A equação é simples: a Colômbia não tem indústria química, e sem precursores químicos é impossível refinar a coca. A DEA preocupou-se com essa situação tão clara, da mesma forma como eram transparentes as operações triangulares para venda de insumos envolvendo as ilhas de Trinidad e Tobago, no Caribe. Nenhuma das ilhas possui indústria química. É tão difícil assim entender?

O espaço foi ficando cada vez mais aberto para Chelotti, o homem de confiança de Jobim. Contemplado com um cargo de ministro no Supremo Tribunal Federal, o ministro da Justiça teve como sucessores o goiano Íris Rezende e o alagoano Renan Calheiros. Nenhum dos dois, embora desfrutando da partilha política destinada ao PMDB na sucessão desse cargo – que, bem utilizado, significa prestígio –, teve força ou mesmo interesse em substituir o cada vez mais poderoso diretor-geral da Polícia Federal. Nessa condição, o policial chegou a ser temido pelo Palácio do Planalto. Principalmente depois que esteve nas ilhas Cayman para investigar eventual existência de contas secretas em nome de figuras destacadas do partido do governo.

Na ocasião, nos andares e corredores do Planalto, bocas sussurravam e ouvidos procuravam captar tudo sobre aventuras

sentimentais, e mesmo amorosas, que teriam sido flagradas nesses telefonemas interceptados. Dizia-se que uma voz melíflua, facilmente identificável, fazia juras e ouvia declarações em diálogos suficientemente apimentados para criar abalos e provocar sérios riscos de implosão política. Aquelas conversas, como acreditavam certamente os amantes, deveriam ficar circunscritas a quatro paredes.

Colhendo os dividendos das intrigas e dos boatos, o policial foi ampliando o seu leque de percepção até que se marcou para junho de 1998 uma assembleia especial da Organização das Nações Unidas, em Nova York. No Planalto, onde muitos falam, alguns preferem sussurrar e as paredes escutam, circulava que o presidente iria criar uma nova pasta, o Ministério do Interior, e nela colocar o general Alberto Cardoso, do Gabinete de Segurança Institucional. O general passaria, assim, a ter ascendência hierárquica sobre a Polícia Federal, com a qual vivia um clima de competição. Em vez de brigar com os traficantes, o governo preferia brigar internamente.

O esquema, de fato, chegou a ser articulado. Os estrategistas de FHC, o presidente, desenharam um organograma onde os gráficos indicavam que a Polícia Federal ficaria subordinada ao Ministério do Interior. Mas não para tornar-se mais forte operacionalmente, ou mais capaz de enfrentar o tráfico, e muito menos para tornar-se, como polícia da União, a força policial mais poderosa do país. Nada disso: o que se pretendia era mesquinho, de menor proporção, em nada alterando efetivos e recursos da polícia nascida durante o regime militar. Lembremos Tancredo Neves, que morreu antes de tomar posse, mas já havia decidido, assessorado por um grupo seleto de policiais de São Paulo, transformá-la em polícia do Tesouro, imagem e semelhança da estrutura policial dos Estados Unidos.

O que se pretendia agora era simplesmente o exercício da política com "p" minúsculo: alguns ministérios do governo não passavam de meras cotas de acordos políticos, costurados em jantares e almoços, em cardápios de restaurantes, em gabinetes e residências, e nessa glutonaria o Ministério da Justiça era apenas uma cota, um cargo a ser ocupado pelo PMDB. Com a mexida na Esplanada dos Ministérios, o que se pretendia era tão somente afastar o PMDB de qualquer decisão relativa à segurança pública. O general Cardoso, homem forte junto ao presidente, continuaria dirigindo a Agência Brasileira de Inteligência, a Abin. Esta, sucessora do Serviço Nacional de Informações, o SNI amaldiçoado pelo poder civil, fora montada em bases de governo democrático, como Alberto Cardoso se esforçava em demonstrar, até mesmo em palestras em universidades, como a Estadual de Campinas.

Chelotti, conseguiu um aliado, o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, que queria ser ministro de qualquer jeito e já estava feliz com a possibilidade de ser embaixador no Vaticano. Nos efervescentes corredores palacianos, Gregori se dizia o novo protetor de Chelotti, evidenciando ciúmes e desconforto em relação ao general com status de ministro, cuja sala de trabalho ficava no gabinete da Presidência. A bem da verdade, reconheça-se que, entre outras tantas coisas, o general foi o homem que exerceu a função diplomática enquanto possível, intervencionista quando necessário, no momento em que, sepultando qualquer regra de hierarquia e disciplina, policias militares de vários estados rebelaram-se contra governos estaduais.

Gregori, protetor ardente dos sequestradores estrangeiros que submeteram o empresário Abílio Diniz a um confinamento massacrante, empenhando-se até a alma para conseguir firmar um tratado de reciprocidade com o Canadá para a soltura de um casal que fazia parte do bando e cumpria pena na Penitenciária do Estado, em São Paulo, também estava envolto e aquecido pelas chamas da vaidade. Pretendia desfrutar de mais poder nas aparências. Ele, íntimo do presidente a ponto de visitá-lo no seu sítio em Ibiúna, queria agora, singelamente, que sua Secretaria de Direitos Humanos ficasse instalada no gabinete da Presidência da República, e não mais no Ministério da Justiça, para não ficar sob o comando do PMDB. Gregori considerava isso normalíssimo, ainda mais porque durante razoável período serviu como aparador de arestas numa fase de relacionamento conjugal tumultuado do presidente com a esposa, Ruth Cardoso. Amigo antigo, Gregori ajudava a resolver problemas íntimos de maneira que ninguém mais seria capaz.

Ingênuo, o secretário ciumento não notava o que seu protecionismo representava na Polícia Federal. O delegado Chelotti passou a fiscalizar a direção do Conselho Federal de Entorpecentes, que de vez em quando promovia leilões para a venda de bens apreendidos com traficantes, revertendo seu valor para a União. Na linguagem jurídica, horrível, o procedimento chama-s e *perdimento*. E Chelotti acabou fazendo um relatório, repleto de maldades, contra o presidente gaúcho do órgão, sabidamente honesto. O venenoso relatório chegou às mãos do presidente da República. FHC repassou-o para o general Cardoso. O chefe do Gabinete Institucional mandou o documento para a Secretaria Nacional Antidrogas. O presidente confiava no general para colocar a Polícia Federal dentro de sua missão constitucional e evitar intromissões, por ele consideradas indevidas, em assuntos do governo. O ambiente palaciano que antecedia a Assembleia Especial da ONU sobre Drogas, em 1998, era este. Turvo. Competitivo. Lamentável.

Em Nova York, o Brasil assumiu compromissos de engajamento em planos preventivos, repressivos e de tratamento a serem desenvolvidos durante uma década. Pretendeu, sem jamais ser atendido, que os agentes da DEA que agiam em território brasileiro se apresentassem para identificação e informassem exatamente o que estavam fazendo. No início do terceiro milênio, a ONU apresentava os dados mais recentes sobre a movimentação do tráfico no mundo: 400 bilhões de dólares por ano e expansão cada vez maior do mercado, como se fosse uma tendência da sociedade dividir-se entre os que se drogam e os que não se drogam, ampliando circuitos de consumo, não se restringindo mais a lugares de maior demanda – como os Estados

Unidos, número 1 nas contas sobre o consumo de cocaína em todo o mundo, Inglaterra e Holanda – e abrindo flancos em países com população de menor poder aquisitivo. O novo período marcava, ainda, uma tendência maior de consumo de drogas sintéticas, mais baratas, e a consequente queda da cocaína na cotação do mercado internacional do narcotráfico.

O edifício da ONU, em Nova York, tem no pátio de acesso uma escultura enorme, em bronze. Representa um revólver com o cano inutilizado em forma de nó. Dessa arma não pode sair um único disparo. É um símbolo forte da tão desejada e inalcançável paz entre os povos. Naquele prédio, os países membros iriam definir uma estratégia para os próximos anos, estabelecendo planos e metas. Apesar do compromisso assumido, o Brasil não conseguiria avançar. O narcotráfico, sim.

Longe das competições estéreis, os traficantes exibiam sinais de que se tornavam cada vez mais organizados, mais poderosos, mais infiltrados, mais corruptores. Na região da fronteira do Mato Grosso do Sul, isso ficou evidente quando um dos policiais mais destacados na prisão de traficantes, o agente federal conhecido como Rambo, atraído para uma emboscada por um informante que considerava da maior confiança, foi fuzilado. Enfurecida, uma caravana policial não sossegou enquanto não localizou o assassino e o reduziu a uma peneira humana com tiros de grosso calibre. Fez-se justiça via *dura lex*. Para todos os efeitos, *resistência e morte*. Tudo bem, porque todos se curvaram à execução, mesmo com o laudo de exame necroscópico pulverizando qualquer versão de legítima defesa. Bandido tem mesmo que morrer. Se é assim em tantos lugares, por que haveria de ser diferente justamente na região de fronteira?

Fronteira onde o policial que chefiava um destacado órgão de repressão era rigoroso com os traficantes. Apertava-lhes carnes e ossos de jeitos variados, verdadeiro triturador, para descobrir rotas e alternativas e emboscá-los. Um dia esse policial entra em profunda depressão ao descobrir que o filho estava no mais alto grau de dependência. O perseguidor de traficantes e viciados viu-se obrigado de repente a entendê-los, porque precisava entender o próprio filho, levá-lo a fazer um tratamento de desintoxicação, colocá-lo numa clínica e acompanhar a tentativa, longa e nem sempre frutífera, de retirá-lo do consumo.

A fronteira é um depósito aberto de histórias entre traficantes. É um dos lugares onde se pune com mais rigor as desavenças entre grupos. Paulo César Batista, o PC, apareceu morto dentro de seu carro, na cidade de Fátima do Sul. Seu corpo estava todo envolto por uma camada branca. Tinha sido inteiramente banhado com pasta de cocaína. Um assassinato com recado: quem "dá banho", ludibria alguém numa transação, tem vida curta, como estava a demonstrar esse banho de pó, sofisticado e caro. Por meio dele alguém iria saber de uma vez por todas como são as coisas nesse mundo de negócios. Além desse banho, os assassinos enfiaram uma trouxa de maconha boca adentro de PC. O morto estava com um volume na boca, não havia como tirá-lo, e o médico legista viu-se obrigado a abrir um corte profundo e extenso no rosto do cadáver. Maconha e pasta-base. A morte havia mandado o recado. A família recebeu PC dentro de um caixão lacrado. Foi enterrado com os resíduos da pasta de cocaína.

Depois, perto dali, na região de Dourados, próxima à fronteira, foi a vez de Valdemar Antonio Lopes. Apareceu morto com um cadeado preso aos lábios. Fácil de entender: falou demais, foi inconveniente, não aprendeu que nesse negócio fala-se o mínimo possível… E morreu. O carro dele foi incendiado. Nesse lugar, são comuns os traficantes e os *robacoches*, os ladrões paraguaios que roubam automóveis e fazem trocas com os negociadores da droga. Vê-se de tudo: desde a médica de Campinas, presa guiando um carro roubado, até o advogado mineiro Luiz Silvino, que acompanhava de carro uma carreta roubada, fazendo a escolta, com ladrões.

Nunca se soube o destino do coronel paraguaio traficante, surpreendido numa barreira policial. Para todos os efeitos, embrenhou-se no mato e fugiu. Na verdade, que nunca vai aparecer, foi executado e enterrado. Para nunca mais ser visto. É comum esse "ninguém sabe, ninguém viu" na fronteira. Dezinho, conhecido receptador de carros roubados, vivia como um nababo em Salto del Guayra, e chegou a conceder, em sua mansão com piscina, uma entrevista para o programa *Fantástico*, da TV Globo. O refinado receptador foi aumentando o patrimônio e a influência, atraindo ira e cobiça. Seu fim não foi desvendado. O que se sabe é que Dezinho foi emboscado logo depois de comprar uma fazenda em Cuiabá. Num fim de semana com churrasco, os pistoleiros contratados chegaram, não se sabe como. Dezinho não escapou, e a mulher – ex-Miss Paraguai – não foi poupada. Com outros familiares, entrou na relação da metralha. Onze pessoas ao todo. Os corpos não apareceram. Deduziu-se que tenham sido enterrados fora do local. Sob uma árvore, sol escaldante, ficou uma testemunha chorosa, assustada: um bebê, filho de Dezinho. A execução em massa arrepiou a fronteira.

A fronteira tem reis em sistema de rodízio. Chegam ao poder e caem em desgraça dependendo dos vínculos com o poder paraguaio. A capital do crime mudou-se de Pedro Juan Caballero para Capitán Bado. Paulo César Farias, o PC, tesoureiro de Fernando Collor, passou pela cidade numa rota de fuga quando resolveu deixar o pais. O repórter investigativo Domingos Meirelles quase foi metralhado sem direito a abrir e boca no Pepe Restaurante, em Pedro Juan, de onde se vê a brasileira Ponta Porã, do outro lado da avenida. O jornalista estava sentado à mesa, ouvindo uma dupla paraguaia tocando harpa e cantando guarânias. De repente, a dupla começou a caminhar para trás, sem parar de tocar, em direção ao banheiro. Pela expressão do rosto dos dois, Meirelles percebeu que algo estava muito errado. A dupla enfurnou-se no WC. O jornalista foi salvo por uma pergunta. O homem de olhar ameaçador e ostensivamente armado, acompanhado de capangas, perguntou se ele era o doutor Belini. Não, foi respondendo, identificando-se e mostrando crachá da TV Globo. O homem conferiu o rosto à frente com a foto no documento. Convenceu-se. O jornalista lembra o rosto de um delegado da Polícia Federal que trabalhou

durante muito tempo na área de entorpecentes. Os cabelos grisalhos dos dois são parecidíssimos.

Em frente ao mesmo Pepe, o contrabandista Nelson Rossati, chefão da fronteira durante duas décadas, não teve a mesma sorte. Dirigia um Alfa-Romeo, quando foi violentamente atingido na cabeça por uma descarga de espingarda calibre 12. O pistoleiro, oculto sob a lona da carroceria de uma caminhoneta, levantou-se apenas para fazer o disparo. Certeiro. Além do chumbo, o cartucho mortífero continha pregos pequenos e fezes de gado, colocadas para provocar infecção generalizada. Rossati, em coma, foi colocado dentro de um avião particular para o Rio de Janeiro, onde ficou internado três dias até morrer.

A sucessão do poder recaiu sobre o dono de um cassino, homem com ascendência política sobre o mundo do crime e sobre todos os escalões da repressão. Orgulhava-se de não permitir a existência de ladrões naquele ponto de fronteira. Por determinação dele, carros roubados eram devolvidos aos donos – conforme a importância do reclamante, o carro era entregue lavado, lubrificado, com o tanque cheio e a chave no contato, bem num ponto divisório da fronteira. Chamavam-no de Turco, e a ele se dirigiam, em sua mansão do lado brasileiro, para pedir a bênção do *reizão da fronteira*, policiais e militares, empresários e comerciantes. Dizem que partiram dele as ordens para fuzilar um radialista paraguaio que vivia a denunciá-lo; o jornalista foi morto quando se dirigia para um lugar onde haveria comemoração do Dia da Imprensa. Turco nunca admitiu isso. Chegaram a prendê-lo, uma vez, acusado de contrabando de café. O delegado da Polícia Federal que fez isso escolheu como melhor lugar um clube na cidade de Campo Grande, onde ele foi algemado, para desmoralizá-lo perante aquele lugar requintado da sociedade local.

De Campo Grande, Turco foi levado de avião para Curitiba, onde o colocaram numa cela de cadeia pública. Lá dentro, misturado com marginais de outro ramo, um deles tentou desafiá-lo. Mostrando que era bom de briga, venceu a parada e ganhou respeito. Recebeu visitas ilustres: governador, deputados e um senador. Seu *habeas corpus* foi digno de entrar para uma parte jurídica do *Guinness World Records* . Foi recebido em Brasília, na sede do Departamento da Polícia Federal, onde o então diretor-geral, um coronel do Exército, apresentou formal pedido de desculpas. Turco foi para o encontro num carro do Senado da República, sentado no banco de trás. Funcionários acotovelavam-se na janela para ver o chefão, que se retirou acenando para eles pela janela do carro oficial, como se fosse um chefe de Estado.

Compreende-se, então, por que Anastasio Somoza, o ditador defenestrado na Nicarágua, foi refugiar-se no Paraguai. Mas não escapou de um atentado em Assunção, onde um tiro de bazuca destruiu o carro onde estava.

Algum tempo depois, um fiel seguidor do Turco, à época contrabandista de café, procurou-o solenemente em busca de um conselho. Joaquinzinho era compadre do Turco. Contou que havia feito um *contrato de bigode* com Somoza, que este achava lucrativo aquele negócio ilícito e por isso investiu 500 mil dólares num contrato de palavra, exclusivamente verbal, o que realmente vale por ali.

"E daí?", quis saber o monarca da fronteira, sem meias palavras. "Daí", respondeu timidamente Joaquinzinho, ele tinha todo esse dinheiro na mão e o dono do dinheiro estava morto. "Que faço?" A resposta não demorou mais do que trinta segundos, tempo suficiente para Turco alisar o bigode, passar os olhos verdes pelo ambiente da sala e resumir tudo numa frase curta, lacônica, sorridente, comemorativa: "Faça um churrasco!". No outro dia, de fato, houve um churrasco especial, com convidados selecionados, quando Joaquinzinho comemorou a posse de 500 mil dólares sem ter feito nenhum esforço.

Nesse dia, saboreando longos tragos de uísque dos melhores, o convidado mais ilustre contava por que havia mandado dar uma surra num jornalista de Campo Grande. O homem ficou com marcas das pancadas por muito tempo. "Pô, ajudei a importar maquinário para o jornal dele, trocava dólares para a família viajar, e na hora H esse cara me deu um pau (uma reportagem incriminadora sobre contrabando). Qualquer um pode falar de mim, menos ele. Tinha de tomar mesmo um cacete!" Não se tocou mais no assunto; afinal, quem apanhou sabia por que estava apanhando; refugiou-se por algum tempo em São Paulo e voltou à vida normal. Para o Turco, a surra tinha sido apenas uma questão de justiça, e naquele churrasco de 500 mil dólares ninguém iria questioná-lo. "Acho que até ele concordou com o cacete", interpretou.

Curioso, nesse ponto da fronteira, é que bandidos entram e saem, circulam e costuram os contatos do crime organizado. Tudo isso inclui, de passagem, a pequena cidade de Antônio João, nome em homenagem ao jovem tenente do Exército brasileiro que sacrificou sua vida para conter o avanço das tropas paraguaias sobre território brasileiro. No lugar onde ele caiu morto foi construído um parque. Ali se encontram dados históricos que precederam a Guerra do Paraguai, guardados por uma escolta de jovens recrutas.

Torna-se irônico o fato de Antônio João ter a memória negada como herói, por ter oferecido a própria vida para impedir algo que há muito tempo é corriqueiro na região: a moderna *invasão*, não dos homens de Solano López mas de traficantes, assaltantes e contrabandistas que fazem do crime meio de vida. Também é estranho o monumento que retrata parte dessa história, inclusive a Retirada da Laguna, ficar no Rio de Janeiro, bem em frente ao ponto de partida do bondinho do Pão de Açúcar.

A estrutura militar da região impressiona. É a mesma dos velhos tempos dessa guerra. Mas hoje não interfere em nada. Em 1999, os bandidos roubaram um velho caminhão do Exército e amarraram seu motorista, um cabo, numa árvore. Policiais negociaram a devolução. Nas manobras militares em Corumbá, já aconteceram muitos exercícios de combate ao narcotráfico. Só exercícios. Diante do real, prefere-se a simulação.

Dessa fronteira partem ordens a serem cumpridas em qualquer lugar, dentro ou fora dela. O incômodo investigador paulista

da Divisão de Entorpecentes tirou uns dias de férias para a lua de mel. Estava tranquilo na pequena ilha dos Sonhos, Recife, quando o emissário chegou e matou a ele e à moça com um tiro para cada um. Vingança. De quem?

Emissários da morte também saíram da fronteira para matar Tino, o informante contrabandista que morava numa casa, em São Paulo, onde seria muito difícil entrar. Mas eles entraram, a porta estava aberta, monitorados por agentes federais prejudicados pelo informante e sedentos de vingança, e mataram Tino com a mesma formalidade com que se mata um porco. A garganta de Tino, boca tapada, virou um buraco. O peito foi atravessado. Tudo com punhal. Policiais federais e um contrabandista foram acusados. A mulher dele foi considerada suspeita, achou-se que somente ela poderia ter deixado a porta da casa aberta. Todos foram absolvidos.

No mesmo estilo, emissários da fronteira entraram na casa de Boy, contrabandista que se considerou com autonomia suficiente para mudar algumas regras por conta própria. Morava numa fortaleza, cheia de grades e alarmes. A porta também foi deixada aberta. Os pistoleiros vieram, mataram, tomaram um avião particular e foram embora. Mistério absoluto em São Paulo. Tudo claríssimo no submundo da fronteira.

Numa noite poluída de São Paulo, um delegado tinha diante de si o jovem surpreendido com uma porção de maconha. Uma porcaria de apreensão, que não merecia flagrante nem nada. Mas para não dispensá-lo impunemente, decidiu ali, numa sala da delegacia, adotar a sua medida pedagógica particular para afastar o moço do vício. Aproximou-se dele com uma porção da erva nas mãos. Detestava drogas e quem usa drogas. Na sua matéria-prima de trabalho, estava cansado de ver as ocorrências, uma atrás da outra, na qual atos criminosos se misturam com o uso de alguma substância. Em todas, uma só característica: a droga consumida para proporcionar um pouco ou um mínimo de coragem. Assaltantes e usuários de drogas são figuras siamesas. Mas, para quem mora longe das periferias, esses assassinatos ainda são crimes banais, interligados com o álcool. Porém, ninguém parece se importar muito com nada disso, é preferível enfiar as teses no vácuo e não na vida. E o delegado estava ali, achando que tinha de tomar uma atitude exemplar.

"Você quer deixar de ser viciado?", pergunta feita em tom de voz que lembraria o de um sacerdote, um conselheiro, uma ajuda amiga.

"Quero!", e na resposta pronta estava evidente a vontade de sair dali o mais rapidamente possível, embora o uso de maconha tenha se tornado tão comum que para ser preso por causa de fumá-la só mesmo sendo muito ingênuo.

O delegado encostou o punhado verde-escuro junto à boca do jovem e determinou: "Então, coma!".

O rapaz olhou para o delegado, percebendo ter caído numa armadilha da lógica. Tinha uma oportunidade, uma mão estendida, uma oferta para abandonar a droga. E, ao responder que sim, que queria largá-la, permitiu ao delegado obrigá-lo a engolir a quantidade de maconha suficiente para vários cigarrinhos. Chorou.

"Come! Come! Come!"

A opção virou determinação, a escolha deixou o jovem sem retorno e a sugestão acabou sendo ordem – aos gritos de "Come, come!", o delegado enfiou a maconha na boca do infeliz, empurrando com os dedos e agindo como se não fosse uma forma de tortura, porque gritava sem parar: "Quer deixar? Então come!". O rapaz, sofrendo com o sabor horroroso daquela coisa que descia para o estômago, nauseante, chorava como se tivesse diante de si um implacável terapeuta disposto a retirá-lo das drogas: "Um dia, você vai me agradecer!".

Deixou a delegacia cabisbaixo, humilhado e tendo que mostrar-se agradecido, vomitando em intervalos regulares.

Esse mundo é conhecido em compartimentos impenetráveis. Usuário depende do traficante, mas não pode mencioná-lo, porque sabe que será punido; usuário não fala nada para os familiares, que vão percebendo algo de errado, mas precisam ser sutis e confiáveis para terem a informação que na verdade não gostariam de obter. Para fazer dinheiro que sustente sua dependência, o jovem serve de intermediário para outras pessoas na sua situação. Chamam a esse circuito de *condomínio*, enquanto alguns profissionais, que se consideram especialistas, imaginam que se possa administrar tudo com a criação de leis. De preferência, uma nova lei que contenha a previsão da existência do usuário eventual e do distribuidor não exatamente traficante, para impedir que este seja condenado a penas de prisão mais longas. Tudo isso enquanto se considera o tráfico crime hediondo e a prevenção se apoia numa cartilha em que se recitam em coro as fases *primária, secundária* e *terciária*. E todos se recolhem ao silêncio quando o dia a dia apresenta situações que são fortes tapas no rosto.

Alguns dos muitos segredos dessa mecânica complexa foram expostos na tese de doutorado do médico psiquiatra Manuel Morgado Rezende,[5] apresentada em 1999 na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas. Ele chamou o trabalho, apropriadamente, de lnvestigação, por que teve a colaboração de vários profissionais de saúde que revelaram, obedecendo limites éticos, muitos segredos da relação dependente-terapeuta-familiares. Revelações:

> A literatura científica a respeito das relações familiares indica que uma porcentagem significativa de adolescentes que usam ou abusam de drogas tem um pai alcoólatra ou dependente de alguma substância psicoativa, e este, em geral, segue a política do "faça o que digo e não o que eu faço". A relação parental é marcada pelo modelo narcisista, os pais vivem um pacto inconsciente perverso: o pai faz "vista grossa", e a mãe vive em simbiose com o filho; ele não intervém, e ela nutre-se do filho.

Nesse ponto da tese é citada uma autora, Sariñana,[6] que diz:

> Os terapeutas familiares têm observado que a família propicia que o farmacodependente seja um indivíduo sem responsabilidade, sem

competência, sem credibilidade, o que permite desconsiderar ou não ver outros problemas familiares, do casal ou de outros filhos.

Em um estudo com três grupos de adolescentes, um de poliusuários, outro de usuários de maconha e outro de jovens que nunca haviam usado drogas, constatou-se que os usuários de drogas apresentavam alterações em todas as funções do ego, em comparação aos não consumidores.

A forma como as famílias reagem ou se comportam está num capítulo que usa como referência a experiência de Centro de lntegração. AIi foram captados segredos, angústias, desesperanças e busca de perspectiva de vida. Sua leitura é impressionante, mas necessária para que se entenda o assunto e não se fale dele sem nenhum conhecimento. O assunto não permite palpites. Exige a confrontação do real:

> O paciente chega pressionado pelos pais, pela esposa, por dificuldades na escola ou por problemas legais. Dispor-se ao tratamento é uma forma imediata de resolver os conflitos familiares ou de poder continuar os estudos. Em geral, os pais decidem pela internação dos filhos porque o relacionamento com eles está fora de controle. Há manifestações de agressividade ou rebeldia que os pais não conseguem manejar. Diante destas dificuldades, eles recorrem ao Centro de Atendimento, esperando que ao final do tratamento o filho lhes seja entregue curado. A família é estimulada a participar do tratamento, uma vez que o farmacodependente origina um desequilíbrio no grupo familiar. Porém, as famílias resistem a esta participação, pois não estão dispostas a receber indicações de como devem educar seus filhos. E dado, como justificativa, o fato de que os demais filhos receberam a mesma educação e não são viciados. Assim, a família desloca toda a responsabilidade da questão para o filho toxicodependente.

As descobertas dos terapeutas são surpreendentes em relação ao que o autor da tese chama de "comunicação inadequada". Porque os pais, em geral, "tomam conhecimento da situação de dependência de drogas depois do início desta" e:

> […] consideram que o filho é um irresponsável, rebelde, viciado, vadio etc.: afirmam que todas as pessoas da família estão bem – a preocupação está voltada para o filho, que consome droga; os familiares mostram dificuldade para expressar os próprios sentimentos.

Nas relações familiares, conforme as conclusões do doutor em saúde mental, "os pais delegam as responsabilidades dos problemas ao filho; geralmente há confusão de regras – os pais são mais rígidos e as mães, mais flexíveis". Na dinâmica familiar,

> […] os pais tendem a culpar as más companhias pela dependência do filho; em geral, o paciente é o filho-problema (baixo rendimento escolar, inconstância no trabalho, problemas com polícia etc.); é comum a existência de um filho modelo (estuda, trabalha, obedece, não se droga e preocupa-se com a família); os pais enfatizam as condutas negativas do filho farmacodependente, não atentando para as positivas; em muitos casos, os pais predispõem o filho ao fracasso ("nunca serve para nada"; "só serve para causar problemas" etc.).

A expectativa da família quanto ao tratamento é resumida em três itens: "cura mágica ou milagrosa; internação ou medicação; conselhos, castigos ou atemorizações (mostrando os danos cerebrais)".

Na pesquisa de Rezende existe o depoimento de um médico psiquiatra formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, com mais de três décadas de experiência profissional, na tese identificado como S1. Conta ele que, quando começou a trabalhar nessa área, os usuários eram mais velhos, de 25 a 35 anos, e hoje existe o que chama de "população imensa" entre os consumidores que são adolescentes e jovens. E isso acontece, diz ele com base no que observa em seu consultório, porque "uma criança de 8 a 10 anos é influenciada pelo primeiro que aparece, com dois anos de vida na frente, e que vai ensinar a fumar maconha, cheirar cocaína". Porque, acrescenta, "a droga tem seu aspecto agradável, gostoso, tomar um bom vinho, tomar uma cerveja, tomar um chopinho – tudo isso é aceito socialmente, faz parte da nossa cultura". Mas, "se o indivíduo não tem uma boa formação, ele vai se deixando levar, não demora muito perde o controle, se desinteressa pelo trabalho, não dorme bem, e daí para a frente a coisa costuma se encaminhar muito mal". S1 pondera, entretanto, que "há pessoas que vivem situações piores que as dos dependentes e, no entanto, não se tornam um deles".

S2, médica clínica, guarda um cartaz feito por dois pacientes, usuários de drogas injetáveis, vítimas da aids, a síndrome de imunodeficiência adquirida. Está escrito: "Ela chega sem avisos, é invasora de almas, faz morada no imponderável, e se alimenta de verdades. Seu nome: Solidão". A médica vê a família do dependente vivendo "o tempo todo no limite entre a culpa e a permissividade – a culpa vem depois que a droga aparece, na verdade e na mentira, uma mãe superprotetora e um pai que não usa a autoridade de pai". A sociedade, em relação às drogas, ela considera "hipócrita", porque "as famílias fazem de conta que a situação não existe, até a hora que não tem mais jeito".

S3, médico psiquiatra formado pela Universidade Gama Filho, do Rio de Janeiro, convenceu-se de que "a história da humanidade mostra que sempre se usaram drogas, em todas as civilizações". Acredita que "o uso de drogas se deve basicamente à questão existencial – talvez a maior motivação para o uso de droga seja esta, que é uma questão inerente a todo ser humano, sempre foi e sempre será". Para ele, são meramente "folclóricas" as histórias de que "o pipoqueiro da frente da escola viciou fulano, ou vamos dar droga para sicrano que logo ele vai ficar dependente e passará a comprador". De fato, nada dessas histórias encontra amparo na realidade. Não se come maconha ou cocaína. Essas drogas embrulham o estômago, provocam fortes dores de cabeça e diarreia. Não se sabe por que muitas pessoas, até mesmo dirigentes de escolas, insistem em afirmar o que não passa de ignorância pura sobre o consumo de drogas. Os resultados do tratamento, revela S3, "são muito pequenos". No caso da cocaína, "que é a droga mais difundida, existem resultados frustrantes, de uma forma geral".

S10, enfermeira graduada em saúde pública, relatou quais as expressões ouvidas com maior frequência entre os familiares, quando alguém é levado para tratamento: "Não aguento mais. Ele pega as minhas coisas e vende, rouba tudo o que eu tenho

dentro de casa para conseguir droga, que morra de uma vez"; "Eu já fiz de tudo, estou pedindo pelo amor de Deus uma ajuda para salvar o meu filho das drogas"; "Eu nem sabia que meu filho usava drogas, fiquei sabendo agora que o médico me falou".

S11, terapeuta ocupacional formada pela Universidade Federal de São Carlos, acha que o usuário "sai para buscar alívio" diante das dificuldades que "vai encontrando na hora de estabelecer relações no meio social, no meio escolar e no meio familiar que vão gerando insegurança, instabilidade emocional". Ela acostumou-se a ouvir as mães dizerem: "Eu não consigo fazer nada, o meu filho só dá problema, não consigo trabalhar, não consigo organizar minha vida, tem que internar, tem que internar". E a sociedade, como reage?

> As pessoas acusam, apontam, enxergam o problema, mas dispensam pouco tempo de seu trabalho, da sua energia, para pensar em resoluções. A gente vê garotos de 12, 13 anos, garotos de rua usuários de *crack*. As pessoas cobram que você os coloque num hospital psiquiátrico. Mas e depois que ele for desintoxicado, o que se faz com ele? A gente se cansa de vê-lo voltar aqui (Unidade de Pronto Atendimento Psiquiátrico). Em um ano, ele retorna 15, 20 dias. E eu penso: o que acontece?

S13, assistente social graduada pela Universidade do Vale do Paraíba:

> Comecei a atender famílias e dependentes, num trabalho solitário e anônimo de ajuda. Então, um dia, meu filho, de 3 anos de idade, disse-me assim: "Eu quero dormir, você tem pinga pra me dar?". Eu perguntei: "Que pinga?". Fui investigar e descobri que a empregada estava dando pinga para ele. Conversando com o meu filho, ele me contou que ela havia dado pinga duas vezes. Eu perguntei se ele gostou, como foi, se dormiu, e ele disse que com açúcar é gostoso. Sabe, você fica trabalhando com essas pessoas, dá um duro desgraçado, e ponho na minha casa uma pessoa que está agindo de má-fé. Eu vim descobrir que a irmã dela não só dá pinga para um outro garoto, como também fuma maconha junto. Conversei com vizinhos e descobri que se trata de uma família de traficantes. Eu fazendo tudo isso e a pessoa na minha cara, então você não sabe o que mora ao lado, tem que tomar o maior cuidado com os amigos, com vizinhos, com amigos do teu filho. Passei a ficar mais atenta com quem trazer para trabalhar em casa.

O depoimento de S13 sensibiliza o psiquiatra Rezende, que na sua tese afirma ser ela "determinada em ajudar seus pacientes, procurando convencê-los dos danos provocados pelo uso das substâncias psicoativas".

Não é para menos, expor assim situações que normalmente ficam camufladas. Como a procura das famílias quando a situação se toma perigosamente preocupante em uma repetição de dramas sem fim:

> Não aguento mais, estou com problemas com meu filho. Ele está roubando dentro de casa, não vai mais para a escola, bateu no irmão. Entrou um bandido na minha casa e atirou no meu filho, e eu descobri que ele está usando drogas.

Quer dizer, depois que o bandido entrou na casa o fato já cresceu, e essa família tapou o sol com a peneira.

S18, psicólogo formado pela Universidade de Mogi das Cruzes, resumiu em seu depoimento uma teoria, calcada em experiências profissionais, que chama de "paciente no fundo do poço". Porque, argumenta:

> Cada um tem o seu fundo do poço. Pode ser a perda do emprego, ou uma briga com a família, ou uma doença. Vai ser a hora em que ele se dará conta das perdas significativas na vida dele, se vai começar a lutar pela sobrevivência e buscar uma perspectiva. Então, é a hora em que a gente vai ter que fazer essa mudança dos velhos hábitos, quer dizer, a mudança de amigos, do ambiente que frequentava, trabalhar sentimentos, ele vai reconstruir aquela vida.

Teria que concordar que é impotente diante da droga?

> Ele vai admitir que a rendição é uma derrota total para ele. Vai ver que é um doente, que precisa de um grupo, sozinho ele não vai conseguir. E aceitar a vida como ela é. E essa derrota total entra como o primeiro passo para a impotência perante a doença dele, e de perda de controle da vida. Coisa que ele não vai conseguir ter mais.

Seria preciso, então, curvar-se, render-se procurando o tratamento.

> O fundo do poço é quando o dependente percebe que a droga não o livra da solidão, ele está usando a droga e está na solidão. EIe vê que perdeu tudo, olha para os lados e nota o que sobrou e que precisa lutar pela vida. É a hora da rendição. Se não encontrar o fundo do poço, não consegue fazer a rendição. O orgulho está muito alto, ele tem que quebrar esse orgulho para se render e aceitar novas ideias, novas experiências, novos conceitos que o orgulho dele não vai aceitar. Eu até falo, em grupo, que o orgulhoso pensa que sabe tudo e o humilde está sempre aprendendo. Então, você fala para a pessoa que está com o orgulho muito alto, com a mente fechada, você joga a programação e não entra nada. É como se fosse um discurso, aqui bate e volta.

S19, psicóloga que estudou na Pontifícia Católica de São Paulo, vai por caminhos semelhantes ao de S18 ao falar de sua relação com pacientes usuários. Ela também é psicanalista:

> Eu diria que é um paciente que apresenta algo de escorregadio. Parece que ele tem que trocar uma coisa que dá prazer por uma que dá menos prazer, que é pensar. Quer dizer, com a droga o retorno em termos de prazer é muito mais imediato do que analisar, investigar, adiar a gratificação, escolher. Então, a princípio não parece que é um bom negócio para esses pacientes fazer uma análise, em termos de prazer. E são pessoas muito dependentes do prazer, precisam estar tendo muito prazer para viver. Eu diria que são muito mais prazer/adictos, por vários tipos de prazer. Tem outras pessoas que têm uma adição por sexo, parece que precisam ter sempre um clima erótico, ou as relações têm que estar sempre gratificando de alguma forma para elas terem algum valor e importância. E há os que são dependentes químicos. Parece que o alvo são as substâncias. É muito grande o número de pessoas que usam remédios para dormir. Quer dizer: sustentam-se vivos à base da química.

E quando alguém que depende da química procura ajuda, a psicóloga vai conhecendo por dentro, como se radiografasse a alma e buscasse elos perdidos:

> Quem vem procurar ajuda profissional está infeliz com ele mesmo, em muitas áreas da vida. Até hoje eu não encontrei uma pessoas que diga: "Eu sou infeliz porque bebo ou me drogo". Ela está insatisfeita em vários setores da vida e, inclusive, pelo fato de beber, porque dá um estigma para ela mesma, cria uma mancha. Parece uma malignidade mental; eu já tive um paciente que era viciado em cocaína, mas ele mostrava vontade de sair – tinha verdadeiro horror da ideia de ser internado – e, fazendo análise, conseguiu deixar a droga. Ele sentia o quanto a droga estava destruindo seu dia a dia, ele tinha consciência da própria destruição. Ele não veio porque a família mandou, mas porque tinha consciência de quanto aquilo estava sendo danoso.

E a sociedade, como fica diante dessa constatação?

> Eu acho que a questão não e só dizer que a droga faz mal; todo mundo que fuma sabe que faz mal, todo mundo que bebe sabe que de alguma forma pode fazer mal. A implantação de projetos de valorização da vida demonstra uma maior preocupação de caráter preventivo.

S20, psicólogo formado pela Universidade de Mogi das Cruzes, com especialização em logoterapia, falou de uma experiência com adolescente dependente de *crack*, paciente de uma Unidade de Pronto Atendimento na cidade de São José dos Campos. Esse caso, somado a muitos outros, permitiu formar uma opinião sobre o usuário: "Basicamente, acho que tem baixa autoestima". Diz o terapeuta:

> Ele tem toda a carga de não poder se expressar de uma maneira adequada. Não se relaciona consigo mesmo de uma maneira legal e acaba entrando na droga por um motivo ou por outro – seja pela turma, seja porque quer saber de que jeito é, seja porque não está bem, seja por qualquer coisa – buscando uma compensação para essas coisas. O comportamento após o uso da droga varia de usuário para usuário.
>
> A cocaína deixa eufórico, ele conversa, consegue chegar na menina, fazer um jogo de conquista e ficar com ela. A maconha acaba sendo uma questão de grupo, dá para observar muito a diferença entre o usuário de maconha e o de cocaína. O usuário de maconha está junto com o grupo, que é muito unido. Consideram uma arte separar a maconha, enrolar, competindo entre eles para ver quem faz o melhor, o mais bonito, o mais fino, o mais firme. Assim conversam, se relacionam. De modo geraI, eles vão a lugares retirados, dentro de casa, escondidos da polícia ou de bandidos. É onde eles ficam algum tempo, falando, a maconha vai fazendo efeito, eles dão risadas, viajam, cada um acompanha a viagem do outro, eles se misturam e se identificam entre si, fortalecem a estima pessoal e o relacionamento consigo mesmos. Eu observo que o usuário de cocaína arruma mais encrencas, briga mais, é mais violento, mais agitado.

O terapeuta vai conhecendo, diagnosticando, perguntando e respondendo:

> Eu faço a pergunta: "De todas as drogas que você usa, qual é a preferida?". Se é a cocaína, eu já sei que esse é mais agressivo, ele tem a necessidade de ter os limites bem estabelecidos. Se a preferência é por maconha, eu fico mais tranquilo, mais relaxado e trabalho todas as questões de relacionamento; eu fico mais calmo, não preciso ser tão agressivo quanto sou com o usuário de cocaína ou *crack*. Eu começo a valorizar detalhes da vida que estão despercebidos, peço que o usuário de maconha se expresse mais, que busque outros prazeres. Já com usuários de *crack*, aparece a delinquência. Não encontrei ninguém que não tivesse revólver e que não tivesse dado um tiro para assustar e que não tivesse praticado assalto etc. Com esse camarada, a coisa complica mais porque a gente não tem estrutura para segurar, para tratar, até porque a família é mais desestruturada. Aí, eu também entro com mais violência, tento procurar a brecha para entrar no ponto fraco dele. Quando ele me permitir, eu digo: "Tem muito que se preocupar com o resultado de deixar ou não a droga". Se o estágio é de dependência, a intervenção deve ser medicamentosa, com internação.

Correntes diferentes, antagonismos, discussão para internar ou não, mas tudo conduz a um denominador comum, citado por S22, psicólogo graduado pela Universidade de Brasília, especializado em psicologia clínica rogeriana: "O usuário de drogas é, antes de tudo, alguém que tem vontade de obter prazer. É o princípio do prazer, eu acho que é a busca de alguma coisa. O que caracteriza todo drogado é o estreitamento da realidade vivencial". Para S22, o brasileiro "é extremamente conservador, e os conceitos conservadores e os estereótipos, que de alguma forma sustentam a ideia pejorativa que a gente tem do drogado, são mantidos pela classe média e média alta". Segundo o psicólogo, o topo da classe dominante não está muito preocupado como o resto da população. Infelizmente, no Brasil o grande formador de opinião é estereotipado, o grande produto disso é a classe média, conservadora e bastante hipócrita.

Ele, adepto do conceito da *aceitação incondicional do eu*, de Carl Rogers, costuma abrir suas conversas com o paciente assim: "Você está 'numa pior', você veio aqui e está sofrendo, se você não estivesse sofrendo não viria aqui, estão aqui seu pai e sua mãe, e eu aceito esse sofrimento de vocês". "Eu também posso me permitir sofrer junto, só que a diferença é que eu tenho um limite no meu papel. Eu posso até provocar uma esquizofrenia técnica. Acho que a questão está na maneira da acolhida."

O doutor pela Unicamp, Manuel Morgado Rezende, chegou à conclusão de que "é preciso encontrar e localizar, na história do toxicômano, as razões específicas de seu intrigante paradoxo, ou seja, de ser aparentemente idêntico a tantos outros e, no entanto, radicalmente único em sua essência constitutiva". Aponta ele:

> O desejo irresistível que o leva o indivíduo a voltar a drogar-se pode ser a expressão da impossibilidade de suportar a dor que é volatilizada durante os efeitos, embora efêmeros, da substância psicoativa. Assim, a questão é muito mais de estreitos limites de tolerância e da dor mental, e a compulsão seria uma forma de ativar o processo de eliminação do sofrimento, que passa a se aproximar e a ser confundido com a vida. Nesse delicado limite está a *overdose*, na qual a representação de vida e sofrimento se fundem. Talvez a percepção da situação, por vezes crítica, do toxicômano explique os recursos que representam investidas bélicas da sociedade contemporânea contra as drogas – a chamada guerra antidrogas – e, aqui, as ações também se tornam perigosas para os usuários de drogas. Os profissionais não ficam imunes à dificuldade social de suportar a dor do drogado, confundindo, também, o combate às drogas com o combate aos drogados. Portanto, desistir de tratá-los e recusar um sintoma da busca de alívio é o corolário da aparente desistência destes em relação à vida.

Há contradições nas clínicas, consultórios e centros de atendimento enfatiza Rezende, porque

> […] cai-se numa atitude messiânica (crítica à ênfase unânime da dedicação profissional], o que obscurece e disfarça a necessidade de uma formação teórica e técnica e de atualização de conhecimentos científicos por meio de publicações respeitadas e prática profissional

idealizada.

Contrapondo-se a este discurso, temos a ênfase na responsabilidade da família e(ou) do paciente, quanto à adesão e êxito no tratamento. Assim, ora tudo depende do paciente querer se tratar, ora tudo está sob o domínio do profissional. Talvez essa postura ambivalente ajude a explicar os sentimentos de frustração profissional, as acusações ao paciente e à família que não aderem ao tratamento ou a decepção pelas constantes recaídas.

O trabalho do doutor Rezende se encerra com uma constatação tão surpreendente sobre o tratamento dos usuários como o fracasso na repressão e na prevenção (embora esta goste muito de manter dedos em riste):

O atendimento ao usuário de drogas está repleto de explicações apressadas, há dificuldades de aprofundamento nas reflexões, falta de postura científica e presença de moralismos. Desse modo, parece que o lugar-comum encobre uma quase incompreensão do fenômeno, além da improvisação observada na organização dos serviços assistenciais.

Ao ler tudo isso, o professor doutor Isac Germano Kamiol, orientador do doutorando, observou – científico, objetivo e avassalador – que:

O problema das drogas parece um imenso castelo em ruínas, no qual alguns profissionais – intencionalmente, ou levados por circunstâncias – estão obrigados a consertar um pequeno portão, no quarto de um dos "servos".

Nesse castelo, que resiste à implosão, existem tipos curiosos que gostam de infiltrar-se em entidades de prevenção. São defensores das drogas, mas não criam nenhum movimento do tipo "viva o pó!", "tetraidrocanabinol para todos" ou "pedras e ácidos liberados, já!". Preferem ficar no castelo em ruínas fazendo de conta que são contra, disfarçam com a acenada política de redução de danos e são dissimulados, traiçoeiros, camaleões. Não são capazes, nunca, de adotar uma posição que esteja dentro da realidade, e gastam suas energias defendendo não o crescimento humano ético e cidadão, "saúde e educação para todos", mas os quilos, os gramas, os pacotes, os papelotes, os cigarros, as pedras, a fumaça, o pó, as seringas, as agulhas, os cachimbos, as colheres, o não pensar. Não previnem, portanto. A prevenção é tarefa que acaba sendo desenvolvida por anônimos, voluntários e grupos religiosos, sempre repelidos pelos que se consideram *especialistas*.

Uma curiosa característica desse grupo é mudar imediatamente de opinião quando alguém da família, geralmente filho, é envolvido pela droga. Nesse momento, esquecem-se de tudo o que diziam e saem apavorados em busca de socorro, na mais absoluta contradição. São a favor para os outros e contra para seus filhos. Ao lado deles, os terapeutas que se dedicam ao tratamento percebem claramente as discrepâncias de comportamento e são tentados a confortar os familiares num tom nem sempre científico. Junto a pais e terapeutas, odiada por ambos, caminha a repressão, procurando ter consciência crítica diante do desafio que não consegue superar, envolvida pela corrupção já tolerada até certo ponto, enquanto a droga percorre o país e vai para o exterior, disfarçada em bagagens e carregamentos, ou oculta no corpo das *mulas*, os viajantes traficantes.

Nesse castelo de estrutura abaladíssima, o tripé prevenção-tratamento-repressão cumpre minimamente o seu papel. Há, entretanto, esforços isolados e solidários que procuram minorar sofrimentos. Diante da demanda sempre crescente, a Polícia Civil de São Paulo se viu forçada a montar uma Divisão de Prevenção e Educação em seu Departamento de Narcóticos, para promover cursos, formação de monitores e encaminhamento de dependentes para tratamento. Não havendo a quem recorrer, dezenas de pessoas procuram um órgão da polícia para isso. Os que dizem abominar a repressão e vivem repetindo que a solução está na informação raramente se mexem para demonstrar uma coerência mínima no discurso sempre pífio.

Enquanto isso, casos e casos se avolumam, fatos e fatos se cruzam, a verdade bate às portas, que não se abrem mais, dentro dos castelos abalados pela corrosão dos tempos e das teorias insepultas, às vezes importadas em sarcófagos. Assim, quando na pacata cidade de Cafelândia, no interior de São Paulo, um grupo de jovens invadiu o cemitério, à noite, para urinar nos túmulos e promover estranhos rituais, vestindo roupas grotescas com figurino extraído de gibis de terror, a indignação foi geral. Os que achavam que um pouco de droga não faz mal a ninguém reagiram com fúria diante do vilipêndio que atingia a memória de pais, filhos, avós, tios, netos e sobrinhos. O líder do grupo não teve condições de permanecer na cidade.

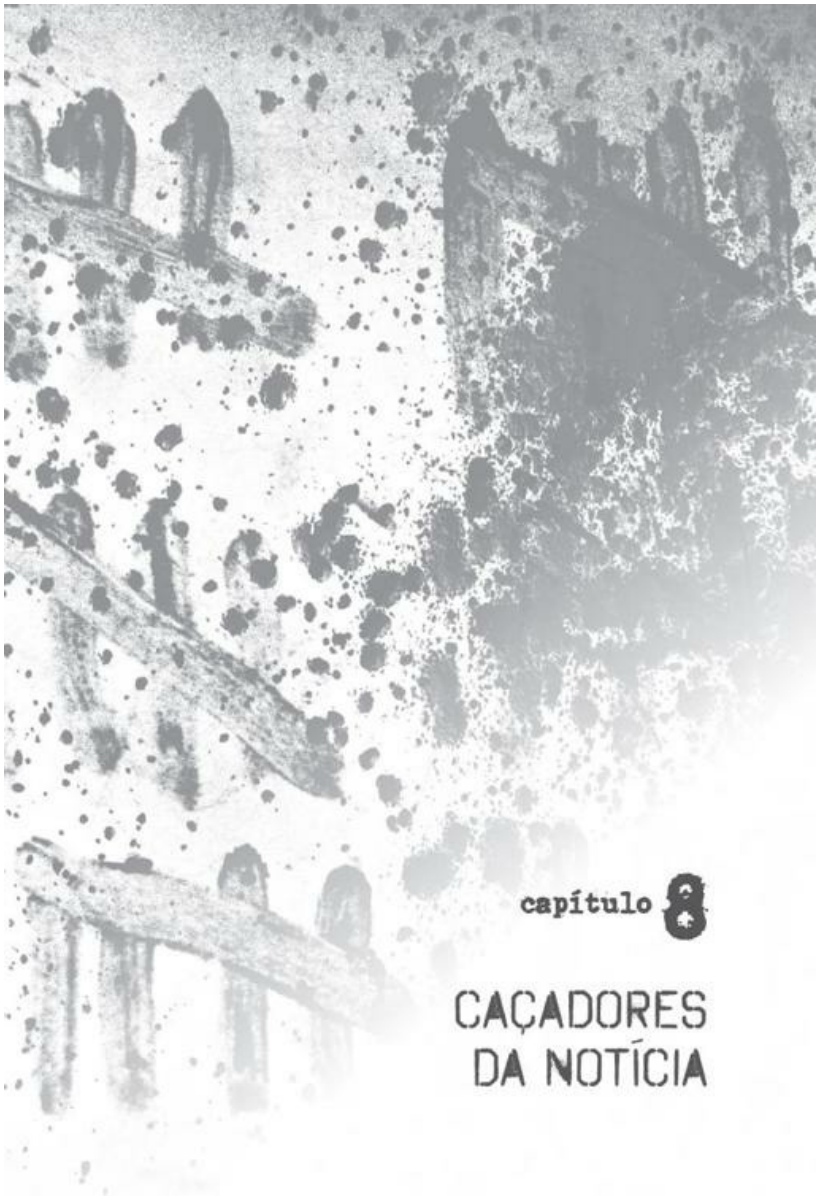
Já em outra cidade, São José dos Campos, ninguém se importou muito com o caso de duas adolescentes, filhas de casal de advogados, retiradas de um colégio porque na classe onde pretendiam estudar tornou-se impossível dizer não ao consumo ostensivo de maconha. O pai destemperou-se, expressando-se com palavrões perfurocortantes, exigindo providências não tomadas, mas a complacência da escola e de outros pais venceu. Em outras palavras, quem não quiser ficar na classe de adolescentes onde todos fumam maconha que se retire. Incômodo, ultrapassado, fora de moda é quem não fuma, dentro desse revolucionário modelo pedagógico.

Em São Paulo, um consagrado autor de livros de autoajuda foi à delegacia de um bairro elegante para pedir que a empregada de seu apartamento de luxo fosse imediatamente presa. Haviam desaparecido 500 mil dólares. O delegado explicou que isso não poderia ser feito do jeito que ele queria, que eram necessárias provas ou, pelo menos, indícios. O especialista em autoestima insistiu. Não foi atendido. Dois meses depois, a filha dele, uma moça linda, de 18 anos, noiva, atirou-se da janela do apartamento. Foi um abalo, um mistério. Até que foram descobertos vestígios de cocaína no quarto dela, que serviram de base para a investigação – que foi rápida. Ela é que havia apanhado os dólares, inventando uma história de que havia aberto uma microempresa; que estava ganhando a própria vida, que não precisaria mais depender do pai e de ninguém. Quando o dinheiro acabou, também para comprar o pó, teve medo de enfrentar a situação. O *best-seller* do otimismo

sofreu com a perda da filha, com sua forma trágica de encontrar a morte e com o corpo da menina espetado em lanças de uma grade de proteção. Uma conversa poderia, quem sabe, ter resolvido tudo. E, como já vimos antes, não existem boas histórias que tenham a droga como pano de fundo.

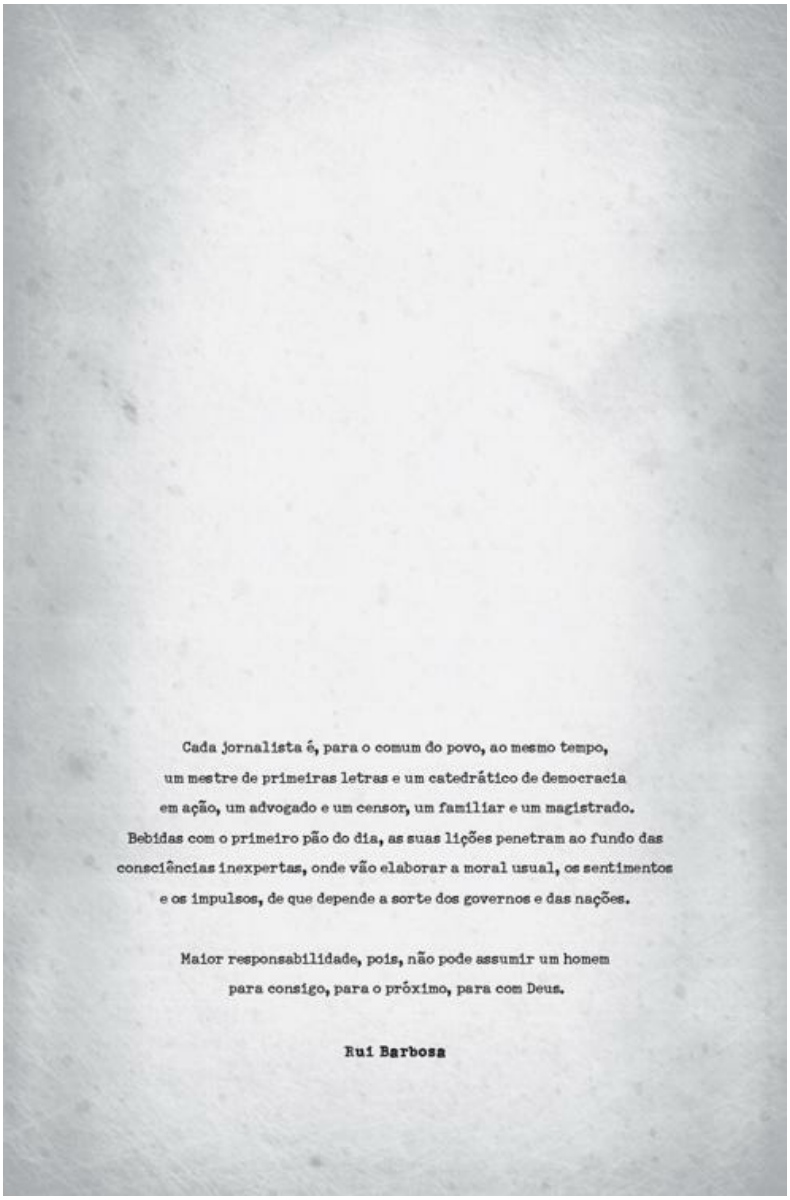
Uma das muitas provas disso é o Presídio de Dourados, a 224 quilômetros de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde a maioria dos encarcerados é composta de jovens traficantes. Não fazia parte de seus planos a prisão, que os insere na *turma do 12*, o número do artigo da Lei n. 6.368, que prevê e pune o crime de tráfico. Em grande parte, são filhos de classe média, acreditando que viajar para o Paraguai, comprar droga e ter um bom lucro era coisa muito fácil. Vieram de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná para aprender, na amargura do cárcere, o abandono dos amigos e a absoluta falta de solidariedade que impera no mundo do pó branco. Só podem encontrar abrigo nos braços da antiga, desprestigiada e assustada família. Advogados são contratados às pressas, a peso de ouro, para inventar alguma história que sensibilize o juiz. Os jovens presos, como acontece em toda parte, jamais contam os detalhes sobre tudo o que acontece nos bastidores, porque isso para os traficantes significa violar normas, o que pode ter como resultado a execução na primeira oportunidade que surgir. Assim, os jovens mentem e, acostumados ao mundo cão que permeia a vida de traficantes e drogados, bem como daqueles que deveriam combater a venda e ajudar os dependentes, pretendem que a liberdade seja negociada, inquéritos e processos *arranjados*, como se o "abre-te sésamo" do submundo pudesse vigorar em toda parte, sem exceção.

O fim da linha, em tantos tratamentos fracassados e na prisão, espreme ainda mais os usuários que pretendem se diferenciar entre experimentadores ocasionais ou eventuais. De perto ou a distância, são espreitados pelos abutres do pó, que se alimentam da fragilidade humana. Sim, reluta-se em usar essa palavra, mas é ela mesma: fragilidade, entrega, fuga, desistência, derrota. Embora sob a forma de prazer.



capítulo 8

CAÇADORES DA NOTÍCIA



Descobrir, apurar, trazer à tona, investigar, buscar, revelar, correr atrás, localizar, identificar, convencer a falar, denunciar, mostrar, escancarar. São ingredientes palpitantes da reportagem. Paga-se o preço do risco, da ameaça, da intimidação, da perseguição, da frustração, da decepção, dos processos. A própria história de Tim Lopes ficaria envolta nesse manto de mistérios, conflitos de interesses, versões, embustes, autopromoção, plataforma política.

Há um mito, nas Redações, pelo qual os ocupantes de cargos de confiança ficam liberados de qualquer compromisso quando uma entidade de classe se movimenta para defender a categoria. Como se fossem situações antagônicas. Como se não houvesse conflitos entre patrões e funcionários. Nessa turbulência, onde se agitam partidos, ideologias, bandeiras e bandeirolas, o resgate da realidade nem sempre é fácil. Recomenda-se aos ocupantes dos tais cargos de confiança que fiquem longe dos sindicatos.

No caso Tim, a regra foi quebrada pela presença, no Sindicato dos Jornalistas do município do Rio de Janeiro, para discutir o jornalismo investigativo após o assassinato do repórter, do diretor da Central Globo de Jornalismo, dos chefes das sucursais de *O Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo*, de um editorialista do *Jornal do Brasil*, do editor de opinião de *O Globo* e do diretor do jornal eletrônico *Último Segundo* (IG), além de um professor de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, articulistas, editorialistas, comentaristas, repórteres especiais e jornalistas mais jovens e veteranos. O encontro foi patrocinado pela Universidade do Texas.

Foi um momento raro. Eram tantos! Lotavam o auditório do sindicato a ponto de ser preciso usar crachá. Nas Redações, os caminhos da hierarquia podem se tornar pernósticos e impedir maiores aproximações. A arrogância tem mesa com terminal de

computador, pilhas de jornais e revistas, salas fechadas que transformam a Redação próxima em lugar distante e forjam nos profissionais um estudado olhar *blasé*. Todos juntos, ali, sem chefes e diretores, distâncias quilométricas reduzidas a centímetros, apenas jornalistas sofrendo e buscando soluções em conjunto. Esse foi um milagre que somente o Arcanjo poderia proporcionar.

O caso Tim virou pauta de matérias, de discussões, de interpelações, como se os caminhos lúcidos traçados e deixados como herança jornalística ameaçassem conduzir para um ponto comum, menor, e para uma babel de muita conversa e pouco entendimento, maior. O patrão mandou o jornalista para a morte! O patrão é sempre contra a categoria! Tim deveria estar acompanhado de um cinegrafista, nunca fazer tudo sozinho! O patrão não poderia ter obrigado o jornalista a fazer essa reportagem! O patrão mandou o jornalista para um serviço muito arriscado e não lhe deu nenhuma proteção! Patrão é tudo igual! Patrão não respeita o operário da notícia!

Poupemo-nos de fazer as contas de quanto a vida de Tim valia – Arcanjo não tem preço. O que perdemos, jornalistas e sociedade, é irreparável. A família merece, tem o direito de ser assistida, amparada da melhor forma possível até os nossos próprios limites. Merece o nosso afeto, o nosso carinho, a nossa solidariedade, a nossa mão, o nosso afago, a nossa proteção. Isso não está em pauta. A pauta é outra.

Poupemo-nos de fazer contas terrestres sobre o valor de um Arcanjo, vida em dimensão superior, muito além dos artigos e dos parágrafos, das ações e dos processos. Poupemo-nos de transformar em metal a epiderme de nossas almas. Poupemo-nos dos sentimentos de vingança, o retorno à barbárie oficializado, o olho por olho, dente por dente. Não era essa a pregação do Arcanjo. Poupemo-nos. Sejamos como Tim, o Arcanjo. Não como Elias, o maluco.

Poupemo-nos.

A Comissão Tim Lopes, formada para acompanhar as investigações, estudar como se proteger para fazer matérias perigosas, discutir – também nas universidades – o jornalismo contemporâneo e ações sociais que promovem cidadania, viu-se obrigada a fazer um comunicado esclarecedor. Com o título "Por que Tim estava lá?", o comunicado – pouco divulgado – dizia:

> Nós, jornalistas do Rio de Janeiro, estarrecidos com o que fizeram a Tim Lopes, julgamos conveniente trazer à sociedade brasileira o seguinte esclarecimento. Nos últimos dias, muitos de nós ouvimos nas ruas, e até mesmo de fontes, comentários de que Tim Lopes teria sido irresponsável por estar numa favela dominada pelo tráfico nas condições em que estava. Ou mesmo que teria sido levado a isso por seus chefes. A essas pessoas, que talvez desconheçam a rotina do nosso trabalho, lembramos que a realidade do tráfico de drogas nos morros só é conhecida de todos, e muitas vezes inclusive da polícia, porque jornalistas vão para lá contar. Ao longo de sua carreira, Tim Lopes fez isso mais de uma centena de vezes. Em muitas delas, como na que resultou em sua morte, foi convocado pelos próprios moradores das favelas, onde a imensa maioria é de gente honesta e trabalhadora.
>
> Pedimos que a morte de Tim não seja pretexto para mais uma onda oportunista de declarações e manifestações favoráveis a que se faça com seus algozes o que fizeram com ele. Que a sociedade brasileira não dê ouvidos a vozes inconsequentes, que apenas estimulam o conflito entre pobres e não pobres, como se fôssemos todos reféns da violência. Com certeza, não seria essa a vontade de Tim, jornalista que, acima de qualquer mandamento, prezava, valorizava e defendia os direitos humanos.

Poupemo-nos.

O comunicado retratava o clima provocado pelas fortes emoções da revolta e da busca de justiça. As vozes mencionadas no comunicado eram metálicas, estridentes, queriam vingança, enquanto outras vozes, de tom oposto, regozijavam-se com os morros criando cidadelas impenetráveis e criando as condições iniciais para um dia, quem sabe, os narcoditadores descerem de uma vez para tomar conta de tudo.

Elias, o maluco, nesse raciocínio, seria quase um herói. Um bandidaço revolucionário. E Tim, que Deus nos perdoe, um reles representante da imprensa burguesa, aquele Judas de malhação em círculos que não conseguem abrir mão de usá-la como principal fonte de informação para devaneios e elucubrações. Além disso, o morto era acusado de leviandade profissional, colocando-se em absurda situação de risco, esquecendo-se, irresponsavelmente, que tinha uma família a esperá-lo. Os analistas desse tipo são sempre aqueles que querem estar bem informados, mas não querem nem saber como é o garimpo da notícia. Além disso, não admitem a mais remota possibilidade de se reproduzirem, no lugar onde moram, as denúncias sobre fatos que acontecem em outros lugares.

Tim seria ótimo se estivesse a serviço de sua rua, seu bairro, sua esquina. Como o morro fica longe de sua casa bonitinha, do apartamento bem montado, não interessa, não deveria ter entrado nessa aventura tão maluca quanto Elias Maluco, o profissional do pó. Tim, o intruso inconsequente.

Poupemo-nos.

Quando o traficante foi preso, cumprindo-se o acordo de não haver nenhum tiro, nem de um lado nem de outro, a Comissão Tim Lopes manifestou-se novamente, em forma de nota oficial, ignorada – perdoe-nos, Arcanjo – pela chamada grande imprensa:

> O bárbaro assassinato do jornalista Tim Lopes começa a ser punido. Com a prisão do traficante Elias Pereira da Silva, principal acusado pela execução do nosso colega, devemos reconhecer que todo o bando responsável pelo seu martírio está fora de circulação. Durante mais de cem dias, os jornalistas brasileiros cumpriram a missão de não deixar o assunto cair no esquecimento, relembrando, inclusive, as muitas outras vítimas da violência.
>
> A prisão não nos alivia, afinal nada trará de volta nosso companheiro. Mas nos permite ter mais confiança nas instituições e no estado de direito. Publicamente, reconhecemos a eficiência da polícia do Rio de Janeiro, que cumpriu seu dever e prendeu o traficante Elias

Pereira da Silva sem colocar em risco vidas inocentes. Esperamos que, agora, o mito se desfaça e Elias Maluco seja encarado apenas como um marginal.

Cabe à Justiça fazer valer o estado de direito, punindo-o pelas barbaridades contra Tim Lopes e por todas as atrocidades que lhe são imputadas. Nunca é demais lembrar que ele já esteve preso e foi posto em liberdade com autorização judicial. Esta prisão, entretanto, não calará os jornalistas. Conforme compromisso assumido ao enterrarmos Tim Lopes, levaremos adiante a luta que ele travou em vida por uma sociedade mais justa. Continuaremos, dentro daquela que é a nossa função profissional, cobrando das autoridades federais, estaduais e municipais, junto com a sociedade organizada, a promoção de ações sociais nos Complexos da Penha e do Alemão, exemplos a serem seguidos em outras comunidades. Entendemos ser prioridade o resgate da cidadania nas comunidades carentes, criando-se novas perspectivas de vida para os jovens ali residentes, de modo a evitar o surgimento de novos Elias Malucos. Tim Lopes não morreu em vão!

Poupemo-nos.

Encerrado o seminário no Sindicato dos Jornalistas, a Universidade do Texas organizou um debate informal, pela internet, com jornalistas e professores de jornalismo de vários pontos do país. Falou-se de tudo um pouco, descontraidamente, e as ideias circularam pela central mundial de computadores, indo também para a sede da universidade, em Austin. No dia da prisão de Elias Maluco, foram formulados votos para que ele apodrecesse na cadeia.

Fez-se um mea-culpa: a cobertura da morte do companheiro Tim deixou a desejar. Irmanados em torno dele, todos poderiam ter montado um *pool* e, na união de esforços, obtido melhores resultados. Confissão: ficaram devendo profissionalmente para eles mesmos. A cobertura não esteve à altura da indignação. Admitiram-se, como atenuantes, as dificuldades, os bloqueios, as portas fechadas e caras amarradas das autoridades, a possibilidade de pisar o local dos fatos.

Questionou-se a expressão "jornalismo investigativo", sob o argumento de que toda forma de fazer jornalismo tem como ingrediente a investigação. Falou-se da pressa e da ética, e alguém disse que existe muito mais *jornalismo insinuativo* do que *investigativo*, quando escravo de assuntos propositadamente "plantados" como atraentes. Não se considerou ético trabalhar durante dias numa matéria e conceder um prazo supercurto para o "outro lado", sempre ao aproximar-se o momento de fechamento da edição.

Comentou-se sobre fontes e sobre manter amizade com elas: E quando a boa informação parte de uma fonte amiga durante alguns tragos de bar? Seria lícito, eticamente, usá-la? Para alguns, isso seria abominável; para outros, uma questão de simplesmente explicar que a informação é importante, discutindo-se apenas a forma de divulgá-la, usando aspas se necessário, ou preservá-la, se necessário. Um repórter disse que, por causa de uma boa matéria, a *fonte em mesa de bar* rompeu a amizade.

Se a fonte quer dinheiro para falar, o veículo não deve pagar. Com senso ético, nem sempre válido para publicações sensacionalistas, curiosamente fora do Brasil em grande maioria. Mas surgiram situações em que fontes foram assassinadas – um repórter culpa-se por isso porque o crime foi praticado depois da publicação de sua reportagem – e outras em que a fonte dependia fundamentalmente de ajuda para sair de um lugar, às vezes com sua família, diante de situações de muito risco.

Um caso considerado exemplar como jornalismo de investigação foi a cobertura de um julgamento por homicídio. A repórter leu todo o processo, coisa que ninguém havia feito, descobriu todas as falhas e contradições, e depois foi conversar com os jurados, um por um. Assim descobriu a razão de um veredicto aparentemente contraditório. O que a justiça não viu, ela viu e revelou. O debate permitiu que os jornalistas participantes soubessem que o Ministério Público de São Paulo havia feito interceptação telefônica de líderes da organização criminosa PCC e gravado duzentas horas de conversa. Descobriu-se, desse modo, que alguns líderes conversavam com repórteres e que um promotor pensou em acusar os jornalistas, pelo menos em três das gravações, de "entregarem o ouro para os bandidos", linguagem não jurídica para a suspeita de as conversas eventualmente terem ido para além das entrevistas.

Também houve o caso em que, numa bela reportagem, a autora entrou como visita na Casa de Detenção e comprou uma pequena quantidade de droga para documentar que o tráfico agia livremente dentro da prisão. Um promotor, considerado ortodoxo, pretendia acusá-la absurdamente de "tráfico", mesmo sendo óbvio que se tratava de uma reportagem-denúncia. E ele queria denunciá-la, como criminosa, forçando a situação como matéria-prima da denúncia vazia.

As conversas em termos profissionais mostravam a amplitude do jornalismo investigativo, em conteúdo e conceito; os parâmetros éticos nem sempre codificados; e as dificuldades de riscos e processos. Mostrou-se, também, uma verdadeira indústria de indenizações, pela qual se intimidam e coagem os jornalistas com a ameaça de ressarcimento por danos morais. Portanto, o jornalismo investigativo precisa calçar-se, estar documentado e ter plena noção de seus limites. Se não, quem denuncia é o único punido. Já aconteceu.

Todos esses ingredientes entram no caldeirão das matérias especiais, investigativas. Apesar de todos esses pontos a serem debatidos e esclarecidos, que provocam dúvidas e preocupações, há uma única certeza: essa grande matéria precisa de caçadores, farejadores, perdigueiros obstinados, sempre dispostos a colocar o interesse público em primeiro lugar. E esse tipo de notícia nunca está facilmente disponível. Correr atrás dela é impor-se sacrifícios; ter nervos para suportar tensões; e ser capaz de enfrentar profissional e psicologicamente o perigo, sempre lembrando que a recompensa se dá apenas pelo prazer de saborear a sua divulgação.

Ser jornalista investigativo é morar de aluguel, viver com orçamento apertado e denunciar escândalos de milhões. É remar contra a correnteza num rio cheio de pedras, e ser aconselhado a viver uma vida mais tranquila. É ter medo de tomar um tiro e sofrer uma emboscada. É imaginar que os opositores tentem vingar-se atingindo seu calcanhar de Aquiles, a família. É

enfrentar a reação dos que se julgam detentores do saber com exclusividade em várias áreas, e para tentar neutralizar a matéria, consideram-na coisa de "leigo" – a *capitis deminutio*, a jurídica diminuição de capacidade usada a torto e a direito para tentar transformar culpados em inocentes. Aliás, nessa área abundam leigos metidos a doutores, título acadêmico indevidamente usado por muitos paradoxalmente como concessão legal.

Os legítimos doutores costumam fazer boas advertências. Como o doutor em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo, Fernando Facury Scaff, professor da Universidade do Pará, ao chamar a atenção para o fato de encontrar-se em nossas Faculdades de Direito "não um curso, mas pelo menos dois".[7] O primeiro seria relacionado às disciplinas zetéticas: Filosofia, Sociologia, História, Teoria Geral do Direito. O segundo, às disciplinas dogmáticas, como Direito Penal, Civil, Comercial… Daí, observa o professor que

> […] os meninos e meninas que ingressam nessas escolas, usualmente tomados de uma ira santa de modificar o mundo, são transformados em meros decoradores de artigos e parágrafos, sem nenhuma conexão com aquele desejo inicial de transformar a realidade social posta e imposta.

Então, conforme Scaff, que navega nessas águas turvas,

> […] deixamos sua ira santa, seu desejo de transformar a sociedade ir pelo ralo das ilusões, e colocamos no mercado profissionais que estão muito mais voltados para a perseguição do lucro pessoal e a genuflexão aos clientes públicos e privados que desejam encontrar alternativas para escapar da aplicação do Direito.

Assim, "acabam por ser meros repetidores do *status quo* em vez de trabalharem para a ultrapassagem de paradigmas velhos e descabidos, que não mais condizem com a nossa realidade". O professor fulmina: "E essa genuflexão ao todo-poderoso cliente que nos coloca frente a situações em que os princípios da ética são esquecidos".

A zetética a que o professor se refere trata justamente da arte de procurar, é um método de investigação, e estabelece – embora não seja essa sua intenção – uma relação entre exercer dignamente a profissão e praticar distorção ética. O jornalista, como se pode comparar, também se preocupa muito com formato e pouco, ou nada, com conteúdo, permanecendo escravo das regras convencionais e ausente do que seria o grande interesse público, a exigir sempre grandes reportagens. No caso, a ira santa também sucumbe ao curvar-se diante dos poderosos, travestidos de todos os cargos, funções e maneiras.

Nas Redações de *O Globo* e da TV Globo, o trucidamento de Tim Lopes gerou um nó na garganta, provocando um sentimento de culpa muito grande. Ninguém disse em *on*, mas em *off* desabafou, que os jornalistas estavam acostumados a fazer acordo com traficantes para ter acesso aos morros, sempre tratando os bandidos como cidadãos, dignos de todo respeito. Simpáticos! Na revolta, não faltou quem tivesse de admitir para si mesmo que sua maior vontade era a de que Elias Maluco desaparecesse também, colocando um ponto-final naquele pesadelo. Sobrou ainda o desgaste pelo medo do tráfico, que expunha o território sem lei, as queimadas humanas, os esqueletos, um poder absoluto nas favelas, onde, na hora em que a polícia entra, os moradores são obrigados a deixar todas as portas abertas. Sim, qualquer casa pode ser refúgio de traficante pelo tempo considerado necessário. Sim, o traficante é o senhor da vida. Manda, impõe, deixa morar, expulsa, corrompe, estupra, vicia. E o caso Tim foi um tiro de grosso calibre nas ilusões.

A Redação de *O Globo* ganhou um colete à prova de balas.

Nenhum repórter pensou em usá-lo.

Mas o colete de repente disponível era aterrador pelo significado. Não cabia em nenhum figurino da ética, da cidadania, da dignidade profissional, do respeito à sociedade, do ato de trabalhar pensando no bem comum.

O colete, incômodo, pesado no corpo, pesado na alma, incorporado ao cotidiano porque os policiais não saem mais às ruas sem ele, é usado normalmente por quem está ameaçado e precisa viver sob proteção. Jornalista saindo de colete para trabalhar, nunca se viu.

Os repórteres não pensaram em estética, elegância, combinação de tons. Colete é colete. Mas colete à prova de balas como a última moda para trabalhar – prático, funcional, cada vez mais leve, testado em campos de prova do Exército – provocou olhares atônitos, cabisbaixos e não entusiasmados. Houve quem desse uma volta com ele, pela Redação, como se fosse um silencioso modelo em desfile *fashion*, tendo como passarela o estreito vão entre as mesas, mas logo se arrependeu amargamente. Parecia uma brincadeira, e o momento não era próprio para brincar. Não houve nem aplausos nem vaias. Só o longo silêncio, os olhares perdidos nas telas dos computadores, que abrigam informações, mas não têm memória para as emoções que atingem até a medula. Todos fingiam ler alguma coisa, sem nada a dizer porque nada havia para falar.

O modelo sentiu-se mal. Nenhum colega o reprovou, mas aquela ideia de vestir o colete e ficar andando para ver como seria foi um mau momento. Não foi preciso pedir desculpas nem perdão. Pensaram apenas no que a oferta do colete significava. Um sinal dos tempos. Sem palavras, estava dito tudo. A chefia da Redação orientou, sem memorandos, que o equipamento protetor fosse, pelo menos, levado no carro de reportagem. Não se cogitou tornar seu uso obrigatório. Olhar o colete, examiná-lo de perto, sentir o peso, ser informado de sua capacidade em absorver impactos, pensar nas hipóteses de ser alvejado na cabeça ou nas pernas e braços, tornou-se inquietante. É sinal de que tudo pode acontecer, é preciso prevenir, fazer de tudo para evitar, digamos, o "pior".

O colete queria dizer que Tim Lopes era muito corajoso, muitos nunca haviam pensando nisso. Afinal, o que interessa é a matéria, e não quem a faz. A revolta era pelo fato de Tim ter sido tratado com desprezo, recebendo a punição que os traficantes se deleitam em impor aos informantes da polícia, chamados de x-9. Revolta, indignação, medo, desafio, pensar o futuro: como fazer nos morros as matérias de interesse dos moradores? Como fazer nos morros a cobertura pré-carnaval?

O colete não protegeu ninguém, mas a Redação tratou de monitorar os repórteres em certas matérias, estabelecendo prazos para comunicação por celular, mantendo pontos de contato e fornecendo previsão de cada passo. Não era mais permitido vacilar.

O inquérito sobre a morte de Arcanjo Antônio Lopes ficou com 655 páginas. Recebeu um número de identificação: 3 810/02, da 22ª Delegacia. Foi dividido em três volumes, nos quais apareciam nove indiciados (sete presos, dois mortos), foram tomadas 32 declarações, elaborados treze laudos periciais, providenciados dezessete autos de reconhecimento e 27 autos de apreensão de objetos, redigidos nove relatórios de investigação e recebidas vinte informações anônimas sobre os autores do crime. Foi para o I Tribunal do Júri, para apreciação da juíza Luciana de Vasconcelos Pamplona Khair, que elogiou o conteúdo do inquérito em ofício para a Secretaria da Segurança Pública.

Mas o autor do relatório no encerramento das investigações, o inspetor Daniel Gomes de Lima Freire, dezessete anos de vida policial, foi subitamente execrado, afastado das funções e colocado em disponibilidade, sem direito sequer a continuar dando suas aulas sobre investigação na Academia da Polícia Civil. Tudo por causa de uma frase pinçada dentre mais de 600 páginas, em que ele escreveu que o jornalista "colocou-se perto do perigo, não vislumbrando a diferença da emoção para a razão, fato que ocasionou sua detenção e morte". Assim, *ipsis litteris*. É o único caso que se conhece de um policial afastado não por causa dos métodos de investigação, mas exclusivamente por uma questão de texto.

A frase bastou para mais reações indignadas. A polícia foi acusada de deterioração ao encontrar um único culpado pela morte do jornalista: ele mesmo.

Como diria o inspetor, quando a emoção é mais forte do que a razão, não interessa admitir que a frase pode até ser considerada infeliz, mas o inquérito inteiro não. Mesmo porque o relatório foi feito em tempo recorde pelo inspetor, que tem a obrigação de saber investigar, e não de escrever para agradar a gregos, troianos e espartanos.

Tanto que a juíza do caso leu esse mesmo inquérito e cumprimentou o inspetor pelo "zelo e dedicação" demonstrados na investigação. A promotoria não apresentou reparos. À sua maneira, Daniel Gomes disse que a razão apontava para a constatação inequívoca de que Tim Lopes pisava em território minado, onde poderia haver uma explosão a qualquer momento. Sim, Tim foi corajoso, pensou na sociedade e não em si mesmo, e essa teria sido a emoção predominante que o inspetor tentou descrever. Não gostaram do que ele escreveu. Não era inquérito literário, apenas um inquérito policial sobre um homicídio, a princípio, de autoria desconhecida. E se textos discutíveis fossem sempre severamente punidos, restariam bem poucos em condições de atirar a primeira pedra.

Chegamos então ao paradoxo: são muitos os pontos misteriosos a ser deslindados, e a ira despejada sobre uma frase é o que menos importa para que se entenda tudo o que aconteceu naquela noite maldita. Vamos aos fatos, por partes e na sequência, que exigem subir ao local, à cena do crime, para se ter uma visão completa da reportagem em andamento, o plano truncado abruptamente, a abordagem e a via-sacra do Arcanjo – cerca de três quilômetros percorridos, em ruas estreitas, 2,5 metros de largura – até o local da mutilação e execução.

> • *Cena 1*: O esperado e denunciado baile funk começa às 23 horas. Tim esteve no lugar entre as 20 e as 22 horas. O que conseguiu gravar na noite de 2 de junho, domingo, foi derretido. Na TV Globo existem três fitas gravadas. A cena filmada na noite anterior tem cerca de vinte minutos. São imagens de tráfico, traficantes e armas pesadas. O principal ponto de filmagem é a Rua João Alegrete, na favela Cruzeiro. Portanto, seu objetivo fundamental, nessa fita, é mostrar o mercado do pó naquele lugar. O repórter demonstra estar seguro, confiante, porque as imagens, feitas a uma distância máxima de 4 metros, podem ajudar a identificar personagens. A microcâmera oculta está numa pequena bolsa de couro, com zíper, presa à cintura.
> • *Cena 2*: Em frente ao ponto de venda de drogas, instalado numa barraca armada com cobertura de lona, existe uma igreja evangélica da Assembleia de Deus. Tem um muro. Tim Lopes senta-se perto dele, num bloco de cimento ao lado de uma barraquinha de venda de sanduíche (cachorro-quente), tomando demoradamente uma cerveja, sempre com o copo na mão. O repórter fica sentado e em pé, alternadamente. Com esses movimentos, direciona a filmagem.
> • *Cena 3*: Um traficante começa a caminhar em direção ao repórter. Traz nas mãos um telefone celular e um carregador. "Tem tomada?", pergunta ao Tim, como se fosse natural buscar, ali, um lugar para carregar a bateria. Tim responde de uma maneira a deixar o traficante tranquilo, mas suas palavras nada têm a ver com a pergunta. "Estou esperando um amigo para trazer uma *rapa*", diz. *Rapa* é sobra de porção maior de cocaína, segundo a gíria dos traficantes. Depois disso, o traficante volta para o ponto.
> • *Cena 4*: Traficante de motocicleta, levando um fuzil nas costas, como se fosse um militar em patrulhamento. Antes, o jornalista havia testado o equipamento num shopping próximo. Andara cerca de vinte minutos e fora ao

ponto de pó. Corte brusco, cena rápida, o jornalista se mexe com desenvoltura.

Das cenas gravadas, e mais o que se conseguiu saber do que foi filmado e destruído, fica inequívoco o objetivo insistente de Tim em documentar o tráfico. Tim não trazia consigo um único documento, absolutamente nada que pudesse identificá-lo. Aí é que está: ao ser surpreendido pelos traficantes André Capeta e Boizinho, ambos já sabiam de quem se tratava. No ponto marcado para encontrar-se com o motorista que o levou à favela num Fiat Uno alugado, Tim não apareceu às 22 horas, conforme combinado. O motorista foi para a TV Globo. Ninguém sabia de Tim nem o que ele estava fazendo. O motorista foi para casa depois que alguém comentou que ele poderia ter ido embora sozinho. Às quatro e meia da madrugada, a mulher de Tim, Alessandra, telefonou para a emissora. Às onze e meia da manhã seguinte, em nome da Globo, o advogado Paulo Freitas foi para a delegacia com jurisdição sobre a favela, a 22ª, na Penha – sim, aquele bairro onde existe uma igreja de imensa escadaria, muito frequentada por pagadores de promessa.

Às 12h47, o inspetor que iria desagradar ao escrever seu relatório agradou muito ao obter rapidamente algumas informações preciosas. Suas fontes falavam na captura de alguém, na tortura, na história do micro-ondas. Mesmo enquanto se esperava a confirmação oficial, com exame de DNA, o inspetor Daniel Gomes deixava claro que nenhum milagre salvaria o Arcanjo porque, desgraçadamente, o seu dia já havia chegado.

Daniel é evangélico, membro da Igreja Assembleia de Deus – sim, a religião que possui um templo muito próximo ao ponto onde Tim foi capturado. De medo, após o crime, as mulheres que fazem reuniões de oração no templo deixaram a parte principal para se reunirem num subsolo, que Daniel – revoltado com essa circunstância – chama de "calabouço".

O inspetor acredita no poder de Deus para orientá-lo nas investigações, escreveu um livro sobre isso[8] e possui caráter a toda prova. Podem falar o que quiserem, mas foi ele, na polícia e fora dela, a única pessoa a dizer, no dia seguinte ao desaparecimento do Arcanjo, que ele havia sido encontrado pela morte, armada com um enorme punhal. Daniel tinha assumido o cargo de chefe da Seção de Investigação da 22ª DP uma semana antes do crime. Exatos 22 dias após o desaparecimento de Tim, era ele quem já havia proporcionado as condições para indiciar criminalmente oito pessoas, prendido quatro e revelado o nome do matador principal: Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco.

O corte das pernas foi feito por Capeta. Arcanjo era chutado, golpeado, xingado, urrando com a dor da amputação, só podendo rolar sobre si mesmo enquanto o sangue se esvaía.

Nas buscas, entre esqueletos a perder a conta, não foi encontrado nenhum osso com mais de um palmo. Localizaram-se duas lâminas de um metro cada uma, parte de uma faca de grande porte ou de uma espada. Perto delas, uma pedra utilizada para afiar armas brancas, com marcas visíveis de muito uso.

Tim gostava de fazer anotações sobre o ritmo da reportagem, uma espécie de diário. Um caderno espiral, com um número pequeno de folhas perfuradas. Esse é o roteiro. Essa é a própria pauta. Esse o jornalismo investigativo puro, que não é qualquer um que faz ou sabe fazer. Arriscado. Perigoso. Dá prêmio. Dá morte. Não há o que discutir sobre esses pontos. Seria bizantino.

A tão criticada mistura da emoção com a razão, que teria sido cometida pelo policial que sabia investigar bem, mas precisaria escrever melhor, não foi adotada como padrão de referência em situações paralelas que caminharam até a elucidação do caso. Muita emoção e nenhuma razão, na jamais comprovada situação de perigo que estaria vivendo uma ex-jornalista da TV Globo, que teria de viver como uma refugiada após ter sido ameaçada pelos traficantes. O episódio embutia uma ação trabalhista anterior à denúncia. Não faltou quem, precipitadamente, acusasse a emissora de abandoná-la à própria sorte. Situação desagradável, constatada pelo próprio órgão de classe dos jornalistas.

Muita emoção e nenhuma razão na notícia que chegou a causar pânico entre os jornalistas: o desaparecimento de um editor de imagens de temas esportivos da TV Globo, que teria sido ameaçado anteriormente para revelar quais os responsáveis pela matéria "Feira das drogas". De novo, a Globo foi acusada de abandonar às feras seus funcionários. No auge do suspense, o editor de imagens foi localizado num hotel da cidade, na companhia de um homem vestido de mulher, conforme declarou o chefe da Polícia Civil, Zaqueu Teixeira.

Muita emoção e nenhuma razão no dia da apresentação de Elias Maluco à imprensa. O bandido insistia em ficar de cabeça abaixada, essa interessante prática que permite a todo facínora barbarizar qualquer um do povo e depois não ser visto por ninguém. Essa medida – não se fala aqui de detenção de meros suspeitos, que de fato seriam definitivamente prejudicados moralmente com a imagem divulgada – permite que o bandido seja defendido, porque outras vítimas não poderão reconhecê-lo.

Muitos jornalistas, então, desfilaram seus repertórios de palavrões para que Elias levantasse a cabeça. Um dos policiais civis, tentando provocar isso de forma que parecesse espontânea, apertou as nádegas de Elias Maluco – e bunda é um lugar intocável no código moral de bandido que se preza. Mão naquela parte do corpo, jamais. Elias, moral ferido, desferiu pontapés. Cena deprimente, melhor não contar nem revelar, muito menos mostrar imagens. Puna-se o inspetor Daniel. No mais, tudo liberado.

Enquanto se discutia o sexo dos anjos e não a intensidade do caso do Arcanjo, desenhavam-se várias situações reais sobre o comportamento profissional – definitivamente um contraste a.T., antes de Tim, e d.T., depois de Tim.

Embora o inspetor que esclareceu o assassinato tenha sido execrado, a reação em órgãos de classe e nas Redações parecia dar razão ao que o policial escreveu. Até o caso Tim, o repórter investigativo era a única bússola para seus passos, o construtor único da reportagem, o solitário que pode viver momentos de euforia e amargor. Mas, depois do caso Tim, foi nascendo uma nova posição: o repórter investigativo em situação de risco deve ter alguma forma de apoio, uma estratégia de segurança pessoal.

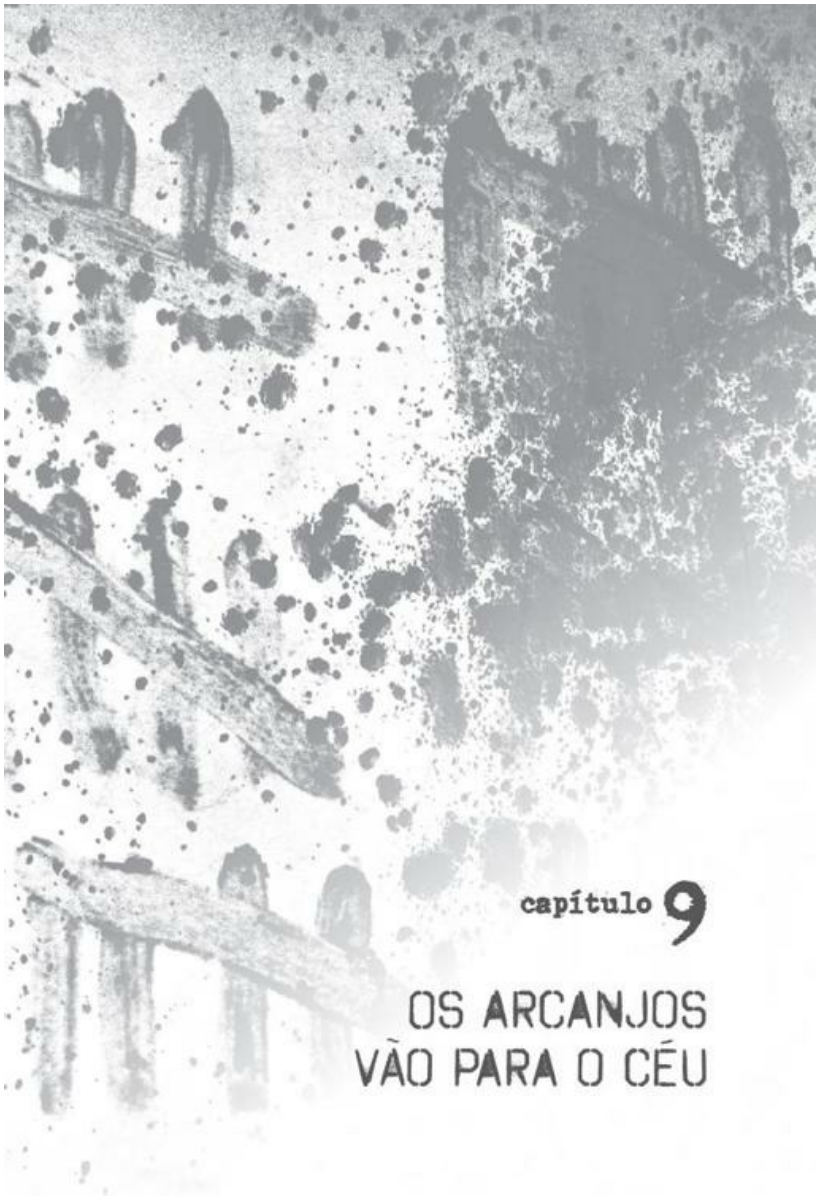
Não se colocava em dúvida que esse é um dos papéis dos jornalistas – não de todos, mas de alguns. Existem matérias que para ser elaboradas exigem dedicação e persistência, uma certa dose de sorte, que não faz mal a ninguém, e desprendimento. Porque exercer a profissão não é apenas sair da Redação e fazer esse tipo de matéria. É buscá-la, é fazer o garimpo da notícia, não se conformar com a notícia escondida, localizar as fontes, que preferem viver enclausuradas, e buscar o interesse coletivo, sempre superior ao individual, mesmo quando a realização dessa tarefa é considerada impossível. É preciso dispor de tempo, é preciso ter espaço e tempo adequados para informar – tantas vezes revelando pela primeira vez, outras fazendo a denúncia que ajudará a mudar o curso das águas –, é isso que torna a atividade do jornalista acima de tudo um prazer, e mais ainda, uma irreversível paixão.

Quando os jornalistas queriam, sob uma saraivada de xingamentos, que Elias Maluco, 36 anos, levantasse a cabeça, estavam dizendo que transpirava pelos poros de todos uma emoção incontrolável. Diferente daquele caso em que um jornalista estava na delegacia onde havia sido preso um assaltante que, após invadir e roubar uma residência, estuprou mulher e filha, sendo observado pelo marido e pai, manietado. O homem, diante do delegado, implorava aos prantos para ficar "só um minuto". Queria trucidá-lo. A reportagem foi forte. É mais fácil recomendar equilíbrio para os outros. Ou defrontar com o casal cujo filho e amigos foram mortos com golpes de espeto de churrasco em Mongaguá, litoral de São Paulo, e perceber estampada a dor no rosto deles, como se fosse uma eterna cicatriz. Os dois fitam o seu rosto, seus olhos são penetrantes como um punhal, e você simplesmente não sabe o que lhes dizer.

Ou, mais ainda, assistir a uma sessão de discursos pomposos na Câmara Federal, presentes autoridades e especialistas de todos os níveis, para abordar a questão da violência e suas soluções. Nesse dia, quando falou uma mulher que perdeu o filho atacado por uma gangue que usa as artes marciais para destruir, a emoção transmitida deixou a todos sem argumentos, sem saber mais o que dizer.

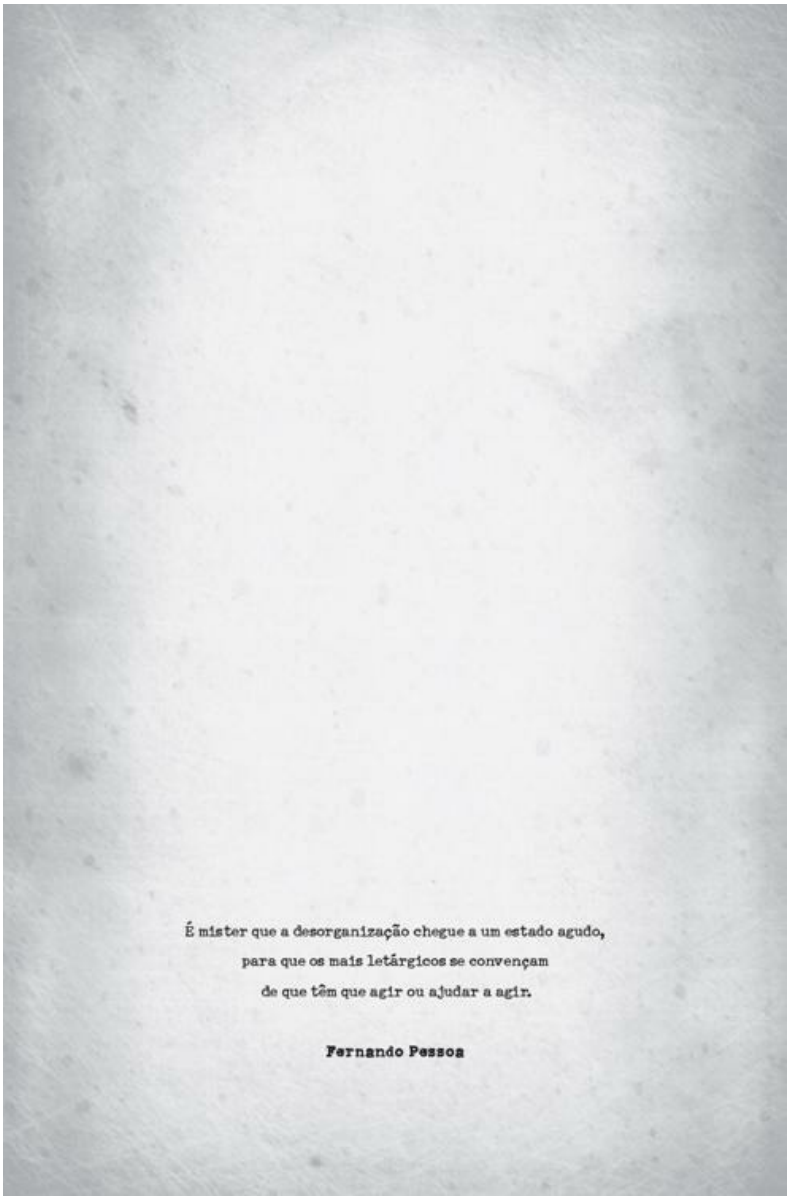
Ao xingar Elias Maluco e exigir que ele levantasse a cabeça, os jornalistas estavam reagindo descontroladamente, como tantas outras pessoas que não suportam mais a impunidade e a arrogância. Sabiam que direitos devem ser respeitados, o órgão de classe já havia dito isso em nota oficial. Mas ali, diante deles, estava o bandido que reduzira o companheiro e amigo a pedacinhos; aquele que não respeitava nada, mas deveria ser respeitado; que agiu como um feroz irracional, mas merecia ser tratado com compreensão racional; que é um desigual, mas precisa ser tratado como igual; que fez um homem urrar de dor e não permitiu que outros bandidos deixassem de assistir à cena ("bandido que é bandido tem que olhar!"), mas não podia ser obrigado nem a levantar a cabeça; que é capaz de amputar pernas e abrir tórax a sangue frio, mas se sente humilhado quando lhe passam a mão na bunda; que deve ser chamado de cidadão e suspeito enquanto uma sentença judicial não *transitar em julgado*, como se diz, tornar-se *definitiva* na linguagem forense empolada; que seja chamado sempre de gente e não de monstro.

É isso que se quer, é isso que se exige. Porque não tinham diante de si um monstro. Todo comportamento, por mais abjeto que seja, é do ser humano. Pode ser difícil aceitar isso, mas é humano. Há quem queira ver homens transformados em monstros. Outros pretendem que monstros voltem a ser homens. O único monstro com vida legal no planeta é a serpente do lago Ness, na Escócia. E assim mesmo, como bem sabemos, com licença concedida em caráter absolutamente precário.



capítulo 9

OS ARCANJOS VÃO PARA O CÉU



Sendo Tim um Arcanjo, conforme durante 51 anos seu nome disse, e sendo o arcanjo o mais graduado corte dos anjos, e anjo querendo dizer *mensageiro*, ou *enviado*, e não constando que essa hierarquia celeste tenha sido aposentada, é lícito supor que o nosso Arcanjo tenha merecido o direito de ir para o céu.

Não se assuste, não estamos mudando de assunto, porque em verdade é importante dizer que Tim Lopes nunca teve asas, mas se os anjos que Jacó viu em sonhos subiam e desciam por uma escada (Gênesis, 28:12), claro está que já havia seres como ele, segundo as Escrituras Sagradas, superiores em força, conhecimento e inteligência.

Arcanjos não toleram ditadores, porque são alimentados pelo amor, a esperança e a solidariedade, e se o arcanjo feito jornalista e batizado com esse nome, embora sua missão fosse peregrinar por um vale de lágrimas, que um dia seria vale de ossos secos, entre eles seus próprios ossos, subitamente deixou nosso convívio, também é legítimo imaginar que tinha uma pauta especial, celestial talvez, a cumprir, como foi insinuado em tantas orações, embora tragédias como a dele não signifiquem, absolutamente, que sua morte tenha sido uma vontade divina.

Porque vontade do narcotráfico nunca foi, não é e nunca será divina.

Já tentaram torturar e seviciar anjos, antes. Dois deles chegaram a Sodoma, antes da destruição, para ir à casa de Ló avisá-lo da iminência do castigo implacável. E de repente uma turba cercou a casa, gritando que queria pegar os anjos à força, constrangê-los sexualmente, e Ló, desesperado, ofereceu as duas filhas virgens em troca para poupar os ilustres visitantes. Os quase invasores da casa de Ló foram punidos com a cegueira, do menor ao maior (Gênesis, 19:1-11). Mas não estamos, aqui, para falar do fundo dos temas bíblicos.

Estamos falando de um morro, uma favela, lugar mais barato de morar, para onde os mal aventurados são empurrados, chamando de casa o barraco, de quarto o tapume de madeira. As ruas nem poderiam ser chamadas de ruas, mas que assim seja, e ali imperam o contraste, o desigual, a miséria tornando a pobreza uma forma de estabilização social. Porque pobreza sempre houve e miséria é invenção de nosso tempo, o tempo do avanço e do recuo, da tecnologia e do empirismo, dos apartamentos de cobertura e condomínios de luxo contrastando com a sobrevivência transformada em um milagre de cada dia. É o cenário do mistério: lugares com um visual privilegiado para a beleza da cidade chamada maravilhosa, apesar das vistas tão deslumbrantes, são os mais desvalorizados no mercado imobiliário. Ali, intermediários dessa faixa de crime – que sabe dividir funções e tarefas, e por isso chamado de *organizado* – recebem os executivos intermediários do tráfico, porque os grandes chefes preferem ficar bem longe dali.

O choque do *nada ter* contrastando com a beleza dos templos de consumo da cidade, lá embaixo. A cidade, o reino dos shopping centers, onde um ser humano malvestido é visto como sinal de ameaça e perigo iminente ("Polícia! Tem uns caras esquisitos por aqui!"). Criou-se outra forma de ver, agir e pensar. Percebeu-se que ali, nos morros, seria possível implantar uma nova forma de poder, misturando estranhamente opulência com miséria, muito dinheiro com quase nenhum, e erguendo os alicerces da construção de um novo mundo. Armas, drogas, dinheiro, vendedores e compradores. A regulagem dessa relação por gerentes e executivos, narcotráfico, narcotraficantes – a narcoditadura. A narcoditadura angaria simpatizantes entre aqueles que moram bem longe dos morros e sentem um indisfarçável fascínio pelo convívio, mesmo que rápido, com esse tipo de gente. Usar a droga, a emoção de buscá-la, contar histórias de perigos vividos, fantasiar aventuras, aumenta o prazer em sugar o fumo, colocar o pó até o fundo das narinas (quem pode, faz cirurgia plástica para restaurar o septo nasal) e espetar o corpo com agulha que injeta o entorpecente em forma líquida.

Forte, cada vez mais forte, mais poderosa, a tropa da narcoditadura, dividida em cabeça, tronco e membros, hierarquizada em compartimentos para que cada um só a conhece até certo ponto. Ditadura sobre o corpo; ditadura sobre os que vivem com as mãos estendidas para comprar qualquer coisa que altere o funcionamento do sistema nervoso central; ditadura em nome da segurança do que começa como grupo, transforma-se em bando e atinge o topo da quadrilha. Ditadura dos que se tornam senhores que querem ver a todos ajoelhados, como vassalos; que criam formas de relacionamento e imposições, exigem sempre cega obediência – e ai de quem pisar ou tropeçar nessas regras.

Em torno dos morros, além dos círculos de aço que sobram dos pneus queimados – e cada pneu queimado quer dizer uma vítima queimada –, existe mais um círculo, invisível, a dizer implacavelmente que aquele que está fora não entra e quem está dentro terá muita dificuldade em sair. A narcoditadura é que manda, exige obediência, pune com a morte, estoca as remessas de droga, protege os grandes chefes, os narcobarões, impõe regras não escritas mas verbais, muito mais respeitadas que leis e códigos.

O que não está escrito é o que vale, bastam algumas palavras e pronto: ninguém sai, ninguém entra, ninguém dá aula, ninguém pode entrar na escola, ninguém pode fazer entrega de qualquer tipo de produto. Poderíamos chamar a isso de toque de silêncio, toque de recolher, estado de sitio, estado de defesa – todas as palavras que identificam dispositivos constitucionais ali não passam de lengalenga inútil. A narcoditadura conta com a complacência das pessoas, investidas em cargos públicos, que na sua santa inocência – ou ignorância – pretendem que os valores do asfalto sejam os mesmos dos morros. Curvam-se, cedem, apavoram-se e se esquecem muito depressa dos absurdos.

Repercutiu, mas só um pouquinho, o caso do coronel do Exército que foi fazer um curso no Rio de Janeiro e entrou numa favela por engano. Dizem as regras locais que é preciso piscar os faróis e mantê-los com foco baixo. Por causa do farol alto, o coronel foi morto. Morreu porque para a narcoditadura existe um código de trânsito especial, que permite aos seus soldados fazer barreiras, revistar carros, pedir documentos, exigir comprovação de que o ocupante de um carro mora por ali. Num evento especial na cidade, dois investigadores da Polícia Federal, que vieram de outro estado para reforço na proteção a autoridades estrangeiras, cometeram o mesmo engano que o coronel. Foram fuzilados. O infeliz que voltou da cidade de Vassouras, onde o filho estudava medicina, perdeu-se no caminho de volta, entrou onde ignorava não ser permitido entrar, e o engano foi cobrado com um tiro na cabeça.

Na narcoditadura, existem poucas identidades assumidas. Quanto mais anônimo, mais feroz. Só alguns expoentes saboreiam a fama, mas não a consideram favorável. Existem os famosos apenas entre eles. Não existe a exploração da futilidade. O resto do mundo não lhes interessa.

Entrar nesse território, só devidamente autorizado. E, curiosamente, tanta gente que tomou conhecimento na pele ou na carne, própria ou de parentes e amigos, de outra ditadura, a militar, é condescendente com a narcoditadura. A única diferença entre tantos sequestros, tantos desaparecimentos, tantas torturas, tantas mortes e tantas ossadas insepultas está no epicentro do poder. Uma, era apenas ditadura, e preferia agir nas sombras, nos porões. Outra, a narcoditadura, age nos morros e fora também, manda torturar, manda matar aos poucos, devagar, nutre o mais profundo desprezo pelo ser humano.

Por que essas ditaduras são tratadas diferentemente? Porque em torno da droga existe charme, *glamour*, e os consumidores respeitam e admiram os traficantes, a ponto de, quando se toca nesse assunto, pretenderem defendê-los. Não se sabe a receita para ser implacável com o vendedor de sua forma de substâncias. A ideia de que usuário não vive sem traficante incomoda, e incomoda bastante. Confundem misantropo com filantropo.

A narcoditadura manda matar os indesejáveis, os que considera traidores, os que não pagaram a conta em dia. lnadimplência é uma palavra que não existe na cartilha verbal do narcoditador. Nem pedido de falência ou concordata. Cobrança em cartório, nem pensar. As ações judiciais na área cível ajudam a entender, e muito, a economia do país. Na narcoditadura, a regulagem do mercado é feita por tiros, facadas, tortura e cremações.

A narcoditadura consegue implantar uma pedagogia ignorada pela maioria que fala sobre drogas. Dribla repressão, educadores, terapeutas, palpiteiros profissionais (*achistas, achólogos* que dizem viver procurando, mas nunca encontram). As informações mais importantes nunca são divulgadas. A narcoditadura deixa escapar somente o que deu errado, e que a polícia descobriu, mas considerável parte de seus movimentos, seus roteiros, remessas e entregas são segredo absoluto. Ela consegue ocultar o caso de policiais comprometidos, em todas as graduações e hierarquias, usando veículos dos mais variados e aviões de todos os tamanhos.

A narcoditadura diverte-se com o caso da promotora apaixonada por um traficante, linha-dura nos processos, linha-mole com o amado, escolhido a dedo para morrer, condenado como traidor do grupo, num acidente provocado – ao passar de motocicleta por uma rua, não tinha como ver o fino cabo de aço esticado que separou sua cabeça do pescoço numa cidade do litoral norte de São Paulo. A narcoditadura exibe seu poder de convencimento ao transformar em proposta irresistível a viagem do policial, Francisco Marcondes Romeiro Neto, que deveria combater traficantes em São Paulo, mas tornou-se um deles. O policial mudou seu rumo, porém sem *know-how* para escapar do flagrante feito pela Polícia Federal no Aeroporto do Galeão, onde embarcaria para Amsterdã com um 1,39 quilo de cocaína com acentuado grau de pureza. Ele escapou, descendo por corda, da cadeia da Polinter. Uma semana depois, a principal testemunha contra o policial, Karina Mousquer Arndst, apareceu enforcada em um hotel em Teresópolis. A moça estava inscrita no programa nacional de proteção a testemunhas.

A narcoditadura conseguiu também dar uma guinada violenta na vida do jovem delegado de polícia de São Paulo, filho de veterano e conceituado jornalista, que um dia foi seduzido pela cocaína e caiu no mundo, desaparecendo da polícia, da família e dos amigos. Mas como?! Ninguém conseguiu responder – nem a polícia, nem a família, nem os amigos. Conquista do pó.

A narcoditadura contrata *mulas* facilmente, como a mulher de 42 anos, presa no Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP, que embarcaria para Madri com 65 cápsulas contendo no total 1,3 quilo de cocaína. Sua remuneração seria de 3 mil dólares, conforme a cotação do dia (25 de setembro de 2002), mesmo dia em que a polícia apreendia no Complexo da Penha (Rio) um fuzil AK-47 identificado com as inscrições CV e PCC, Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital. Vacilos da narcoditadura como esse deixam clara a existência do Crime S. A., uma parceria de ações criminosas – drogas sob controle do CV, assaltos e sequestros com o PCC.

A narcoditadura gaba-se de ver a metamorfose do juiz de mão pesada, que aplicava sempre longas penas, que chamava de *câmara de gás* o seu lugar de trabalho no Tribunal. Subitamente o experiente juiz passou a absolver a todos porque seu filho, dependente crônico, foi arrastado pelos companheiros de droga para a prática de furtos e, sendo preso, conheceu a dor da tortura imposta como método de interrogatório numa delegacia.

Sim, a narcoditadura manda e pode, tem representantes em toda parte, está encastelada, e seu castelo – ao contrário do castelo em ruínas analisado pelo doutor em drogas pela Universidade Estadual de Campinas – tem uma construção sólida.

A narcoditadura não se comove com a história do jabuti atingido por uma bala perdida, no morro do Cantagalo, que lhe atravessou o casco e paralisou as patas traseiras. Uma veterinária de Copacabana adaptou pequenas rodas em seu casco, e assim foi possível ao jabuti deslizar, mesma sorte que 76 pessoas não tiveram ao longo de 2001.

A narcoditadura manda um advogado, Sérgio Barros, ir à polícia não para ver o que se poderia fazer no processo em que foi preso, em Guarapari, Espírito Santo, o traficante Alexandre Bandeira de Mello, o Piolho. Na verdade, o advogado chegou à Delegacia de Repressão a Armas e Explosivos portando uma pistola calibre nove milímetros, detalhe impróprio em sua profissão, e apresentou a sua proposta como se estivesse apresentando uma petição: "Soltem meu cliente e vocês ganham de presente um carregamento de armas". Os policiais fizeram de conta que aceitavam, foram com ele até o morro Dezoito, e o advogado apresentou, então, sete pistolas e um fuzil M-16. Foi preso em flagrante.

A narcoditadura sabe que possui segredos que vão para o túmulo – quem conhece tais segredos será morto se os revelar. Quem seriam Buíca e Jeferson, dois contatos de Tim na favela Cruzeiro? Sabe-se que eles existem, mas provavelmente nunca saberemos quem são.

Tim Lopes bem que poderia considerar-se satisfeito com o que havia conseguido nas três incursões anteriores. O vaivém dos traficantes estava de novo documentado, e ele, arguto, havia demarcado aquela linha de atuação, situando-a no lugar onde os moradores gostariam de viver com um mínimo de dignidade. O Arcanjo poderia continuar em casa, tranquilo – e domingo é dia em que ninguém gosta de trabalhar –, mas não: perfeccionista, como é marca daqueles que vivem em outra dimensão, quis completar, fazer o arremate. Não se pode acusar um anjo de vaidade, mesmo porque nesse estilo o seu rosto não seria visível na telinha. A tevê, aliás, somente exibiu seu rosto quando o Arcanjo, consagrado, recebia um prêmio criado especialmente para ele.

O Prêmio Esso é considerado uma espécie de Nobel do Jornalismo. Não havia, até 2001, a categoria Telejornalismo. Mas também não havia como não premiá-lo com aquela matéria sobre a "Feira de drogas". Não se pode dizer que difundir essa imagem foi um erro. Não se pensou nisso porque aquela noite era uma noite de prêmio, e o Arcanjo estava feliz demais.

Segurava o diploma de reconhecimento a um dos melhores jornalistas do país, enfiado meio sem jeito num terno azul, camisa escura e gravata em tons de amarelo.

O Arcanjo, cabelos grisalhos, merecia as honrarias, claro que merecia, e estava eufórico, exibindo um sorriso imenso ao ser contemplado, seu nome anunciado e os colegas de profissão aplaudindo como ele merecia. A felicidade e o reconhecimento tinham direito a telinha. E isso foi ruim, mas não como se chegou a pensar: na primeira versão, o Arcanjo cinquentão teria chamado a atenção dos traficantes em meio a um baile cheio de adolescentes e jovens. Mas não foi isso que aconteceu.

Arcanjo estava ali, num palco que poucos de fora pisam, e quando pisam parecem turistas, curiosos demais, com gestos de quem está conhecendo outro planeta, postura, aliás, que lhes dá um pouco de razão. Arcanjo não precisaria apresentar nenhuma desculpa para simplesmente não estar ali. Não estaria, e acabou-se. Não deu para fazer, e ponto. "Se for naquele lugar, eu vou tomar tiros, ninguém vai duvidar. Não estou a fim de me expor nesse caso, ninguém vai exigir." Suas pautas buscam revelações inéditas, a denúncia de absurdos, proporcionar o conserto de tanta coisa errada pela reportagem – e ai de nós, povo brasileiro, se não fossem esses repórteres, cujo trabalho movimenta autoridades, organizações não governamentais e não conformistas em geral.

A narcoditadura não pode compreender uma coisa dessas, Arcanjo subindo o morro como a ficção terrestre de Dom Quixote, porque na sociedade de corações endurecidos não é e nada fácil falar em tom ético e cidadão para os que se contentam em receber tudo pronto, tudo mastigado, esperando a ousadia de alguém fazer para que a sociedade se manifeste depois. Como bem sabemos, é mais cômodo, é mais fácil. O desejável prato feito, ou a eterna terceirização dos redentores atos de boa vontade, provocou espanto. Mas o que o Arcanjo estava fazendo lá? O Arcanjo foi "Porque não estávamos lá", respondeu-se num cartaz de passeata inconformada com o extermínio do Arcanjo.

Se não pode compreender, a narcoditadura não perdoa, como não perdoou. Para ela, o Arcanjo atrapalhou os negócios, chamou a atenção da polícia, afastou os compradores, reduziu as vendas. Na lei principal da narcoditadura, pessoas desse tipo devem ser rapidamente eliminadas. O fato de o Arcanjo ser jornalista não seria embaraço algum. A narcoditadura arrependeu-se um pouco, depois, não pelo crime, mas pela repercussão. Elias Maluco não sentiria remorsos, apenas seria alvo de uma caçada comum, não teria como evitá-la e conseguiria, no máximo, dizer "Perdi, chefe", ao ser preso. Manter-se vivo já seria o máximo. A narcoditadura destrona, descarta, substitui, não mede consequências.

A narcoditadura é expoente do crime organizado, envolve – como exibiu a Comissão Parlamentar de lnquérito – um sem-número de pessoas de todas as idades e profissões nos mais variados tipos de *fronts*. No caso brasileiro, desfruta da espantosa vulnerabilidade das regiões de fronteira, por onde seu produto de venda entra em território nacional e escoa Iivremente em direção a todos os grandes e médios centros. As autoridades comportam-se de maneira incompreensível, fazendo – conscientemente ou não – o jogo da narcoditadura: a droga entra e transita com grande facilidade; depois, nas cidades que se destacam no consumo, tentam recuperar o tempo perdido; depois, para festejar uma ou outra apreensão, apresentam gráficos e cronogramas, nomes e apelidos, roteiros e destinos, como se soubessem de tudo. Mas atestam que não sabem, porque, se soubessem mesmo, tais gráficos e roteiros nem sequer seriam confeccionados. Se tudo soubessem, bastaria ir atrás do que dizem saber.

A narcoditadura assiste às apreensões e se diverte com os policiais que pensam ser juristas e com os juristas que pensam ser bons policiais. Os primeiros calculam os valores da droga apreendida e, nas entrevistas à mídia, fazem cálculos de penas que dificilmente vão constar de uma sentença – afinal, o critério de aplicação da pena geralmente é outro. Os segundos costumam achar que estão sendo ludibriados e nunca conseguem entender como aparecem testemunhas de repente nos inquéritos, numa sequência de investigações. Também não acreditam muito nas denúncias anônimas, irrelevantes para o tráfico de grande porte, mas costumam engolir as histórias sobre "meses de investigação ininterrupta", geralmente falsas.

Narcoditadura, narcotiras, narcomilitares, narcoadvogados, narcoempresários, narcofuncionários dos presídios, narcojuízes, narcomulas, narcocompradores, narcorrepassadores, narcodefensores, narcotraficantes, narco-organizados, narcoinfluência, narcoimpunidade, narcoassassinatos, narcocorrupção, narcoculpados, narcoinocentes úteis, narcodinheiro, narcorreais, narcodólares, narcoeuros, narcoclínicas, narcoconsultórios, narcojornalistas, narcossiameses, narcoumbilicais, narcoalienações, narcopalavras vãs, narcoabstrações, narcoteses, narcoengodos, narcomentiras, narcodramas, narcos sem-fim. Narcos. Ditadores.

Arcanjo tentava dissipar mais uma vez essa névoa que encobre os fatos, *smog* do raciocínio. Escolheu uma bússola humana que lhe indicasse com segurança o rumo do norte onde ficar no morro, em que concentrar sua atenção, quais as zonas de perigo, como ficar com mais discrição em determinados lugares. Sugeriu-se, maldosamente, que o policial que desvendou os segredos de sua morte pudesse ter ajudado de alguma forma no bote fatal. Ignorou-se, na inconsequência, que o policial evangélico havia sido destacado para trabalhar na Delegacia da Penha uma semana antes, e o Arcanjo já havia subido ali outras vezes antes desse dia. E, trabalhando num assunto desses, Arcanjo se empenhava em revelar detalhes sobre a ação dos traficantes com base em informações de pessoas do lugar, que reclamavam da impunidade e do atrevimento.

Para encerrar a desconfiança infeliz, um último dado: essa foi uma das poucas vezes em que o Arcanjo não se pautou. A pauta foi entregue a ele. A busca da verdade não pode ceder espaço para acusações que causam impacto, mas não passam de

insinuações levianas.

Impressionante, no caso de grande repercussão, a facilidade em inventar teses, hipóteses e suposições. Ao contrário da narcoditadura, que sabe muito bem o que quer, os curiosos na matéria exigem que as investigações conduzam apenas a resultados esperados, não se conformando com as surpresas e eventuais envolvimentos.

Arcanjo, que sempre apresentou bons assuntos com maestria, foi transformado em grande assunto. Perseguidor da notícia, virou notícia. E saber exatamente como ele foi surpreendido, como um Arcanjo andando no vale da morte, será difícil. Quem está preso já falou o que tinha de falar, e se falar mais vai se comprometer, e comprometer-se quer dizer ficar mais tempo na cadeia. Por isso, Elias Maluco é pintor, nunca viu Tim na vida. Mentir é um direito quando se trata de negar autoria.

Formalmente, para os que apreciam o faz de conta romano-canônico, que tem na morosidade uma das características e, na nossa realidade, a impunidade como uma das consequências, Elias Maluco é suspeito, suposto assassino, quem sabe um traficante. A regra não vale quando o acusado exerce algum tipo de autoridade. Aí o suposto é autêntico, o suspeito está suficientemente incriminado e o traficante é traficante mesmo. Consta que todos seriam iguais perante a lei. Seriam. Consta que todos deveriam ter tratamento igual na imprensa. Deveriam.

Arcanjo, fumaça que sobe, fumaça que desce sem descanso, só não há força capaz de destruir seu legado, fumaça que incomoda. Fumaça sem o bom aroma da personalidade do Arcanjo, que insistiu em voltar, não querendo dissolver-se na atmosfera, para clamar e denunciar, abrir os olhos. A fumaça que contém o próprio Arcanjo não é volatilizável, como não são volatilizáveis os seus desejos de corrigir pela força da denúncia aquele caldo de cultura social. Arcanjo médico, diagnosticando esse caldo biológico, onde são criados vermes, micróbios e amebas que devem ser estudados para que não proliferem. Arcanjo sociólogo, filmando escondido, como se estivesse olhando a sociedade por um imaginário buraco de fechadura. Arcanjo psicólogo, tornando público aquele absurdo laboratório de comportamento humano. Arcanjo professor, ensinando jornalistas a fazer reportagem, batalhador da informação, um bem que não se destrói quando consumido. Arcanjo jornalista, mostrando que um trabalho como o seu pode ajudar a transformar qualitativamente o ser humano e seu padrão de vida, num sentido ascendente. Arcanjo filósofo, colocando cada mulher, cada homem, no centro da indagação, como observador e observado, sujeito e objeto da análise.

Arcanjo humanizado, provando a cada reportagem que o homem tem de ser o motivo nuclear da análise e do sentimento da vida. Arcanjo esperança, plantando marcas, sinais, tornando – pela sua força interior – a vida das pessoas mais garantida e mais esperançosa. Com sua ferramenta – o jornalismo – concedendo maior possibilidade de conhecer a verdade. Arcanjo pensador, revelando que o conhecimento da verdade constitui-se num dos valores mais altos para a humanidade.

Arcanjo ausente, fazendo o amigo escrever chorando sobre ele, costurando estas linhas que o ferem e dilaceram, transformando-se em sonhos e pesadelos. Arcanjo exigindo engenho e arte, que este seu amigo não possui, para derramar, aqui e agora, aquela luz líquida de Rembrandt para entoar a *Nona* de Beethoven ou, ainda, relembrar a lenda de Osíris, no Egito antigo, em que o sol, à noite, transforma-se em muitas estrelas. Ou mesmo para lembrar as palavras de Deus: "Faça-se a luz".

Arcanjo sambista, apaixonado pela Escola de Samba de Mangueira e que amava Ipanema, onde ajudou a fundar o bloco Simpatia É Quase Amor, que desfila no carnaval. Arcanjo atleta fora de peso, correndo pelo grupo Expresso das Seis. Arcanjo para quem futebol era o Vasco da Gama, orgulhoso da camisa com a cruz-de-malta no peito. Arcanjo certamente compreensivo, porque haverá de entender que o seu amigo está impossibilitado de voar às suas alturas, já que Deus concedeu a cada um seu próprio voo e sua própria altura.

Arcanjo solitário, abandonado à sanha dos bandidos que coordenam o tráfico interestadual com ramificações internacionais, que são inimigos da nação e comercializam armas e munições por atacado, enquanto as Forças Armadas (Exército: tropa de 200 mil; Marinha: 55 mil; Aeronáutica: mais 55 mil) dizem que nada têm a ver com isso, embora os traficantes também estendam seu reino às fronteiras que lhes cabe guarnecer. As forças terrestre, marítima e aérea, segundo o artigo 142 da Constituição Federal, "destinam-se à defesa da Pátria" e, por iniciativa dos poderes constitucionais, "da lei e da ordem".

Está tudo em ordem, portanto. Arcanjo de luz, transformado em sua própria notícia, tombado durante o trabalho, em pleno combate. Arcanjo saudade, porque quando desaparece um jornalista todos nós morremos pouco. Arcanjo de paz, combatente do bom combate, que no momento supremo da prestação de contas da sua vida não falou de si – todos, entretanto, falaram dele, considerando a obra desse jornalista perfeita.

Arcanjo exemplo, paradigma, como a folha de uma árvore que, pintada por um pincel que chegara à perfeição, ganhasse vida, de repente, na tela. Essa folha passaria a respirar, permanecendo verde para sempre, encerrando nesse momento o espírito de todas as folhas.

Arcanjo profissional competente, que por meio de seu trabalho, realizado com a entrega de sua própria vida, encerra em si aquele que deve ser o espírito de todos os jornalistas do mundo. Arcanjo amigo, ensinando que caiu para atingir a plenitude, que é preciso tomar cuidado para que outros não caiam.

Mas a marcha evolutiva, Arcanjo, jamais cessará. A imprensa tem compromissos com o futuro, as raízes, e não somente com o presente, as folhas. Sabemos, Arcanjo, que a realidade, como disse Brecht, só pode ser mudada pela própria realidade. Nada mais certo. Na alavanca dessas mudanças, Arcanjo, está a imprensa consciente e realista, que você honrou, deixando os companheiros cheios de orgulho. Na despedida, Arcanjo, estavam os seus amigos de todos os cantos e homens e mulheres de

imprensa.

Muitos ali, na sua faixa de idade, acostumaram-se a regular a batida do coração no compasso das rotativas e, partindo do jornal – sempre o bom começo –, foram para as rádios e tevês. Era como se você pairasse ali, Arcanjo, espírito apaixonado pelo espírito dos que faziam o seu tipo de trabalho, identificando-se com todos – desde o noviciado do *foca* até o *publisher*, ou editor-chefe, ou diretor de redação. Arcanjo, imagem sorridente numa tela ao fundo da Redação da TV Globo, e todos os seus colegas de pé, aplaudindo.

Os Arcanjos – quem haverá de duvidar? – vão para o céu. Só podem ir para o céu.

Paz e bem, inesquecível Arcanjo, vida e morte gravadas nos dias e noites dos tempos, do sol à lua, na nossa mente, no nosso coração, nas nossas homenagens, na forma mais dolorosa que poderia existir para se aprender a trabalhar numa matéria dessas. Não nos esqueceremos de você, que já é pedaço da nossa história.

Ah! Uma última coisa, Arcanjo: nossas preces te acompanham.



Não posso nominar, por razões de segurança, as pessoas que transmitiram todas as informações que tornaram possível a elaboração deste livro. Vocês demonstraram confiança, consciência e vontade de contribuir para a construção deste quebra-cabeça em forma de mosaico criminal. Estão em gabinetes, escritórios, sedes, comandos, presidências, diretorias, ruas, casas, apartamentos, estabelecimentos comerciais, celas e na condição de exem várias atividades. Muito obrigado.

Mas quero dar ao menos uma ideia do que foi preciso consultar e documentar, como também uma ideia de quem foi preciso entrevistar num trabalho de jornalismo de investigação (que pode se integrar à literatura) como este, registrando algumas colaborações fundamentais:

Rio de Janeiro: companheiros e amigos do jornal *O Globo*, da TV Globo e da Globo News, Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ); Departamento do Sistema Penitenciário; Polícia Civil (particularmente a 22ª Delegacia e a Delegacia Especializada em Prevenção e Repressão a Entorpecentes [Depre]) e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro. Aos canais que abriram portas no Complexo de Bangu. Aos guias que me permitiram estar em lugares movediços e minados para ambientar o texto e descrever os palcos do cenário dominado pela narcoditadura. Aos amigos e colegas de Tim, que me ajudaram a decifrar mistérios e tentativas de camuflagem.

Espírito Santo: Ewerton Montenegro Guimarães, *in memoriam*. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Ministério Público Federal (em especial o procurador Ronaldo Albo), Polícia Federal (pela proteção que recebi nos deslocamentos necessários) e outros colaboradores que precisam ficar anônimos, também em Vila Velha, Serra, Cariacica e Barra do Jucu.

Brasília: Ministério da Justiça, Polícia Federal, Câmara Federal (CPI do Narcotráfico), Secretaria Nacional Antidrogas (pelo acesso à "área restrita"), um setor que não posso mencionar do Gabinete Institucional da Presidência da República, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Secretaria Nacional de Justiça, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, e Penitenciária do Distrito Federal e Territórios.

São Paulo: Secretaria de Segurança Pública (Decap, Denarc e Demacro; serviço de informações vinculado ao Estado-Maior do Comando-Geral da Polícia Militar); Tribunal de Justiça; Ministério Público Estadual; Secretaria de Administração Penitenciária, em especial a Corregedoria Administrativa do Sistema Penitenciário e Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado; Tribunal de Justiça, com Departamento de lnquéritos Policiais, Corregedoria dos Presídios e da Polícia Judiciária; Assembleia Legislativa de São Paulo (CPI do Sistema Penitenciário e CPI do Crime Organizado); OAB-SP; Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas; Polícia Federal, na capital, litoral e vale do Paraíba.

Mato Grosso do Sul: OAB-MS, subseção Dourados; policiais de fronteira, pela segurança proporcionada nas regiões de Capitán Bado, Pedro Juan Caballero, Bella Vista, San Matías, Puerto Suárez, Salto del Guayra e Ciudad del Este; e banda saudável do DOF, o Departamento de Operações de Fronteira.

Estados Unidos: Washington, United States Information Agency / Voice of America; Nova York: Drug Enforcement Administration (DEA) e Organização das Nações Unidas (ONU); Orlando, Miami e Fiesta: encontros da Associação Internacional dos Chefes de Polícia, com participação de órgãos policiais e autoridades americanas do Ministério da Justiça e do Departamento do Tesouro; Austin: Knight Center for Journalism in the Americas.

Citações em latim de acordo com: SOUZA NEVES, Roberto de. *Dicionário de expressões latinas usuais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

1. Ninguém chamava Arcanjo de Arcanjo. Era Arcanjo, sim, Arcanjo Antônio Lopes do Nascimento, nascido em Pelotas, Rio Grande do Sul, aos 18 dias do mês de novembro de 1950. Acharam que ele era parecido com o cantor Tim Maia. Assim, virou Tim Lopes. Melhor para assinar reportagens, sentenciou Samuel Wainer, o jornalista que dirigia a revista *Domingo llustrado*.
2. Data de exibição da matéria "Feira das drogas" pelo *Jornal Nacional*, da TV Globo: 3 de agosto de 2001, uma sexta-feira.

3. TALESE, Gay. *Aos olhos da multidão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

4. “Polícia de Entorpecentes”. Arquivos da Polícia Civil, volume XXV, 1° semestre de 1975.

5. *Tratamento de dependentes de drogas: diálogos com profissionais da área de saúde mental* . Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Saúde Mental da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, para a obtenção do título de doutor na área de Saúde Mental. Orientador: professor doutor Isac Germano Karniol.
6. SARIÑANA, María Elena Castro. “Aproximaciones terapéuticas con el adolescente farmacodependiente.” *Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina*, 37 (1): 45-52, 1991.

7. “Ensino jurídico: o controle público e social da atividade educacional”. In: *Revista do Curso de Direito do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas*, ano XV, n. 23, 2001.
8. GOMES, Daniel. *Como investigar crimes com a ajuda divina*. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.

O jornalista Tim Lopes foi sequestrado, torturado, morto e seu corpo queimado por traficantes quando fazia uma reportagem investigativa sobre o tráfico de drogas no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em 2002. Este crime, de grande repercussão na imprensa falada e escrita, ganhou especial destaque em jornais, revistas, sites e, também, no rádio, não só no Brasil como também em outros países. Depois de pouco mais de uma década, a história de Tim Lopes, narrada pelo também jornalista Percival de Souza no livro *Narcoditadura*, permanece atual na medida em que muito pouca coisa mudou no cenário catastrófico e dramático em que se encontra a segurança no Brasil.

O autor, com a maestria e a competência que caracterizam seu trabalho de mais de três décadas na área do jornalismo investigativo, não se limita a apresentar a realidade nua e crua. Ele transcende na medida em que usa recursos narrativos e estilísticos que enriquecem a trama, emocionam o leitor e provocam indignação e reflexão.

Numa bela síntese, Alessandra, a viúva de Tim Lopes, disse em seu discurso na Associação Brasileira de Imprensa que "dividiram o homem de bem em vários pedacinhos, sem contar que cada um deles viraria semente e frutificaria no alto do morro e, do alto do morro, no coração de cada um de nós. Seus carrascos, numa atitude insana, acabaram por multiplicar Tim Lopes".

PERCIVAL DE SOUZA

nasceu em Braúna (SP) e é um dos maiores e mais reconhecidos jornalistas brasileiros, tendo se especializado em assuntos criminais e de segurança pública. Trabalhou em importantes jornais do país, incluindo o extinto *Jornal da Tarde*, do qual foi um dos fundadores. Escritor com quase 20 livros publicados, e ganhador de quatro prêmios Esso de Jornalismo, escreveu *Eu, Cabo Anselmo* e *Autópsia do medo*, dentre outros de igual sucesso e importância. Atualmente é um dos apresentadores da Rede Record de TV.